

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DEUSA MARIA DE SOUSA**

**LÁGRIMAS E LUTAS: A RECONSTRUÇÃO DO MUNDO DE  
FAMILIARES DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS DO  
ARAGUAIA**

Florianópolis  
2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DEUSA MARIA DE SOUSA**

**LÁGRIMAS E LUTAS: A RECONSTRUÇÃO DO MUNDO DE  
FAMILIARES DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS DO  
ARAGUAIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff

Florianópolis  
2011



**DEUSA MARIA DE SOUSA**  
**LÁGRIMAS E LUTAS: A RECONSTRUÇÃO DO MUNDO DE**  
**FAMILIARES DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS DO**  
**ARAGUAIA**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de  
“Doutor” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-  
Graduação em História.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2011.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eunice Noldari  
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Crisitna Scheibe Wolff.  
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Rita Fonteles Duarte  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Simone Rodeghero  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Fábio Freire Montysuma  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Maria Pedro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Joffily (suplente)  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

S7251 Sousa, Deusa Maria de

Lágrima e lutas [tese]: a reconstrução do mundo de  
familiares de desaparecidos políticos do Araguaia / Deusa  
Maria de Sousa ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff. –  
Florianópolis, SC, 2011.

233 p.: il., grafs., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-  
Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Guerrilhas - Araguaia, Rio, Vale.  
3. Pessoas desaparecidas - Família. 4. Partidos comunistas –  
Brasil - História. I. Wolff, Cristina Scheibe.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

Para meu pai Alberto (*in memoriam*),  
Por um dia ter me presenteado com um  
quadro-negro e acreditado que eu poderia,  
além de ler, também escrever.  
Para meu irmão Airton (*in memoriam*), pelo  
simples e belo exemplo de vida.  
Para mãe-Lice (*in memoriam*), a maior  
contadora de histórias que conheci.  
Para meu filho Nicolás de Sousa Wasem, que  
em meio a tantas tempestades e frio, foi o sol  
que me aqueceu em todas as manhãs.





## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por poder escrever estas palavras, pois em muitos momentos descreditei conseguir.

A toda a equipe da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, por toda a credibilidade e oportunidade que me foram dispensadas e que viabilizaram a realização deste projeto; à imensa família Ford pelo mundo afora, em especial a Lucimar Felisberto, Josemeire Alves e Elizeth Costa, minhas “irmãs”; e à *mi mamita* Milka Tello (Peru).

À minha orientadora Cristina Scheibe Wolf, por ter acreditado e ter me acolhido e apoiado nesta difícil caminhada.

À minha família que, mesmo no distante Piauí, fez-se presente.

Aos amigos queridos e verdadeiros da primeira à última hora: Maria Tânia Ledur, João Hoff, Maria Martins, Núria Barbosa, Vanessa Teixeira, Sandro Everton Wasem, Maria Odete Alvanoz, Jeferson Nunes, Andreia, José Cupertino Colling e Rosana Conti Bones.

Aos amigos e professores: Eloísa Capovilla Ramos, Sirlei Gedoz, Cristina Bohn Martins e Werner Altmann, que me apontaram o “caminho das pedras” e me motivaram a segui-lo. A Enrique Serra Padrós e Benito Bisso Schmidt, por terem me incentivado e ajudado a “pensar” essa perspectiva de análise.

A todas as “novas” amigas e amigos que adquiri na Ilha do Desterro, em especial Patrícia Buss e Hérica Feitosa, por secarem minhas lágrimas quando elas teimavam em cair; Joana Borges, Maise Zuco, Carmem, Camila Bia Reis e Marcos Montysuma, por me convencerem da força que eu desconhecia possuir.

Aos ombros, ouvidos e braços sempre dispostos a me ouvir e acalantar de Gisele Silva, Gabriela Marques, Adriano Luna, Rafael Saldanha, Samira Moretto, Sabrina Fernandes, Luciano Santos, Hélio Ramires Garcia, Taiara Souto e Elias Veras.

Às amigas do coração, Maria do Carmo, Dandara e Cleuza Maria Soares, três mulheres negras lindas, fortes e sábias que fizeram minha vida mais feliz.

A todos os familiares de desaparecidos políticos do Araguaia, por me terem permitido compartilhar de suas vidas, medos, dores, alegrias e sonhos. Aos funcionários do PPGH da UFSC, Cristiane, Nazaré e Antônio Lopes, que sempre se dispuseram a me ajudar.

A todos os muitos amigos e amigas que possuo e que não caberia nomeá-los nestas páginas, e a todos os acima citados: meu muitíssimo

obrigada por tudo que fizeram por mim nesta importante etapa de minha vida!

Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho?  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse lamento?  
Só queria lembrar o tormento  
Que fez o meu filho suspirar  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre o mesmo arranjo?  
Só queria agasalhar meu anjo  
E deixar seu corpo descansar  
Quem é essa mulher  
Que canta como dobra um sino?  
Queria cantar por meu menino  
Que ele já não pode mais cantar  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho?  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar

(Angélica, Chico Buarque, 1977)

*“Partiu. Não posso mais vê-la!  
Mas, rogo a Deus, num lamento,  
Regresse em forma de estrela,  
À noite, no firmamento!”*

(Trecho final da carta de Cyrene Moroni para Ermelinda M. Bronca.  
Petrópolis, 16.10.1982)

## RESUMO

O presente trabalho discute as transformações pessoais ocorridas na vida de alguns dos familiares de militantes envolvidos no conflito denominado Guerrilha do Araguaia a partir da ruptura dos laços familiares e ao longo da busca empreendida por estes familiares pelo paradeiro de seus parentes. Além disso, também discute como eles reconstruíram suas respectivas memórias acerca do parente desaparecido. O Brasil esteve sob intenso regime ditatorial militar, mais especificamente em fins dos anos 1960, quando o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) decidiu enviar para a região do Araguaia (entre os atuais estados do Pará, Tocantins e Maranhão) alguns de seus militantes com o objetivo de implantar uma guerrilha com inspiração no modelo maoísta. Para aquela região foram enviadas cerca de 60 pessoas, principalmente jovens que, na maioria dos casos, corriam risco de morte e/ou sofrer fortes represálias se continuasse a viver nos grandes centros devido à repressão política. Respalado pelos critérios de coesão política, risco à integridade física e a habilidade profissional do militante o Partido fez o processo de escolha. Posteriormente à escolha houve o processo de separação dos militantes de suas famílias. Separação esta parcialmente amenizada pelo Partido que trouxe, durante algum tempo, notícias dos militantes através de bilhetes e cartas. Depois, no momento em que os comunistas foram descobertos e atacados pelas forças oficiais, houve um imenso silenciamento que coincidiu com mortes e prisões das direções do Partido nas principais metrópoles do país, deixando dezenas de famílias sem notícias de seus familiares e sem saber o que lhes teria ocorrido. Com o advento da Anistia, em 1979, muitos familiares se encontraram e se organizaram com o intuito de buscarem informações acerca do paradeiro de seus parentes. E é neste contexto que está pesquisa se insere para trabalhar os objetivos propostos.

**Palavras-chave:** Guerrilha do Araguaia. Desaparecidos políticos. Familiares. Reconstrução da vida. Partido Comunista do Brasil.



## **ABSTRACT**

This paper discusses the personal transformations that occurred in the lives of some of the relatives of militants involved in the conflict called Guerrilha do Araguaia, starting from the breaking of family ties and seeking the whereabouts of their missing relatives. It also discusses how they reconstruct their memories about the missing relative. Brazil was under intense military dictatorial regime, more specifically in the late 60's, when the PCdoB (Communist Party of Brazil) decided to send to the Araguaia region (between the current states of Para, Tocantins and Maranhão) some of their militants in order to implement a guerrilla inspired by the Maoist model. About 60 people were sent to the region, mainly young people who, in most cases, were at risk of death and/or might go through strong retaliation if they continued to live in the large cities due to political repression. Backed by the militant's standards of political cohesion, risk of life and professional skills, the Party went through the selection process. The next step was the process of separating the militants from their families. This separation was partially mitigated by the Party which, during some time, used to bring news from the militants through notes and letters. Then, at the moment when the Communists were discovered and attacked by the armed forces, there was a huge silence that coincided with deaths and imprisonments of the Party's heads all over the main cities of the country, leaving dozens of families without any further news about their relatives and without knowing what might have happened to them. With the advent of an Amnesty in 1979, many relatives gathered and got organized in order to seek information about the whereabouts of their relatives. This is the context within which this research works on the proposed objectives.

**Keywords:** Guerrilla of Araguaia. Missing politicians. Relatives Life. Reconstruction. Communist Party of Brazil.





## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Imagens dos mortos e desaparecidos do Araguaia ....	42
<b>Figura 2:</b> Guilherme Gomes Lund .....	66
<b>Figura 3:</b> Última foto de José Humberto Bronca com a família em 1961 .....	70
<b>Figura 4:</b> Gilberto Olímpio Maria.....	72
<b>Figura 5:</b> Cilon Cunha Brum com os pais em sua penúltima visita, Sepé (RS) 1970.....	75
<b>Figura 6:</b> Helenira Resende, fora da prisão, reencontra seus colegas.....	77
<b>Figura 7:</b> Helenira Resende em Assembleia do CRUSP .....	78
<b>Figura 8:</b> Luiz René Silveira e Silva aos 16 .....	79
<b>Figura 9:</b> Victória Grabois no corredor da 29ª vara de justiça..	90
<b>Figura 10:</b> Lúcio, Maria Lúcia e Jaime Petit da Silva.....	92
<b>Figura 11:</b> José Genoíno Neto, em 1972, preso pelo Exército no Araguaia .....	95
<b>Figura 12:</b> Ermelinda com a família em férias em 1950. Nesta foto, José Huberto é o segundo da direita para a esquerda .....	96
<b>Figura 13:</b> Primeira Caravana de familiares de guerrilheiros no Araguaia, em 1980.....	101
<b>Figura 14:</b> Maria Célia Correa .....	101
<b>Figura 15:</b> Familiares mostram fotos dos parentes desaparecidos na região do Araguaia.....	109
<b>Figura 16:</b> <i>Madre</i> argentina com foto de seu filho desaparecido político .....	110
<b>Figura 17:</b> O presidente Fernando Henrique Cardoso e Ermelinda Bronca, em maio de 1996 em Brasília.....	119
<b>Figura 18:</b> Elsa Monerat ao centro.....	124
<b>Figura 19:</b> José Huberto bronca com a família nos anos 40, à frente do pai .....	132
<b>Figura 20:</b> Guarnição campeã de remo. Clube de Regatas “Vasco da Gama” 1952, José Huberto é o 2º à direita.....	133
<b>Figura 21:</b> Cartaz de mortos e desaparecidos erguido por Alzira Grabois .....	145
<b>Figura 22:</b> Foto do túmulo que aguarda o corpo de Cilon, em São Sepé/RS.....	156
<b>Figura 23:</b> Familiares de desaparecidos dizem que sentença da	

OEA é “vitória” .....	168
<b>Figura 24:</b> Elmo.....	170
<b>Figura 25:</b> Família Saulo Garlippe: Saulo ao centro e Luiza Augusta Garlippe com criança menor no colo .....	173
<b>Figura 26:</b> Dinalva Oliveira Teixeira.....	177
<b>Figura 26:</b> Alessandro Molon entrega a medalha a Djalma Teixeira .....	181
<b>Figura 28:</b> Elza Monerat saindo da prisão .....	188
<b>Figura 29:</b> Victória Lavínia Grabois Olímpio .....	189
<b>Figura 30:</b> Família de Helenira Resende Nazareth reunida. Ela é a primeira de pé, à direita. ....	197



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Relação dos trabalhos acadêmicos pesquisados no portal da Capes.....	33
<b>Tabela 2:</b> Entrevistas com os familiares dos desaparecidos políticos .....	69



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ALN:** Ação Libertadora Nacional

**APML:** Ação Popular Marxista Leninista

**AP:** Ação Popular

**CBA:** Comitê Brasileiro pela Anistia

**CRUSP:** Conjunto Residencial Universitário da Universidade de São Paulo

**DCE:** Diretório Central dos Estudantes

**DOI-CODI:** Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

**DOPS:** Departamento de Ordem Política e Social

**GTNM:** Grupo Tortura Nunca Mais

**JOC:** juventude Operária Católica

**JUC:** Juventude Universitária Católica

**MOLIPO:** Movimento de Libertação Popular

**MJDH/RS:** Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul

**MFPA:** Movimento Feminino pela Anistia

**MIR:** Movimento de Izquierda Revolucionário

**OAB:** Ordem dos Advogados do Brasil

**OAB/RJ:** Ordem dos Advogados do Brasil - Rio de Janeiro

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PCdoB:** Partido Comunista do Brasil

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**PUC:** Pontifícia Universidade Católica

**PCUS:** Partido Comunista da União Soviética

**PRC:** Partido Revolucionário Comunista

**UFBA:** Universidade Federal da Bahia

**UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UNE:** União Nacional dos Estudantes

**UNISINOS:** Universidade do Vale dos Sinos

**UPES:** União Paulista de Estudantes Secundaristas

**USP:** Universidade de São Paulo

**URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 A Guerrilha do Araguaia e a repressão do Estado ditatorial brasileiro.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 A justificativa .....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 O referencial.....</b>	<b>33</b>
<b>1.4 A metodologia.....</b>	<b>37</b>
<b>1.5 As fontes orais.....</b>	<b>37</b>
<b>1.6 As imagens.....</b>	<b>39</b>
<b>1.7 A divisão do trabalho.....</b>	<b>40</b>
<b>2 FALTAVA(M) ELE(A)S!.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 O PCdoB e a AP : o caminho da China Comunista.....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 O impacto do XX Congresso do PCUS no PC do Brasil e a “opção” pelo maoísmo .....</b>	<b>51</b>
<b>2.3 A Anistia .....</b>	<b>53</b>
<b>2.4 O período de clandestinidade e semiclandestinidade.....</b>	<b>56</b>
<b>2.5 A escolha dos(as) militantes.....</b>	<b>61</b>
<b>2.6 O envio de cartas: censores do Partido.....</b>	<b>63</b>
<b>2.7 Cartas para as famílias.....</b>	<b>65</b>
<b>2.8 A saída dos/as filhos/as.....</b>	<b>70</b>
2.8.1 José Huberto Bronca.....	70
2.8.2 Gilberto Olímpio Maria.....	72
2.8.3 Cilon Cunha Brum.....	75
2.8.4 Helenira Resende de Souza Nazareth.....	77
2.8.5 Luiz René Silveira e Silva.....	79
<b>2.9 A família e o Partido.....</b>	<b>81</b>
<b>3 EU ME LEMBRO.....</b>	<b>90</b>
<b>3.1 A construção do familiar como sujeito político: da esfera privada para a pública... ..</b>	<b>90</b>
3.1.1 À procura.....	91
3.1.2 Ermelinda Mazzaferro Bronca.....	96
3.1.3 A Caravana ao Araguaia em 1980.....	100
3.1.4 O enfrentamento na Caravana .....	103
<b>3.2 A angústia dos familiares de desaparecidos na Argentina: as <i>madres</i> da Praça de Maio.....</b>	<b>110</b>
3.2.1 As <i>madres</i> argentinas.....	111
<b>3.3 No Brasil.....</b>	<b>113</b>



<b>4 MEMÓRIAS (RE)CONSTRUÍDAS.....</b>	<b>124</b>
<b>4.1 Sopravam novos ventos.....</b>	<b>125</b>
4.1.1 A construção das entrevistas: Maria Helena Mazzaferra Bronca .....	128
4.1.2 José Huberto Bronca.....	132
<b>4.2 Ermelinda Mazzaferra Bronca: as redes de comunicação e denúncia.....</b>	<b>137</b>
<b>4.3 A denúncia e a luta pela memória do/das desaparecido/as .....</b>	<b>142</b>
4.3.1 Miguel Pereira dos Santos.....	145
4.3.2 Lino e Cilon Brum.....	155
4.3.3 Liniane Haag Brum.....	160
4.3.4 As novas memórias: Rejane Leques Brum .....	162
4.3.5 A infância de Rejane.....	163
<b>5 O (MEU) MUNDO MUDOU! .....</b>	<b>168</b>
<b>5.1 Novos rumos e mudanças no mundo dos familiares.....</b>	<b>169</b>
5.1.1 Saulo Garlipe e Djalma: a luta orgânica partidária como continuidade da ideologia do/a desaparecido/a?!.....	170
5.1.2 Saulo Garlipe – o militante político.....	173
<b>5.2 Os simpatizantes.....</b>	<b>176</b>
5.2.1 Djalma Conceição de Oliveira – o dirigente comunista.....	177
5.2.2 A Guerrilha no Partido.....	181
5.2.3 Bete, Laura, Lorena, Victória, Dalmo: fora do Partido, dentro da luta!.....	183
<b>5.3 A reconstrução da memória: rompendo tabus, extirpando silêncios!.....</b>	<b>190</b>
<b>5.4 Novos caminhos de busca com as novas gerações.....</b>	<b>191</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>200</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>230</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. Sociedades que separaram o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que, em todos os casos, afirmaram o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos. Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.<sup>1</sup>

(...). A história deve resgatar as histórias de vida, as dores e as intensidades subjetivas, deve também problematizar a memória, sem jamais recusar a aproximação com a mais (aparentemente) incompreensível destruição. É preciso que cada documento da barbárie seja recuperado, estudado, criticado, entendido, conservado, arquivado, publicado e exposto, de forma a tornar a história uma forma presente de resistência e de registro digno dos mortos, muitos sem nome conhecido e sem túmulo (...).<sup>2</sup>

O objeto de pesquisa do presente trabalho é o estudo do processo de reconstrução do mundo e das vidas de familiares de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia a partir do desaparecimento de seus parentes. Pretende-se com esse estudo entender algumas transformações – tanto na esfera privada quanto na pública – ocorridas na vida de alguns familiares de desaparecidos políticos do Araguaia.

---

<sup>1</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**: a título de prólogo. RJ: FGV, 2004, p. 13.

<sup>2</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, Memória, Literatura**. O testemunho na Era das Catástrofes. SP: Editora Unicamp, 2003, p. 139.

O intuito desse estudo está implicitamente relacionado à produção da minha dissertação de mestrado em História intitulada *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*, defendida em abril de 2006 pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Nesta dissertação pesquisei, em arquivos familiares, as correspondências trocadas entre parentes de militantes desaparecidos durante o longo processo no qual eles estiveram engajados na busca por estes parentes e constatei a importância daquelas cartas/documentos entre mães de desaparecidos políticos do Araguaia e seus respectivos filhos enquanto os mesmos se encontravam na clandestinidade. Tais documentos, de acordo com a análise feita naquele trabalho, viabilizaram, para além da comunicação, um canal de reciprocidade no compartilhamento de sentimentos reclusos advindos pela drástica perda dos parentes e que me atentou para a possibilidade de desenvolver uma nova abordagem de pesquisa, ora apresentada. Portanto, esta perspectiva de análise surgiu a partir do estudo de depoimentos orais obtidos com entrevistas, de escritos encontrados em arquivos de familiares dos desaparecidos políticos gaúchos na Guerrilha do Araguaia e, principalmente, através de cartas entre as mães e entre as mães e os sobreviventes do conflito do Araguaia. Tais correspondências levantaram indícios de um processo de acometimentos de múltiplos sentimentos, sentidos e significados que passaram a reordenar o cotidiano, a vida e o mundo destes familiares, sendo assim, essa pesquisa tem o intuito de analisar/avaliar esses aspectos na e para a vida destes familiares.

## 1.1 A Guerrilha do Araguaia e a repressão do Estado ditatorial brasileiro

Em 1972, numa região de difícil acesso conhecida como Bico-do-Papagaio<sup>3</sup>, entre os atuais estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão, ocorreu o maior movimento rural armado de resistência ao regime militar então vigente no país<sup>4</sup>. Este movimento não eclodiu por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos

---

<sup>3</sup> Contudo, “o principal argumento da escolha do local era o fato de os comunistas considerarem o campo, com o abandono das populações rurais pelas autoridades brasileiras, o elo débil da estrutura social brasileira.” In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

<sup>4</sup> Com o Golpe militar de 1964, vários documentos foram emitidos pelo Comitê Central do PC do B reorganizado que apontaram e advertiram sobre a necessidade da luta armada. Documentos do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, In: POMAR, Wladimir. **Araguaia**: O Partido e a guerrilha. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina daquele período. Ele teve seu início marcado por um intenso ataque das forças oficiais que desde o princípio tiveram a determinação de *destruí-los, eliminá-los*<sup>5</sup> e de apagar da memória local e da história nacional a sua existência.

Na verdade, esse movimento, então conhecido como a Guerrilha do Araguaia, nasceu como síntese crítica das experiências do movimento de guerrilha no Brasil e na América Latina e como estratégia de sobrevivência de suas lideranças, que se encontravam naquele momento, a partir de 1964, perseguidas pela ditadura militar nos grandes centros urbanos. Segundo dois dos principais documentos emitidos pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), “O Golpe militar e seus ensinamentos”, de 1964, e “Guerra popular: caminho para a Luta Armada”, de 1969, com a eclosão do Golpe militar a única alternativa para se fazer a Revolução seria pela luta armada<sup>6</sup>.

É preciso mencionar também que, no pós-Golpe e antes da instauração do Ato Institucional nº 5 (1968), muitos militantes políticos se esforçavam, cada um à sua maneira e sob uma determinada orientação política, em procurar os grupos políticos que ensejavam resistir à ditadura pela luta armada. Com o AI-5 a situação dos partidos e entidades classistas passou por uma situação ainda mais crítica. Havia poucos caminhos a seguir. Porém, quase todos apontavam para a luta armada. A derrocada das experiências dos grupos armados urbanos demonstrou o grande poder de informação e organização das forças oficiais como órgãos de repressão, capazes de desestabilizar, desarticular e aniquilar rapidamente os grupos guerrilheiros nos grandes centros.

A Guerrilha do Araguaia surgiu neste contexto de grande dificuldade da implantação da luta armada na cidade, no final da década de 1960. O Partido Comunista do Brasil, por condenar o caráter veementemente foquista da guerrilha urbana, optou pela experiência de guerrilha no campo, inspirada no maoísmo. Para isso, era imprescindível para o Partido que ele contasse com as condições adequadas para sua preparação, sendo necessário que fugisse do raio de atenção dos órgãos repressores do regime ditatorial. A escolha do local pelo Comitê Central do PCdoB deu-se após muitos estudos e avaliações entre a região do Araguaia e outras que apresentavam condições, segundo o partido, para

---

<sup>5</sup> Grifos nossos em destaque nos termos usados com frequência pelas Forças Armadas em “Relatórios Secretos” das operações militares de combate à Guerrilha do Araguaia, a partir de 1972, tais como Operação Marajoara.

<sup>6</sup> POMAR, Wladimir. **Araguaia: O Partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

a deflagração de um movimento que seria feito por etapas. Com a deflagração do Golpe, sobretudo a partir de 1968, muitos dos militantes comunistas caíram na clandestinidade e, conseqüentemente, na lista dos inimigos do Estado opressor que se instalou no Brasil naquele período. O cenário onde se desenvolveu todo o conflito foi nas matas do Araguaia. Nas palavras do historiador Jacob Gorender:

O PCdoB pôde em suma, concentrar recursos humanos e materiais na estruturação da sua base guerrilheira, no que revelou à margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, um grupo de *militantes com treinamento na China*: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e atingiu o total de 69, dispersos ao longo de um estendido de Xambioá (GO) até Marabá (PA).<sup>7</sup>

Havia, de acordo com diversas fontes consultadas, um pacto de segredo do Estado instituído pelo regime militar em relação à Guerrilha do Araguaia, certamente pela ação destrutiva como as forças oficiais trataram o conflito. Praticamente, “tudo” o que se conhece sobre o desaparecimento e a morte dos guerrilheiros/as foi obtido a partir do relato de moradores da região do conflito exposto aos familiares na primeira caravana em 1980 e, posteriormente, averiguado através de outras caravanas e expedições que foram feitas à região do conflito.

No final de outubro e início do mês de novembro do ano de 1980, logo após a implantação da Lei de Anistia, e com o sentimento que vigorava em favor da descoberta dos crimes cometidos no período ditatorial, um grupo de familiares, organizado pelos movimentos de Anistia do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Pará e Espírito Santo, rumou para a região do conflito, acompanhado por parlamentares, jornalistas e religiosos compromissados com as causas da democracia. Os depoimentos dos moradores locais aos familiares e membros da caravana começaram a dar indícios sobre o desenrolar de vários combates naquela região nos quais, segundo os relatos, morreram quase todos os guerrilheiros.

---

<sup>7</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 234. A obra apresenta um apurado estudo sobre as diversas organizações políticas da esquerda brasileira. Polemiza também sobre a Guerrilha do Araguaia, da tática à estratégia adotada pelo PCdoB.

## 1.2 A justificativa

A escolha deste tema, Guerrilha do Araguaia, e do objeto de pesquisa, a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia, justifica-se por diversas razões. A principal delas é a maneira semelhante quanto à forma como os estados ditatoriais do Brasil, e de outros países como a Argentina, reprimiram ostensivamente os movimentos organizados e a sociedade civil de quaisquer tentativas de resistência e oposição, resultando em milhares de torturas, prisões e mortes. Assim como no caso da Guerrilha do Araguaia no Brasil, a repressão utilizada durante a ditadura na Argentina, por exemplo, colocava como solução final o extermínio de todos os envolvidos. Ao que parece, a ordem era matar, como destacou Samanta Viz Quadrat (2005):

O que chama atenção da guerra suja Argentina é a opção pelo extermínio, utilizado como solução final. O desaparecimento de presos políticos era conveniente para as Forças Armadas na medida em que sem corpo não há crime, garantindo a impunidade, não corriam o risco de ter que libertar prisioneiros da oposição como já havia ocorrido no país e evitava as investigações de grupos internacionais.<sup>8</sup>

No Brasil, esta não era a política adotada pelo Estado repressor para todas as situações. A opção pelo extermínio foi usada mais seletivamente e voltada para os grupos de luta armada tais como o Movimento de Libertação Popular (Molipo), formado principalmente por militantes com treinamento em Cuba, e a Guerrilha do Araguaia, com treinamento na China<sup>9</sup>. Movimentos armados estes que ocorreram em momentos diferenciados.

Outro aspecto a abordar é a forma como o tema Guerrilha do Araguaia vem recebendo atenção nos últimos anos. Muitas produções bibliográficas recentes, principalmente de jornalistas, têm dado ênfase aos relatos e às análises dos chamados “arquivos secretos” de militares

---

<sup>8</sup> QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras**: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. Tese de Doutorado em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2005, p. 74.

<sup>9</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

que combateram no Araguaia, que falam sobre os suplícios e as mortes dos guerrilheiros, não atentando, porém, para o sofrimento e a angústia dos familiares dos/as guerrilheiros/as desaparecidos/as<sup>10</sup>. Há, pois, uma perceptível lacuna historiográfica sobre a situação dos familiares, com exceção de algumas poucas produções acadêmicas. Na mesma medida, pode-se afirmar que, ainda que ligeiramente, tal preocupação foi levantada, em 1997, pelo historiador do tema, o pesquisador Romualdo Pessoa Campos Filho na obra *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*<sup>11</sup>.

Na referida obra, pouco tempo após os episódios sobre a Guerrilha do Araguaia se tornarem públicos através da grande mídia, o autor enfatiza a *via crucis* que os familiares dos desaparecidos políticos no Araguaia atravessaram para obterem notícias de seus parentes. Para isso, o autor se baseou, principalmente, nos trabalhos organizados pela arquidiocese de São Paulo no projeto denominado: *Brasil Nunca Mais*, que apontava para um caminho doloroso e obscuro. Isso, mesmo depois da “promulgação da Lei Federal 9.140, de 4 de dezembro de 1995, através da qual o governo reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de 136 militantes políticos, sendo que 46 ex-guerrilheiros do Araguaia”<sup>12</sup>. Todavia, para os familiares dos desaparecidos políticos brasileiros, neste caso também os do Araguaia, havia um longo caminho a percorrer, pois, afinal, onde estavam seus corpos? Em que circunstâncias foram mortos/as e enterrados/as?

Neste sentido, em particular, posteriormente, houve a criação de várias Comissões com o intuito de buscar respostas para tais indagações. Porém, para os familiares de mais de 60 desaparecidos no Araguaia, os muitos anos de busca resultaram no encontro de apenas uma ossada que foi identificada como sendo a da guerrilheira Maria Lúcia Petit<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Para contribuir com tal afirmativa, citam-se as recentes obras: CABRAL, Pedro Correa. **Xambioá: guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993; CARVALHO, Luis Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004; GASPARI, Élio. **A Ditadura escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo: Cia das letras, 2002; MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005, e STUDART, Hugo. **A lei da selva**. São Paulo: Geração editorial, 2006.

<sup>11</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 182.

<sup>12</sup> Idem, p. 187.

<sup>13</sup> Maria Lucia Petit usava os codinomes Lúcia e Maria durante o período que morou na região do conflito. “Professora, natural de Agudos (SP), tinha 20 anos quando entrou para a Guerrilha, em 1970, seguindo os irmãos Jaime e Lúcio (...). Enterrado em Xambioá, foi exumada em 1991. Seus restos mortais foram identificados em 1996 por legistas da Unicamp. Encontra-se desde então no jazigo da família, em Bauru. Até a presente data, é a única guerrilheira cujo



Diante da escassez de resultados quanto a esta busca, surgiram várias denúncias de que as ossadas dos/as guerrilheiros/as do Araguaia repousavam sobre os armários da burocracia do Governo em Brasília<sup>14</sup>. E, como consequência ou não dessas denúncias, há pouco tempo outra ossada foi identificada – a do guerrilheiro cearense Bérqson Gurjão Farias<sup>15</sup>. A escassez de dados concretos sobre esse assunto deixou, durante anos, mais de 60 famílias sem informações por parte do Estado a respeito do paradeiro das vítimas fatais do regime ditatorial do Brasil. Nesse sentido, haja vista, por exemplo, os próprios familiares de Maria Lúcia Petit que também perderam Jaime e Lúcio Petit da Silva no mesmo conflito e que ainda não obtiveram respostas quanto à localização dos corpos dos parentes. A mãe deles, Julieta Petit da Silva, após a descoberta da ossada da filha afirmou: “quando descobrir onde eles foram sepultados, então estarei pronta para encontrá-los lá no além. Seria o maior prêmio que Deus poderia me dar”<sup>16</sup>.

Embora existam diversas pesquisas acadêmicas nacionais sobre o tema desaparecidos políticos, não há ainda uma produção específica sobre os familiares do Araguaia, ou seja, sobre os processos de reconstrução ou de rupturas, assim como das perdas que acometeram os familiares de desaparecidos políticos no Brasil, sobretudo os do Araguaia. Há, todavia, em contraste com tal realidade, uma rica produção bibliográfica, neste sentido, de países vizinhos, entre estes a Argentina.

Em relação a este país, o mesmo foi submetido, praticamente durante o mesmo período, a um regime ditatorial semelhante, apesar das diferenças cruciais diante da resistência e da repressão – através de golpes militares - e sob os quais se produziram resultados também parecidos: vítimas de tortura, sequestros e arbitrariedades contra a liberdade e a vida dos cidadãos.

---

corpo foi encontrado e identificado”. In: STUART, Hugo. **A lei da selva**. São Paulo: Geração editorial, 2006, p. 371.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://74.125.93.132/search?q=cache:AV-w3qEnq58J:blogdovalmutran.blogspot.com/2009/04/guerrilha-do-araguaia-ossadas-eseram.html+ossadas+do+araguaia+em+armarios+em+brasil&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

<sup>15</sup> A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) anunciou, nesta terça-feira, que foi identificada a ossada do guerrilheiro cearense Bergson Gurjão Farias, executado na Guerrilha do Araguaia em 1972. A ossada estava em Brasília e foi encontrada no cemitério Xambioá (TO) em 1996. A Secretaria vai pedir a análise de outras 10 ossadas. Brasília, 7 de julho de 2009. Disponível em: <<http://dialogospoliticos.wordpress.com/2009/07/08/guerrilha-do-araguaia-ossada-do-cearense-bergson-gurjao-e-identificada/>>. Acesso em 1 dez. 2009.

<sup>16</sup> “Cansei de chorar”. Peritos identificam a primeira ossada e revela-se o drama da mãe que perdeu três filhos na luta no Araguaia. História: *Veja*, 22 de maio, 1996, p. 89.

Também a produção bibliográfica nacional referente à temática dos Direitos Humanos não tem se detido no tema aqui abordado, visto que ela tem se debruçado mais sobre a proposição de debates sobre os desaparecidos – que ainda é incipiente na academia brasileira, se comparados a outros temas de pesquisas relacionadas à deflagração do Golpe Militar de 1964, tais como a resistência e as esquerdas – do que no estudo da situação na qual foram transformadas as vidas dos familiares dos desaparecidos políticos no Brasil<sup>17</sup>. Ressalva se faz, porém, para a dissertação de mestrado em História Social de Janaína de Almeida Teles, defendida pela Universidade de São Paulo (USP), em 2005, que analisa os aportes da memória de familiares de desaparecidos brasileiros e sua luta pela verdade e justiça<sup>18</sup>.

Diante disso, este trabalho pretende contribuir para a discussão historiográfica do objeto ora proposto, lacuna ainda presente na produção acadêmica como se pode perceber no gráfico abaixo construído a partir da pesquisa realizada no portal da Capes sobre teses e dissertações acerca da temática e do objeto deste trabalho<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Uma obra que contribui para esta afirmação é obra de: TELES, Janaína (Org.). **Mortos e Desaparecidos políticos** – reparação ou impunidade. São Paulo: Ed. USP, 2001. Tal obra é resultante da transcrição dos debates e comunicações do seminário: “Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade?” Realizados em 1997, organizado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo Centro Acadêmico de História da USP.

<sup>18</sup> TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória**: a luta dos familiares de desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. 2005. 283f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>19</sup> A pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes se deu a partir das palavras-chave: Araguaia, desaparecidos Araguaia e desaparecidos políticos. Depois de selecionados, os resumos foram lidos e separados de acordo com o tema, data e outros dados pertinentes à pesquisa. A pesquisa foi realizada em 19/05/2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 19 mai. 2009

**Tabela 1** - Relação dos trabalhos acadêmicos pesquisados no portal da Capes.

Teses e Dissertações do Portal da Capes					
Data	Trabalho/instituição	Área do conhecimento	Assunto		
			Guerrilha Araguaia	Desaparecidos Araguaia	Desaparecidos políticos
1/3/1988	Dissertação/ USP	Ciência Política	1		
1/4/1994	Dissertação/ Unicamp	Ciência Política	1		
1/2/1995	Dissertação/ UFG	História	1		
1/3/1995	Dissertação/ UnB	História	1		
1/1/2000	Dissertação/ UFPA	Ciência Política	1		
1/9/2000	Dissertação/ USP	Sociologia			1
1/4/2002	Tese/ UFRRJ	Comunicação	1		
1/10/2002	Dissertação/ USP	História			1
1/3/2003	Dissertação/ UFSCar	Ciências Sociais	1		
1/7/2003	Dissertação/ USP	História			1
1/1/2004	Dissertação/ UFRJ	Serviço Social			1
1/2/2004	Dissertação/ UFU	História			1
1/7/2004	Dissertação/ IUPERJ	Sociologia			1
1/9/2004	Dissertação/ Unicamp	Ciência Política			1
1/4/2005	Dissertação/ UnB	História	1		
1/9/2005	Dissertação/ USP	História			1
1/1/2006	Dissertação/ UPF	História	1		
1/4/2006	Dissertação/ Unisinos	História <sup>20</sup>		1	
1/8/2006	Dissertação/ PUCRS	História			1
1/10/2007	Tese/ UFBA	História			1
Total			9	1	10

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 19 mai. 2009.

### 1.3 O referencial

Busquei estabelecer um aporte teórico inicial, sem pretensões comparativas, a partir das transformações do mundo dos familiares dos desaparecidos políticos da Argentina, partindo da obra de Ludmila da Silva Catela, intitulada *Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina* (2001)<sup>21</sup>. Na obra, produzida a partir da investigação sobre a angústia dos familiares

<sup>20</sup> SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos Cruzados**: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo. 295f, 2006.

<sup>21</sup> Na obra, a autora faz o diálogo e/ou interlocução, com diversos autores e áreas, desde a antropologia, sociologia, filosofia, história, psicologia e outras, para a análise e dimensionamento de sentimentos de dor, perda, compaixão, morte etc.

da cidade de La Plata, a autora discute os múltiplos diálogos produzidos, sobretudo pelos aportes da memória<sup>22</sup> dos familiares a respeito do desaparecimento de um familiar, e os impactos causados em suas vidas a partir de tal evento. Sobre as nuances e limitações sobre memória e esquecimento em situações semelhantes, destacou Pollak (1969): “(...). Essa tipologia de discursos, de silêncio, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (...)”<sup>23</sup>.

Diferentemente de muitos estudos que investigaram apenas as vozes de mães-militantes da Praça de Maio, Catela aprofundou sua análise ao estudar os sentimentos que acometeram também outros componentes da rede familiar, tais como os/as filhos/as, irmãos/as, cunhados/as, sogros/as e outros indivíduos de diferentes gerações, que tiveram grande ou pequeno contato com o desaparecido, e suas estratégias de sobrevivência diante do fato gerado pela ausência brusca do familiar, enfoque geracional também presente neste trabalho. Assim sendo, aponta-se semelhanças entre o estudo de Catela e a situação dos familiares dos desaparecidos do Araguaia, sobretudo as mães e familiares da primeira geração do desaparecido, que também criaram mecanismos próprios, na esfera íntima, para externar a angústia e a incerteza em ter um familiar desaparecido.

Possibilidade também levantada neste trabalho é o estudo das relações de gênero que estão postos nos dois casos, pois, segundo as reflexões de Soihet (1997), “o gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado”<sup>24</sup>.

O caso de Julieta Petit da Silva é revelador, enquanto relato de uma mãe, pois exemplifica bem a mulher/mãe como zeladora da vida e do destino do/a filho/a e que, por isso, não consegue descansar até que saiba o paradeiro dele/a. Julieta Petit da Silva, por exemplo, desde que sua filha desapareceu, todo dia 20 de março, aniversário de Maria Lúcia,

---

<sup>22</sup> O conceito de lugar de memória, desenvolvido por Pierre Nora (1984), aponta para a criação de marcos memorialísticos que teriam a função de institucionalizar e reiterar determinados enquadramentos da memória. NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire**. La problématique des lieux. In: Nora (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

<sup>23</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 6.

<sup>24</sup> SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas**: Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 101.

abria sua caixinha de guardados, tirava uma foto da jovem e a colocava sobre a cômoda da sala. De um dos lados da foto, acendia uma vela e também colocava uma flor num copo com água. Passada a data de aniversário, ela esperava as pétalas caírem, recolhia a foto e se lembrava que um ano havia completado sem que pudesse rezar sobre o túmulo da filha. Muito possivelmente por isso, segundo ela, “minha vida foi pela metade, não foi vida”<sup>25</sup>.

A socialização da dor da perda entre os familiares de desaparecidos de La Plata, também analisado por Catela para problematizar as temporalidades e as dimensões etnográficas, é observado no caso do Araguaia. Pode-se perceber, também no caso do Araguaia, o quanto a socialização da dor, através de cartas<sup>26</sup> e outros símbolos, serviu como mecanismo de “troca” no intuito de alentar a dor destas mães, como pode ser observado no próximo excerto, por exemplo: “(...) este singelo cartão com a árvore de Natal possui um grande significado para mim; ele foi feito pela Jana, no seu último natal aqui conosco (1970). Agora, para mim, a imagem é outra – estas estrelinhas são nossos meninos no meio da mata”<sup>27</sup>. Isso evidencia o valor simbólico das cartas na vida das mães, mas evidencia, sobretudo, o compartilhamento da maternidade entre a emissora e receptora da referida missiva através da escrita. Para Neto e Araújo “(...) A palavra escrita tem o poder de reatar encontros com o passado, sentir-se presente na vida e fazer projeções para o futuro. Deixa de ter apenas valor afetivo, circunscrito no mundo privado, para criar asas no espaço público e emitir os signos da luta que pode ensinar ao presente. Aprende-se com ela, antes de tudo, o compromisso integral com a cidadania”<sup>28</sup>.

Fatos demarcadores da memória, a partir do episódio do desaparecimento, são comuns também no caso dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Nesta perspectiva, há um desenvolvimento do tempo individual e coletivo, ligados à alteração da

---

<sup>25</sup> “*Cansei de chorar*” Peritos identificam a primeira ossada e revela-se o drama da mãe que perdeu três filhos na luta no Araguaia. História: **Veja**, 22 de maio, 1996, p. 89.

<sup>26</sup> “(...) os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que, de forma alguma, precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas”. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 11.

<sup>27</sup> Trecho final da carta de Cyrene Moroni Barroso, mãe da desaparecida política do Araguaia, Jana Moroni Girão Barroso para Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido político do Araguaia José Huberto Bronca datada de 18/12/1980.

<sup>28</sup> NETO, Regina Beatriz Guimarães; ARAÚJO & Maria do Socorro de Souza. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. RJ: ed. FGV, 2004, p. 338.

ordem, até então, considerada normal. Esse período, que se iniciou na Argentina com sequestros e desaparecimentos, corresponde, no caso do Araguaia, à deflagração do Golpe de 1964, quando grande parte dos combatentes do Araguaia caiu automaticamente na clandestinidade, sobretudo a partir da Instalação do AI-5 em 1968, momento em que a maioria dos envolvidos naquele conflito rompeu gradualmente seus vínculos familiares ao se deslocarem para a região da Guerrilha. O relato de Maria Helena M. Bronca, irmã de um desaparecido no Araguaia, sobre o evento do desaparecimento do irmão, José Huberto Bronca, evidencia tal indício, pois, segundo ela, “eu me lembro como se fosse hoje. Eu não estava em casa. Ele se despediu de todos. Foi no dia de Tiradentes”<sup>29</sup>.

Este período marcou também o surgimento, por meio das cartas trocadas entre mulheres da família de desaparecidos, de uma rede de informações, criando, então, um elo de poder para expressar-se, falar de si, reivindicar seus direitos dentro daquele universo de angústias, medos e incertezas... E pensar em esferas de poder nos remete às reflexões de Michel Foucault, pois, segundo o autor, “(...). O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (...)”<sup>30</sup>.

Cartas, relações de gênero, memórias são aspectos que permeiam e respaldam esse trabalho, mas não somente, pois decisões, informações veiculadas pela mídia, entre outros aspectos, também são indícios que podem contribuir para a reconstrução da memória – intuito de análise desta pesquisa. Desta forma, fatos como o ocorrido em outubro de 1982, quando a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil - Rio de Janeiro (OAB/RJ) –, em colaboração com o CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), publicou uma relação com os nomes de pessoas dadas como mortas ou desaparecidas devido às suas atividades políticas são de suma relevância. Neste caso, em particular, é relevante salientar que a publicação dessa relação de nomes não se revelou uma novidade para alguns familiares do Araguaia, porém para outros era o começo do fim. E é relevante salientar, pois é

<sup>29</sup> Relato de Maria Helena Mazzaferro Bronca, 68 anos, é médica. Ela participou, desde o princípio, com a mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, das reuniões do grupo Tortura Nunca Mais/SP e RJ, na busca por notícias que as levassem ao paradeiro do irmão. Em abril de 1966 foi a última vez que ela e os demais familiares o viram. Depoimento concedido a Deusa Maria de Sousa em 05 de setembro de 2005 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 183.

neste contexto que se dará o começo da luta e da transformação deles/as e de suas vidas – aspectos que serão objetos de estudo a ser analisado no decorrer do trabalho.

## 1.4 A metodologia

Levando em conta os desafios que o trabalho com a memória nos apresenta, a base de sustentação deste trabalho está assentada nos relatos orais e escritos de familiares de desaparecidos do Araguaia, além de alguns relatos transcritos da bibliografia da Argentina. Ao lê-los de forma crítica, pode-se então compreender o quanto tais relatos estão permeados por ressentimentos, traumas, dores e o quanto os mesmos são, devido ao seu caráter subjetivo, reconstruções das memórias individuais acerca dos desaparecidos que, de alguma maneira, vão se reconstruindo social e coletivamente. Diante destas evidências, o trabalho do historiador deve ser o de perceber os meandros, as fissuras dessas memórias, sem perder de vista os acontecimentos do presente, sobretudo da mídia, que tornam traumáticos os acontecimentos de um grupo de indivíduos com passado distante e esquecido. Neste contexto, para Seligman-Silva, “em vez de uma herança viva, os traumas do passado são considerados ‘superados’, uma vez tendo sido devidamente expostos/cultuados na mídia”<sup>31</sup>.

Ciente de todos esses aspectos, a sensibilidade do saber ouvir para saber contar é uma preocupação permanente neste trabalho. E, por isso, é oportuno lembrar que tal sensibilidade envolve desde conversas e questões de cunho mais íntimo das famílias entrevistadas que surgem em meio aos questionamentos de um depoimento a querelas e divergências, como, por exemplo, no caso das reparações concedidas pelo Estado aos familiares de desaparecidos no conflito do Araguaia. Neste sentido, procurou-se manter, até onde foi possível, uma imparcialidade para poder melhor interpretar o que foi ouvido e, assim, reconstruir o relato e as memória das famílias dos desaparecidos.

## 1.5 As fontes orais

O método de entrevista estabelecido teve início a partir do contato, primeiramente via e-mail, com os principais dirigentes do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro. A partir deles foi

---

<sup>31</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, Memória, Literatura**. O testemunho na Era das Catástrofes. SP: Editora Unicamp, 2003, p. 83.

construído o círculo de contatos com os nomes de alguns familiares de desaparecidos que foram despontando entre o eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Todos os entrevistados eram pessoas desconhecidas por parte do entrevistador/da pesquisadora. Contudo, foi feita uma pesquisa prévia sobre todos/as os/as entrevistados/as, sobretudo nos sites do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) e desaparecidospolíticos.org, com o intuito de entender a história do familiar desaparecido e os principais eventos na vida dos mesmos.

Para efetuar as entrevistas, como metodologia de trabalho, foram estabelecidos os seguintes critérios: escolher/selecionar familiares da mesma geração do desaparecido ou de gerações mais novas; elaborar um roteiro de pesquisa temática; produzir um caderno de campo no qual pudesse ser traçado todo o processo envolvendo as entrevistas.

De forma mais específica, no primeiro caso, buscou-se entrevistar familiares da mesma geração do desaparecido ou de gerações mais novas, ou seja, irmãs e/ou irmãos num total de vinte e cinco pessoas. Foram entrevistadas também uma esposa que, além de ser esposa, era irmã e filha de desaparecidos, duas mães de desaparecidos (que depois pediram a exclusão de seus depoimentos), três sobrinhas, dois primos e o primeiro advogado dos familiares.

Quanto à elaboração do roteiro da pesquisa temática, o mesmo teve por objetivo entender, apesar das muitas semelhanças na história de vida dos desaparecidos, as diferenças ou especificidades de cada caso. A elaboração do roteiro foi temática e possibilitou que o/a entrevistado/a tivesse mais liberdade para se expressar e falar da sua vida, infância e proximidade antes da ruptura que culminou com o desaparecimento do familiar. Feito isso, foi constatado que havia uma gama diferenciada entre o(a)s entrevistado(a)s, isto é, partidários políticos, apartidários, militantes de movimentos sociais, sem militância, entre outros.

Em relação à elaboração do caderno de campo, ele foi feito com o intuito de elaborar todo o processo de construção das entrevistas, que consistiu em descrever as ações, desde o primeiro contato (via e-mail, telefone, carta e outros meios de comunicação) até o momento da entrevista. Assim, objetivei compreender os caminhos traçados entre as redes de contato dos familiares e as impressões dos encontros-visitas durante o processo de entrevista. Outro objetivo foi observar o âmbito privado da vida destas pessoas que me possibilitou perceber as posturas diferenciadas dos entrevistados entre o ambiente privado e o público. Assim, depois de gravadas, transcritas e revistas (sob minha responsabilidade), as entrevistas somaram um total de 355 páginas de texto e gravação de 18h00min42. Foram digitalizadas cartas, fotos,



fichas de identificação e outros documentos, grande parte cedida a mim pelo(a)s entrevistado(a)s. Durante as visitas, pude perceber também que a presença do familiar desaparecido(a) ainda era celebrada a todo instante, sobretudo reverenciada através de fotos e símbolos, notadamente, em alguns casos, pela preservação do quarto e seus pertences, tal qual estava no momento de sua repentina partida<sup>32</sup>.

Quanto ao roteiro temático, segue abaixo, o modelo do mesmo.

**Roteiro temático para entrevistas com familiares de desaparecidos/as políticos do Araguaia**

1. Identificação: (nome, idade, profissão atual, local de nascimento e de moradia atual).
2. Vida particular: família, infância, adolescência, juventude, vida cotidiana, militância e/ou proximidade da militância do desaparecido e (des)conhecimento da militância do mesmo. Falar sobre isso, sobre relacionamento e proximidade com o mesmo. Como a família reagia a essa militância? Como era essa relação?
3. A clandestinidade: Durante o período em que o familiar desaparecido viveu na clandestinidade, como foi mantido o contato? O que culminou com tal fato? Houve contatos vias cartas e recados. Você guarda os mesmos, pode nos ceder para pesquisa? Fale-me disso... Como e quando tal contato foi interrompido? Foi gradual? Conte-me isso...
4. A espera: Fale-me sobre o período de espera por notícias do desaparecido (nome). Como foi essa espera? Sua família saiu à procura do mesmo? Quando sua família percebeu que, talvez, seu (nome) familiar pudesse estar morto? Fale-me desse período.
5. A procura: conte-me como sua família reagiu e procurou pelo (nome) desaparecido. Houve denúncia e/ou procura nas autoridades civis e militares? Quais? Vocês chegaram a procurá-lo/a em hospitais, prisões e outros? Foram a jornais? Tem algum desses documentos da época guardados? Como seus pais (pai e mãe) se comportaram nesse período?
6. A denúncia: Como sua família reagiu ao dar-se conta de que o familiar era um/a desaparecido/a político? Como foi que se processou essa constatação dentro e fora do seio familiar? Quais foram os principais questionamentos e angústias vividas naquele momento? Houve divergências de opiniões entre os familiares acerca da “opção” pela luta armada empreendida pelo/a desaparecido/a? Fale-me mais sobre esse momento.
7. Reconstrução da vida: O que você diria que mudou na sua vida ou na vida de outro familiar a partir do trágico episódio do desaparecimento? Fale-me sobre isso.
8. Desaparecido: O que significa para você ter um familiar desaparecido? Como você definiria a morte? O que para você poderia concluir essa morte? Que rituais? Como seus pais viveram os últimos anos de suas vidas sem a materialidade do corpo do/a desaparecido/a?
9. Geração e memórias: como seus familiares das novas gerações veem esse episódio do desaparecimento? Como eles reconstruíram suas memórias?
10. Memória e educação: para você, o que tal episódio, mesmo de cunho familiar, tem a ensinar para a história do Brasil e para as novas gerações? Que aprendizados tiramos dele?

## 1.6 As imagens

Ao longo do trabalho foram utilizadas diversas imagens fotográficas que tiveram dois principais objetivos: aproximar o leitor dos/as entrevistados/as e dos/as desaparecidos/as, com o intuito de criar

<sup>32</sup> Toma-se como exemplo, neste caso, a família de José Huberto Bronca.

certa intimidade/familiaridade entre o leitor e eles/as. Além disso, o intuito é dar maior dimensão visual e histórica ao tema estudado, pois, entre outros aspectos, a concepção de fotografia aqui utilizada foi de tratá-la, assim como todas as outras fontes, como documento histórico. Ou seja, percebe-se aqui a importância de um registro fotográfico tanto quanto um registro histórico. Assim, o documento fotográfico registra os caminhos por eles percorridos e que, neste trabalho, cotejados a outras fontes, ajudaram a “constituir” uma história, ou parte dela<sup>33</sup>.

Em diversos momentos neste trabalho tais especificidades dos documentos fotográficos estiveram presentes ao evidenciarem, muitas vezes no verso, pequenos enunciados de um tempo, lugar ou mesmo das impressões do depositário da fotografia sobre o momento ou o indivíduo fotografado. Foram trazidos também documentos fotográficos com e sem tratamento de conservação para demonstrar ranhuras, dobraduras, rabiscos, recortes que denotam ações e intenções de quem a conservaram.

Muitas das fontes fotográficas utilizadas neste trabalho foram cedidas para reprodução por familiares de desaparecidos entrevistados. Outras fotografias foram encontradas em diversos sítios virtuais disponíveis na internet. Todas elas trazem informações sobre suas respectivas origens, bem como das imagens captadas, do local e da data com a prévia intenção de auxiliar na compreensão do texto e da imagem enunciados.

## 1.7 A divisão do trabalho

Na primeira parte deste trabalho, encontra-se a introdução na qual é apresentada, entre outros elementos, o tema, a justificativa, a metodologia e as fontes.

A segunda parte discute, inicialmente, o nascimento do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e a cisão interna que preconizou o caminho da luta armada. Analisa ainda as histórias das vidas de alguns dos militantes desaparecidos no Araguaia, tomando por base as fontes orais e outros documentos. Enfatiza a relação inicial com a família do/a desaparecido/a, bem como tenta compreender o primeiro momento no qual houve a ruptura com o/a desaparecido/a. Buscou-se compreender o processo gradual da ruptura com os familiares: os indícios, vestígios que foram sendo deixados e demarcados na vida e nas memórias de seus familiares desde o processo de clandestinidade até a partida sem volta.

---

<sup>33</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

Na terceira parte, procura-se entender, a partir de cartas, bilhetes, depoimentos orais e outras fontes, a mobilização (principalmente do eixo Rio-São Paulo) dos familiares de desaparecidos políticos, no intuito de identificar e constatar a participação do familiar desaparecido/a no intento do Araguaia. Assim, o principal objetivo foi analisar a transformação dos familiares do(a)s desaparecido(a)s de sujeitos sem ou com pouco engajamento político em sujeitos políticos ativos. Foi utilizado o caso dos desaparecimentos e reparações na Argentina para contribuir na análise do caso do Araguaia.

Logo em seguida, na quarta parte desse trabalho, são analisadas diversas ações, sobretudo políticas, que contribuíram para que houvesse uma modificação no processo de construção e reconstrução das memórias dos desaparecidos, inclusive pelas novas gerações. Foram utilizados principalmente os depoimentos dos familiares entrevistados, além de outras fontes que objetivaram dialogar sobre as novas memórias que se construíram sobre as memórias dos parentes antes do evento do desaparecimento.

Já a quinta parte reflete sobre os diversos grupos de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia que se formaram a partir do momento da implantação da Lei de Anistia, em 1979, e sobre os desdobramentos que se configuraram com o surgimento de novos grupos, diferenciados por ideologias políticas e pelo acirramento com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sobre a responsabilidade deste partido político no que diz respeito à ausência de informações sobre o conflito e o destino final dos militantes que desapareceram no conflito.

E, por fim, chega-se à conclusão na qual trago algumas considerações sobre o que foi possível detectar ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

## 2 FALTAVA(M) ELE(A)S!

**Figura 1-** Imagens dos mortos e desaparecidos do Araguaia.



**Fonte:** <<http://coletivizando.blogspot.com/2012/01/centenario-de-joao-amazonas.html>>. Acesso em: 13 set. 2011.

Inicialmente, discorrer-se-á, neste tópico, sobre o surgimento do Partido Comunista do Brasil (1922) e os acontecimentos que acarretaram com a cisão que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reorganizado em 1962. Além disso, também foram levantadas algumas influências que contribuíram para a escolha da concepção de

luta armada como caminho para a tomada do poder e que amadureceu na implantação do modelo de luta armada maoísta. Em seguida foram discutidas as angústias, a partir de depoimentos e outras fontes, que acometeram os familiares dos desaparecidos políticos do Araguaia em dois momentos: com a saída de seus parentes para lugar não sabido e quando da convicção de que eles/elas haviam partido para o intento na região do Araguaia, que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia.

Para tanto, faz-se uso dos indispensáveis depoimentos orais e escritos, de levantamento bibliográfico e digital acerca do tema que contribuíram para a compreensão das múltiplas relações estabelecidas entre os familiares, os combatentes desaparecidos e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que organizou e dirigiu a Guerrilha.

## **2.1 O PCdoB e a AP: o caminho da China Comunista**

Com a intensificação do processo repressivo das forças ditatoriais às organizações políticas e também civis, o PCdoB começou a trilhar o caminho já outrora prenunciado, mesmo antes do Golpe, isto é, a luta armada como caminho para a tomada do poder político. A questão da implantação da guerrilha e do modelo de luta armada havia amadurecido na sua direção política, muito embora a grande militância contasse apenas com a expectativa de saber quando e onde se daria a mesma. Ou seja, a direção política discutiu, estudou, enfim, pensou sobre a luta armada.

No ínterim entre o processo de definição de qual modelo e caminho de luta armada seriam seguidos, ganhou força e relevância a experiência chinesa através da concepção do líder Mao Tse-Tung. Sendo assim, o Comitê Central do PCdoB empenhou-se em deslocar alguns dirigentes do Partido para a China, bem como enviar para este país alguns militantes que, mesmo sem o peso político dos dirigentes, embarcaram no inverno de 1968, a fim de desenvolverem treinamento de guerra de guerrilha e também aprenderem teoria e prática de montagem de equipamentos militares<sup>34</sup>.

O papel que a China Comunista desenvolveu no imaginário das esquerdas no Brasil, nos anos subsequentes ao Golpe de 1964, é bastante considerável. Há que se fazer menção de como a experiência revolucionária da China se irradiou, inclusive em uma organização política de grande inserção social à época, como a Ação Popular, ou

---

<sup>34</sup> Citamos alguns militantes que teriam embarcado para a China, neste período, tais como Zezinho, Divino, João Carlos, entre outros.

simplesmente AP, como passou a ser conhecida. Esta organização nasceu na Igreja Católica, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1962, o mesmo ano da reorganização do Partido Comunista do Brasil. A AP avançou no processo de embate e amadurecimento de seu pragmatismo das experiências da proletarianização de sua militância à disputa pela ideologia e concepção doutrinária de poder para um partido revolucionário.

Nesta disputa pelo modelo político, que se libertara das concepções essencialmente cristãs, a aproximação com o PCdoB, na minha análise, desencadeou um processo de influência ideológica de mão dupla: tanto a AP sofreu influências do PCdoB – evidências disso é a incorporação desta organização em 1972 – quanto o PCdoB sofreu influências ideológicas da AP. Assim, a AP buscou o caminho para a transformação do poder político do país através da “opção” pelo exemplo do maoísmo, enquanto o PCdoB, com o embrutecimento cada vez maior das forças repressivas, encontrou na AP “quadros” e militância política de maior peso, dada a extrema dificuldade que vivia o PCdoB naquele período. Esta aproximação, que se configurou com a incorporação, permitiu que o Partido dispusesse, a partir de então, de uma grande influência no movimento estudantil, marcas deste legado são perceptíveis ainda nos dias atuais.

A partir do depoimento, a seguir, percebe-se atuação da Ação Popular no Rio Grande do Sul naquele período.

Em agosto e 1965, vindo do Rio de Janeiro, me integrei a Ação Popular. Atuei até 1970. Durante cinco anos atuei no movimento operário. Eu sou de origem metalúrgica, tinha saído àquela época de uma metalúrgica para ficar disponível para atuação na JOC, depois fiquei até 1970, fiquei assim como... Recebia... uma ajuda, ou vendia coisas, jóias, para mim me manter, em 1970 fui trabalhar na *Miqueletto*, mas neste cinco anos atuei intensamente na Ação Popular, mas vinculado a esta coisa do movimento operário, mas também à direção da Ação Popular. (...). A AP tinha mais facilidade de relacionar por não ser uma organização reconhecidamente, tradicionalmente como comunista e nem marxista, e com muito apoio da ala à esquerda da Igreja. A gente se reunia muito nas Igrejas, fazíamos grandes reuniões utilizando esta estrutura,

enquanto os outros partidos tinham dificuldades, a organização Ação Popular tinha muito facilidade, só para você ter idéia, fazíamos muito reuniões em São Leopoldo, no Seminário do Cristo Rei, e tínhamos muito apoio. (...). Na ação prática fazíamos conforme a conjuntura política nos permitia [*sic*]. (...).<sup>35</sup>

O processo de aproximação com o PCdoB na luta cotidiana até sua incorporação em 1972 foi, ao que se pode constatar, um “caminho natural”, diferenciado, porém, da atuação, incorporação e dispersão desta organização em outros estados da região Sul, como é o caso da atuação da Ação Popular no estado do Paraná<sup>36</sup>.

Houve, segundo a documentação do DOPS aqui analisada, através das viagens à China no mesmo período, a aproximação tanto política quanto ideológica destas duas organizações. Na luta diária, através de campanhas de mobilização de massas, essa aproximação mostrou-se mais evidente, e a influência ideológica, neste sentido, o caminho, como nos relatou um ex-militante da AP, José Ouriques Freitas, durante a segunda metade da década de 1960 até 1970<sup>37</sup>. Havia também, como enfatizou o mesmo, “uma admiração e respeito mútuo que marcava a militância de ambas as organizações”<sup>38</sup>. Indícios disso foram as “inúmeras ações” de pequenas e grandes envergaduras realizadas conjuntamente.

(...). Ação prática era uma ação mais limitada pelas contingências da Ditadura... Em 64 em diante já começou a ter um cerceamento da participação, intervenção em sindicatos, muito

<sup>35</sup> Depoimento de José Ouriques de Freitas concedida à Deusa Maria de Sousa, em 24/06/05, em Cachoeirinha, Rio Grande do Sul.

<sup>36</sup> Sobre este aspecto ver obra de DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

<sup>37</sup> José Ouriques de Freitas, 63 anos, gaúcho de Porto Alegre, foi militante da JOC – Juventude Operária Católica, e da AP - Ação Popular. Atualmente é membro do Comitê Estadual do PC do B/RS, presidente do Comitê municipal de Cachoeirinha – cidade da região metropolitana de Porto Alegre, ocupou também a presidência do Comitê Regional deste Partido durante os anos de 1992-1995, foi membro do Comitê Central deste mesmo Partido. Foi presidente nacional da JOC – Juventude Operária Católica. Em 1964, na condição de presidente da JOC, foi morar no Rio de Janeiro permanecendo lá, segundo seu depoimento, por 14 meses. Foi então, neste período, segundo relata o mesmo, que entrou em contato com membros da AP, começando, a partir de então, sua atuação e militância na Ação Popular – a AP no Rio de Janeiro, numa ação programada por esta organização, em protesto com panfletagem contra a visita do então presidente da França Charles De Gaulle ao Brasil.

<sup>38</sup> Idem.

controle, mas, mesmo assim até o AI-5 dezembro de 68, se tinha uma atuação mais aberta... a Ditadura não foi, digamos, de caráter assim fascista como foi a partir de 68. Fizemos uma ação de grande envergadura, que eu considero, e foi criado nacionalmente, o chamado MIA – movimento... Antiarrocho, então se fez ações muito importantes em 67, e 68 grandes mobilizações de massa. Tanto é que no final de 68, teve um maior fechamento dentro da Ditadura (...). Nós fizemos uma grande campanha, pela anulação do voto em 66, 68, mas principalmente em 66 teve grandes repercussões... Nós, que eu digo, a esquerda de um modo geral, mas, a Ação Popular tinha muita força nesse movimento contra a Ditadura. Outra de grande envergadura foi em 68 de apoio à Guerra do Vietnã. Me recordo que em Porto Alegre nós fizemos uma grande manifestação de apoio ao Vietnã, contra os Estados Unidos, contra a intervenção americana no Vietnã, queimamos bandeiras dos Estados Unidos e hasteamos e levantamos a bandeira do Vietnã, a Erony inclusive, minha esposa, fez várias bandeiras do Vietnã que nós levantamos em frente à prefeitura de Porto Alegre (...).<sup>39</sup>

Há que se fazer menção às semelhanças no interior das duas organizações políticas em questão, o PCdoB e a AP – além do que já foi exposto aqui –, a situação e o processo embrionário, dentro dos quais as duas foram concebidas no ano de 1962. A AP nasceu do processo de maturação e de concepção em trilhar um caminho que não se guiava pelos preceitos da Igreja. Não se pode deixar de mencionar, também, que esta concepção política inovadora e a maturação ideológica evoluíram, em grande medida, pela proximidade da luta política cotidiana, bem como pela imensa ligação com as diversas forças políticas adquiridas na condução do processo de consolidação da AP como força hegemônica no movimento estudantil e na direção da UNE e da UBES, nos anos 60 e 70. Este processo culminou no rompimento com a JUC (Juventude Universitária Católica). Inaugurou-se, assim, uma nova fase, tanto política quanto prática no movimento juvenil. Por seu turno, o PCdoB, “nasceu” de uma crise, tanto de condução e

---

<sup>39</sup> Ibid.



alinhamento político interno e externo quanto do rompimento da tradição da tutela e dos ditames do Partido Comunista da URSS (PCUS), expressão máxima do socialismo para o mundo naquele momento de bipolaridade política, como veremos a seguir.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 25 de março de 1922, surgiu no contexto do início da industrialização do Brasil e foi marcado pela forte influência anarquista nos sindicatos de trabalhadores, trazida pelo imigrante europeu e, ainda, sob o “clima” de euforia da então recente Revolução Socialista de Outubro na Rússia. Levantes nacionais, como o Levante dos Quartéis, o Forte de Copacabana e a Coluna Prestes tiveram também forte influência na origem deste partido<sup>40</sup>.

O trabalho de pesquisa, ainda não publicado, do dirigente comunista gaúcho e historiador Raul K. M. Carrion, intitulado *O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul 1922-1929*, dá conta destes primeiros anos do surgimento do PC do Brasil. O mesmo é enfático ao afirmar que este surgimento está intimamente ligado “aos grandes movimentos operários de 1917-1920 e à sua derrota, decorrente da incapacidade anarquista em dar um rumo correto a essa luta”<sup>41</sup>. Este autor destacou ainda a importância de vários fatores na condução do processo do surgimento do PC do Brasil, e a relevância da experiência anarco-sindical.

É nesse contexto de impotência e de fracasso do anarquismo na condução da luta contra a exploração capitalista, que explode a grande Revolução Russa, dirigida pelo Partido Bolchevique, que conduz o proletariado ao assalto ao Poder, em aliança com o campesinato, e cria o Estado Soviético. A influência desses acontecimentos sobre a vanguarda operária no Brasil é enorme. Os “dogmas” anarquistas contra o “Partido em si” e contra o “Estado em si” – sem examinar o seu caráter de classe – caem por terra. Lentamente, dá-se um processo de diferenciação dentro do próprio movimento anarquista, onde cresce a corrente dos *anarco-bolchevistas*, de onde sairão alguns dos fundadores do PC do Brasil em 1922. A própria

---

<sup>40</sup> COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - COMITE CENTRAL DO PCdoB – In: 50 ANOS DE LUTA, São Paulo, 1972, p. 4.

<sup>41</sup> Idem, p. 35.

passagem de uma parte dos anarquistas “puristas” para o campo do antisovietismo, acelera esse processo.<sup>42</sup>

Assim como a classe operária, segundo Carrion, “os comunistas também não tinham o amadurecimento necessário para engajar-se nessas lutas e dar-lhes um caráter de classe, com reivindicações da classe operária”<sup>43</sup>. O *Documento 50 anos de luta do Partido Comunista do Brasil*, aponta que neste período de grande efervescência política nacional, o PC do Brasil limitou-se a fazer propaganda abstrata para os trabalhadores das ideias revolucionárias da vitoriosa Revolução Russa, como, por exemplo, a defesa de governo por soviets no Brasil.<sup>44</sup>

O Partido, naquele momento, reivindicando mecanicamente a adoção de um governo apoiado pelos soviets ignorava, então, as mudanças ocorridas no cenário político nacional.

É importante destacar que, após este período, iniciado com a Ação Nacional Libertadora (ANL), o Partido passou a ter boa aceitação popular, segundo o autor, com o trabalho de massas e de organização celular muito forte. Em 1945, organizou numerosos comícios e passeatas na campanha para a anistia dos encarcerados políticos que haviam sido presos e torturados durante o Estado Novo; entre estes estavam Luis Carlos Prestes, Gregório Bezerra e Carlos Marighella. Estas manifestações culminaram com a campanha Pró-Anistia que durou uma semana ininterrupta dirigida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a assinatura da Lei de Anistia por Vargas. Também é neste mesmo ano que o Partido passou a funcionar abertamente, iniciando sua reorganização com a legalização no Tribunal Superior

---

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> CARRION, Raul M.K. **O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul 1922- 1929**, p. 1 (texto não publicado e gentilmente cedido pelo autor).

<sup>44</sup> Na análise sobre o cenário político dos anos 30, Ítalo Tronca ressalta o advento comunista no meio sindical e sua ostentação da bandeira vitoriosa da Revolução Russa, bem como a disputa com anarco-sindicalistas pela “unificação” do movimento operário como estratégia, segundo ele, para a hegemonia sindical do comunista, preceitos determinados pela III IC– Internacional Comunista da URSS, reforçando a ideia de centralização dos organismos partidários e sindical, concepção até então estranha ao movimento nacional, que refletia o pensamento libertário defendido pelos líderes anarquistas (p. 18–24.). “Esse mimetismo do PCB em relação à IC não se restringe à política de frente única. Na prática, o Partido só é capaz de enxergar a ‘Realidade’ brasileira através das lentes da IC, acabando por atuar como uma mera agência desta, sem qualquer margem ou autonomia.” In: TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30 – A dominação Oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 30.

Eleitoral. Segundo a afirmação de João Falcão, “(...) no final de 1945, o partido já tinha 50 mil filiados”<sup>45</sup>.

O *Documento 50 anos de Luta* enfatizava o amadurecimento político do PC do Brasil em 1954 ao elaborar, pela primeira vez em sua história, o programa partidário e socialista pelo qual o partido deveria guiar-se. Em *Testamento de Luta*<sup>46</sup> - obra biográfica de Carlos Nicolau Danielli, militante comunista e dirigente, morto pela ditadura em 1972 em consequência das torturas impetradas pelos órgãos de repressão - Osvaldo Bertolino, autor desta obra, ressaltou assim este momento na vida do Partido:

Em dezembro de 1953, o Comitê Central do Partido publicou o “Projeto do Programa Comunista do Partido Comunista do Brasil”. Era a deflagração do 4º Congresso, inicialmente programado para 1947 e impedido de se realizar pelas circunstâncias de então. O jornal *Voz Operária* começou a publicar o suplemento “Tribuna do IV Congresso” em fevereiro de 1954. Carlos Danielle escreveu um artigo no 3 de abril. Intitulado “O Programa do PCB – Programa da Juventude”. Falou da importância da união das forças democráticas e nacionais e centrou sua argumentação no papel da juventude. (...).<sup>47</sup>

Quanto ao governo Juscelino Kubitschek, o documento ressaltou que o Partido não tomou posição clara referente à política posta em prática, pelo contrário, mostrou-se vacilante frente à política governamental de desenvolvimentismo e progresso da nação brasileira.

---

<sup>45</sup> BERCHT, Verônica. **Coração Vermelho**: a vida de Elza Monnerat. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p. 57.

<sup>46</sup> BERTOLINO, Osvaldo. **Testamento de luta**: a vida de Carlos Danielli. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Carlos Nicolau Danielli foi um dirigente de vanguarda dentro dos quadros do PC do Brasil. Neto de imigrantes italianos teve, desde os primeiros anos de vida, uma forte influência do anarco-sindicalismo do Rio de Janeiro do início do século XX. Filho de Pascoal Danielli, que foi deputado pelo Partido Comunista na Constituinte de 1946. Carlos filiou-se ao Partido em 1940, sendo eleito em 1954 para o CC do Partido com apenas 25 anos de idade. Foi crítico na compreensão dos embates teóricos dentro do organismo partidário. Participou do processo de reorganização do PCdoB em 1962, foi também o elo entre a direção do Partido e a Guerrilha do Araguaia, o que resultou em sua sentença de morte. Foi preso e morto, nas dependências do DOI-Codi do II Exército, em 31 de dezembro de 1972.

<sup>47</sup> BERTOLINO, Osvaldo. **Testamento de luta**: a vida de Carlos Danielli. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p. 87.

O Partido encontrava-se então como a massa popular, “*encantada*” pelo grande processo industrial que aqui se desenvolvia, sem dar-se conta de que essa industrialização era monopolista estrangeira e não nacional. Havia na indústria nacional um limite na infraestrutura que, além disso, era de capital misto. Neste contexto ainda, o Partido tomou ciência das teses de Nikita Krushev em 1956, iniciando-se, então, uma nova fase na vida do PC do Brasil<sup>48</sup>.

Em meio à crise que o Partido começava a viver, os dirigentes e militantes do PCB sofreram um terrível choque quando os jornais *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, e *Diário de Notícias*, do Rio, publicaram o Informe Secreto de Krushev, lido na abertura do XX Congresso do PCUS, em Moscou. O Informe acusava Stálin (falecido em 1953) de vários crimes e conclamava o fim de 30 anos de autoritarismo e culto à personalidade<sup>49</sup>. Assim, estando o país imerso no contexto de desenvolvimentismo industrial do governo JK e tendo o mesmo uma relativa liberdade política “concedida” pelo presidente, esses aspectos levaram a direção do PC a acatar as teses do XX Congresso do PCUS de autoria de Krushev. Tais teses apontavam para a perspectiva da coexistência pacífica, direcionando para uma reconciliação entre a burguesia e o operariado<sup>50</sup>.

A aceitação das teses não foi um processo pacífico no Partido, pelo contrário, gerou a cisão do que hoje conhecemos como PCdoB, já que o antigo PC do Brasil (PCB), naquele Congresso, assim como os soviéticos, também alteraram suas formulações teóricas e políticas, mudando bruscamente a orientação do movimento comunista internacional. Passando a defender o caminho pacífico para o socialismo, mudaram também sua nomenclatura para Partido Comunista Brasileiro, além de retirar do seu programa expressões como ‘marxismo-leninismo’ e abrandando outras.

---

<sup>48</sup> AMAZONAS, João. **30 anos de confronto Ideológicos: Marxismo x Revisionismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990, p. 245. Este episódio ficou conhecido como as Teses de Krushev do XX Congresso do PCUS, ou Revisionismo. Resultou num processo de discordância e desentendimento interno e que deu origem à cisão partidária, que culminou com a reorganização do Partido, o PCdoB em 1962. Retificando a sigla e designação do internacionalismo proletário, imbuído desde sua fundação em 1922. “Essa linha passou a ser considerada por uma parte dos comunistas em todo o mundo como revisionistas”. Op. cit. In: BERTOLINO, Osvaldo. **Testamento de luta: a vida de Carlos Danielli**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p. 48.

<sup>49</sup> BERCHT, 2002, p. 50.

<sup>50</sup> As referidas Teses de Krushev consistiam principalmente na denúncia dos crimes de Stálin, o culto à personalidade e a aprovação de um conjunto de medidas no XX Congresso do PCUS na, na antiga URSS, que alteraram profundamente os conceitos até então existentes sobre o marxismo.

Por outro lado, a reorganização do PC do Brasil deu-se em 1962 numa conferência extraordinária convocada pelos grupos descontentes com as novas orientações e concepções acatadas a partir de Kruschev no XX Congresso do PCUS e endossadas por Prestes<sup>51</sup>. Nela, destacaram-se dirigentes históricos que rompiam com aquela nova orientação e reivindicavam o caráter da luta de classe preconizada por Marx e Lênin, entre os quais estavam: João Amazonas, Pedro Pomar, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Carlos Danielli, Elza Monnerat, entre outros. Dois anos depois da reorganização, eclodiu o Golpe Militar de 1964.

## **2.2 O impacto do XX Congresso do PCUS no PC do Brasil e a “opção” pelo maoísmo**

Como foi referido anteriormente, o processo de organização e desfecho do XX Congresso do PCUS culminou com o esfacelamento do Comitê político do PC do Brasil. Houve um grande embate, dentro do Partido, a partir da discussão das Teses e foi nesse calor das divergências de concepções e orientações políticas que surgiram os primeiros indícios do rompimento que não tardaria a acontecer. Este ponto da discussão tornou acalorados os debates – tanto os debates preparativos para o XX Congresso quanto a Conferência do Partido em duas principais vertentes: a primeira, com a direção de Luiz Carlos Prestes, que defendia a postura e tradição do PCUS; a segunda, composta pelos “descontentes”, era encabeçada por grandes nomes do comitê central do Partido. Entre eles, destacou-se Maurício Grabois, deputado constituinte pelo Partido em 1946 e que participou do grupo de dirigentes que romperam com Prestes, passando a reorganizar o PCdoB.

Maurício Grabois produziu um documento que revelava todo o acirramento e a batalha das ideias na direção do PC do Brasil antes do rompimento de 1962. A “Declaração de março” é o documento que denota a expressão do fervor e das contradições em que estava mergulhado o PC naquele momento. Em “Duas orientações duas concepções”, outro documento da época, editado em março de 1960, Maurício Grabois faz uma análise crítica sobre as novas concepções emitidas no documento “Declaração de Março de 1958”. “Duas orientações” foi uma análise crítica do discurso oposicionista do grupo

---

<sup>51</sup> AMAZONAS, João. **30 anos de confronto Ideológicos: Marxismo x Revisionismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990. Este Documento foi produzido durante o processo de cisão interna e da reorganização do PCdoB, em 27 de março de 1963.

dos descontentes, no qual Grabois tomou parte, à “Declaração de Março de 1958”.

Grabois centralizou sua crítica na contradição da “Declaração” que negaria, segundo ele, as facetas do capitalismo e a própria história do Partido, ressaltando, ao mesmo tempo, as artimanhas dos grupos reacionários que ocuparam o poder no Brasil e suas ações concretas para cercear a vida orgânica e legal do Partido. Constrói sua crítica apontando os golpes de cassações dos registros e mandados dos comunistas nos 38 anos de existência do Partido, dos quais apenas em dois deles houve vida legal. Para melhor embasar sua crítica, relata ainda a situação de atrelamento das organizações sindicais ao poder estatal do Ministério do Trabalho, o que acarretou poucas ações ou manifestações convincentes, muitas destas isoladas e reprimidas sob ameaça de fechamento e intervenção<sup>52</sup>. A passividade assinalada na “Declaração”, nos pontos levantados pelo autor, criava elementos para endossar a “via pacífica” que permearia o caminho da revolução brasileira, buscada pela maioria da direção do PC, na nossa análise. Seria uma revolução sem atritos nem conflitos de classes, o caminho “único” a seguir. A luta armada e outras formas de alcance do poder pela via da violência revolucionária preconizada pelo marxismo-leninismo estariam fora da ordem do dia no caso do Brasil. Aqui, segundo a crítica de Grabois, seria um dos países no mundo onde tais estratégias seriam desnecessárias<sup>53</sup>.

Grabois concluiu sua crítica à “Declaração de Março de 1958” de maneira progressivamente embasada e historicamente contextualizada. A questão ideológica evidente naquele documento tornou-se, afinal, além do motor que moveu o Partido, seu divisor no início de 1962. Perseguindo um modelo de Partido ainda não concebido por dentro, nem por fora, Grabois pôde esmerar sua crítica à “Declaração” tomando como base todo o impacto das Teses de Krushev levadas a efeito em 1956. As contradições presentes no PCUS neste período da Guerra Fria tomaram de assalto as forças das organizações comunistas do mundo com as orientações incontestáveis da URSS. Ocorre um descontentamento e rompimento gradual com o modelo soviético. Estes impactos dentro do organismo político comunista no Brasil foram devastadores, ocasionando fissuras grandes e pequenas, tanto interna quanto externamente. As mudanças significativas apresentadas na crítica de Grabois demonstram o caminho e os novos rumos que viveram o

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Ibid, p. 231.

Partido Comunista do Brasil neste íterim, tendência presente em outras organizações comunistas do mundo, como na China, por exemplo.

### **2.3 A Anistia**

Na segunda metade da década de 1970, com o regime ditatorial em declínio e a opinião pública em efervescência pela implantação da Anistia, havia nas cinco regiões do Brasil famílias que aguardavam a chegada de seus parentes que, após ingressarem na luta armada, cessaram o contato com seus familiares. Nestes lares, apesar de muita apreensão e angústia pelo temor que o pior pudesse ter ocorrido, havia um fio de esperança de que os ares da Anistia lhes trouxessem os parentes de volta ao meio familiar. Entre estes, os familiares dos homens e mulheres que foram para a Guerrilha do Araguaia eram numerosos e constituíam um grupo à parte, já que não tinham notícias sobre seus filhos, filhas e/ou maridos, irmãos ou irmãs, nem através das autoridades, nem através do Partido, o PCdoB.

Com o advento da Anistia, em 1979, quando muitos dos perseguidos e banidos políticos retornaram ao país, sobretudo os dirigentes do PCdoB, partido político que organizou e dirigiu a Guerrilha na qual seus parentes haviam ingressado, ficou mais plausível a crença de que a morte teria sido o destino final dos que estiveram envolvidos na Guerrilha do Araguaia. Contudo, apesar da presunção de que houvera morte no conflito em uma região distante do país, ficaram muitas indagações acerca do que de fato ocorrera a eles/elas. Afinal, houve mesmo uma guerrilha? Onde? Eles/elas participaram? Quanto tempo durou? Eles/elas morreram neste conflito? Como morreram? Quando? Onde foram enterrados/as? Onde estão seus restos mortais?

Partindo destas indagações que perduraram durante muito tempo, entre o medo da repressão e a espera por notícias que não vieram, muitas famílias encontraram nos grupos que se movimentavam em torno da organização do primeiro congresso do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), em 1978, uma chance de reencontrar amigos, antes esquecidos, e, talvez, obter notícias que dessem conta do paradeiro de seus parentes que estavam “desaparecidos”.

Uma importante iniciativa que possibilitou o encontro de familiares foi a criação das comissões e subcomissões de desaparecidos, organizadas durante o segundo Congresso Brasileiro pela Anistia, em

novembro de 1979, em Salvador/BA<sup>54</sup>. O intuito inicial foi arrolar provas que contribuíssem para o embasamento das ações que se somaram na luta pelas denúncias dos crimes de violação contra os Direitos Humanos praticados pelo Estado, durante o período mais duro do regime militar. Mas para os familiares de desaparecidos, tais comissões serviram também para unir vidas marcadas pelo silêncio e pelo medo. O medo, neste caso, especificamente, podia ser definido de várias maneiras. Uma das formas mais presentes era o medo de que o desaparecimento, embora “compreensível”, dadas às circunstâncias de perseguição e clandestinidade que a maioria dos militantes de esquerda vivia, fosse confirmado a partir de um boato, ou do depoimento de algum ex-presos político, ou de alguma notícia de jornal ou revista, ou mesmo das novas listas que começavam a se formar com nomes de pessoas que teriam sido aniquiladas pela repressão<sup>55</sup>. Laura Petit da Silva, ex-militante do PCdoB na década de 70 e familiar de três dos mais de 60 desaparecidos políticos do Araguaia, relata seu medo da confirmação das mortes dos irmãos e de como essa notícia podia chegar até sua mãe:

(...). Foi em 78, porque quando teve o primeiro Congresso da Anistia, aqui na PUC [Pontifícia Universidade Católica], que eu comecei a participar da CBA, foi feita uma comissão, além dos exilados, presos políticos, tinha uma comissão dos mortos e desaparecidos políticos. O objetivo dessa comissão era listar os mortos e desaparecidos através dos amigos, familiares, e tudo... E essas listas começaram a ser publicadas... Daí nós ficamos com receio, que a minha mãe tivesse um choque se ficasse sabendo ou pela

---

<sup>54</sup> No referido Congresso foram distribuídas fichas para os familiares ali presentes, e também enviadas para seus estados, onde as famílias e/ou membros da Comissão e Subcomissão preencheram com os dados pessoais do(a) desaparecido(a). Também foram entregues dezenas de fotografias (numeradas e datadas) para serem anexadas no processo judicial. Os familiares responsáveis pelo recolhimento, preenchimento e localização das fichas dos desaparecidos do Araguaia foram Edgar e Irene Creder Correa, pais dos desaparecidos no Araguaia, Elmo e Maria Célia Creder Correa.

<sup>55</sup>“(…) num determinado momento, um homem, uma mulher, ou até crianças, desaparecem. São arrancados, do meio da rua, são arrancados de suas casas e de seus locais de trabalho e ninguém sabe mais informar. As indagações pelos canais regulares, pelos meios judiciais, ou os reclamos da opinião pública não têm eco. O grito das famílias não tem eco. E ninguém sabe exatamente o que aconteceu”. Apud SILVA, Hélio. Desaparecidos, criação da ditadura militar de 64. In: CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). **Desaparecidos Políticos. Prisões, seqüestros, assassinatos**. Rio de Janeiro: Opção, 1979, p. 26.



televisão, ou pelo jornal, chega um parente dela e fala: *“olha, o nome do seu filho está lá...”*, e ela recebesse a notícia dessa forma...<sup>56</sup>

No ano seguinte, em novembro 1979, o CBA organizou em Salvador (BA) o segundo Congresso Nacional pela Anistia. Através da criação da comissão de mortos e desaparecidos, foi criada, no congresso em Salvador, a subcomissão do Araguaia. Cada familiar do Araguaia que compareceu ao evento preencheu uma ficha cadastral que designava os dados pessoais do parente desaparecido, o último contato sobre o conflito do Araguaia e quais as medidas legais a serem tomadas pela família.

O intuito da comissão era identificar quais desaparecidos políticos haviam participado do conflito, naquela época chamada Guerra do Araguaia. A maioria das famílias sabia que seus familiares eram militantes políticos, algumas poucas, talvez, não tivessem plena consciência de que eles eram membros do Partido Comunista do Brasil. Em alguns raros casos, não há um relato familiar que afirme o pleno conhecimento de sua militância partidária. Todavia, a maneira como as famílias tiveram seu contato diminuído com o ingresso do familiar desaparecido no intento do Araguaia é muito semelhante. Houve, em alguns dos casos aqui estudados, uma perceptível mudança no comportamento do desaparecido para com sua família. Verificou-se uma plena diminuição do contato familiar, saídas e chegadas misteriosas, além de uma espécie de “despedida” ainda que disfarçada.

Nos casos daqueles militantes cuja família era sabedora de sua militância partidária, o processo de separação foi “às claras”. Para estas famílias, o ingresso em uma incursão para um lugar desconhecido, com intuito de futura participação em uma guerrilha, foi vivido abertamente. Houve casos, inclusive, em que tudo foi decidido e discutido entre os integrantes familiares. Podemos citar como exemplo o caso dos Grabois, Ribas, Resende, entre outras. Ressalta-se também que, nas viagens misteriosas que muitos militantes políticos faziam na época de maior repressão política do regime ditatorial, o espectro da morte estava previsto no cotidiano da luta política e da guerra ideológica que estava posta.

No entanto, na maioria dos casos dos desaparecidos do Araguaia, o “sumir” de circulação foi resultado de outros fatores de perigo de

---

<sup>56</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedida à Deusa Maria de Sousa, em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

suma relevância, tais como a identificação pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de militantes comunistas, como, por exemplo, o ocorrido durante as manifestações decorrentes da morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em março de 1968, no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Assim, só restava para aquelas pessoas a alternativa de ir para o exílio ou continuar sua militância na clandestinidade.

Aparições de destaque despertavam atenção dos órgãos sensoriais da repressão. Deste modo, a convocação para a Passeata dos 100 mil, ocorrida em junho de 1968, culminou com a prisão de vários líderes estudantis que, após saírem da prisão, ingressaram no intento do Araguaia. *Ciro Flávio Salasar de Oliveira*<sup>57</sup>, *Helenira Resende de Souza Nazareth* e *Antonio Guilherme Ribeiro Ribas* foram três casos que sintetizam tal situação.

O primeiro, *Ciro Flávio*, participou ativamente da Passeata dos 100 mil, e os outros dois do XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) em Ibiúna, em outubro de 1968. O referido congresso culminou com a prisão de centenas de lideranças estudantis, entre as quais estavam a então eleita vice-presidenta da UNE, *Helenira Resende de Souza Nazareth*, e o presidente da UPES (União Paulista de Estudantes Secundaristas), *Antonio Guilherme Ribeiro Ribas*. Ter o rosto estampado em algum veículo da mídia ou ter visibilidade em algum tipo de manifestação de grande repercussão determinou, na maioria dos casos, a partida apressada para destino não conhecido, o Araguaia.

Segundo consta em documentação do DOPS, entre os muitos procurados pelo regime militar estavam *Antonio Carlos Monteiro Teixeira*, *Divino Ferreira de Souza*, *Helenira de Souza Nazareth*, *Jaime Petit da Silva*, *Rosalindo Souza*, *Maurício Grabois* entre outros, todos banidos, procurados e/ou condenados, antes do deflagrar da Guerrilha, e que foram para aquela região longínqua do país na clandestinidade.

## **2.4 O período de clandestinidade e semiclandestinidade**

O afastamento daqueles militantes comunistas do PCdoB, embora tenha sido brusco, foi também gradual. Na maioria dos casos, houve um primeiro momento de semiclandestinidade, ou seja, os militantes ainda

---

<sup>57</sup> Sobre *Ciro Flávio de Salasar de Oliveira*: Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=226>>. Acesso em: 28 set. 2010.

apareciam para abraçar e confortar suas famílias. Viviam, geralmente, nas grandes cidades em apartamentos “aparelhos”, custeados pelo Partido e na clandestinidade. Com suas vidas e atividades políticas cerceadas pelos órgãos de repressão, sem a opção de viverem a mesma vida, e ainda inaptos para o intento armado, foi preciso criar uma nova identidade para sobreviver até a hora da partida. Se a opção pela luta armada talvez fosse discutível, por outro lado, porém, não havia outra opção para o militante que quisesse sobreviver (lutando ou não) e que já tivesse seu nome identificado pelos órgãos de repressão a não ser tornar-se clandestino ou, no caso de ter meios financeiros e vontade, ir para o exílio. Carolina Dellamore Batista Scarpelli, em recente artigo que trata sobre o tema, enfatizou a discussão acerca da “opção” pela clandestinidade:

Compreende-se que essa não é uma escolha feita em condições favoráveis de luta política. Ao contrário, é feita exatamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma escolha livre no sentido pleno do termo. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação do país, de falta de liberdade, de censura, torturas, assassinatos; enfim, é determinada pela perseguição declarada pelo poder militar.<sup>58</sup>

Criar uma nova identidade e vivê-la intensamente fez parte da vida de muitos militantes que ingressaram no intento do Araguaia e viveram a clandestinidade na plenitude. Outros/as, que não ingressaram na luta armada no Araguaia, mas que viveram intensamente a condição de clandestinidade, contam de maneira pouco confortável aquela experiência. Se tão profunda e avassaladora foi tal experiência, por que pouco se fala dela? Ou como indagou Scarpelli, “por que a experiência da clandestinidade transformou as memórias desses sujeitos em algo também clandestino?”<sup>59</sup>. José Dalmo Ribeiro Ribas, militante comunista que ajudou a organizar o processo de escolha e treinamento de guerrilheiros/as do Araguaia, no interior de São Paulo, relatou a motivação que o levou a condição de clandestino em seu próprio país,

---

<sup>58</sup> SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Vidas Clandestinas**: ditadura militar e as memórias da clandestinidade. In: **X Encontro Nacional de História Oral**: Testemunho, História e Política. 2010, Recife 2010. Disponível em: <[www.encontro2010.historiaoral.org.br/.../1270410148\\_ARQUIVO\\_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.doc](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/.../1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.doc)>. Acesso em: 06 out. 2010.

<sup>59</sup> Ibid.

pois, segundo ele, “eu fazia parte de uma lista de... (como alcunhou os sensores do regime) ‘*Incorrigíveis*’!<sup>60</sup> É. E esses que são da lista dos *incorrigíveis*, quando fossem encontrados, seriam sumariamente mortos. Então eu tinha muito medo, de ser preso”<sup>61</sup>.

De maneira semelhante e acometidos(as) pelo medo, muitos/as militantes do PCdoB viveram praticamente escondidos/as em locais (aparelhos) mantidos pelo Partido. Lá, permaneceram até o momento no qual foram testados/as e levados/as para o Araguaia. Depois, muitos enviaram cartas dando notícias às famílias de como estavam. Não forneciam informações sobre onde moravam, nem com quem, mas demonstravam estar bem e dispostos a ingressar em um intento, como se pode ver no relato de Maria Helena Mazzaferro Bronca, irmã do desaparecido José Huberto Bronca: “(...) eu me lembro como se fosse hoje. Eu não estava em casa, ele se despediu de todos, foi no dia de Tiradentes”<sup>62</sup>. O mesmo processo também ocorreu aos familiares de outro desaparecido gaúcho, Cilon Cunha Brum. A última visita de Cilon Brum, segundo o relato de seu irmão Lino Brum Filho, foi para batizar a afilhada e sobrinha, primogênita do irmão, em início de junho de 1971. Naquela ocasião, percebeu-se a situação de clandestinidade em que ele estava vivendo. Segundo Lino Brum, era nítido seu descuido com a aparência física – antes tão apreciada– e sua preocupação em enclausurar-se. Durante o período em que lá esteve, manteve-se dentro de casa. Nas raras vezes em que se arriscou a sair, utilizou o serviço de táxi. Foi também naquela última visita, após longa conversa com o irmão que tentou arrancar-lhe algo sobre seus planos para o futuro, que Cilon desabafou: “do jeito que estava – a situação nacional diante do regime ditatorial – não dava para continuar e se ele morresse, morreria feliz”<sup>63</sup>.

Aquele período coincide com o de entrevistas e treinamento dos militantes aptos a ingressarem no intento armado do PCdoB. Até aquele momento, poucos sabiam qual seria a região para onde iriam, tampouco que se chamaria Araguaia. Para segurança de todos e dos dirigentes do Comitê Central do Partido, era necessário que o menor número possível de pessoas soubesse do local exato escolhido pelo Partido. José Dalmo

---

<sup>60</sup> Grifos meus.

<sup>61</sup> Depoimento de José Dalmo Ribeiro Ribas concedido à Deusa Maria de Sousa em São Paulo/SP, julho de 2008. Acervo pessoal da autora.

<sup>62</sup> Depoimento de Maria Helena Mazzaferro Bronca concedido à Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre/RS, em agosto de 2005. Acervo pessoal da autora.

<sup>63</sup> Depoimento de Lino Brum Filho concedido à Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre/RS, setembro de 2005. Acervo pessoal da autora.

Ribeiro Ribas, ex-militante do PCdoB e irmão do desaparecido político do Araguaia, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, descreve-nos aquele momento em que o Partido organizou suas bases, disciplinou e escolheu aqueles considerados aptos para o intento da Guerrilha:

Havia esse processo de preparação, e as pessoas que efetivamente se punham à disposição da luta armada passavam a integrar uma atividade chamada quarta tarefa, que envolvia ações militares, que ia de treinamento até a realização de algumas atividades militares propriamente ditas. (...). Olha, havia dois critérios. Primeiro a disponibilidade da pessoa. A pessoa manifestar o desejo de! Agora não bastava manifestar o desejo de... Para a pessoa participar na quarta tarefa você é cooptado. Sabia que você tinha disposição para, mas a pessoa devia aguardar um contato uma pessoa que tinha responsabilidade desse âmbito militar para vir a participar de atividades especiais que envolviam treinamento, manuseio de armas, preparação de explosivos.<sup>64</sup>

Foi após as prisões e/ou identificações, via imprensa pelos órgãos de repressão do então regime da época, que grande parte dos desaparecidos do Araguaia partiu para região do Araguaia. Os casos dos dirigentes estudantis, acima citados, não foram os únicos a serem identificados e ostensivamente perseguidos pelo regime. Antes dele(a)s, líderes sindicais e profissionais liberais, tais como José Huberto Bronca e João Carlos Haas Sobrinho, ambos integrantes das levas de dirigentes comunistas que realizaram treinamento na China Comunista, também foram fichados pelo DOPS<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> Depoimento de José Dalmo Ribeiro Ribas concedido à Deusa Maria de Sousa em São Paulo/SP, julho de 2008. Acervo pessoal da autora.

<sup>65</sup> Segundo a ORDEM DE BUSCA Nº 233/67 do SSP/RS – SCI/RS de 06/09/1967. Destaca os nomes de alguns brasileiros ou “Elementos que viajaram para a China Comunista” com os respectivos codinomes, naturalidade, data de nascimento e passaporte - aqui destacados apenas os nomes, codinomes e naturalidade. Foram estes: Hélio Ramires Garcia/Elias (MG), Miguel Pereira dos Santos/Vitor (PE), Gerson Alves Parreira/Roberto (GO), José Huberto (Bronca/Dino) (RS)\*, Paulo Assunção Gomes/Rui (RS), Luiz Sabino de Santana, Luiz G. Miranda, Ari Olguim da Silva/Alberto (RS), Amaro Luiz de Carvalho (RS), Elio Cabral de Souza (GO), Manoel José Nurchis /Guilherme\*, Alcir de Souza Barboza (RJ), Manoel Luiz V. de Souza Coelho (RS), Roberto Carlos Figueiredo (PE), João Carlos Haas Sobrinho (RS)\*, Divino Ferreira de Souza (GO), Michéas Gomes de Almeida (SP)\*, Mauro da Silveira Lobo Lopes da Silva, Nelson Lima Piauih Dourado\* (BA), José Vieira da Silva, Edgard de Almeida Martins.\* Militantes combatentes na Guerrilha do Araguaia.

Naquele período de semiclandestinidade, em que muitos dos militantes comunistas ingressaram no intento do Araguaia devido à condição de extrema vulnerabilidade a um possível aprisionamento, esses militantes também tiveram seus familiares sob a mira dos órgãos de repressão do Estado. Alguns tiveram suas casas e vidas vasculhadas, e outros ainda mais: foram presos e torturados. Em muitos casos, isso ocorreu durante muitos anos, como relatou Lino Brum: “Tempos depois fiquei sabendo que, neste período, 1970, o DOPS vigiou o apartamento em que moramos”<sup>66</sup>. O depoimento de José Dalmo Ribeiro Ribas é ainda mais claro sobre as técnicas de investigação utilizadas pelo DOPS para obter informações:

Depois que o Guilherme foi preso a segunda vez, cumpriu pena de um ano e meio, saiu e foi pra guerrilha e a guerrilha foi detectada, aí começou um cerco grande em torno da minha casa. Nessa época, minha irmã foi presa, minha mãe não foi, mas a casa foi vasculhada com ela estando em casa, ela foi interrogada em casa mesmo. Minha irmã foi presa pelo DOI-CODI [Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna], quando saía da casa do meu irmão e ia pra casa dela. Foi levada até as instalações lá do DOI-CODI, sofreu uma série de ameaças, não chegou a ser torturada. Meu irmão, que era genro do Francisco Romanini, casado com a filha do Francisco Romanini, teve a casa dele muito fiscalizada, muito vigiada, durante um período bastante extenso. O Francisco Romanini foi preso, como militante do partido, foi bastante torturado, cumpriu um período de prisão extenso. Meu pai morava no Vale do Ribeira, na cidade de Jacupiranga, e foi indiciado como tendo participado da Guerrilha do Vale do Ribeira e chegou a ficar preso cerca de três meses.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Depoimento de Lino Brum Filho concedido à Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre/RS, setembro de 2005. Acervo pessoal da autora.

<sup>67</sup> Depoimento de José Dalmo Ribeiro Ribas concedido à Deusa Maria de Sousa em São Paulo/SP, julho de 2008. Acervo pessoal da autora.

## 2.5 A escolha dos/as militantes

Como já foi dito anteriormente, era sabido no meio da militância orgânica do PCdoB que o Partido pensava organizar uma espécie de experiência de guerrilha no campo, a exemplo da prolongada guerra popular chinesa<sup>68</sup>. Eram muitos os que dariam a vida para ir, mas o Partido tomou a precaução de fazer uma criteriosa triagem e traçar um perfil dos militantes aptos para dela tomarem parte. Creio que o fator “perigo de permanecer em cena” pesou na hora de selecionar a maioria dos/as militantes escolhidos/as. Nota-se que escolher profissionais que fossem da área de saúde também foi um dos critérios utilizados. Hoje, sabe-se que houve uma indução, por parte do Partido, para que algumas das lideranças que pretendiam ingressar na luta armada ingressassem em cursos universitários que tivessem alguma utilidade prática para o exercício no campo, tais como: medicina, enfermagem, biologia, entre outros. Carmem Lopes, ex-militante da AP – Ação Popular e arregimentada pelo PCdoB – era “candidata” a ir para o intento da Guerrilha e vivenciou uma dessas deliberações, pois segunda ela:

A gente tinha reunião permanente com os camaradas do Partido. Eu era estudante de Ciências Sociais da USP [Universidade de São Paulo] e não consegui me identificar com o curso. Neste período, tivemos uma reunião com a fração dos estudantes da USP e lá fui comunicada de que nós – as mulheres – deveríamos fazer vestibular para o curso de enfermagem. Era preciso. Então, eu e outras o fizemos.<sup>69</sup>

Tal processo, além de criterioso, era secreto e testava principalmente as habilidades psicológicas dos militantes. As condições físicas eram levadas em conta, mas o treinamento efetivo só foi feito nas matas do Araguaia. Contudo, a maior preocupação dos membros do Comitê Central do Partido era avaliar a consciência revolucionária e a

---

<sup>68</sup> Segundo Campos Filho “(...) O verdadeiro maoísmo passou a grafar sua doutrina como ‘marxismo-leninismo pensamento de Mao Tse-Tung’. As importantes contribuições de Mao Tse-Tung a respeito da estratégia e tática de guerrilhas e a formulação da ‘guerra popular prolongada’ repercutiam na elaboração teórica e na estratégia de luta da Ação Popular e do Partido Comunista do Brasil (...)” In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**. A esquerda em armas. Goiânia: Ed. UFG, 1997, p. 64.

<sup>69</sup> Depoimento de Carmem Lopes concedido à Deusa Maria de Sousa. Porto Alegre/RS, em setembro de 2005. Acervo pessoal da autora.

abdição da vida que se vivia, até então, para o pleno envolvimento que a tarefa exigia, ao assumirem o desafio de ir para o interior do Brasil. Luzia Reis Ribeiro, codinome de *Lúcia*, ou *Baianinha*, em depoimento, relatou como foi seu processo de “escolha” para a Guerrilha, em lugar e região até então desconhecidos, e ressaltou a preocupação dos dirigentes do Partido com comunicação e a segurança:

O Regional colocou as opções: você fica clandestina na cidade, correndo risco de ser presa, ou vai para outra área do Partido. Uma área que tem ida, mas não tem volta. Significava que você deveria morar lá, e não podia ficar voltando para a cidade. Nesse período, passaram a ocorrer outras prisões de pessoas conhecidas nossas, de várias organizações. Optei ir para essa área especial, sabia que era um tipo de atividade totalmente diferente, mas não tinha ideia clara(...). Antes fiquei no Rio. Fui de ônibus, fiquei na casa de uns parentes. A orientação do Partido era que eu me restringisse a uma vida pacata, que o Partido me procuraria. E realmente aconteceu. O Partido me colocou em contato com Maria Célia Correia e Tobias Júnior, dois companheiros do Rio que também iriam se deslocar.<sup>70</sup>

E ainda sobre a permissão do envio de carta aos familiares, ela afirma que:

O Partido nos levou a São Paulo duas vezes, o primeiro contato com a direção foi informal com dois dirigentes, que não lembro os nomes.... O último contato foi com **Maurício Grabois, Carlos Danielli, Paulo Rodrigues e Lincoln Oest**, que me levava para São Paulo.<sup>71</sup> Claro, ele (Mauricio Grabois) disse que era uma viagem sem volta, que eu podia de vez em quando **fazer uma cartinha**<sup>72</sup> e não podia ficar indo e voltando para a área, caso quisesse. Falou também que os

<sup>70</sup> Depoimento de Luzia Reis Ribeiro concedido à Andréa Cristiana Santos. Salvador-BA, dezembro de 1999. Disponível em <<http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2005.

<sup>71</sup> Grifos em destaque para a presença dos membros do Comitê Central do PCdoB em reunião na qual Paulo Mendes Rodrigues estava.

<sup>72</sup> Grifos meus.



revolucionários não deveriam temer os sacrifícios e os riscos e que as comodidades das cidades deveriam ser substituídas pela vontade de se integrar à luta do povo e se eu estaria disposta.

O depoimento de Luzia Reis Ribeiro é importante para a compreensão das dificuldades resultantes da decisão de deixar os lares para trás e ingressar na luta armada no campo. Esta “garantia” de desprendimento do conforto material buscada pelo Partido durante as entrevistas teve, aparentemente, a intenção de testar desvelo e a plena dedicação numa luta em que os/as guerrilheiros/as acreditavam buscar a liberdade e a dignidade humana, naquele momento a eles/elas negadas. Estas foram também as principais justificativas ressaltadas nas cartas enviadas para seus familiares, muito embora algumas famílias nunca tenham aceitado, de fato, as razões que levaram tantas lideranças estudantis, operárias e profissionais liberais a ingressarem em tamanho intento.

## **2.6 O envio de cartas: censores do Partido**

Com a permissão do Comitê Central do PCdoB, as cartas e os bilhetes enviados pelos militantes que ingressaram no intento do Araguaia ocuparam o espaço da esperança, do alento, da perseverança de que o mal maior não os tivesse acometido. Naquele período, o valor da vida dos parentes distantes tornou-se tão significativo quanto à falta que a morte de um deles traria para a vida dos familiares. Neste contexto, tanto o valor da vida desse(s) parente(s) quanto à possível perda dele(s) tornaram-se tão mais sentidas que o recebimento da missiva passou a ser ansiosamente aguardado e esperado pelas famílias, logo após o momento da clandestinidade. Da mesma forma que receber as cartas/os bilhetes tornou-se uma necessidade na vida dos familiares que ficaram, falar, dar a entender aos parentes o que se passava, quais eram suas interpretações acerca dos acontecimentos daquele momento e as decisões de empreender a luta armada, parece ter sido uma necessidade daquele(a)s militantes também.

De modo semelhante, Maria do Socorro de Sousa Araújo, em seu trabalho de mestrado intitulado *Paixões políticas em tempos revolucionários: no caminho da militância, o percurso de Jane Vanini*

(UFMT, 2002.), baseado nas cartas enviadas por Jane Vanini<sup>73</sup>, identificou essa vontade de compartilhar os acontecimentos nos sentimentos da jovem brasileira que foi militante do Molipo (Movimento de Libertação Popular) e que no Chile, até seu desaparecimento, militou no MIR (*Movimento de Izquierda Revolucionário*). Jane, a exemplo dos desaparecidos do Araguaia, manteve correspondência com seus familiares, principalmente com a mais velha, Dulce Vanini, para quem escrevia com mais frequência e a qual chamava de Madrinha. Em muitas cartas foi possível para a família de Jane mantê-la informada dos acontecimentos de casa. Jane, tendo em mãos as fotos e notícias recebidas da família, tentava aplacar a saudade do lar, como se pode ver no trecho a seguir: “Muitas saudades. Tenho uma vontade enorme de estar com vocês. (...). Os cabelos dos nossos pais, sim, que estão mais brancos. Que saudades! (...). Queria vê-los. Morro de saudades. Tenho Banzo. Eu os quero muito, abraços”<sup>74</sup>. No referido trabalho, a autora reafirma a necessidade que teve Jane de, mesmo diante da dureza dos regimes ditatoriais, do Brasil e do Chile, manter contato com sua família, pois, segundo a autora: “Para Jane, escrever cartas aparece como uma necessidade, uma vez que elas se apresentam como o lugar que sacraliza sua individualização; por conseguinte, o espaço que assegura sua identidade (...)”<sup>75</sup>.

Na obra *Escrita de Si, escrita da história: a título de prólogo* (FGV, 2004) de Ângela de Castro Gomes, a autora fala do *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico nos últimos 10 anos, principalmente no que diz respeito às cartas, aos diários íntimos e às memórias, em relação aos quais se seguem estudos no campo da literatura e de história da educação. Para Gomes, a modalidade de escrita mais usada pelos historiadores é a escrita epistolar. A correspondência é produzida para um destinatário específico com quem

<sup>73</sup> “Militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Nasceu em 8 de setembro de 1945. Estudante de Ciências Sociais. Trabalhava na Editora Abril. Pertenceu à Ação Libertadora Nacional (ALN) e, mais tarde, ao MOLIPO. Por suas atividades políticas foi condenada a 5 anos de prisão, exilando-se, então, no Chile. Lá, ligou-se ao Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR) e casou-se com o jornalista Pepe Carrasco”. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=51>> . Acesso em: 7 out. 2010.

<sup>74</sup> Carta de Jane Vanini para a irmã, datada de 04.05.74, assinada por Jane. In: ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. **Paixões políticas em tempos revolucionários: no caminho da militância**. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2002, p. 19.

<sup>75</sup> ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. **Paixões políticas em tempos revolucionários: no caminho da militância**. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2002, p. 04.

se vai estabelecer relações. Sendo assim: “A escrita epistolar é, portanto, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao ‘outro’ uma série de informações e sentimentos íntimos (...).”<sup>76</sup>

## 2.7 Cartas para as famílias

A possibilidade do envio de cartas para as famílias foi um mecanismo permitido pelo Partido para que os familiares do(s) militante(s) do PCdoB tivessem notícias, embora vagas, de que seu(s) parente(s) encontrava(m)-se vivo(a)s, feliz(es), e que retornaria(m). Muito embora em muitas cartas, de concreto houvesse apenas as evasivas mescladas à tristeza e esperança de uma possível volta.

Elas, entre outros aspectos, tiveram o papel primordial de informar e justificar a decisão de irem para lugar distante e, ainda que veladamente, também dar alento aos parentes (e, para muitos/as, alento talvez até para si mesmos/as) para alimentar a esperança de uma possível volta, como se pode perceber a seguir na carta de Guilherme Gomes Lund<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup>GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**: a título de prólogo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 19.

<sup>77</sup>Sobre Guilherme Lund: Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=251>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

**Figura 2** - Guilherme Gomes Lund.

**Fonte:** <[www.desaparecidospoliticos.org](http://www.desaparecidospoliticos.org)>. Acesso em: 24 nov. 2009.

São Paulo, fevereiro de 1970

Querido pais,

Diante de tal situação atual, é preciso que se encare seriamente a questão de nossa vida e a que dedicá-la. Andei pensando bastante no assunto e cheguei a várias conclusões. Na análise que fiz pensei tudo; coloquei o específico dentro do conjunto, sei que nada adiantará continuar a estudar. Pela própria situação do país, cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas. Não há perspectiva para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim, que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta. Sobre a proposta que me fizeram, cheguei a conclusão de que não posso aceitar, não posso largar tudo; seria atentar contra minha própria consciência. E, para mim, essa consciência é algo de muita importância. Minha decisão é firme e bem pensada, para mim nada vale o enquadramento dentro do esquema. No momento, só há mesmo uma saída: transformar este país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta, enquanto a

violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social.

O fato de eu não aceitar a proposta de vocês, não muda nada a minha atitude de filho com vocês. Gosto e considero muito vocês, mas temo que não compreendam a grandeza do caminho que vou tomar. Temo que não entendam a nobreza dos meus ideais.

Estou de mudança e não tenho endereço, mesmo assim quero manter correspondência com vocês.

Não se preocupem comigo, estou bem e seguro, não estou sozinho.

Um grande abraço,

Guilherme.<sup>78</sup>

A carta de Lund parece retirada de um panfleto da época. É evidente sua preocupação em convencer os pais daquilo que era muito comum na linguagem dos meios políticos da época, que mesclava os sonhos dos ideais revolucionários e a luta armada como destino final dos homens/mulheres conscientes de seu papel de protagonista político, de ideais nobres na cabeça. Há também uma leitura pessimista sobre a situação política do país e a confiança extrema de não estar sozinho, leia-se, ele tinha o partido, PCdoB.

São compreensíveis as motivações que ainda levam os familiares dos militantes do Araguaia a denunciarem o desaparecimento de seus parentes e de transformá-los em heróis ingênuos. Indício disso aparece em algumas das narrativas gravadas. Nestas gravações, os entrevistados descrevem os desaparecidos como pessoas sem escolhas do rumo que tomariam e dos riscos que teriam. Porém, o que as cartas destes desaparecidos/as nos revelam é que eram homens e mulheres conscientes de seu papel como protagonistas políticos e das decisões tomadas, bem como dos riscos que corriam que eram inerentes a tais escolhas. Ingênuo, talvez, tenha sido o menosprezo dos militantes desaparecidos ao tamanho da repressão que a eles/as seria dirigida.

Diferente da “inocência política” acima referida, a narrativa de João Carlos Haas Sobrinho, um dos quatro desaparecidos gaúchos no Araguaia, ao cair na clandestinidade, expressou convictamente, segundo

---

<sup>78</sup> Carta de Guilherme Gomes Lund para seus pais, datada de Fevereiro de 1970. In: MONTEIRO, Adalberto et al. **Guerrilha do Araguaia**. Anita Garibaldi: São Paulo, 2005, pp. 151-152.

sua irmã, a opção política dele, para desespero dos pais. Segundo a irmã, “ele disse que não, que ele não podia se afastar daquilo, que era mais forte do que ele, que ele estava num grupo de pessoas, que ele se sentia comprometido, que ele queria ajudar os outros, os pobres; naquela época se dizia muito isso (...)”<sup>79</sup>. Parece que não havia militante político que não soubesse os riscos de morte envolvidos no intento da Guerrilha. A morte era um espectro. Contudo, os militantes políticos comunistas sabiam como proceder para o convencimento de um camarada, pois sobre a opção de Haas, por exemplo, uma militante comunista contemporânea sua, relatou que “João Carlos foi ganho pelo Partido através da dialética, pela leitura, ele era muito inteligente... Ele se convenceu a partir da teoria”<sup>80</sup>.

A maioria dos desaparecidos políticos do Araguaia era formada por lideranças estudantis universitárias. Grande parcela era residente dos grandes centros do país. Portanto, há que se considerar que a maioria dos desaparecidos do Araguaia era composta de líderes estudantis universitários, com idade entre 19 e 30 anos, de classe média e média alta, branca e residente em capitais ou grandes centros do país<sup>81</sup>. É importante que se faça tais considerações para que possamos entender de que maneira suas famílias vão se deslocar para reivindicarem notícias e seus paradeiros.

A tabela abaixo evidencia os casos ora estudados, as regiões de nascimento e/ou residências dos desaparecidos, listando os familiares que foram entrevistados para a pesquisa.

---

<sup>79</sup> Depoimento de Sônia Haas concedido à Melissa da Rosa Wonghon, em São Leopoldo, em 28/05/2001, para a produção da monografia de conclusão do curso em História. In: WONGHON, Melissa da Rosa. **João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória**. 2001. 125 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2001.

<sup>80</sup> Depoimento de Antonia Mara Loguércio concedido à Deusa Maria de Sousa em setembro de 2005, em Porto Alegre/RS. Acervo pessoal da autora.

<sup>81</sup> “Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, sendo 37,07 universitários e 6,74% secundaristas); médicos, enfermeiras, geólogos, professores e advogados (15,73% profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciantes, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.” In: CAMPOS FILHO, Romualdo P. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: UFG, 1997, p. 86.

**Tabela 2** - Entrevistas com os familiares dos desaparecidos políticos.

Data	Cidade	Nome	Idade na data da entrevista	Grau de parentesco com o(a)s desaparecido/a/os/as
nov/04	Via telefone	Breno Moroni		Irmão de Jana Moroni
nov/04	CE	Tânia Gurjão		Irmã de Bérqson Gurjão Farias
nov/04	CE	Luiza Gurjão		Irmãs Bérqson Gurjão Farias
ag/05	RS	Maria Helena Mazzaferro Bronca		Irmã de José Humberto Bronca
set/05	RS	Lino Brum Filho	61	Irmão de Cilon Cunha Brum
set/05	RS	Jane Claudete Brum	58	Cunhada de Cilon Cunha Brum
set/05	RS	Valter Pontes Brum	67	Primo de Cilon Cunha Brum
ag/07	RJ	Victória Lavínia Grabois Olímpio	64	Irmã de André Grabois, filha de Maurício Grabois, Esposa de Gilberto Olimpio Maria.
jun/08	SP	Helenalda Rezende de S. Nazareth	67	Irmã de Helenira Rezende de Souza Nazareth
jun/08	SP	Laura Petit da Silva	62	Irmã de Lucio, Maria Lucia e Jaime Petit
jun/08	SP	Édila Pires	76	Prima Cilon Cunha Brum
jun/08	RS	Rejane Brum Leques	48	Prima de Cilon Cunha Brum
jun/08	SP	Helenice Rezende de S. Nazareth	71	Irmã de Helenira Rezende de Souza Nazareth
jun/08	SP	Helenilda Rezende de S. Nazareth	68	Irmã de Helenira Rezende de Souza Nazareth
jun/08	SP	Helenoira Rezende de S. Nazareth	65	Irmã de Helenira Rezende de Souza Nazareth
jun/08	SP	José Dalmo Ribeiro Ribas	63	Irmão de Antonio Guilherme Ribeiro Ribas
jul/08	SP	Saulo Roberto Garlippe		Irmão de Luiza Augusta Galirpe
jul/08	SP	Luiz Eduardo Greenhalgh	60	Advogado famílias
jul/08	SP	Misael Pereira dos Santos	63	Irmão de Miguel Pereira dos Santos
jul/08	RJ	Elizabeth Silveira e Silva	62	Irmã de Luiz Rene Silveira e Silva
jul/08	RJ	Lorena Moroni Girão Barroso	50	Irmã de Jana Moroni Baroso
jul/08	RJ	Carmem Navarro Rivas	79	Mãe de Hélio Luiz Navarro Magalhães
jul/08	RJ	Diana Ribeiro Pilo	n/ fornecido	Mãe de Pedro Alexandrino Oliveira
jul/08	RJ	Djalma Conceição Oliveira	61	Irmão de Dinalva Oliveira
jul/08	RJ	Maria Cristina Orlando da Costa	45	Sobrinha de Osvaldo Orlando Costa
jul/08	RJ	Aldo Creder Correa	58	Irmão de Elmo Correa

**Fonte:** Acervo pessoal da autora.

## 2.8 A saída do(a)s filho(a)s

Sem notícias de seus filho(a)s desde a última vez em que alguns saíram de casa dizendo que partiriam para lugar incerto e retornariam triunfantes de uma luta desigual e outros saíram sem nada dizer, grande parte dos familiares do Araguaia amargou durante anos a dor da falta de notícia que lhe desse conta do paradeiro dos parentes. Nesse sentido, será relatado aqui situações que podem exemplificar essa espera por notícias, vivenciadas por alguns familiares de desaparecidos do Araguaia do Rio Grande do Sul, São Paulo e do Rio de Janeiro.

### 2.8.1 José Huberto Bronca<sup>82</sup>

**Figura 3** - Última foto de José Humberto Bronca com a família em 1961.



**Fonte:** Acervo pessoal de Maria Helena M. Bronca.

Não era segredo que, desde o Golpe, a vida rotineira de José Huberto Bronca foi transformada bruscamente. Bronca saíra de casa logo após o Golpe de 64 e viveu uma vida de clandestinidade em Porto Alegre até o final de abril de 1966, momento em que pediu para que a família o fosse encontrar em local secreto, onde se despediu abraçando longamente seus familiares. Depois daquela última vez, só receberam

---

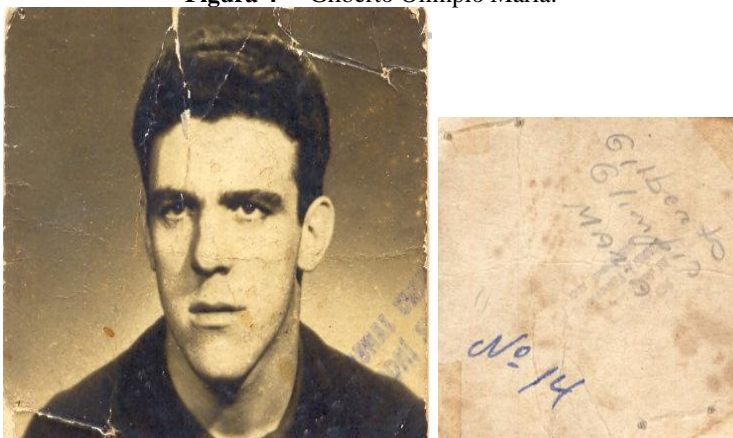
<sup>82</sup> Sobre Bronca *vide* SOUSA, Deusa Maria de. **José Huberto Bronca:** da luta sindical ao Araguaia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



dele cartas e bilhetes entregues de maneira secreta e sempre acompanhados do pedido do filho para que, depois de lidos, fossem destruídos, o que a família fez para resguardar a própria segurança e a do filho a quem esperavam que retornasse. Bronca rumou para o Rio de Janeiro, onde viveu cerca de três anos de clandestinidade, até ir para o Araguaia em início de 1970.

Há um ponto nevrálgico observado nas entrevistas acerca da saída dos militantes de casa: houve um afastamento gradual. Na maioria dos casos aqui estudados, houve um afastamento que, em alguns casos, foi brusco. Porém, por outro lado, houve também uma espécie de preparação dos familiares, através de cartas, de que algo iria acontecer, de que o pior estava por acontecer. Talvez a ida sem volta, talvez o encontro com a morte. Esse processo de rompimento gradual, também pode ser considerado uma espécie de preparação para a morte, pois o conforto da vida, ao lado das famílias, foi posto de lado, apagado como as fotos e cartas que muitos tiveram de destruir. Ainda pode ser considerado como uma espécie de preparação para a morte porque houve, por parte dos militantes, a aparente aceitação de que a vida que viveram até ali estaria relegada ao passado - aspecto que, em alguns casos, foi dito ou escrito nas cartas. O futuro que os(as) esperava era incerto, tortuoso, clandestino, ou contra a ordem, e não havia espaço para cultivar o passado, embora a maioria deles, de um modo ou de outro, fizeram isso através das cartas que foram enviadas às suas famílias.

Gilberto Olímpio Maria, genro de Maurício Grabois (casado com a primogênita Victória), foi um dos muitos a enviarem cartas. Em uma de suas cartas enviadas do Araguaia para a esposa Victória Lavínia Grabois (na carta ele a chama de *Tereza* e ao filho Igor de *Marcelo*), evidenciam-se alguns dos sentimentos conflituosos que provavelmente vivenciaram os militantes no processo de organização da Guerrilha, como pode ser observado na carta logo abaixo.

2.8.2 Gilberto Olímpio Maria<sup>83</sup>**Figura 4 – Gilberto Olímpio Maria.**

Fonte: Acervo pessoal de Aldo Creder Correa

25 de maio de 1970

Tereza querida,

Tenho pensado sempre como será bom quando nos reencontrarmos. Teremos muito do que falar. Você contará os seus problemas, o que fez e o que pensa fazer. Eu gargantearei um pouco e direi sobre o que ando fazendo. Falaremos sobre teatro, cinema, etc. Você me porá por dentro das fofocas e babados da televisão. Estaremos de acordo em alguma coisa e em desacordo em outras. Passaremos uma parte do tempo conversando sobre Marcelo. Como vai ele? Sinto um desejo enorme de vê-lo. E a você também, e talvez mais. A minha saudade é dupla e dolorida. Eu os quero muito. A vocês dois. Como uma parte preciosa de minha vida.

Recebi o seu bilhete. Achei um pouco pessimista. Por quê? Nada é definitivo. Nós nos queremos e isto é o mais importante. Se acaso

---

<sup>83</sup>Sobre Gilberto Olímpio: Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetaIhes.asp?CodMortosDesaparecidos=250>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

assim não for no futuro, de nada valerá estarmos juntos. Mas eu tenho a certeza de que estaremos unidos eternamente. De minha parte, posso dizer que jamais eu vou querer tanto a alguém como lhe quero.

Quanto ao Marcelo, cresceu muito? Dê um abraço nele e agradeça pelo desenho. Estava bacana. Espero que ele tenha um aniversário feliz. E outra coisa, não deixe que ele se crie demasiado mimado. Permita que ele vá desenvolvendo os seus problemas. Não deixe que o tratem como se ele fosse de vidro. Diga a ele que se eu pudesse estaria brincando a vida toda com ele. De esconder, e outras brincadeiras. E passearia muito também. Dê um abraço nele por mim. Sem choro. Ele não se justifica. Nós somos pessoas alegres e otimistas. O nosso otimismo é duradouro. Nós somos jovens e temos um largo futuro pela frente.

Li Quixote. É fabuloso. Sinto remorso por ter subestimado o livro aí. Você é um anjo. Eu gostei imenso por você tê-lo enviado. E você, tem lido muito? Espero que sim. E o francês vai bem? E a sua vida? Quando me escrever conte-me algo. Diga-me como você vai levando a vida e escreva sobre o Marcelo e sobre os outros. Gostaria de saber sobre isto, mesmo que não fosse coisa de importância. Tereza eu vou ficar por aqui. Não seria justo mandar um volume grande. Coisas para dizer nós temos, mas só pessoalmente. De minha parte, tudo bem. O portador dará notícias verbais, eu acho. A saúde está em dia e o trabalho também. Só sinto sua falta e do Marcelo. Imensa falta.

Abrace e dê lembranças a sua mãe e a meus pais, se você os vir.

Beije o Marcelo e o abrace mais uma vez por mim.

E para você, um abraço longo, carinhoso e um beijo cheio de amor e de ternura.

Eu te quero muitíssimo,

Gil<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Carta de Gilberto Olímpio Maria para *Tereza* (Victória Lavínia Grabois Olímpio) datada de 25/05/1970. In: MONTEIRO, Adalberto et al. . **Guerrilha do Araguaia**. Anita Garibaldi: São Paulo, 2005, p. 151.

A carta de Gilberto dá uma dimensão do que a falta de convívio com a esposa lhe causava. A afetividade diferenciada e sentida pela esposa e o filho é destacada. Para ela, à esposa, implicitamente são reveladas outras necessidades. Gilberto viveu, como muitos comunistas de sua época, para virar guerrilheiro e morrer por uma causa. A vida familiar estava em segundo plano. Amava-os muito, porém a luta e o Partido eram as razões de sua vida, assim como revelou para a esposa, logo após saber da gravidez do filho: “você vai criar esse menino sozinha, porque eu vim para fazer a revolução, eu vou ser um guerrilheiro... Eu te adoro, faz parte...”<sup>85</sup>. E Vitória (Tereza) sabia disso! Ela sabia que ter um filho para uma militante, naquele período, significava pausar sua militância. No entendimento da direção do Partido não havia lugar para manutenção de laços familiares (mulheres e filhos) na preparação da Guerrilha.

Do mesmo modo, a volta, o reencontrar-se com a família, “talvez”, fosse a certeza mais incerta na vida daqueles/as que empreenderam a luta armada. Se, por um lado, o pessimismo de *Teresa* (Vitória) aludido e refutado por *Gil* (Guilherme) na carta fosse comum a ela que não mais o vira, para ele o otimismo e a expectativa eram perceptíveis! Quando se refere ao filho *Marcelo* (Igor), as instruções dão a entender que ela terá, realmente, de educá-lo sozinha. O abraço mandado para o filho (sem choro) dá uma ideia dos prováveis choros vertidos quando as tais cartas eram recebidas e lidas na família. O final da carta dá a entender que Gilberto esforçava-se para amenizar sua ausência perguntando acerca de suas atividades diárias e contando das leituras que, de alguma maneira, o remetiam ao tempo alegre e feliz do breve período no qual viveram juntos. A carta para ele, certamente, significava o reencontro com a casa e a família, o abraço na esposa, no filho e ocupava o espaço que a ausência dos familiares criava.

---

<sup>85</sup> Depoimento de Victória Lavínia Graboís Olímpio concedido à Deusa Maria de Sousa em 22/07/07, no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.

### 2.8.3 Cilon Cunha Brum<sup>86</sup>

**Figura 5** – Cilon Cunha Brum com os pais em sua penúltima visita. Sepé (RS) 1970.



**Fonte:** Foto do acervo da família Brum.<sup>87</sup>

A família de Cilon, pais, irmãos e irmãs moravam na distante São Sepé (RS). Como filho caçula de uma família grande, ele sempre fora tratado com mais zelo pelos irmãos mais velhos. No final da adolescência, foi viver com o irmão Lino Brum Filho, em Porto Alegre. No início, viveram juntos, em uma sala comercial, transformada em moradia, ele, Lino e o primo Cid. Ele trabalhou grande parte da vida com um tio que tinha uma empresa de publicidade e propaganda. Pelo bom desempenho e proximidade afetiva com o tio, foi morar com ele em São Paulo.

Foi na metrópole paulista, após seu ingresso na Pontifícia Universidade Católica (PUC), que Cilon teve contato com a ideologia comunista. Após tornar-se presidente do Diretório Acadêmico dos estudantes da PUC (DCE), passou a ser alvo de perseguição dos órgãos de repressão do regime ditatorial brasileiro. Saiu, então, da casa do tio e foi viver na clandestinidade na grande São Paulo até ir para a região do Araguaia. Em duas das cartas que enviou para a família, Cilon deixou transparecer a necessidade do afastamento. Na carta de 22/03/71, enviada a Lino Brum, ele confessou:

<sup>86</sup>Sobre Cilon Cunha Brum: Disponível em: <<http://www.torturanuncamaisrj.org.br/MDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=199>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

<sup>87</sup> Em relação à foto acima, é notável um ar de tristeza pairando na feição dos pais.

São Paulo, 22 de março de 1971.

P.S: Estou com alguns problemas aqui de natureza política. Quando for alguém aí mando uma carta em mãos explicando melhor.<sup>88</sup>

Em junho do mesmo ano, confidenciou,

São Paulo, 27 de julho de 1971.

(...). No mais tudo bem. Devo ficar algum tempo fora de São Paulo. Escrevo pra vocês. Um abraço com saudades pra afilhada.

Cilon

P.S: vai uma carta p/ Leni (irmã) e junto uma carta para os velhos (os pais).<sup>89</sup>

A carta que Cilon enviou aos pais foi entregue ao patriarca da família poucos dias depois. A mãe de Cilon e os irmãos nunca souberam do conteúdo da mesma. O pai de Cilon a manteve em segredo enquanto viveu. Muito embora, meses depois, em fins de 1971, ele tenha perguntado ao filho que residia em Porto Alegre se ele sabia alguma notícia de Cilon, ele mesmo (pai) nada disse sobre o conteúdo da carta que tinha recebido. Esta indagação do pai o levou a crer que, talvez, Cilon tenha confessado a ele sua atividade política e a necessidade de seu afastamento, e que talvez tenha prometido escrever outra carta de algum outro lugar. Mas tudo isso são especulações, pois nunca se soube o que dizia a secreta carta remetida aos pais, tampouco o que o pai de Cilon fez da mesma. Provavelmente, foi logo após este período que Cilon partiu em direção ao Araguaia.

Esses casos de desaparecidos foram citados para enfatizar a situação que será comum em praticamente todos os casos dos desaparecidos do Araguaia: a saída do local de moradia fixa, a semiclandestinidade com a manutenção de notícias para os familiares, a clandestinidade e o envio de cartas seguido de uma ruptura brusca de notícias. Tais acontecimentos coincidem com 1) o período de triagem

<sup>88</sup> Trecho final da carta de Cilon Cunha Brum ao irmão Lino, datado de 22/03/1971. Acervo pessoal Lino Brum Filho.

<sup>89</sup> Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão – Lino Brum Filho. São Paulo, 27/07 de 1971. Acervo pessoal de Lino Brum Filho.

(escolha) dos militantes aptos a ingressarem no intento do Araguaia; 2) a ida dos mesmos; 3) o trânsito do *bureau* político do Comitê Central do PCdoB dentro das matas do Araguaia e 4) a queda das principais lideranças do PCdoB no Rio de Janeiro e São Paulo. Fato que rompe drasticamente o vínculo campo-cidade, que antes era mantido através das viagens durante as quais as cartas dos militantes embrenhados nas matas do Araguaia eram trazidas.

#### 2.8.4 Helenira Resende de Souza Nazareth

**Figura 6** - Helenira Resende, fora da prisão, reencontra seus colegas.



**Fonte:** <<http://www.une.org.br/home3/opinioao/artigos/m13484.html>>. Acesso em 02 out. 2009.

O caso de Helenira também é semelhante às demais histórias de desaparecidos do Araguaia. Seu pai foi militante do Partido Comunista Brasileiro décadas antes e sua família era sabedora de sua militância do PCdoB. Suas irmãs (por influência dela e da família) também se tornaram militantes do Partido. Portanto, falar sobre comunismo era comum em sua casa, embora não muito aceito pela mãe.

No que se refere à *Nira*, como assim as irmãs ainda hoje a chamam, saiu do interior de São Paulo com as demais para cursar a faculdade na capital paulista. Logo ao ingressar na USP, destacou-se pela maneira de se comunicar e de se posicionar criticamente frente aos desafios da categoria estudantil. De lá até ser eleita vice-presidente da

UNE, no fatídico congresso de Ibiúna, em 1968, não demorou muito. Vale relembra que havia, em fins da década de 1960, um percentual pequeno de brasileiros que tinham acesso à universidade no Brasil, negros/as então era raridade. Helenira era negra, mas filha de médico que manteve para a família um padrão de vida de classe média. Classe esta que era massivamente o público da maioria das universidades brasileiras à época.

**Figura 7** - Helenira Resende em Assembleia do CRUSP<sup>90</sup>



**Fonte:** Disponível em <<http://ramonjrffonseca.blogspot.com/2009/04/helenira-no-crusp.html>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Houve também, no caso de *Nira*, um gradual afastamento. Logo após a prisão de Ibiúna, iniciou-se um processo de clandestinidade na cidade de São Paulo. A família sabia que *Nira* estava morando em algum lugar, em algum aparelho montado pelo Partido, mas, para a sua segurança e das demais irmãs, o melhor era não saber o endereço, não

<sup>90</sup> “Assembleia no CRUSP [Conjunto Residencial Universitário da Universidade de São Paulo] 1968. Enquanto os dirigentes das duas principais tendências do movimento estudantil, a Ação Popular e a Dissidência, digladiavam-se em torno do que seria mais importante, mobilizar ou organizar, uma moça negra se levantou e, para espanto geral, disse que as duas teses estavam erradas. Para ela, haveria uma relação dialética entre organização e mobilização. Era preciso mobilizar para organizar e organizar para mobilizar. A jovem líder estudantil chamava-se Helenira Resende e seria eleita no ano seguinte para a vice-presidência da UNE. Quem testemunhou aquela cena foi a estudante Clotilde Lemos que, na época, militava na AP. Entre 1970 e 1971, Helenira se afastou da diretoria da UNE e ingressou nas forças guerrilheiras do Araguaia. Morreu em combate no dia 29 de setembro de 1972. Seus restos mortais continuam desaparecidos. Ficou a foto e a lembrança”. BUONICORE, Augusto. Disponível em: <<http://ramonjrffonseca.blogspot.com/2009/04/helenira-no-crusp.html>>. Acesso em: 25 nov. 2009.



saber onde ela se encontrava naquele momento. Sua penúltima aparição foi em uma igreja, durante o casamento de uma das irmãs, quando avisou para as irmãs que queria vê-las e abraçá-las pela última vez, pois deveria passar um longo tempo sem dar notícias. Apesar das inúmeras risadas, que ela fez questão de provocar no encontro seguinte, foi possível, segundo suas irmãs, ver um fundo de despedida nas palavras alegres de *Nira* que, de alguma maneira, arrancaram lágrimas das irmãs. Depois, tudo o que receberam foram cartas, que foram destruídas, e depois o silêncio que perdurou durante anos.

### 2.8.5 Luiz René Silveira e Silva<sup>91</sup>

**Figura 8** - Luiz René Silveira e Silva aos 16 anos.



**Fonte:** Acervo de Aldo Creder Correa.<sup>92</sup>

Luiz René também era filho de um antigo militante comunista. René, como o chama a irmã Elizabeth Silveira e Silva, ingressou na militância do Partido por seu intermédio, por volta do ano de 69. Muito jovem e com pouca experiência na militância estudantil, foi, provavelmente, escolhido pelo Partido por cursar medicina. Sua família, sobretudo sua mãe, nunca compreendeu bem a atitude do filho ao ingressar no intento do Partido. Contra ele não havia registro de crime, banimento ou qualquer que fosse a queixa da polícia ou do regime. Na

<sup>91</sup>Sobre Luiz René: Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDdetalhes.asp?odortosDesaparecidos=295&Pesq=Luiz%20Ren%E9%20Silveira%20e%20Silva>>. Acesso em 24 nov.2009.

<sup>92</sup> Antes de partir para a guerrilha, Luiz René destruiu a maioria das suas fotos.

época, aos olhos da família, inclusive da irmã, ele tinha uma militância muito incipiente, pois havia participado de poucas atividades políticas, tais como manifestações e passeatas junto com a irmã Elizabeth. Todavia, para a surpresa da irmã, René tinha uma militância mais engajada do que ela supunha, pois ela;

Já o encontrava inclusive com a Jana, (Moroni Barroso, outra desaparecida no Araguaia) entendeu? Sem eu saber que ele estava com a Jana, mas uma vez eu a encontrei na minha casa, morávamos na casa da minha mãe. Eles estavam fazendo uma colagem, alguma coisa, e eu nem sabia que ele a conhecia, pois eram de mundos opostos... Porque ele era de uma Universidade, ela de outra, ela era muito mais velha que ele, quer dizer, não tinha nada a ver... Como é que eles se conheciam? Eu a conhecia, era da minha turma, mas não era uma pessoa que fazia parte da minha vida... Assim tão próxima, não ia a minha casa e tal... Então, pra mim foi uma surpresa encontrar os dois juntos. E aí também porque os dois estavam participando da mesma célula... Muito bem, e aí começo a saber das pessoas que estavam na Universidade com ele e que estavam no PCdoB também, como o Elmo (Credor Correa, outro desaparecido no Araguaia) como a Lúcia Souza (também desaparecida no Araguaia).<sup>93</sup>

Pouco depois do encontro acima referido pela irmã, René partiu e não deixou pistas de para onde iria nem quanto tempo iria permanecer fora de casa, pois, segundo sua irmã, “primeiro ele falou comigo, falou que ia fazer um trabalho no campo”<sup>94</sup>. A família toda se posicionou contra sua decisão. Ainda segundo a irmã, “não o convenci a ficar e ainda falei que meus pais iam ficar bravos, que eles não iam aceitar”<sup>95</sup>. Porém, assim mesmo René partiu. Logo após sua partida, constatou-se que havia sumido quase todas as fotografias em que ele aparecia só ou junto com a família. Restou apenas uma onde ele aparece quase na fase de adolescente, que foi utilizada, tempos depois, pela família para denunciar seu desaparecimento.

<sup>93</sup> Depoimento de Elizabeth Silveira e Silva (Beth) concedido à Deusa Maria de Sousa em 03/07/07 no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.

<sup>94</sup> Ibid.

<sup>95</sup> Ibid.

René tinha uma mãe muito amorosa e apegada a ele e que, obviamente, sofreu com sua partida. Ciente do sofrimento que lhe causaria, René endereçou algumas cartas para ela. O pai, por sua vez, ficou bravo com sua partida, pois, para ele, não havia em René ainda uma compreensão política avançada que o levasse para um intento armado, tampouco habilidade profissional suficiente que ele pudesse empregar no atendimento médico às pessoas do campo.

As cartas enviadas por René para a mãe, e extensiva ao pai, segundo sua irmã, tinham o mesmo itinerário e portador. Apenas a primeira delas teve selo que identificava sua origem, São Paulo. Depois, o Partido contactou a família de René, informando-a de que era possível o envio de cartas, contanto que a família seguisse à risca as instruções dadas: “para entregar a essa pessoa, sem endereço e sem nome, nada. Então você não botava nome nenhum, nem botava nome para se despedir, ou então botava nome fictício. No caso, não precisava porque ele, por exemplo, botava “mãe”, “pai”...”<sup>96</sup>. E assim foi feito! O conteúdo das cartas de René, assim como das outras aqui estudadas, dava informações mais gerais: que estava bem, que tinha bastante trabalho, mas que estava contente e feliz pela opção que fizera.

Pouco tempo depois de receber e enviar cartas, o pai de René reviu sua posição, aceitou a decisão do filho e prestou solidariedade à sua luta. Pôde fazê-lo através de uma carta que remeteu pelo portador do Partido, no entanto, a família não tem certeza se René realmente a recebeu. Havia sempre ao final das cartas o pedido para que não as guardassem, que as rasgassem... E a família, por medo, assim o fez. A troca de cartas perdurou por dois anos, até a descoberta do local onde os militantes comunistas estavam morando e sendo treinados, em 1972.

## **2.9 A família e o Partido**

Logo após as “viagens misteriosas”, restou às famílias a esperança de que o(s) filho(a)s iria(m) retornar. À medida que os anos foram passando, as notícias foram ficando escassas, as esperanças do retorno dele(a)s foram diminuindo, entretanto sempre houve e, de certa maneira, ainda há um fio de esperança de que ele(a)s possa(m) estar vivo(a)s, perdido(a)s, desmemoriado(a)s, ou sem condições financeiras de retornarem para seus lares.

Antes do advento da Anistia, surgiram notícias acerca de uma espécie de guerrilha no sul do Pará em jornais e revistas que deram às

---

<sup>96</sup> Ibid.

famílias uma noção de que lá o(a)s encontraria(m)<sup>97</sup>. Mesmo em silêncio, aquelas famílias, que eram mais ligadas ao Partido, acompanhavam apreensivas os acontecimentos que noticiavam a imprensa nacional. Um dos fatos mais marcantes foi a morte de Carlos Nicolau Danielli (considerado o coração da Guerrilha, por arrecadar dinheiro, junto aos países ditos comunistas, para custear o Partido e a Guerrilha) e as mortes dos membros dos comitês do Rio e São Paulo, entre os anos de 1972 e 1974<sup>98</sup>. Havia um clima de tensão de que algo pior ocorresse, mas, para aqueles ligados organicamente ao partido, ficou a promessa dos dirigentes de que a família seria avisada.

Havia, naquelas famílias de militantes, um elo forte com o Partido, na ideologia partidária do centralismo democrático; havia ainda a convicção de que os dirigentes dariam respostas sobre o destino do(a)s filho(a)s. O que só ocorreu no início do conflito, como ressalta Victória Lavínia Grabois Olímpio, que até o início do conflito contou com a palavra de João Amazonas, dirigente do Partido, de que tudo que ocorresse lá, ela e sua mãe seriam informadas. Elas viveram em São Paulo esse “clima” tenso da descoberta, pela repressão, dos destacamentos escolhidos pelo PCdoB para a eclosão da Guerrilha, como relata a seguir uma carta familiar:

Então ele (João Amazonas) contou que foi pego antes, que não estava preparado. E tinha chegado de tarde. Então isto foi um susto, porque o Amazonas só chegava de noite. Então quando ele chegou de Anápolis, ele não tinha roupa, ele não tinha nada. Naquele tempo, o Amazonas usava paletó, gravata e terno. Só que ele estava sem gravata... Ele nunca chegou de tarde. À noite, a gente ligou o *Jornal Nacional* e deram: “Foi

---

<sup>97</sup>Em 1979 o jornalista Fernando Portela produziu uma longa reportagem publicada em série no *Jornal da Tarde*. Mostra, entre outros assuntos, os vínculos construídos entre os guerrilheiros e o povo do lugar e a brutalidade com que foram perseguidos e assassinados. Tais reportagens deram origem a famosa obra PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**: a saga no Araguaia. São Paulo: Global Debates, 1980.

<sup>98</sup> “Quatro dirigentes mortos: Carlos Nicolau Danielli (14/09/1929-31/12/1972), Lincoln Bicalho Roque (25/05/1945 -13/03/1973), Lincoln Cordeiro Oest (17/06/1907- 04/1/1973) e Luiz Guilhardini (1/06/1920-4/1/1973). Quatro membros do Comitê Central do PCdoB foram mortos pela repressão entre dezembro de 1972 e março de 1973, após a prisão de um dirigente regional do Espírito Santo: Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. As versões oficiais, divulgadas pela imprensa, foram praticamente as mesmas: tiroteio, após tentativa de fuga.” In: MIRANDA, Nilmário & TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo** - mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 198.

achado um covil de contrabandistas em Marabá”. Aí ele falou: “Somos nós”. Aí, quando a TV Globo deu a localização. Era Marabá e Xambioá. Aí ele falou: “Amanhã a gente tem que se mudar daqui”. A gente tem que começar a procurar uma casa, porque o Maurício e o Gilberto conhecem essa casa e a gente não sabe se eles foram pegos. Aí eu saí para procurar casa. Isso era uma sexta-feira para o sábado. No domingo a gente achou uma casa. Em abril de 72...”<sup>99</sup>

As descobertas do local da Guerrilha e, consequentemente, as primeiras mortes no Araguaia e nas cidades eram um sinal de que o cerco contra os dirigentes e lideranças do PCdoB estava se fechando. Algumas famílias encararam as quedas na cidade como sinal de fragilidade do elo cidade-campo, primordial para o sucesso do intento do Araguaia, estabelecendo, a partir de então, o rompimento gradual do contato com os dirigentes do partido e, por conseguinte, notícias dos parentes. Laura Petit em entrevista relatou esse momento: “Não, ele (Carlos Nicolau Danielli) morreu no final de 72 para 73. Se não me engano, ele foi preso entre 26 e 28 de dezembro, mais ou menos, se não me falha a memória. Então, a partir de 73, nós não tivemos nenhuma notícia dos meus irmãos...”<sup>100</sup>. Outra fala de Victória L. Grabois Olímpio elucida o momento final dos conflitos na região do Araguaia e da evasão dos principais dirigentes sobreviventes para fora do país, pois, segundo ela, “até o Amazonas desaparecer, em 76, depois da queda da Lapa”<sup>101</sup>... Em 76, antes da queda da Lapa, o Amazonas apareceu lá e disse que ia fazer uma viagem para o Norte. Já saquei que esse cara não

<sup>99</sup> Depoimento de Victória Lavínia Grabois Olímpio à Deusa Maria de Sousa em 22/08/07, no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.

<sup>100</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedida à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

<sup>101</sup> “O episódio ficou conhecido como Chacina da Lapa, porque o desfecho da operação foi o ataque a tiros a casa 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde o Comitê Central do PCdoB esteve reunido entre os dias 11 e 15 de dezembro de 1976. Os dirigentes assassinados no dia 16 de dezembro de 1976 eram Pedro Ventura de Araújo Pomar, Angelo Arroyo e João Baptista Franco Drummond. Pomar, de 63 anos, fora deputado federal (1947-1951). Arroyo foi um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Drummond, o mais novo, pertencia à Ação Popular Marxista Leninista (APML) quando esta se fundiu com o PCdoB, no início dos anos 70. A fuzilaria desfechada contra a casa ocorreu na manhã de 16 de dezembro, quando a reunião já havia terminado. Nesse momento, vários dos dirigentes que haviam deixado o local antes do ataque já se encontravam presos, e um deles, Drummond, morreu ao tentar fugir de seus torturadores.” Texto de Pedro Estevam da Rocha Pomar. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/cidadania/arquivo01/chacina.html>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

vai para o Norte. Ele vai para a Europa. Mas eu fiquei na minha...”<sup>102</sup>. E o Amazonas, de fato, foi para o exílio.

Enquanto isso, chegavam as primeiras notícias sobre as mortes da até então desconhecida região do Araguaia para algumas famílias mais ligadas ao partido. Uma das mortes de que primeiro se teve notícias foi a de Maria Lúcia Petit da Silva. Ela foi morta logo nos primeiros confrontos, em meados de 1972. A família foi “avisada” da sua morte através de Regilena, esposa de um de seus irmãos, Lúcio, que se evadira do local e avisara para as tias sobre o ocorrido no conflito. Laura Petit, assim como Victória, não fora para o intento do Araguaia por ter que cuidar dos filhos e da mãe. Laura Petit da Silva, além de sofrer pela partida incerta dos três irmãos (Maria Lúcia, Jaime e Lúcio), teve que confortar a mãe. Desse modo, ao saber da morte da Maria Lúcia, resolveu “silenciar” sobre a notícia e não revelou nada à mãe.

A Regilena procurou meu tio que queria falar com o meu ex-marido... E daí eles se encontraram... E ela contou que a Maria Lucia tinha sido morta e que um mês depois ela tinha abandonado a Guerrilha. Ela se entregou na casa de um morador, o exército levou e de lá ela ficou presa ainda na região, e depois foi levada para Brasília... E quando ele (o ex-marido) me contou, eu realmente fiquei muito mal, chorei muito, não pude contar para a minha mãe, porque a minha mãe ia ficar com aquela preocupação: e o Jaime e o Lúcio?<sup>103</sup>

Situação semelhante viveu Victória L. Grabois Olímpio. A morte do irmão caçula, André Grabois, foi-lhe comunicada pelo dirigente comunista João Amazonas. Mesmo sendo sua mãe, Alzira Reis, uma reconhecida militante comunista, não houve “coragem” por parte de João Amazonas, ao que parece, para comunicá-la da morte do filho André. Para ele, Alzira era militante comunista, esposa, mas era antes de tudo mãe. Como comunicar para uma mãe a morte do filho? Esta situação, de quanto as mães foram “poupadas” acerca dos primeiros fatos acerca dos desaparecimentos do(a)s filho(a)s no episódio do Araguaia, foi observada em quase todas as entrevistas levantadas. Constata-se que, talvez, esta foi a maneira encontrada pelo PCdoB para

<sup>102</sup> Depoimento de Victória Lavínia Grabois Olímpio concedido à Deusa Maria de Sousa em 22/08/2007 no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.

<sup>103</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

resguardar a segurança dos envolvidos e também evitar mais alarde em torno do episódio do Araguaia que ainda estava em processo de desenvolvimento.

Constata-se que, no entendimento dos dirigentes comunistas, os irmãos, irmãs, cunhadas, genros, noras suportariam saber das mortes dos parentes, mas a mãe não! Para elas, seria forte demais a dose da verdade! Era preciso mantê-las com a esperança de que o(a)s filho(a)s iria(m) retornar, que ele(a)s daria(m) notícias tão logo fosse possível; era preciso aguardar mais tempo para o retorno que “certamente viria”. Pois, segundo a visão deles, a mãe deu-lhes vida, como poderia encarar sua morte? Tal visão, certamente, parte de vários mecanismos subjacentes à relação mãe-filho. Parte também de uma perspectiva mitologicamente construída acerca da maternidade, na qual há uma simbiose perfeita, inata e dada naturalmente da relação mãe-filho, “fantasia de completude que protege o indivíduo das ansiedades e medos mais primitivos de separação, abandono e perda”<sup>104</sup>. Seja por este e/ou outro mecanismo permeadores da forte relação entre mãe e filho, o fato é que o laço entre ambos serviu como justificativa para a ocultação da verdade, durante anos, a alguns parentes sob a argumentação de que ela, a mãe, não suportaria tamanha dor. O relato de Victória L. Grabois Olímpio traduz esse sentimento:

Ele (João Amazonas) chegou e me chamou no quarto e me deu a notícia que o André havia morrido. Aí ele perguntou: “O que é que a gente faz?”. Eu falei: “Eu acho que não deve dizer a ela (Alzira)”. Por que o que se vai fazer nesta clandestinidade? E eu escondi da minha mãe, a vida toda dela que o André tinha morrido... Ela sempre na esperança, eu já sabia, ninguém ficou sabendo...<sup>105</sup>

Houve também o medo de que ela, a mãe, alarmasse a sua dor através de seu “direito de mãe” para todos, o que poderia pôr a segurança da família e dos desaparecidos em risco. Temendo tais

---

<sup>104</sup> BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1985. Resenha de: NAZARETH, Eliana Riberti. O mito do amor materno. **Pai Legal**, novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/chicus.asp?rvTextoId=-1519405269>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

<sup>105</sup> Depoimento de Victória Lavínia Grabois Olímpio concedido à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.

atitudes, a família Petit também resguardou Dona Julieta de saber da morte de filha Maria Lúcia logo no início dos combates;

E ele (ex-marido) falou para não contar para ela para não sair por aí procurando... E nessa época, em 73, os militares não sabiam exatamente quem estava na região; então, por medida de segurança, é melhor nem contar para minha mãe porque ela podia ter uma coisa emocional, uma atitude de sair procurando os filhos e já diretamente dar o nome deles e eles serem procurados na região...<sup>106</sup>

Apesar do discurso em favor da igualdade e da emancipação da humanidade, parece que ser mulher era algo complicador para a compreensão da direção do Partido. Ser mulher guerrilheira, mais complicado ainda. E ser mulher, guerrilheira e mãe, era inviável. A maternidade, segundo o entendimento do Partido à época, não combinava com o desprendimento necessário que deve ter o guerrilheiro<sup>107</sup>. Havia a vontade em muitas militantes mulheres em fazer parte do referido intento armado, como enfatizou Victória L. Grabois Olímpio: “eu queria ser guerrilheira. Mas entre ser guerrilheira ou ser mãe, eu preferia ser mãe”<sup>108</sup>. Num momento em que as paixões ganhavam o mesmo valor da vida e da morte, ser guerrilheira e ser mãe eram medidas pesadas demais para a maioria das mulheres carregarem. Era preciso, na maior parte dos casos, fazer a escolha entre uma ou outra paixão.

Eu queria ser guerrilheira, mas eu queria também ficar perto do Gilberto. É uma coisa muito contraditória. E eu queria também ser mãe. Mas entre ser guerrilheira, entre ficar com o meu marido, a paixão da minha vida (eu era apaixonadíssima por ele) e o meu filho, eu preferi então a maternidade. Em todas as entrevistas que eu dou, eu digo que o meu filho salvou a minha

<sup>106</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

<sup>107</sup> Sobre o assunto ver o artigo: LIMA, Ruth Ribeiro. **Mulher**: brasileira e guerrilheira. Diálogos, N. 1, vol. 4, 2000. Disponível em: <

<sup>108</sup> Depoimento de Victória Lavínia Grabois Olímpio concedido à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.



vida. Se não fosse o Igor, eu não estaria aqui falando com você...<sup>109</sup>

Mesmo com o cuidado necessário para passar pela triagem dos militantes aptos a fazer do intento do Araguaia, o Partido vislumbrou a necessidade de escolher e treinar mulheres. Além de várias delas figurarem entre as mais procuradas pelo DOPS, assim como Helenira Resende de Souza Nazareth, a vice-presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes –, presa durante o Congresso em Ibiúna, havia a questão prática: não havia como disfarçar tanta gente chegando ao longínquo e desconhecido Araguaia como posseiros sem a presença feminina. Era preciso parecer que se tratava de famílias tradicionalmente constituídas para que a população do lugar não desconfiasse, logo no princípio, sobre os reais propósitos da leva de pessoas que iria chegar naquela região. Neste aspecto, havia as profissões ditas femininas, tais como: professoras, parteiras, funções que as jovens estudantes comunistas, disfarçadas de posseiras, assumiram ao chegar à região do Araguaia.

Ainda assim, veladamente, eram praticados os exercícios de preparação para a Guerrilha que não pouparam as mulheres. Foram relatadas, em alguns depoimentos, a valentia de algumas delas e também a fragilidade física de outras. Assim, a bravura de uma destas guerrilheiras ainda hoje é lembrada na região, “a baiana Diná (Dinaelza Coqueiro). Ela deixou fama de braba, valente, daquele tipo de mulher que, mesmo no infortúnio da covardia, não levava desaforo, pois, se fosse preciso, xingava mesmo”<sup>110</sup>. A jornada de exercícios físicos tinha início às cinco da manhã, que era iniciada com movimentos de aquecimento e flexão para o enrijecimento muscular. Logo depois, vinha a primeira refeição e, em seguida, a divisão das tarefas. Estas consistiam em fazer depósito no meio do mato, com comida e medicação em buracos e troncos de árvores, limpar áreas, caçar animais para refeições etc. Tais treinamentos visavam dar suporte físico e psicológico nos momentos difíceis que todo(a)s teriam de enfrentar na guerrilha<sup>111</sup>.

No momento em que se pretendia convencer a população de que ele(a)s eram apenas jovens posseiros, que queriam iniciar a vida naquele

---

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> ALVES, Myriam Luiz. A guerrilha e as mulheres do Brasil. **Rebellion**, 26 Março de 2006. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/040326alves.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2009

<sup>111</sup> Depoimento de Luzia Reis Ribeiro a para Andréa Cristiana Santos. Salvador-BA, dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2005.

lugar, o modelo tradicional de família constituída (homem e mulher unidos pelos laços do matrimônio) calhou bem para alguns dos guerrilheiros “aptos” para irem à guerrilha terem uma companheira ou esposa que também fosse militante do partido. Pode-se afirmar que as relações íntimas, previamente estabelecidas, ajudaram a compor o disfarce criado pelo *bureau* político do Partido que operava dentro e fora das matas do Araguaia. Havia também um código de conduta dos guerrilheiros(as) no que se refere ao envolvimento íntimo com a população (o que era seriamente reprimido) e também em relação à conduta moral dos guerrilheiros entre si. Há que se destacar que uma coisa é o se escreveu e combinou e outra bem diferente é o que de fato ocorreu<sup>112</sup>.

Sob outro aspecto, é preciso ratificar o quanto e como os laços de família estiveram sempre muito marcados na história do Araguaia. Sendo assim, justifica-se a razão de haver tantas pessoas de uma mesma família desaparecidas. Havia vários graus de parentesco implicados: irmãos, casais, pai e filho, genro, nora, cunhados. Vislumbra-se, portanto, a dimensão que o episódio do desaparecimento passou a assumir para as duas famílias mais atingidas quantitativamente pelas perdas: os Grabois e os Petit. Mas não foram as únicas.

Contudo, independente da quantidade de perdas em cada família, seguramente a dor que doeu em uma foi tão grande quanto a dor que doeu na outra ao ver chegar em ‘casa’ os exilados, as notícias sobre este ou aquele, e olhar para a sua própria casa e não o(s) ver e saber, então, que chegara a hora de reconhecer/acreditar que, infelizmente: faltava(m) *ele(a)s*.

\*\*\*

Em suma, foi discutido aqui o nascimento do partido, as cisões e o caminho da concepção de luta armada. Também discuti, através da história individual de alguns desaparecidos políticos do Araguaia, o processo pelo qual eles/as passaram até ingressarem no intento armado do Araguaia. Nota-se que havia uma criteriosa triagem na escolha do(a)s militantes aptos a irem à região escolhida para o treinamento da Guerrilha. Percebe-se também que todo o processo foi montado e dirigido por membros do *bureau* político do PCdoB e que a escolha

---

<sup>112</sup> Segundo depoimento de Michéas Gomes a Deusa Maria: “No Araguaia, embora fosse reprimida, havia a liberdade sexual e o amor livre entre os militantes”. Xambioá/TO, agosto de 2005.

daquele(a)s levava em conta, além da própria militância, as profissões e o perigo de permanecer nos grandes centros. Ou seja, aqueles/as que já estavam sendo procurados pelos sensores do regime ditatorial tiveram prioridade no processo de escolha.

Houve também um processo de treinamento tático e ideológico (orientado pelo PCdoB) na China Comunista, no início da década de 60, feito por alguns daqueles que ingressaram no Araguaia. Depois de um processo gradual de afastamento familiar (clandestinidade e semiclandestinidade), que ainda foi mantido através das cartas enviadas para as famílias, houve um grande silêncio que coincidiu com as mortes de membros dos comitês estaduais do PCdoB do Rio de Janeiro e São Paulo e, depois, a descoberta da região, o Araguaia, onde os guerrilheiros se encontravam em treinamento para a Guerrilha.

Os laços de parentesco foram uma das principais características dos desaparecidos/as do Araguaia. Pode-se compreender, então, a partir disso, a tamanha tragédia familiar em que se transformou o episódio da Guerrilha, cujo final do conflito culminou com o desaparecimento de quase todo(a)s o(s) envolvido(s). Foi a partir do desaparecimento dele(a)s, com o advento da Anistia e sem nenhum posicionamento formal ou informal do PCdoB, segundo relatam os entrevistados, que seus familiares partem em busca de informações sobre os parentes, principal objeto a ser discutido nas próximas páginas.

### 3 EU ME LEMBRO

**Figura 9** - Victória Grabois no corredor da audiência na 29ª vara da Justiça. Foto: Gabriel Bernardo/Fazendo Mídia.



**Fonte:** <http://www.fazendomedia.com/tente-coronel-licio-maciel-depoe-sobre-guerilha-do-araguaia-em-meio-a-ofensas-deboches-e-palavroes/> Acesso em 08 out. 2011.

#### 3.1 A construção do familiar como sujeito político: da esfera privada para a pública

A partir de análise de documentos, cartas, depoimentos e outras fontes, procurar-se-á traçar um paralelo das ações dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia, em diferentes partes do Brasil, que se movimentaram na busca por informações esclarecedoras acerca de seu(a)s filho(a)s. Além disso, o intuito é analisar a transformação gradual dos familiares de sujeitos comuns a sujeitos engajados, isto é, sem atuação política, em sujeitos políticos. Há também uma discussão acerca do caso dos desaparecidos políticos e o processo de reparação na

Argentina, o que possibilitou um suporte para analisar semelhantes transformações ocorridas em ambos os países.

### 3.1.1 À procura

Após a criação da subcomissão Araguaia no CBA, abriu-se um espaço para que os familiares pudessem buscar respostas para muitos dos seus questionamentos, assim como dar vazão aos medos e ressentimentos que perambulavam suas vidas, pois quando os/as desaparecidos/as não retornaram, no pós-Anistia, junto com os banidos, e os líderes comunistas que retornaram e foram recebidos e saudados pelos seus pares, faltaram eles/as. E, conseqüentemente, as indagações foram inevitáveis: onde estavam? O que havia ocorrido a ele(a)s? Diante da falta de respostas, foi aí que se deram conta de que ele(a)s era(m) agora DESAPARECIDO(A)S. Contudo, no fundo ainda havia aquela esperança íntima de que ele(a) conseguira se safar, quem sabe...?! Laura Petit, por exemplo, esperava seus irmãos e relatou sua esperança:

Olha, esperava, e eu ainda fiquei com aquele... Como dizem, o neo-sebastianismo, esperando que volte, que ele vai voltar, e eu dizia, eu achava até... E eu falei: “*o Lucio, por ele ser mais racional, mais centrado...*” E diz que lá ele se tornou um bom mateiro, observador, sabia se orientar na mata, e eu falei: “*Pelo menos o Lucio, eu acho que tem uma chance...*”<sup>113</sup>

Com todos os questionamentos e, além disso, ‘carregando’, na época, o pesado rótulo de terroristas ou comunistas, dentro e fora das famílias, os familiares ainda tiveram que lidar com os rumores que davam conta de que seus parentes encontravam-se em outros lugares, talvez perdido(a)s, como relatou Laura Petit da Silva<sup>114</sup>: “Eu acho que o Lúcio ainda, quem sabe, ele conseguiu andando, sair em uma fronteira... E tinha um primo meu que era muito chegado e tinha a mesma idade que eles... Então ele viajava muito e me disse: Estive em Salvador e vi o Lúcio lá, só que ele fez que não me reconheceu...”. Ela, Laura Petit, lhe disse: ““Olha, eu acho que não, você deve ter se confundido com alguém...”. Porque eu já estava naquela fase... Foi na época da Anistia e

---

<sup>113</sup> Depoimento de Laura Petit concedida à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

<sup>114</sup> Ibid.

falei: ‘Olha, não voltou, não tem mais chance... Acho que você se confundiu, não tenho mais ilusão...’<sup>115</sup>.

**Figura 10** - Lúcio, Maria Lúcia e Jaime Petit da Silva.



**Fonte:** <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=303>>. Acesso em 06 dez. 2010.

Outros familiares acreditaram que seus parentes estivessem em outros países, assim como narrou Lino Brum Filho acerca de uma conversa reservada que teve com um tio seu que recebeu um telefonema anônimo dando a informação de que Cilon Cunha Brum estava em um país estrangeiro. E ele, o tio, perguntou naquela ocasião para Lino Brum: “O que vocês – a família – vão fazer para buscar o Cilon em Paris? Soube o que vocês já sabem, que ele está lá paraplégico e sem condições financeiras para retornar. Se for isso, me digam que eu dou o dinheiro”<sup>116</sup>. Notícia falsa para angústia da família de Cilon.

Encontrá-lo(a)s, buscá-lo(a)s, vê-lo(a)s no meio de uma multidão passou a ser o sonho de muitos familiares, como relatou Sonia Haas, irmã caçula de João Carlos Haas Sobrinho, outro desaparecido do Araguaia, acerca do desaparecimento sem muitas explicações do irmão médico: “... Então eu tive que fazer todo um trabalho, assim, de compreender porque fui buscar... Porque foi um rombo que ficou na minha infância, na minha formação, que ele era um exemplo, uma

<sup>115</sup> Ibid.

<sup>116</sup> Depoimento de Lino Brum Filho concedido à Deusa Maria de Sousa em setembro de 2005. Porto Alegre/RS. Acervo pessoal da autora.

referência pra mim, que, de repente, eu não tive mais, que eu perdi de uma forma meio inexplicável (...)”<sup>117</sup>.

Segundo os depoentes, não houve posicionamento qualquer do Partido acerca do final do episódio, tampouco esclarecimentos sobre o desaparecimento para as famílias. Laura Petit da Silva falou acerca desse fato: “Nas vezes que eu procurei, não obtive resposta nenhuma. Ficou vazio. Não, hoje, ainda hoje é uma coisa que eles (do Partido) não gostam de falar...”<sup>118</sup>.

Durante muito tempo, além dos combatentes, os únicos que souberam sobre os combates no interior das matas do Araguaia e a existência de tal episódio foram, exclusivamente, as Forças Armadas. Durante décadas, a história da Guerrilha passou a ser apenas um espectro que rondava a memória dos familiares e da militância do PCdoB. Afora a população local, que foi coadjuvante da “guerra” que se abateu sobre a região, poucos noticiários comentaram os fatos ali ocorridos. Entretanto, houve alguns jornalistas que publicaram as primeiras notícias que fizeram com que os familiares dos desaparecidos, aos poucos, tomassem ciência do que poderia ter ocorrido com seus filho(a)s<sup>119</sup>.

Uma das matérias de grande repercussão na época foi do jornalista Fernando Portela, através do *Jornal da Tarde* que depois deu origem a obra de sua autoria intitulada *Guerra de Guerrilha no Brasil* (1979). As reportagens foram produzidas no momento em que os combates no Araguaia já haviam terminado, porém, muito pouco se falava a respeito. Em 1979, mesmo com a Anistia prestes a deflagrar-se, a sociedade ainda temia possíveis represálias que o simples fato de demonstrar interesse por acontecimentos de embate com o regime pudesse produzir. O autor, questionado acerca da produção das matérias naquele período, relatou que:

(...). A matéria saiu em uma semana, iniciando num sábado, nos primeiros dias de janeiro de 1979. O

<sup>117</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã de João Carlos Haas Sobrinho, ao *IHU On-Line*. Ano 4, n. 85, 5 abril de 2004.

<sup>118</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedida à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

<sup>119</sup> *Coojornal* de julho de 1978; *Em Tempo*, n. 60; *Movimento*, de 7 de julho de 1978 e de 5 a 11 de fevereiro de 1979; *Jornal da Tarde*, de São Paulo, de 13 de janeiro de 1979 (caderno dedicado exclusivamente), de 15 a 20 de janeiro e de 23 abril 1979; *Folha de São Paulo*, de 6 março de 1979, p. 5 e 6; de 20 de abril de 1979, p. 6; de 27 de maio 1979, p. 7 e 14, e *O Estado de S. Paulo*, de 13 de dezembro de 1978, p.7, e de 15 março 1979. In: Primeira Petição Judicial dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia. Acervo pessoal de Deusa Maria de Sousa.

sábado foi escolhido por ser um dia "meio morto", jornalisticamente, para segurar um pouco a "repercussão perigosa" ou uma eventual repressão, específica à empresa, do regime ditatorial sob o qual ainda vivíamos. Lembro da minha própria perplexidade ao chegar à banca de jornal da minha rua e ver algumas pessoas lendo o material com medo; assim: liam um pouco e olhavam em volta, elas não acreditavam que um jornal pudesse sair com aquilo, àquela altura dos acontecimentos, quando havia uma tendência à abertura política, mas muita gente ainda estava presa e torturada. Na minha banca, no bairro de Vila Mariana, São Paulo, comprei os últimos três exemplares. *O Jornal da Tarde*, do qual fui um dos fundadores, aumentou em 90 por cento sua tiragem durante a publicação da matéria (...).<sup>120</sup>

Além dos periódicos, duas principais obras, entre estas a de Portela, detiveram-se ao tema, abordando-o de modo particular. Foi por meio destes dois livros que os familiares dos desaparecidos do Araguaia, especialmente a família Bronca, tiveram a convicção de que José Huberto Bronca estivera presente naquele conflito<sup>121</sup>. Assim declarou Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe de José Huberto Bronca, sobre o assunto: "(...). Tomamos conhecimento da participação de meu filho neste movimento pela *Revista História Imediata*"<sup>122</sup>.

Naquele momento, iniciou-se a busca incessante de familiares, de vários pontos do país, por notícias que dessem conta do paradeiro de seu(s) sua(s) filho(a)s. Logo depois, veio a Anistia e com ela o contato com os presos e banidos políticos que prestaram informações acerca de outro(a)s que viram ou conheceram no período de reclusão. No caso do Araguaia, a pessoa que melhor resume o referido momento é José Genoíno. Por ter sido recrutado para ser guerrilheiro do Araguaia e preso, logo no início dos conflitos, sua presença foi de grande importância durante o primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia. No

<sup>120</sup> Depoimento de Fernando Portela à Deusa Maria de Sousa em 08/12/2010. Via endereço eletrônico. Acervo pessoal da autora.

<sup>121</sup> Foi através da obra de Dória que Ermelinda Bronca tomou conhecimento da participação do filho na Guerrilha. DÓRIA, Palmério et all. **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. e PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global Debates, 1980.

<sup>122</sup> Depoimento de Ermelinda Mazzaferro Bronca concedido à Raquel Padilha de Silva, em agosto de 1999, Porto Alegre/RS.



período em que esteve na região do Araguaia e na prisão pôde, pois, ver e saber de várias mortes e aprisionamentos de companheiros/as. Genoíno passou a ser uma espécie de interlocutor dos acontecimentos do episódio do Araguaia.

**Figura 11** - José Genoíno Neto, em 1972, preso pelo Exército no Araguaia.



**Fonte:** <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=269>>. Acesso em 19 out. 2010.

Logo após sua saída da prisão, José Genoíno se afastou do PCdoB, momento no qual procurou e falou para os familiares do(a)s guerrilheiro(a)s desaparecido(a)s tudo o que viu e ouviu e fez reconhecimentos fotográficos de guerrilheiro(a)s que conheceu nas matas do Araguaia<sup>123</sup>.

Perguntavam para ele se ele conhecia, ele chegou a ver a Maria Lucia, do Bérqson, acho, e de outros que foram mortos naquela época, na primeira campanha que foi no primeiro semestre de 72. E o Genoíno, olha, ele foi uma pessoa eticamente

<sup>123</sup> Na correspondência pessoal de Ermelinda M. Bronca há algumas missivas trocadas entre José Genoíno Neto e ela, o conteúdo das cartas dava alento a mãe do desaparecido e exaltava as qualidades pessoais do filho desaparecido no Araguaia José Huberto Bronca.

correta, porque ele procurou todos os familiares que ele pôde...<sup>124</sup>.

Em outros pontos do país, como no Rio Grande do Sul, as famílias se movimentavam à procura de notícias dos filhos. Como já foi dito, aquelas famílias mais ligadas ao Partido ficaram na esperança, em vão, de uma notícia ou sinal do PCdoB que lhes dessem conta do paradeiro dos parentes. Outras, porém, mesmo sabedoras da militância do(a)s filho(a)s, fizeram o que puderam para aplacar a inquietação que lhes causava a ausência de notícias dele(a)s.

### 3.1.2 Ermelinda Mazzaferro Bronca<sup>125</sup>

**Figura 12** - Ermelinda com a família em férias em 1950. Nesta foto, José Huberto é o segundo da direita para a esquerda.



**Fonte:** Acervo particular da Família Bronca.

A família Bronca, após ler a publicação de Palmério Dória intitulada *História Imediata: A Guerrilha do Araguaia* (1979) decidiu procurar outros vestígios do paradeiro do filho. O pai de José Huberto, Huberto Atteo Bronca, viajou para São Paulo à procura do filho então desaparecido. Não encontrou sinal algum ou notícia do filho. Seguindo

<sup>124</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedida à Deusa Maria de Sousa em 27/06/2008, em São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

<sup>125</sup> Ermelinda Mazzaferro Bronca era dona de casa. Casada com Huberto Atteo Bronca, da união nasceram quatro filhos: Huberto José Bronca, José Huberto Bronca, Carlos Huberto Bronca e Maria Helena Mazzaferro Bronca. Dona Ermelinda, como era conhecida, morou durante toda a vida em Porto Alegre, até sua morte, aos 97 anos, em 2003.

outros vestígios, o irmão mais moço de José Huberto, Carlos Huberto Bronca, também embarcou para São Paulo, portando uma carta de apresentação emitida por Mila Cauduro<sup>126</sup>, conhecida líder pela Anistia no Rio Grande Sul, endereçada à Terezinha Zerbini<sup>127</sup> – esposa de um militar cassado durante o regime militar –, articuladora do movimento pela Anistia em São Paulo. Nesta viagem, Carlos Huberto deparou-se com outras famílias que viviam a mesma angústia.

A partir de então, seria a mãe, Ermelinda, que travaria a peregrinação em busca de informações que levassem ao paradeiro do filho José Huberto. Mesmo com idade avançada e com problemas de saúde, sempre que pôde ela participou de várias reuniões com outras famílias na mesma situação. A figura de mulher septuagenária à procura do filho desaparecido comovia quem a via. Nesse sentido, certamente, cenas assim causaram um efeito positivo, no que diz respeito à sensibilização das autoridades militares e políticas, possibilitando que as mães juntas pudessem ser vistas, recebidas, ouvidas...

Na sociedade brasileira da década de 1960, baseados no modelo da família cristã socialmente construída e aceita, os papéis de homens e mulheres estavam previamente definidos. Desta forma, um dos papéis socialmente construídos para a mulher era o da mãe como zeladora da casa e da família. Sendo assim, naquele contexto – social e político –, quem poderia questionar o direito de uma mãe de procurar o paradeiro do(a) filho(a)? Tanto não podia ser questionado que nem mesmo os homens e as mulheres do regime conseguiram impedi-las de sair à procura de respostas sobre o paradeiro dos seus. E foi com esse intuito que as famílias, através das mães, principalmente, começaram a se mobilizar e denunciar o desaparecimento do(a)s filho(a)s.

Ao tomar para si a incumbência e o direito/dever de procurar o filho, uma das primeiras iniciativas de Ermelinda, por exemplo, foi enviar uma carta para o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), à época, Miguel Seabra Fagundes, para solicitar apoio à luta da entidade naquele momento e para denunciar os desaparecimentos

<sup>126</sup> Escritora e militante do MFPA – Movimento Feminino pela Anistia.

<sup>127</sup> Esposa do General Euryale de Jesus Zerbini, cassado em 1964. Foi fundadora do MFPA. Sobre este aspecto ver CARBONI, Maria Cecília. **Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa**. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em História Social). Curso de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Ver também DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memória em Disputa e Jogos de gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 226f. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ocorridos no Araguaia. Naquela ocasião, Ermelinda Bronca utilizou-se, da estratégia do gênero socialmente construído acerca do papel da mãe e enviou uma missiva para expor a Seabra Fagundes os acometimentos dolorosos que lhe trazia a ausência do filho. Utilizou-se do dito “direito de mãe” para se fazer ouvir, sentir e reivindicar o corpo do filho, como se pode perceber a seguir:

Creio desnecessário relembrar a V. Excia. o vazio e a permanente sensação de desespero que me invade pela falta de meu filho, ou pelo menos pela falta de notícias de meu filho. Desde o ano de 1970 que não tenho notícias de meu querido filho e durante estes 10 anos aguardo informações e procuro através de todas as pistas indícios que me possam conduzir a qualquer certeza, para colocar fim nesta angústia. (...). A douda entidade que V.S. tão brilhantemente dirige é provavelmente a minha última esperança, pois atualmente estou com 75 anos de idade e não sei quanto tempo mais me resta. Só tenho certeza que o tempo que me resta irei dedicá-lo permanentemente para buscar meu filho ou então notícias suas. Por piores que sejam as notícias, elas terão o condão de terminar com esta angústia, este desespero (...).<sup>128</sup>

No que se refere às denúncias, em específico, havia uma organização em torno delas, pois existiam agendas diferenciadas em várias partes do país como forma de mobilização contínua da denúncia de desaparecimento. Ainda em relação à denuncia e/ou a ela estreitamente relacionado, como uma mulher conhecida na classe média da capital gaúcha, Porto Alegre, Ermelinda, por exemplo, “assumiu” o posto de porta-voz dos desaparecidos do Araguaia no Rio Grande do Sul, assim como em São Paulo e no Rio outras mães o fizeram. Em junho de 1980 Ermelinda se pronunciou para uma equipe da ONU (Organização das Nações Unidas) que, em passagem pelo Rio Grande Sul para ouvir denúncias de familiares uruguaios, abriu espaço para ouvir também famílias brasileiras que viviam semelhante angústia, conforme declarou Jair Krischke, dirigente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o MJDH/RS:

---

<sup>128</sup> Carta de Ermelinda Mazzaferro Bronca a Seabra Fagundes, datada de 21/05/1980. Acervo particular da família Bronca cedida por Maria Helena Mazzaferro Bronca à Deusa Maria de Sousa em agosto de 2005.

Trouxemos, acho que em junho de 1980, a equipe da ONU para coletar depoimentos de cidadãos uruguaios – em condições sigilosas, nas dependências do Colégio Anchieta, e, aproveitando a ocasião, convidei vários familiares de brasileiros que pudessem fazer seu relato à equipe. Destes, apenas três se disponibilizaram a fazê-lo, entre estes D. Ermelinda, mãe do Bronca, Marisa Haas, prima do João Carlos Haas, e um familiar de um brasileiro desaparecido na Argentina, Jorge Basso.<sup>129</sup>

Impulsionadas pela efervescência das denúncias, iniciaram-se as viagens de Ermelinda M. Bronca, em companhia da filha Maria Helena M. Bronca, para São Paulo com o intuito de participarem das primeiras reuniões, junto a outros familiares de desaparecidos políticos, com o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, para impetrar processo judicial contra o Estado pela responsabilização do desaparecimento dos seus familiares. Este período marcou também o surgimento, por meio das cartas trocadas com outras mães de desaparecidos, uma rede de informações e compartilhamento do sentimento de perda, criada com base no universo de dor e incertezas em que estavam mergulhados os familiares. Neste sentido, as missivas de Ermelinda configuram-se como um espaço seu de desabafo, e esta subjetividade cria um “efeito de verdade” e de sensibilização<sup>130</sup>.

As cartas de Ermelinda revelam também a proximidade afetiva que foi criada com outras mães a partir das reuniões dos grupos de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Há que se ressaltar que o grupo de familiares era bastante heterogêneo, havia diferenças de classe, geracional, étnicas etc. Assim, pode-se afirmar que as duas principais redes de contato de Ermelinda tenham sido com duas outras senhoras: Helena Pereira dos Santos (mãe do desaparecido do Araguaia Miguel Pereira dos Santos) e Cyrene Moroni Barroso (mãe da desaparecida Jana Moroni Girão Barroso). Houve, pois, entre elas uma conectividade geracional, em relação à primeira, e de classe social com a segunda, segundo nos informou um dos familiares entrevistados.

---

<sup>129</sup> Depoimento de Jair Krischke, secretário geral do MJDH/RS, concedido à Deusa Maria de Sousa, Porto Alegre, setembro de 2005. Acervo pessoal da autora.

<sup>130</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2004, p. 14.

Data deste período, também, a iniciativa dos familiares em ir para a região onde se passou o dito conflito do Araguaia.

### 3.1.3 A Caravana ao Araguaia em 1980

Em 1980, sem muitos apoios com os quais pudessem contar, os familiares enviaram centenas de cartas para jornalistas, políticos, personalidades, convidando-os a irem junto com a Caravana ao longínquo Araguaia e pedindo-lhes apoio na divulgação do evento. Foi a maneira que eles encontraram para obter, de fato, notícias que dessem conta do destino do(a)s filho(a)s. Neste aspecto, tiveram papel importante os pais dos desaparecidos Maria Célia Correa e Elmo Correa. O pai, Edgar Correa e a mãe Irene Creder Correa e outros familiares fizeram contato com várias famílias para lhes comunicar que seu filho(a) estivera no Araguaia e que, naquele momento, era desaparecido, fato ratificado por vários dos entrevistado(a)s. Cyrene Moroni, mãe da desaparecida Jana Moroni, narra em uma carta enviada para a amiga Ermelinda Bronca, mãe de Jose Huberto Bronca, os últimos preparativos antes de partirem para a distante região do Araguaia. Ainda em relação a esta viagem, segundo Janaína de Almeida Teles, essa Caravana tinha como principais objetivos “desmitificar a imagem negativa, forjada pela Forças Armadas em relação aos bravos patriotas brasileiros, e denunciar à Nação e ao mundo as atrocidades cometidas contra os desaparecidos”<sup>131</sup>.

A preparação foi direcionada à elaboração de textos e ao envio de cartas para autoridades civis e eclesiásticas, solicitando-lhes apoio e auxílio financeiro para a viagem. Obtiveram apoio e auxílio abaixo do que era esperado. Por isso, para ajudar a custear as despesas foi criado um livro de ouro no qual várias personalidades artísticas e intelectuais, além de assinaram o livro em demonstração de apoio, davam a sua contribuição financeira<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória**: a luta dos familiares de desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. 2005. 283f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>132</sup> Ibid, p. 186. Entrevista com Criméia de Almeida: “(...). Colaboraram entre outros: Heloísa Buarque de Holanda, Chico Buarque de Holanda, Maria Luiza Fontenelle, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Orestes Quércia, Freitas Nobre, Modesto Silveira, Marcelo Siqueira, Quiles MPB-4, Maurício Tapajós e Oscar Niemayer”.

**Figura 13-** Primeira Caravana de familiares de guerrilheiros no Araguaia, em 1980.



**Fonte:** <<http://historianovest.blogspot.com/2010/02/lei-de-anistia-nobrasil.html>>. Acesso 06 dez. 2010.

A ida à região onde ocorrera o conflito foi cercada de temores: pela distância, pelo desgaste físico e emocional, pela segurança das vidas dos familiares, pelo medo do encontro com algumas verdades que demoravam a surgir. Neste sentido, houve dores que se traduziram em palavras, pois antes de ir para a Caravana, Irene Creder Corrêa, por exemplo, escreveu um poema para a filha desaparecida, Maria Célia<sup>133</sup>;

**Figura 14-** Maria Celia Correa



**Fonte:** Acervo particular da família.

---

<sup>133</sup>Sobre Maria Célia Correa ver: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=302>>.

**Minha filha, minha heroína**<sup>134</sup>

Irene Creder Corrêa

Hoje nascia uma flor  
cheia de beleza, alegria e fulgor.  
Contra a injustiça e a opressão  
sempre lutou,  
e na estrada da liberdade e do amor  
caminhou.  
Aos pobres e oprimidos entregou  
seu coração  
na luta contra os algozes do povo e  
da nação,  
nesta guerra justa talvez tenha  
caído  
nas garras ferozes do inimigo  
Nesta batalha covardemente eles a  
venceram,  
mas de uma coisa não se  
aperceberam:  
Que outras flores nascerão  
E o caminho dela seguirão,  
e seu cheiro se espalhará,  
e seu perfume todo o povo sentirá.  
A vitória então chegará afinal  
e você será heroína nacional.

O poema de Irene foi escrito no momento em que a morte dos combatentes envolvidos no conflito do Araguaia era plausível e considerada até mesmo como provável. Há, no poema acima, ao que se pode perceber, um forte conteúdo de politização. Nele, os feitos do/a filho/a, antes julgados e muitas vezes não aceitos, passam a ter um teor de reconhecimento e de sacrifício heróico em uma luta inglória.

Notadamente, tais expressões sentimentais não foram exclusividades dos familiares do Araguaia. Em muitos relatos de familiares de desaparecidos em outros países da América Latina, tais como na ditadura argentina, este fato também foi observado. Pode-se perceber que em muitos relatos há uma defesa zelosa pelo/a filho/a, o mesmo que fazem comumente os pais quando seus filhos/as são crianças

---

<sup>134</sup> Poema em homenagem à Maria Célia Corrêa (*Rosa*), feito por sua mãe Irene Creder Correa, no dia do aniversário da filha, 31/03/1979, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mepr.org.br/cultura-popular/herois-do-movimento-estudantil/202-maria-celia-correa.html>>. Acesso em 26/ nov. 2009.



pequenas e indefesas. Percebe-se, também, que há uma exaltação de suas qualidades, dos feitos, de sua bravura, como relatou um pai argentino sobre a personalidade de seu filho desaparecido: “*Claudio tenía una inteligencia natural, innata. Era un gran lector, lo fue desde muy chico. Tenía una personalidad muy marcada (...)*”<sup>135</sup>. Hebe Bonnafini, uma das mães fundadoras do grupo Madres da Plaza de Mayo, indagada sobre a luta do grupo nas questões políticas de seu país, evidencia o quanto as ideologias defendidas pelos/as filhos/as desaparecidos/as contam com a admiração dos pais. Bonnafini ainda salienta que as ideologias permeadoras da luta dos filhos passaram a ser também luta do seu grupo. Segundo ela, “*asumimos la responsabilidad de levantar las mismas banderas de nuestros hijos, exigir trabajo, salud, vivienda dignos; no trabajo explotado, esclavo, no viviendas de cuatro chapas*”<sup>136</sup>.

### 3.1.4 O enfrentamento na Caravana

A expressão dos sentimentos através do poema de Irene Creder assim como a ida da Caravana foram atitudes de enfrentamento e de ousadia utilizadas estrategicamente pelos familiares para chamar a atenção da imprensa e da sociedade, e que surtiu algum efeito. Ao chegarem à região do Araguaia e se defrontarem com os moradores e com a miséria do local no qual se dera o conflito, a emoção suscitada pela visão de tudo foi forte demais para alguns dos familiares que ali estiveram presentes. Estar na região, mostrar fotos do(a) filho(a) para os moradores e ouvir dos mesmos coisas acerca da vida que ele(a)s levou/levaram naquela localidade foi um alento, mas também um sofrimento/choque diante da realidade e constatação de tudo que até então era apenas suposição e/ou fruto da imaginação.

Na carta de Cyrene remetida à Ermelinda, após o retorno do Araguaia, é possível perceber a perplexidade que o encontro com os fatos provocaram nos familiares. É uma carta cheia de conflituosos sentimentos tais como dor, revolta, amor, rancor... Longa e detalhista através da qual Cyrene tentou traduzir para a amiga tudo o que viu, ouviu, sentiu, durante a Caravana, conforme pode ser observado abaixo.

<sup>135</sup> “Claudio era un libro abierto”. Habla el padre de Claudio Norberto Braverman. Disponível em: <<http://www.madresfundadoras.org.ar/pagina/lospadresdeplazademayoricardobraverman/22>>. Acesso em: 06 jul. 2009.

<sup>136</sup> Entrevista com Hebe de Bonafini concedida à Rosa Miriam Elizalde. **La revolución no se suspende por mal tiempo**. Disponível em: <<http://www.madres.org/asp/contenido.asp?clave=787>>. Acesso em: 06 jul. 2009.

Petrópolis, 18 dezembro de 1980.<sup>137</sup>

Estimada D. Ermelinda:

Recebi sua carta. Semana passada enviei o cartaz com as fotos dos nossos meninos e outro sobre a peça de teatro que meu filho Breno Moroni está fazendo no teatro oficina lá em São Paulo e se refere ao Araguaia. Ele fez uma homenagem a Jana e seus companheiros. O texto é dele. Fiquei muito emocionada quando a assisti. Ele pretende levá-lo para os demais estados. Se a senhora conhece alguém aí em Porto Alegre ligado ao teatro, também poderia me informar para que o Breno entrasse também para saber as possibilidades de levá-la até aí, principalmente entre os estudantes. Os resultados de nossa viagem sob o ponto de vista de denúncia e divulgação foi regularmente bom, mas quanto ao esclarecimento em si, sobre os destinos dos nossos meninos pouco adiantou. Há inúmeras versões sobre os acontecimentos e os camponeses as divulgam, já, como lendas de “ouvir falar”. Para dificultar, ainda mais, o Exército passou nos casebres daqueles miseráveis camponeses, dias antes da nossa chegada, intimando-os para que nada nos contassem. Divulgaram ainda que as famílias iriam lá para se vingar das mortes dos filhos. Eles acreditaram e seguiram rigorosamente as ordens. Alegavam que não moravam na região, no tempo da “guerra”, conforme eles se referem ao movimento. Alguns se negavam a receber nosso folheto com os nomes dos meninos e no qual apelávamos para que nos informassem sobre seus destinos. Não obstante, outros recebiam com lágrimas, dizendo que conheceram alguns deles, mas que não sabiam ao certo o destino que tiveram. Todos aqueles que falaram conosco foram unânimes em declarar que os nossos meninos eram muito bons, educados e somente praticaram o bem para todos os moradores

---

<sup>137</sup> Carta de Cyrene Moroni para Ermelinda Mazzaferro Bronca datada de 18/12/1980. Acervo particular de Maria Helena Mazzaferro Bronca cedida à Deusa Maria de Sousa. Porto Alegre, agosto de 2005.

da região. Davam aulas, assistência médica, distribuíam medicamentos, ajudavam nas plantações e colheitas. Todos mostraram grande afeição e saudade pelos nossos meninos, demonstrando com lágrimas e tristeza a revolta que sentiam pelo massacre que o Exército praticou contra eles. Soubemos ainda que muitos foram apanhados vivos, sem ferimentos, e, levados para Marabá, Xambioá, Bacaba – acampamentos militares e centro de torturas para serem identificados em Brasília. Em Bacaba consta que há inúmeros deles enterrados lá, inclusive minha querida filha. O Exército obrigava aos camponeses a informar e entregar os meninos, muitos deles contaram que não tiveram outra saída devido às ameaças e violências que também sofreram. O Exército pagava, aos camponeses, hum mil cruzeiros por guerrilheiro apanhado. Os moradores da Palestina conheceram (alguns nos informaram) o seu filho que na região tinha os codinomes de “Zeca” e também de “Fogoió” (lá ele chamam de fogoió – os ruivos) O José Huberto era ruivo? Eles informaram, ainda, que ele, o “Amauri” (Paulo Roberto Pereira Marques) e o “Flávio” (Ciro Flávio Oliveira Salazar) tinham uma farmácia, na Palestina (lugar ainda hoje sob o controle muito forte do Exército) e a casa ainda existe lá, mas ninguém soube informar sobre o destino certo destes três guerrilheiros. Nesse lugarejo também conheceram muito o Paulo Rodrigues e o João Carlos Haas Sobrinho, aí do Sul. Brevemente enviarei para a senhora um relatório que está sendo preparado com maiores detalhes. Os políticos que nos acompanharam foram apenas dois: O deputado estadual do PMDB do Espírito Santo e também familiar Roberto Valadão - irmão de Ari Valadão e cunhado da Áurea Valadão, barbaramente assassinados pelo Exército (o Ari teve a cabeça cortada) e a deputada Maria Luiza Fontenele do PMDB do Ceará. Os demais políticos se omitiram, não obstante tivéssemos comunicado e pedido apoio para a nossa viagem; houve promessas de alguns sem cumpri-las. A grande imprensa também esteve ausente, apenas o jornalista Luis Maklouf de Carvalho, do jornal Resistência órgão da sociedade

paraense de direitos humanos compareceu viajando conosco e fazendo cobertura da caravana. Tivemos ainda uma repórter correspondente da Tribuna Operária de Goiânia, foram os únicos. Os religiosos também se recolheram; apenas tivemos o apoio total e ostensivo do Bispo de Marabá D. Alano Pena que realizou uma missa corajosa e determinada, agradando e confortando a todos os familiares. Tivemos ainda em Marabá o auxílio da Comissão Pastoral da Terra bem como em Belém. Para o interior, principalmente no baixo Araguaia os padres e agentes pastorais ficaram receosos do comprometimento do trabalho que lá realizaram e a ligação ostensiva com os familiares e se afastaram. Felizmente nada de grave nos aconteceu, tivemos muitas provas e fomos vigiados e acompanhados de longe em todos os lugares por onde percorremos. A própria Igreja nos desaconselhou a ida a determinados lugares, notadamente à Palestina, onde o José Huberto morou. Realmente lá foi um lugarejo muito hostil, muitos se afastaram quando nos aproximávamos. Lá houve um fato muito interessante, apesar das intimidações – uma família que nos recebeu e disse ter sido muito amiga do “Osvaldão”, chorou copiosamente, e como eram da igreja Assembléia de Deus, abriram o templo enquanto estávamos lá, e foram orar em memória dos nossos filhos. Naquele momento, com outras companheiras, nos dirigimos também à igreja e constatamos a fé e a grandeza de sentimentos daquelas pessoas humildes que enfrentaram sem temor a própria repressão para nos confortarem. Aí mesmo, na Palestina, eu distribuí nossos folhetos na Delegacia e fui recebida sem hostilidade pelo sargento. Apesar dos riscos que corremos, a verdade, é que conseguimos quebrar uma parte daquela atmosfera de intimidação e pavor que atua sobre aqueles miseráveis camponeses. Mais adiante, na OP 3 (Operacional 3) uma estrada que o bandido e torturador general Bandeira e outros asseclas construíram para perseguir os nossos meninos, conhecemos o campo de concentração que lá existe, embora sem grades e sem arame farpado, lá vivem todos aqueles guias que foram obrigados a trabalhar

para o Exército, entregando e matando nossos filhos. Lá vivem em miseráveis casebres, sem paredes, cobertos com folhas de babaçu, numa vida sub-humana com um reduzidíssimo lote de terra que ganharam pelos decretos secretos baixados pelo omissso e miserável Médici, além de receberem hum mil e quinhentos cruzeiros mensais de lá não podem sair e são todos numerados, por exemplo – G 10 (gleba 10) lote 7 (L7), pois todos ele participaram dos crimes hediondos que o Exército cometeu e por isso estão proibidos de falar. Quando lá chegamos, apesar de todas as advertências que nos fizeram, conseguimos falar apenas com uma pobre camponesa que nada nos informou, os demais sumiram. Fomos vigiados e seguidos. Foi uma viagem de saudades e esperança, mas, há momentos em que fico descrente de que em nosso país haja justiça capaz para julgar crimes tão terríveis cometidos contra nossos jovens. Os parlamentares não falam, e a grande imprensa se autocensura; a guerrilha do Araguaia causa pânico, pois covardes assassinos que trucidaram não só nossos filhos, mas também os indefesos e abandonados camponeses daquela região. Continuam oprimindo e violentando os mais elementares direitos humanos de nosso povo, sentados em Brasília insensíveis, impenetráveis, distantes, resguardando apenas a sua doce vida.

D. Ermelinda me alonguei demais peço desculpas pela crueza das informações. Sei, no entanto, que a senhora, como eu, está preparada nesta longa e penosa espera para saber toda a crueldade e insensatez humana que foram cometidos no Araguaia. Que Deus nos conforte e que a memória dos nossos filhos seja resgatada.

Peço que a senhora se comunique com a Marisa e transmita a ela estas informações. Mais adiante escreverei para ela. Já enviei o livro de poemas e os cartazes. Gostaria de saber se os recebeu. A importância que a senhora remeteu chegou em tempo e nos ajudou muito, agradeço por todos. Outra informação que eu peço à senhora – meu filho soube que o José Huberto também trabalhou em circo, é verdade? Quando surgirem novidades comunicarei à senhora. No jornal

Movimento, Tribuna Operária e Resistência tem saído matérias sobre a nossa viagem, a senhora já viu?

Desejo à senhora e aos demais membros da família um natal de Paz.

Um abraço amigo da

Cyrene

A carta longa de Cyrene traduz alguns dos difíceis momentos pelos quais passaram os familiares durante a Caravana de 1980. Embora a crueza dos detalhes por ela relatados possa causar perplexidade ainda nos dias atuais, para a época foram ainda mais impactantes para os familiares e militantes dos movimentos sociais, pois foram os primeiros indícios de veracidade que obtiveram os familiares de desaparecido(a)s. É perceptível o esforço de Cyrene em relatar os culminantes pontos da tensa viagem, bem como levantar alguma indício do paradeiro do filho de Ermelinda. Segundo Maria Helena Bronca, filha de Ermelinda, a referida carta trouxe muito dor a sua mãe Ermelinda, mas também alento ao saber que, apesar de todas as ameaças descritas na carta, os moradores guardavam lembranças carinhosas acerca do(a)s desaparecido(a)s.

Muitos sentimentos conflituosos certamente contribuíram para que ocorressem algumas enfermidades durante a Caravana. Aldo Creder Correa, irmão de dois desaparecidos no Araguaia – Elmo Corrêa Creder e Maria Célia –, relatou o que se passou com o pai durante a primeira Caravana ao Araguaia: “Meu pai deu o primeiro infarto na Caravana lá no Araguaia, em 80. Deu infarto leve, ele se sentiu mal, mas a partir daí complicou a vida dele”<sup>138</sup>. Seu Edgar, como assim era conhecido, sobreviveu ao referido infarto.

---

<sup>138</sup> Depoimento de Aldo Creder Correa concedido à Deusa Maria de Sousa em 08/07/2008, no Rio de Janeiro. Acervo pessoal da autora.

**Figura 15:** Familiares mostram fotos dos parentes desaparecidos na região do Araguaia.



**Fonte:** <<http://grabois.org.br/portal/cdm/galeria.php?idsessao=36&idgaleria=44>>. Acesso em: 08 set. 2010.

Depois da primeira Caravana ao Araguaia, a veracidade acerca do destino do(a)s filho(a)s e alguns relatos de mortes e aprisionamentos estavam postos. Era preciso agora gritar, denunciar, reivindicar pelos corpos, como assim faziam as *madres* da Praça de Maio na Argentina. A luta dos familiares dos desaparecidos políticos do Araguaia e da Argentina é semelhante em muitos aspectos. No Araguaia, assim como na Argentina, foram as senhoras, que antes não se interessavam por política, que saíram da comodidade e “segurança” de suas casas para irem às ruas, às praças para exigir por notícias do(a)s filho(a)s. Nos locais por onde os(as) procuravam, conheceram-se e começaram a dividir suas histórias de dor e sofrimento, estabelecendo, como uma “consequência natural”, laços de amizade que levaram ao longo da vida e algumas até a morte.

Na Argentina, elas montaram campana e se uniram. Procuraram, reivindicaram, denunciaram. Organizaram-se. No Brasil, o caminho dos familiares do Araguaia foi parecido. Primeiro, os familiares se conheceram em locais públicos, usados para fazer sua reivindicação; depois, vieram as reuniões e as ideias de se organizarem em entidades. Todavia, há que se ressaltar a disparidade existente entre a notoriedade dos dois movimentos, isto é, na Argentina eram muitos mais *madres* e consequentemente, chamaram mais atenção. Além disso, o impacto

social devido à diferença numérica de desaparecidos entre os dois países, visto que, na Argentina, foi muito maior o número de desaparecidos/as. Isso, conseqüentemente, está relacionado à dimensão política das duas ditaduras, da repressão aos seus opositores<sup>139</sup>.

### 3.2 A angústia dos familiares de desaparecidos na Argentina: as *madres da Praça de Maio*

**Figura 16** - *Madre* argentina com foto de seu filho desaparecido político.



**Fonte:** <[http://www.libertad.dm.cl/internacional\\_120106.htm](http://www.libertad.dm.cl/internacional_120106.htm)>. Acesso em: 16 out. 2010.

A repressão durante a Ditadura Militar argentina assim como os episódios que culminaram em milhares de torturados, mortos e cerca de trinta mil desaparecidos políticos naquele país, entre os anos de 1976-1983, foram objetos de estudo entre diversos pesquisadores. Dentre tantas publicações, o trabalho de Ludmila da Silva Catela contribuiu pela inovadora investigação nas implicações da perda de um(a) ou mais parentes desaparecido(a)s e pelo seu impacto nas vidas e nos mundos

---

<sup>139</sup> De acordo com o relatório de Sábato, a ditadura Argentina vitimou 30 mil mortos e desaparecidos políticos. In: SÁBATO, Ernesto. **Nunca Mais**. Porto Alegre: L&PM, 1984. Já o Brasil possui uma lista com 379 mortos e desaparecidos políticos. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php?m=3>. Acesso em 14 de Nov. 2011.



dos familiares argentinos, aspectos semelhantes entre este objeto de estudo e os casos do(a)s desaparecido(a)s políticos do Araguaia.<sup>140</sup>

A perspectiva utilizada por Catela (2001) para discutir o mundo dos familiares de desaparecidos foi a de traçar o estudo do mundo de familiares de desaparecidos políticos, utilizando entrevistas, fotos e outras buscando entender as diferentes reações peculiares de cada familiar, desde aqueles que se resignaram a dor da perda e relegaram seu sofrimento ao espaço privado da casa até aqueles cuja perda os transformou bruscamente. Neste contexto, analisa, em particular, a transformação do sujeito que outrora era uma pessoa pacata e, posteriormente, tornou-se um agente político (ou não), mas que notadamente foi transformada a partir do episódio do desaparecimento.

### 3.2.1 As *madres* argentinas

A história das *madres* da Praça de Maio na Argentina assemelha-se muito à história dos familiares de desaparecidos do Araguaia. Guardadas as diferenças e as particularidades de cada caso, encontramos muita proximidade entre a situação ocorrida na Argentina e no Brasil, visto que em ambos, de posse do papel socialmente construído para elas, posto que ainda é um papel legitimamente aceitável, as senhoras sexagenárias transgrediram a ordem de regimes repressores para reivindicarem seus direitos de mãe: o de encontrar, de saber o que aconteceu ao(s) filho(a)s. Na Argentina, mais que no Brasil, algumas mulheres pagaram com a própria vida pela ousadia de exigir do Estado repressor notícias dos destinos dos familiares e tiveram o mesmo fim que o(a)s filho(a)s: o desaparecimento por cometerem o “acinte” de clamar em público pelo direito de saber o que verdadeiramente ocorreu com seus parentes<sup>141</sup>. Na Argentina e no Brasil, foram principalmente as mulheres que, na condição de mãe/irmã, responsável pelo lar, pela

---

<sup>140</sup> Outros trabalhos também prestaram importante contribuição para esta pesquisa acadêmica, dentre eles o de: PASCUAL, Alejandra L. **Terrorismo de Estado**. A Argentina de 1976 a 1983. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Além deste, a coleção de trabalhos reunidos na série intitulada **Memorias de la represión**, sob a coordenação de JELIN, Elisabeth Madrid : Siglo XX, 2002.

<sup>141</sup> Azucena Villafior de De Vincenti, Esther Ballestrino de Careaga e María Ponce de Bianco foram três mães que, assim como os filhos, desapareceram. No Brasil o governo reconheceu que o misterioso acidente que causou a morte da estilista Zuzu Angel, mãe do desaparecido político Stuart Angel, foi cometido pelas forças repressoras governamentais.

integridade física e união da família, legitimaram o movimento transgressor iniciado por elas: o direito de saber a “verdade”<sup>142</sup>.

Como consequência desse violento período, no Brasil e na Argentina, existem inúmeras histórias de vidas partidas, sofrimentos infundáveis, esperas sem fim... Carmem Loforarice, por exemplo, relatou seu drama em um dos *sites* das *madres* argentinas: “*los momentos más crueles que una madre nunca podrá sobrellevar, ni olvidar. La angustia sumada al llanto cuando me enteré que mi querido hijo había desaparecido. No entendía nada, hasta que me despierto a la realidad*”<sup>143</sup>.

A luta política das *madres* da Argentina uniu mulheres pacatas, senhoras que tinham pouca ou nenhuma experiência em movimento de cunho político, mas que, após perceber que a vida do/a filho/a lhes fora tirada, transformaram-se, abruptamente, em militantes políticas na busca por aquilo que lhes era mais sagrado: o filho(a), o corpo e a responsabilização e punição dos responsáveis pelas suas mortes/desaparecimento. Foi através da luta pela busca do(a)s filho(a)s e dos fatos misteriosos que envolvem seus desaparecimentos que eles/as perceberam a necessidade de criar um movimento político organizado em entidade para lhes representar em todas as esferas para que todo o país as ouvisse, para que o mundo tomasse conhecimento de que seu(s)/sua(s) filho(a)s foi/foram vítima(s) do regime repressor e terrorista estatal que desapareceu com milhares de pessoas na Argentina<sup>144</sup>.

A criação do grupo das *Madres* da Praça de Maio serviu principalmente para que aquelas mulheres, e até alguns homens, pudessem encontrar um espaço para compartilhar suas angústias, suas buscas, mas também dividir o exercício da maternidade e, no caso dos homens, a paternidade. Fosse através de objetos que simbolizavam a maternidade/paternidade, tais como fraldas bordadas com o nome do(a)s filho(a)s, fotos, entre outros. As *madres* argentinas inverteram a lógica do espaço privado da casa, da família, antes o lugar sob seu domínio, para o espaço da rua, da praça, da reivindicação e, por que não?, O espaço do (con)viver com o/a filho/a desaparecido/a.

---

<sup>142</sup> A palavra verdade aqui é entendida na concepção de saberem exatamente o que ocorrera, como e onde ocorrera, bem como quem foram seus algozes para exigirem julgamento pelos crimes.

<sup>143</sup> Informação disponível em: <<http://www.madresfundadoras.org.ar/pagina/TestimoniodeCarmenLoforice/70>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

<sup>144</sup> Sobre este assunto ver PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Ed. Unb, 2004.

Devido, muito provavelmente, a este último aspecto é que os objetos usados na infância pelos(as) desaparecidos(as) e os relatos de muitas *madres*, e também dos *padres*, contenham um teor lúdico. No que diz respeito ao relato, nota-se isto quando falam do(a)s filho(a)s durante os primeiros anos de vida, como, por exemplo:

*Franca fue sigue siendo para mí esa muchacha asombrosa que derramaba su personalidad apasionada junto con su luminosa sonrisa, capaz de las reflexiones más lúcidas y del amor más incisivo, sedienta de conocimiento y rica en muy diversos talentos y creatividad.*<sup>145</sup>

Através de diversas formas de manifestação foi exposto um conteúdo emocional e de particularidades familiares como, por exemplo, fotos, cartas, objetos pessoais e outros. Pode-se concluir que o principal objetivo seja o compartilhamento do exercício da maternidade e do luto gerado pela perda do filho/a na sociedade argentina.

### 3.3 No Brasil

Inicialmente, entre os familiares de desaparecidos brasileiros, segundo informou um dos depoentes, cogitou-se a criação de uma organização em torno dos desaparecidos políticos, como ressalta Aldo Creder: “Chegamos a formar a Associação Brasileira de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Até estatuto, fizemos tudo”<sup>146</sup>. Durante esse processo de constituição do modelo de entidade, uma das estratégias utilizadas pelos familiares foi manter mulheres, sobretudo as mães, à frente da situação, reivindicando notícias e/ou os corpos dos/as filhos/as, arriscando as próprias vidas em prol de respostas e de justiça.

No papel de mães, e ao mesmo tempo de justiceiras/militantes, em busca do/a filho/a desaparecido/a e de justiça, as atitudes dessas mães/militantes eram compartilhadas com alegria - principalmente através de cartas, principal veículo de comunicação entre elas e, diga-se de passagem, da época. Neste contexto, Cyrene Morone, mãe da desaparecida Jana Morone Girão Barroso, em uma das cartas (abaixo

<sup>145</sup> Depoimento de Vera Jarach mãe de Franca Jarach, desaparecida em 25 de junho de 1976. In: SARTÍ, Aída y SANCHEZ, Cristina. **Presentes!** Ahora y siempre! Colihue: Madre de La Plaza de Mayo. Línea Fundadora, Buenos Aires, 2007, p. 20.

<sup>146</sup> CORREA, Aldo Creder. Depoimento concedido à Deusa Maria de Sousa em 08/07/2008, no Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal da autora.

transcrita) trocadas com Ermelinda M. Bronca, mãe do desaparecido José Huberto Bronca, narrou uma situação na qual confessou ter manifestado sua dor publicamente, utilizando-se da mencionada estratégia de gênero (ser mãe) para sensibilizar a sociedade da cidade na qual residia.

Petrópolis, 1º de setembro de 1982.

Estimada D. Ermelinda:

Recebi sua carta de 3/8 p.p, mas, devido ao trabalho que tive com o meu filho Breno que apanhou uma hepatite quando excursionava com o seu grupo pelo Nordeste, fiquei impossibilitada de responder imediatamente. Fiquei contente em saber da homenagem que foi feita aí na Assembléia para os nossos heróis e do cordel do xirú. Agradeço a cópia. O nosso processo pelo visto está parado. Eu nem acredito que o Luis Eduardo dê andamento antes das eleições, além dos muitos processos que estão em suas mãos, como a senhora deve estar informada, a situação piorou muito para o nosso lado. Por causa da Revista que foi apreendida e proibida sua circulação. Além do fato ocorrido em Salvador, houve cerco e procura na Tribuna Operária do Rio e São Paulo pela Polícia Federal. Caso a senhora ainda não tenha conseguido obter a Revista, sugiro que a senhora fale com alguém daí da sucursal da Tribuna Operária, talvez consigam arranjar. Aguardo suas notícias, caso seja possível tentarei arranjar um exemplar para a senhora. É preciso ter muito cuidado, agora, a situação ficou difícil e até certo ponto perigosa para nós.

Dia 15/08 pp saiu uma nota no Jornal do Brasil sobre um professor nicaraguense universitário que vive há 11 anos em nosso país e reside em Florianópolis. A notícia informava que sua casa fora invadida, por policiais, sem mandado judicial e apreendidos exemplares da Revista, além de outras publicações e correspondência. A porta foi arrombada, a pontapés, ante a recusa da esposa de deixá-los entrar enquanto não apresentassem um mandado

de busca e apreensão. O professor foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e ainda ameaçaram de prisão a esposa do professor por desacato à autoridade.

A última reunião em São Paulo também não compareci. Pouquíssimos foram, 5 ou 6, e o Luis Eduardo não apresentou nada de concreto. A reunião segundo informações, baseou-se exclusivamente sobre a Revista. Soube ainda que O Luis Eduardo estava apressado e retirou-se imediatamente, informando apenas que estava preparando tudo para a audiência em Brasília, mas, até hoje nada aconteceu. No entanto, o dado mais importante que surgiu nessa reunião foi a informação de que um morador de lá do Araguaia encontrou uma lata de leite em pó envolta em plástico enterrado e contendo documentos de alguns guerrilheiros. Logo que fui informada, procurei falar com o Dr. Paulo Fonteles, advogado da Comissão Pastoral da Terra e que reside em Conceição do Araguaia. Consegui localizá-lo em Belém. Ele me confirmou o achado e adiantou que o mesmo foi entregue a ele. Procurei inicialmente saber se havia documentos da JANA dela não há, mas, falou-me que há documentos de cerca de 14 deles e em bom estado de conservação. De alguns, disse-me, há até carteiras de motorista. Ele ficou de me enviar uma cópia dos nomes que ali constavam mas, até hoje, não recebi. Ele garantiu-me que o achado está muito bem guardado, fora da casa dele, para ser registrado em cartório e posterior apresentação à imprensa. Como o L. Eduardo informou que as famílias brevemente deveriam ir a Brasília para a tal audiência eu sugeri ao Paulo para que nessa oportunidade fosse feita a divulgação do achado.

O importante é o pedido do Paulo para que as famílias não tentem reaver estes documentos, isoladamente, pois neste caso, seriam dispersos e seriam desfeitas a peça que prova que aquelas pessoas estiveram naquela região. Portanto, peço-lhes que guarde sigilo até estar tudo documentados, devidamente. Posteriormente as famílias tomarão conhecimento. Vou aguardar mais alguns dias e voltarei a telefonar para o

Paulo insistindo para que ele me envie a lista dos nomes encontrados. Logo que eu os receba, informarei à senhora.

A senhora recebeu o convite da CBA de São Paulo para o traslado dos restos de Luiz Eurico Tejera Lisboa? A senhora irá a cerimônia aí em Porto Alegre? A viúva dele mora aí, chama-se Suzana.

Aí em Porto Alegre está passando o filme Desaparecido? (missing) do Costa Gravas? Junto estou enviando uns folhetos que pessoas do CBA do Rio estão distribuindo à entrada dos cinemas onde este está sendo exibido. Os cinemas estão sempre cheios e os folhetos tão bem aceitos. Aqui em Petrópolis também estive em cartaz, acabou ontem, mas a afluência foi pequena e somente eu, sozinha, fui para o hall do cinema distribuir estes folhetos. No 1º dia eu coloquei o retrato da JANA na lapela (caso fosse interpelada por alguém, apresentaria as minhas prerrogativas e direitos de mãe de “desaparecida” ,no entanto, a seguir não coloquei mais o retrato porque pensei que poderiam me chamar de doida, principalmente por eu estar só. Felizmente foi tudo tranquilo, sem incidentes.

Bom, agora encerro aqui desejando que a senhora continue com boa saúde e com ânimo suficiente para juntas prosseguirmos a nossa luta. Aguardarei suas notícias para breve. Talvez em minha próxima carta eu já possa informar qualquer novidade sobre os assuntos que mencionei. D. Ermelinda receba meu abraço amigo.

Recomendações à sua filha.

Cyrene

A carta de Cyrene expõe seu cotidiano de tarefas e afazeres particulares e suas ações práticas na denúncia pelos corpos dos filhos/as dos/as desaparecidos/as. Neste aspecto, pode-se concluir que os vínculos que ela mantinha com sua receptora iam muito além do simples ato de escrever e prestar informações. Percebe-se que a carta enviada para Ermelinda também funcionava como veículo de denúncia, assim como outras formas mencionadas anteriormente, dos crimes e abusos

cometidos pelo Estado durante a ditadura. As missivas testemunham, em grande parte do seu conteúdo, as situações de angústias e perigos pelos quais Cyrene passou.

Guardadas por décadas, separadas e organizadas por ordem cronológica, tais cartas enviadas por Cyrene para a amiga ganham *status* de documentos históricos, além de ter ocupado o espaço de sociabilidade na vida de ambas, pois, segundo Ângela de Castro Gomes “(...) cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A idéia do pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas”<sup>147</sup>.

O movimento de familiares ainda estava muito unido por uma mesma causa, embora no interior dessa organização houvesse muitas divergências sobre os rumos que o movimento estava tomando, alinhando-se, articulando-se, enfim, divergências quanto ao modelo organizacional e político no qual o grupo começava a se configurar. Em muitos relatos, os familiares ressaltam essas vertentes da disputa pelo poder dentro do grupo. Questionados se poderiam falar sobre isso, houve uma unanimidade pela opção de não falarem tampouco gravar suas declarações acerca do referido assunto.

No entanto, o que se pode constatar e/ou o que se denota entre tantos comentários acerca do mesmo ponto acima referido é o desconforto e a preocupação que algumas famílias tinham ao ver que o grupo poderia servir como “trampolim” político para algumas pessoas, além da predominância de um grupo de familiares de determinados grupos políticos em detrimentos a outros etc. Foi nesse meio conturbado que nasceram as primeiras cisões entre familiares de desaparecidos. Luiz Eduardo Greenhalgh, o advogado dos familiares na época, discorreu sobre aquele momento:

Bem, vou falar agora um pouco da minha relação com os familiares. Foi uma relação muito difícil, não foi uma relação fácil. Porque se a relação inicial foi boa, amistosa, depois essa relação foi cruzada, intermediada, interferida, por interesses particulares, interesses de familiares que eram apenas familiares de militantes do PCdoB e que tinham raiva do PCdoB, porque levou seus familiares a morte. Eu respeitava esse tipo de posição, mas não concordava. Tinha outros familiares que militando, separaram-se do PCdoB.

---

<sup>147</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: FGV, 2004, p. 19.

Vieram para o PT, foram para outros partidos e usavam o assunto da Guerrilha do Araguaia para fazer a disputa interna com o PCdoB. E eu não sou do PCdoB, nem me sirvo de instrumento para fazer luta interna com o PCdoB. Então, as correspondências minhas com os familiares foram se distanciando. Eu estou tocando uma ação, o meu objetivo é um objetivo jurídico/político e eu não tenho nada a ver com PCdoB, não tenho nada a ver com as brigas internas do PCdoB, e eu não tenho nada a ver com a despolitização de quem acha que o PCdoB puxou o seu familiar para a morte.<sup>148</sup>

Com todos esses e outros problemas, tais como a distância e a mobilidade, a organização criada por Edgar Creder Correa teve vida breve. Mal saiu do papel. Pouco tempo depois, em 1985, um grupo de ex-presos políticos e remanescentes de familiares do Araguaia se organizaram em torno da criação do GTNM (Grupo Tortura Nunca Mais). Com criação do GTNM, prevaleceu o grupo que queria uma amplitude maior nos variados tipos de denúncia aos crimes da ditadura e à violência estatal de todo tipo<sup>149</sup>. Os familiares que não tomaram parte na organização da entidade dispersaram-se, voltaram as suas vidas particulares e relegaram os sofrimentos às esferas privadas. O momento final da dispersão aconteceu após o recebimento de valores destinados à reparação das vítimas, ou seja, o reconhecimento do governo de Fernando Henrique Cardoso às vítimas da ditadura.

<sup>148</sup> Depoimento de Luiz Eduardo Greenhalgh concedido à Deusa Maria de Sousa em 02/07/2008, São Paulo/SP. Acervo pessoal da autora.

<sup>149</sup> “O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos e tornou-se, através das lutas em defesa dos direitos humanos de que tem participado e desenvolvido, uma referência importante no cenário nacional. Considerando que o regime ditatorial contribuiu decisivamente para o esgarçamento e a deterioração de valores éticos, o GTNM/RJ constituiu-se em torno do resgate de valores, da dignidade, da defesa e dos direitos da cidadania. Desta maneira, tem assumido um claro compromisso na luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos, pelo resgate da memória histórica, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura, pela formação de uma consciência ética, convicto de que estas são condições indispensáveis na luta hoje contra a impunidade e pela justiça. A entidade também vem sistematicamente denunciando antigos e novos casos de tortura, exigindo punição para aqueles que violam os direitos humanos, através de notas na mídia, entrevistas, atos públicos, seminários e outras atividades. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2009.



Embora a grande maioria tenha recebido os valores destinados à reparação, alguns familiares protestaram e renegaram o pagamento oferecido a título de ‘indenização’ por acreditar que aceitando estariam compactuando com as atitudes do Governo que matou e ocultou os corpos de seus/suas filhos/as. Assim como no Brasil, na Argentina, as divergências acerca da política de reparação, levadas a efeito a partir da Lei 24.411, pesaram nos conflitos internos que culminaram com a cisão do grupo *Madres da Plaza de Mayo*<sup>150</sup>.

Um familiar que optou por não receber a reparação e quer manter sua identidade em sigilo, quando indagado acerca de sua decisão, suspirou ao confessar que “com o sangue e tortura, não negocio”. Ermelinda, mãe de José Huberto, ouviu todas as indagações dos familiares a favor e contra o recebimento da reparação. Resolveu, como forma de denúncia, receber a reparação e em seguida doá-la integralmente para os grupos de Direitos Humanos ligados aos desaparecimentos políticos. Para ela, segundo relatou a filha Maria Helena Mazzaferro Bronca, “a reparação servirá para custear as despesas e trabalhos daqueles que buscam localizar os restos mortais do irmão Zé”<sup>151</sup>.

**Figura 17** - O presidente Fernando Henrique Cardoso e Ermelinda Bronca, em maio de 1996 em Brasília.



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/politica/139009.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

<sup>150</sup> CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória:** a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 27.

<sup>151</sup> Depoimento de Maria Helena Bronca concedido à Deusa Maria de Sousa em 25/09/2005. Porto Alegre/RS. Acervo pessoal da autora.

Ainda é relevante ressaltar que a experiência brasileira com a política de reparação foi muito divergente do caso argentino. No Brasil, segundo a pesquisadora Larissa Brisola Brito Prado, em seu trabalho de mestrado em Ciência Política intitulado *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar* (Unicamp, 2004)<sup>152</sup>, as políticas de reparação dos sucessivos governos têm se preocupado, exclusivamente, com o pagamento das indenizações aos familiares daqueles que sofreram violações de seus Direitos Humanos, esquecendo-se da responsabilização e punição daqueles que as cometeram. Segundo a autora, a política de reparação implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (Lei 9.140), em 1995, continuou exercendo o mesmo papel que exercia a Lei de Anistia (6683/79), pois continuou a manter “a ausência de investigações e revelações mais profundas, assim como de punições de militares e médicos envolvidos com mortes e desaparecimentos durante a ditadura”<sup>153</sup>.

Em relação à Argentina, as divergências acerca do processo da política de reparação iniciaram-se, sobretudo, a partir da categorização da palavra “desaparecido” e suas implicações legais e afetivas que a utilização do termo afetava. O tema ganhou debate público quando foi sancionada a Lei 24.411, que estabelecia o benefício das indenizações. Todo o calor dos debates girava em torno do uso, como destacou Catela “da legitimação da palavra”. Na visão de Catela, havia duas vertentes para as quais a terminologia criava um maior embate: “um mais íntimo e sentimental, e outro no qual predomina o controle da distância política e militante. Sempre há um jogo em que os espaços privados são tensionados pelas práticas públicas, e vice versa”<sup>154</sup>.

Somam-se a isso as medidas e representações utilizadas pelo Estado com a criação de leis e normas acerca do tema que se chocava diretamente com a perspectiva construída e mantida pelos familiares de desaparecidos políticos argentinos, sobretudo aqueles ligadas aos grupos de Direitos Humanos. Neste sentido, para eles o reconhecimento (como estabelecido pela lei) do desaparecimento era acatar a “presunção de

---

<sup>152</sup> PRADO, Larissa Brisola Brito. **Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar**. 2004. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

<sup>153</sup> Após 25 anos, impunidade sugerida pela Lei da Anistia permanece. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200409/noticias/4/direitoshumanos.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

<sup>154</sup> CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 198.

falecimento” (existente há vários séculos na legislação Argentina) e aceitar a morte, o que se tornou inadmissível para Hebe de Bonafini e que, segundo alguns feitos a Catela, motivaram a principal dirigente das *Madres da Plaza de Mayo* a “expulsar muitas mulheres da praça por haverem realizado a presunção de falecimento”<sup>155</sup>. Contudo, o cerne do debate era saber quais pessoas a referida Lei enquadraria na categoria desaparecido, pois havia pessoas que foram detido-desaparecidas, mas estavam vivas. Como categorizar aquelas que não tinham vida, ou seja, as desaparecidas? Os familiares, por seu turno, reivindicaram que ficasse expressamente definido na Lei que o benefício da reparação era uma medida oferecida devido ao reconhecimento por parte do governo argentino do desaparecimento forçado, e não em reconhecimento à morte dos seus familiares.

Por fim, por força do debate público incentivado, sobretudo, pelos familiares e grupos de Direitos Humanos ficou estabelecido que, “diante de qualquer trâmite que envolva os familiares dos desaparecidos, a figura do que se deve utilizar é a de desaparecimento forçado”, estabelecido pela Lei 24.321, que criou a figura do ausente por desaparecimento forçado”<sup>156</sup>.

\* \*\*

A discussão aqui girou em torno do momento inicial de busca feita pelos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia em diferentes regiões do país. Naquele momento, muitos dos familiares que tinham alguma ligação com PCdoB buscaram por notícias de seus parentes através do Partido. Porém, segundo consta nos diversos relatos, não houve um posicionamento preciso acerca do que havia ocorrido com eles, tampouco dos destinos dos envolvidos. Ressalva se faz, porém, para algumas poucas famílias (como a Grabois, por exemplo) que tinha um membro dirigente da direção executiva do PCdoB. Em casos assim, até houve algum posicionamento, embora pouco preciso dadas às circunstâncias de grande controle dos órgãos de informações do regime militar naquele período.

Portanto, sem muita certeza, de fato, sobre o que ocorrera com seu(s) parente(s) e o destino final dele(a)s, dezenas de famílias (em várias partes do país) ficaram anos à espera de uma notícia, um sinal de vida, pois, embora tenha havido contatos, inicialmente, através de cartas

---

<sup>155</sup> Ibid, p. 199.

<sup>156</sup> Ibid, p. 201.

que foram trazidas e levadas por membros do Partido, depois de algum tempo, fez-se um silêncio absoluto que perdurou por meses, anos.... Ao longo do tempo que perdurou esse silêncio, a esperança se manteve acesa. Contudo, em 1979, com a Anistia, a esperança de muitas famílias caiu por terra, já que os banidos, expulsos e refugiados políticos retornam ao Brasil e entre eles/as não estavam seus familiares. Houve então, a “certeza” de que a morte deles/as parecia ser um fato consumado.

A partir desse momento da ‘certeza’, começaram as reuniões de grupos que ensinaram a procura e o preenchimento de listas de pessoas dadas como desaparecidas durante os anos mais duros da ditadura que ainda vigorava. Diversos familiares viajaram para São Paulo para encontrar outros familiares e tomarem parte na petição judicial que exigia saber do Governo o paradeiro dos parentes então desaparecidos na longínqua região conhecida como Araguaia.

Inconformados com a escassez de provas que pudessem arrolar ao processo judicial, um grupo de familiares liderados pelo Sr. Edgar e Irene Creder Correa (pais dos desaparecidos Elmo e Maria Célia Correa) uniram-se a outros familiares e organizaram a Primeira Caravana à região do Araguaia. Antes da partida, porém, enviaram centenas de cartas aos órgãos de imprensas, políticos, profissionais liberais, religiosos, pedindo apoio financeiro e os convidando para tomarem parte na Caravana. Poucos deram resposta, mas isso não desanimou os familiares.

A viagem ao Araguaia foi dura e sofrida devido às péssimas condições das estradas do norte do país. Ao chegar ao local, depararam-se com um ambiente completamente diferente do conforto dos lares que seus parentes desaparecidos estavam acostumados. Lá eles compreenderam a grandeza do desprendimento que seus parentes tiveram ao aceitarem o grande desafio de viver em lugar tão inóspito. Ainda lá, os familiares dos desaparecidos sofreram também com o silêncio de muitos moradores (que por medo de represálias do Exército pouco ou nada falaram) e a hostilidade do cerceamento dos órgãos de repressão do governo que vigiavam cada passo deles e espalhava o medo entre os moradores.

De volta da Caravana, muitos familiares trouxeram, além da alegria e, ao mesmo tempo, triste lembrança de ter estado no lugar onde supostamente seus parentes desapareceram, muitos relatos (gravados em K-7) sobre seus parentes, sobre a vida que eles/as ali viveram, seus trabalhos, seus codinomes. Além disso, alguns conseguiram informações acerca até de aprisionamento e morte de parente pelas

forças armadas. Todas essas informações foram peças suficientes para que fossem arroladas ao processo de denúncia dos desaparecimentos dos mesmos. Depois disso, o convívio com os relatos de suplício e morte dos parentes pareceu duro demais. Muitos dos familiares externaram sua dor e revolta através de cartas para outros familiares e as autoridades (como fizeram Cyrene e Ermelinda) ou através de poesia e denúncia (como Edgar e Irene Creder).

Como a ditadura não ocorreu somente no Brasil, ao pensar na mesma, no país vizinho, a Argentina, observa-se que processos semelhantes também acometeram os familiares de desaparecidos políticos argentinos. As denúncias naquele país foram iniciadas pelas mães da Praça de Maio, atravessaram o mundo e fizeram com que a sociedade argentina discutisse o problema dos desaparecimentos políticos. Com um número expressivamente maior de desaparecimentos lá que no Brasil. Em ambos os casos, as políticas de reparação foram alvos de discussão, discordâncias e fissuras que marcaram os grupos de familiares de desaparecidos. No Brasil, todavia, houve menos conflito. Na Argentina, porém, dadas às peculiaridades das leis daquele país e as implicações que o recebimento da reparação acionava, muitos dos familiares preferiram abdicar das políticas reparatórias que apenas reconheceram o desaparecimento forçado de seus familiares, mas não apontaram as circunstâncias, tampouco seus algozes. Assim, as *madres* (e outros grupos) seguem suas marchas e lutam pela verdade, justiça e contra a impunidade naquele país.

#### 4 MEMÓRIAS (RE)CONSTRUÍDAS

**Figura 18** - Elza Monnerat ao centro.



**Fonte:** <[http://grabois.org.br/admin/fotos/imagem\\_galeria\\_27361008101281\\_4672\\_27.jpg](http://grabois.org.br/admin/fotos/imagem_galeria_27361008101281_4672_27.jpg)>. Acesso: 21 ag. 2011.

Analisar-se-á aqui as diversas ações dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia, buscando entender as (trans)formações e os acontecimentos sociais e políticos, ao longo das décadas e em nível nacional e internacional, que influenciaram na construção de memórias acerca dos desaparecidos. Em relação a estas memórias é preciso esclarecer que as memórias às quais me refiro são memórias apreendidas, reconstruídas, isto é, que foram construídas a partir de histórias e versões dadas pelos familiares para as gerações mais jovens que, por sua vez, também a refizeram.

Neste contexto, pode-se considerar, portanto, que há um processo de “transmissão” de memórias que contribuíram para que houvesse novas reconstruções de memórias sobre os desaparecidos. Para Alejandra Oberti,

*Se puede hablar de una transmisión lograda cuando ésta se encuentra cometida al cambio y a la reactualización que supone el pasaje de uno a outro, o dicho de outro modo, cuando lo que se transmite puede ser reinterpretado activamente y puesto em relación com los nuevos contextos, por más diversos que sean en relación com los originários.*<sup>157</sup>

Assim sendo, as memórias acerca dos indivíduos/familiares mais velhos construídas pelas gerações mais novas, parentes dos desaparecidos políticos, estão intrinsecamente ligadas ao passado dos pais, avós, parentes, ou seja, dos mais velhos. Pode-se observar também que as memórias sobre os desaparecidos por eles (geração mais ‘nova’) reconstruídas passaram por um processo de ressignificação, isto é, as novas gerações procuraram encontrar, na produção artística ou na opção de trabalho, mecanismos que os possibilitaram “conhecer” e dar uma resposta final diante do vácuo familiar criado a partir do desaparecimento do familiar. Ao fazer isso, possibilitaram também a construção da própria identidade a partir da maneira como passaram a (re)contar o passado do parente desaparecido.

#### 4.1 Sopravam novos ventos

Após o advento da Anistia, com o clima a favor do apaziguamento da sociedade e em nome dos tempos de paz e arrefecimento da repressão que aparentava se avizinhar, surgiram denúncias acerca dos desaparecidos políticos do Araguaia, através da imprensa. Se outrora as denúncias eram veladas e escondidas, no período pós-Anistia os familiares dos então desaparecidos políticos começaram a ocupar a cena na mídia naquele momento, contagiados pela efervescência da política e da discussão sobre os direitos humanos, dentro e fora do país. Cabe ressaltar que um periódico de circulação

---

<sup>157</sup> OBERTI, Alejandra. La memoria y sus sombras. In: JELIN, Elizabeth y KAUFMAN, Susana. (comp.) *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006, p. 74.

nacional levantou a discussão acerca de torturas a presos políticos dez anos antes da implantação da Lei Anistia, em dezembro de 1979. Ou seja, a questão dos direitos humanos, ofendidos pelas torturas a presos políticos, não foi algo que veio à tona apenas quando da implantação da Anistia, pois muito tempo antes (dez anos antes), mesmo em plena ditadura, houve quem questionasse os mandos e desmandos ditatoriais no Brasil. Obviamente que com a Anistia, esses questionamentos puderam ser mais evidenciados e levados como bandeira do novo panorama político.

A edição da revista *Veja* nº 65, de 3 de dezembro de 1969, por exemplo, trazia como matéria de capa a seguinte chamada: “O presidente não admite torturas”<sup>158</sup>. Em 27/09/1978 a revista *ISTO É*, de número 92, prenuncia as principais reivindicações dos familiares de desaparecidos políticos junto à comissão de Anistia, naquele período, e apresenta o “Dossiê da Repressão: os mortos e os desaparecidos”. Na capa da revista já figuravam também fotos de alguns dos quarenta e sete militantes políticos, naquele momento, dados como desaparecidos. Dentre estas fotos, estava a foto de Jana Morrone Girão Barroso, desaparecida no Araguaia<sup>159</sup>. Tanto empenho por parte da imprensa na divulgação de fatos relativos à repressão e aos conflitos políticos advindos dela foi de suma relevância, pois tornou do conhecimento da população um momento para muitos nebuloso e/ou inteiramente desconhecido, pois segundo consta na interpelação judicial impetrada em 25 de junho de 1979 ao governo brasileiro, por iniciativa de doze familiares de desaparecidos no conflito do Araguaia, estes também admitiram tomar conhecimento do conflito a partir da divulgação da imprensa<sup>160</sup>.

<sup>158</sup> “A violência fora da Lei: Garrastazu Médici quer uma mudança nos métodos de combate à subversão – acha que o terrorismo está contido num círculo de ferro e sua importância não deve ser exagerada.” In: *Veja* nº 65 de 3 de dezembro de 1969, p.18.

<sup>159</sup> *Isto É*, Ano 2, Número 92 de 27 de setembro de 1978.

<sup>160</sup> Op. Cit. “13 – Assim, o tema encontrou hospitalidade no “*Coorjournal*” de julho de 1978, *Em tempo* nº 60, *Movimento* de 7 de julho e 1978 e de 05 a 11 de fevereiro de 1979; *Jornal da Tarde* de 13 de janeiro de 1979 (caderno dedicado exclusivamente ao tema do Araguaia) de 15 de janeiro de 1979, de 16 de janeiro de 1979, de 17 de janeiro de 1979, de 18 de janeiro de 1979, de 19 de janeiro de 1979, de 20 de janeiro de 1979, de 23 de abril de 1979; *Folha de São Paulo* de 6 de março 1979, de 20 de janeiro de 1979, p. 5 e 6, de 20 de abril de 1979, página 6, de 27 de maio de 1979, página 7 e 14; e *O Estado de São Paulo* de 13 de dezembro de 1979, p. 7, e do dia 15 de março de 1979. A imprensa estrangeira, enquanto se desenrolavam os acontecimentos, divulgou-os com proximidade e constância; (...).” Interpelação judicial, página 4-5, de 25 de junho de 1979, tendo como advogados Luiz Eduardo Greenhalg e Francisca Abigail Barreto Paranhos.



Alguns familiares, no primeiro momento em que tomaram conhecimento de que o/a filho/a era militante comunista e/ou foragido/a, demonstraram perplexidade e descontentamento com a opção política do/a filho/a, mas, posteriormente, passaram a ver essa opção e o que a mesma acarretou como façanhas de cunho heróico. Em outras palavras, a participação dos guerrilheiros no episódio do Araguaia, para grande parte dos familiares, foi vista como um grande e desmedido ato de heroísmo, obra de pessoas especiais que lutaram contra algo grande. Pessoas que, aos olhos desses familiares, amaram o povo que nem sequer os/as conheceram e tampouco sabiam dos sonhos que os pais e as mães tiveram para com o futuro desses ‘heróis’ anônimos. Sonhos que se desfizeram quando eles/as optaram pela luta armada e, principalmente, pelas mortes ocasionadas devido às forças repressoras do regime ditatorial.

Por outro lado, é preciso considerar que, talvez e/ou aparentemente, os sonhos desses pais não eram os mesmos sonhos que os dos filhos, pois, por exemplo, João Carlos Haas Sobrinho, mesmo ouvindo às súplicas dos pais, não desistiu de sua militância política, fato que naquela altura representava grande perigo à sua vida<sup>161</sup>.

(...). E minha mãe pediu, então, sabendo que ele estava se envolvendo, implorou para que ele não se metesse mais nisso, que era muito arriscado; (...) ele disse que não, que ele não podia se afastar daquilo, que era mais forte do que ele, que ele estava num grupo de pessoas, que ele se sentia comprometido, que ele queria ajudar os outros, os pobres, naquela época se dizia muito isso (...).<sup>162</sup>

Neste contexto, olhando e analisando o passado com o olhar contaminado pelos ares contemporâneos, tão revestidos de individualismo, destituídos de valores morais/éticos e engajamento político, algumas indagações são inevitáveis. Afinal, que

---

<sup>161</sup> Reportagem de recorte de Jornal, guardado pela família Haas, sem especificação do mesmo. Apenas com a manchete “ANTES DO TERRORISMO, HAAS FOI AJUDANTE DE MISSA”, 1969.

<sup>162</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã mais nova de João Carlos, à Melissa da Rosa Wonghon em 28/05/2001, monografia de conclusão de curso: WONGHON, Melissa da Rosa. **João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória**. 2001. 125 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2001.

amor/consciência era aquele/a que os/as fizeram empreender luta tão inglória (aos nossos olhos de hoje)? Que planos para o futuro e para a sociedade eram aqueles que pudessem valer o sacrifício da própria vida?

Embora relevantes, pois tais questionamentos ajudariam a entender melhor as atitudes daqueles militantes e, talvez, a entender um pouco mais a postura política na atualidade, respondê-los em profundidade, contudo, requer um direcionamento que não atende aos objetivos desta pesquisa. Mas é preciso ao menos comentar que a doutrina comunista (consciência<sup>163</sup> política que não apenas os mobilizou, mas os fizeram acreditar/sonhar ser possível um mundo melhor para todos) foi difamada pelas forças repressoras, na intensa batalha das concepções ideológicas, através da imprensa e meios de comunicação da época. Depois, algumas daquelas falas “emudecidas” ganharam novos tons e fôlego no período pós-Anistia, através de entrevistas concedidas aos órgãos de imprensa naquele período, no processo de reconstrução da memória.

#### 4.1.1 A construção das entrevistas: Maria Helena Mazzaferro Bronca

Ao decidir trilhar este caminho – o da pesquisa de campo - para desenvolver minha pesquisa, a internet, por exemplo, contribuiu sobremaneira para a obtenção de informações, endereços et. Em relação à família Bronca, soube do endereço da mesma através de Jair Krischke, militante e dirigente do MJDH/RS (Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul), ainda durante uma visita quando ainda buscava informações acerca de suas atividades, durante o ano de 2005. Lá obtive os contatos das quatro famílias gaúchas que tiveram parentes desaparecidos no Araguaia. Houve um contato inicial com elas, porém houve resistência inicial de praticamente todas elas em me receberem para uma entrevista, ressalva seja feita à família de Cilon Brum, através do seu irmão Lino Brum Filho, que se mostrou solícito e disposto a receber-me desde o princípio.

---

<sup>163</sup> O termo consciência é utilizado para enfatizar que os militantes comunistas tinham uma leitura teórica revolucionária que foi decisivo nas escolhas do intento do Araguaia. Assim: “(...) Lênin discute a relação dialética existente entre o espontâneo e o consciente e critica a submissão à espontaneidade do movimento de massas. Considera que o elemento espontâneo movimenta-se em direção ao consciente, mas que este, embora não possa abarcar totalmente o espontâneo, a ele não se submete”. VALADARES, Loreta. **Que Fazer?** In: [http://www.pcdob.org.br/texto.php?idtexto=23&id\\_secao=145](http://www.pcdob.org.br/texto.php?idtexto=23&id_secao=145). Acessado em 12 julho 2011.

O contato com Maria Helena Bronca, irmã de José Huberto Bronca, foi difícil. Quando mantive o primeiro contato (via telefone), ela foi delicada e atenciosa, porém estava decidida em não colaborar com a pesquisa. Logo após ouvir minha argumentação sobre o planejamento para o trabalho de mestrado e da importância do seu depoimento, foi clara e direta em dizer-me que estava muito abalada com a recente morte da mãe (Ermelinda Mazzaferro Bronca) e que não tinha nada mais a dizer além do que já havia dito para a imprensa. Contudo, indicou-me textos e trabalhos que continham entrevistas suas e pediu-me para que não mais insistisse no pedido.

O que faz em uma situação como essa? Reiterei meus agradecimentos e solicitei-lhe que pensasse, avaliasse meu pedido e que, futuramente, iria entrar em contato com ela.

Após esse primeiro contato telefônico, passei a ler tudo que havia publicado sobre José Huberto Bronca e vários dos depoimentos de Ermelinda e Maria Helena Mazzaferro Bronca, dados tanto à imprensa quanto a pesquisadores acadêmicos. Intei-me rapidamente de todas as informações que podia e, com a intenção de saber mais, fui até Brasília (em julho de 2005) para conversar com pesquisadores e jornalistas do *Correio Brasiliense* que começavam a publicar “documentos secretos” sobre o Araguaia. De Brasília parti para Goiânia e tive uma aula sobre o Araguaia com um importante historiador do tema: Romualdo Pessoa Campos Filho. Aproveitei a proximidade territorial e fui até a região do conflito (o Araguaia) numa caravana de estudantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) momento em que fiz a minha incursão pela “mata” (hoje um grande descampado) e pelas casas dos moradores. Gravando, fotografando, fazendo amizades.

Fazer aquela incursão até um dos locais do conflito do Araguaia foi importante para mim como pesquisadora, pois me permitiu perceber (mesmo tendo se passado mais de trinta anos após o conflito) a difícil e precária situação da região onde se deu o conflito e no qual se embrenharam os militantes desaparecidos. De volta da região, e com material suficiente para muitas pesquisas, procurei novamente as famílias, agora mais inteirada sobre o assunto, visto que não apenas tinha visitado o local como também tinha também a leitura dos chamados “documentos secretos” que haviam sido publicados no *Correio Brasiliense*<sup>164</sup>. Além disso, tinha em mãos as entrevistas cedidas

---

<sup>164</sup> Em 2005, Eumano Silva e Taís Morais publicaram o livro *Operação Araguaia*, tomando como base documentos secretos. Segundo os autores, “o livro baseia-se em documentos produzidos por integrantes das Forças Armadas e guerrilheiros, entrevistas com moradores da região, sobreviventes e familiares (...)”. Silva, Eumano e MORAIS, Taís. **Operação Araguaia**:

a mim pelo pesquisador Romualdo Pessoa Campos Filho (cerca de quarenta entrevistas transcritas, com termo de autorização, feitas no início da década de 1990), e também as entrevistas dos moradores, levantadas durante minha primeira visita ao Araguaia.

Recém-chegada do Araguaia e cheia de “novidades”, algumas das famílias dos desaparecidos, então, quiseram me receber. Maria Helena Bronca, emocionada, pediu-me desculpas e quis saber o destino que teve o irmão Zé, já que esse foi um sonho de sua mãe acalentado por mais de vinte anos de procura: enterrar os restos mortais no jazigo da família. Eu não tinha nada de “novo” para falar, apenas relatos de moradores sobre a conduta dele naquela região, o que foi motivo de emoção por parte de Helena. Então, a partir daquela viagem, em particular, mas não somente, tive contato com as memórias dos desaparecidos construídas pelos seus familiares, que se assemelha ao que Portelli (1998), citando Contini (1994), chamou de “memória dividida”, ou seja, aquela que se diferencia da memória oficial. No caso do Araguaia, o Partido, por um lado, relembra o episódio como resistência de seus mártires que tombaram no conflito, e, de outro lado, “uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas, filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas”<sup>165</sup>. Cabe dizer que não se faz aqui menção à memória oficial (do Governo repressor) porque o episódio do Araguaia sempre foi negado pelo Governo, só muito recentemente, a partir da Lei de Anistia, é que o episódio “recebeu” reconhecimento oficial.

Maria Helena Bronca me recebeu pela primeira vez em sua residência no mês de agosto de 2005. Quando ela abriu a porta, vi surgir uma senhora sexagenária de porte pequeno e esguio, com uma voz mansa e dicção perfeita. Médica formada pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) na primeira metade da década de 1960, ouvi-a falar atentamente, e aos poucos fui interagindo com aquela mulher que, ao mesmo tempo em que falava, também queria ouvir algo sobre o irmão desaparecido. Tamanha era sua expectativa e alegria em

---

os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 16. Eumano Silva, jornalista do *Correio Braziliense*, em 2003, foi o vencedor, junto com sua equipe de trabalho (Thiago Vitale, Mateus Leitão e Rodrigo Rangel), do Premio Esso Regional Centro-Oeste, pela série de reportagens intitulada “Operação Araguaia”. Disponível em: <[http://www.premioesso.com.br/site/premio\\_principal/index.aspx?year=2003](http://www.premioesso.com.br/site/premio_principal/index.aspx?year=2003)>. Acesso em: 4 nov. 2011.

<sup>165</sup> PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Vai di Chiana** (Toscana, 29 de junho de 1944). Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/portelli1.pdf>>. Acesso em: 12 agosto 2011.

ouvir-me falar que me fez pensar que, em sua memória, o irmão talvez ainda estivesse vivo.

Conversamos por horas e expliquei-lhe as minhas pesquisas, aquisições de entrevistas e documentos de viagem. Não tinha nada de definitivo, tampouco de novo para falar que ela já não soubesse, mas percebi que minha visita trouxe a Helena um novo alento para a luta que sua mãe não conseguira vencer: a de encontrar os restos mortais de José Huberto Bronca, ou de não deixar que a “morte” do Zé fosse esquecida. Acabei recebendo dela uma vasta documentação pessoal da família.

Ao longo da entrevista, estabeleceu-se um momento, que pode ser caracterizado como um momento de confiança que, para mim na condição de pesquisadora do tema dos desaparecimentos do Araguaia, e um familiar na condição de depoente, revelou-se importantíssimo para o desenvolvimento e a qualidade desta pesquisa. Faço referência à qualidade, pois é inegável o quanto as fotos, os álbuns, livros e as fichas escolares de José Huberto, juntamente com a contribuição de outros documentos, possibilitaram-me, por exemplo, construir uma síntese biográfica a respeito dele. Isso, direta ou indiretamente, também são aportes da memória.

Neste sentido, portanto, o compartilhamento de informações acerca de José Huberto e de outros desaparecidos contribuiu para o processo da construção da memória acerca de Bronca. Assim, segundo Bosi (1994), “(...) Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos”<sup>166</sup>.

---

<sup>166</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembrança de velhos. São Paulo. T.A. Queiroz/Edusp, 1987, p. 66-67.

#### 4.1.2 José Huberto Bronca

**Figura 19** – José Huberto Bronca com a família nos anos 40, à frente do pai.



**Fonte:** Acervo de Maria Helena Mazzaferro Bronca.

José Huberto Bronca nasceu e viveu, até cair na clandestinidade, em uma família de classe média na capital gaúcha. Segundo dos quatro filhos do casal Ermelinda Mazzaferro Bronca e Huberto Átteo Bronca, o *Zé*, como era chamado pelos familiares, levou uma vida confortável durante toda a juventude. Embora tivesse se “formado”<sup>167</sup> no curso técnico de Mecânica pela Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre, foi opção sua, segundo o relato da irmã, não ingressar em um curso universitário.

Lia, por incentivo do pai, revistas em quadrinhos em espanhol oriundas da Argentina. Durante todo o tempo que estudou no Parobé não desenvolveu qualquer atividade remunerada. Participou de vários campeonatos de remo por clubes esportistas da capital gaúcha.

---

<sup>167</sup> Situação discutível, pois não há registros na escola se referindo a este fato, mas a família afirma que ocorreu e apresenta fotos como comprovação.

**Figura 20** - Guarnição campeã de remo. Clube de Regatas “Vasco da Gama” 1952, José Huberto é o segundo à direita.



**Fonte:** Acervo de Maria Helena Mazzaferro Bronca.

Seu pai, de origem italiana, tinha uma visão libertária acerca da vida e dos regimes políticos, porém nenhum membro familiar, além dele, militou em qualquer agremiação de cunho político partidário. As discussões acerca de política ocorriam ocasionalmente à mesa do jantar, mas eram sempre brandas e mediadas pela mãe, segundo sua irmã.

Foi durante seu primeiro emprego como mecânico de aeronaves da Varig - Viação Aérea Riograndense, em 1954, que Bronca teve contato com as organizações políticas, no caso, o Partido Comunista. São deste período as memórias acerca das frequentes visitas de outros membros comunistas à sua casa, entre eles constam Paulo Mendes Rodrigues, outro comunista membro do Comitê Central do Partido e um dos quatro gaúchos desaparecidos no intento do Araguaia.

Naquele período, segundo consta nos relatos de colegas e companheiros do Partido, sem o conhecimento da família, Bronca já era um fiel militante comunista<sup>168</sup>. Militou na capital gaúcha, participou de muitas manifestações dentro e fora das fábricas por onde trabalhou. Em 1957, trabalhou como mecânico ajustador de parafusos, em uma empresa metalúrgica, a Micheletto, localizada estrategicamente entre o centro operariado de Porto Alegre e a Faculdade de Medicina da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), ambiente onde a

<sup>168</sup> Depoimento de Vilson Ferreira Pinto à Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.

efervescência dos movimentos operariado e estudantil estava em franca aproximação e em fase de sintonia.

Admirado pelos colegas de trabalho pela capacidade de articulação e intervenção nas greves nas quais participou, a presença de Bronca ficou marcada como a de um soldado comunista que, mesmo trabalhando como um simples operário, deixou transparecer sua erudição intelectual e preparo político para exercer a função de líder operário imputado pelo Partido, como se pode perceber no relato de um operário e companheiro de fábrica daquela época.

Ele (Bronca) era uma pessoa de um Q.I. muito bom, muito alto. Ele tinha um bom tom de expressão... Sabia se expressar muito bem com as pessoas. Ele era muito comunicativo e fez logo uma amizade geral na firma, com os trabalhadores. Muito brincalhão... Mas nestas brincadeiras, nestas amizades ele procurava esclarecer os trabalhadores... Ele procurava doutrinar para uma nova ideologia, ele levava lá, costumava levar o jornal do Partido a *Classe Operária*<sup>169</sup>... E os trabalhadores gostavam muito dele.<sup>170</sup>

José Huberto Bronca encarnava, assim como a maioria dos guerrilheiros e guerrilheiras daquela época, neste caso notadamente os do Araguaia, muitas das características tidas como necessárias para a formação ideológica do guerrilheiro. Cabe ressaltar que tais características exaltavam, acima de tudo, a firmeza ideológica, como se pode notar no documento da APML (Ação Popular Marxista Leninista) produzido para enfatizar os atributos necessários para o guerrilheiro, como se vê a seguir:

- a) assimilação do marxismo, do leninismo e do pensamento de Mao Tsé-Tung. Mudança no modo de pensar Estilo de vida – mudança dos hábitos, costume etc.
- b) práticos; estilo de trabalho: integração com as massas, integração da teoria e autocrítica, entusiasmo revolucionário, prática da crítica e

<sup>169</sup> Jornal informativo do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB.

<sup>170</sup> Depoimento de Vilson Ferreira Pinto à Deusa Maria de Sousa, em Porto Alegre, em setembro de 2005.



autocrítica, constância no trabalho (perseverança), tenacidade (estilo duro de trabalho), trabalho em equipe, a vida em comum, atitude diante da repressão: rua, prisão.<sup>171</sup>

Ainda que orientado pela doutrina do Partido Comunista e militando plenamente na fábrica onde trabalhava, Bronca, quebrava o “protocolo” político e não almoçava no afamado restaurante popular daquela imediação operário-estudantil, onde toda a efervescência das fábricas e da universidade se convergia. A bordo de sua BSA – moto de fabricação inglesa – almoçava todos os dias em casa, junto com toda a família. Embora ele, ao que consta na documentação consultada e nos depoimentos, tivesse uma militância orgânica, ou seja, com fidelidade plena às orientações do Partido. Porém, não houve, por parte dele, uma confirmação ou declaração dessa militância à sua família. A família, por sua vez, via suas atividades, mas não perguntava e ele, por seu lado, nunca confirmou nada acerca disso, muito embora seu pai, segundo depoimento da irmã Maria Helena Mazzaferro Bronca, fosse abertamente favorável ao socialismo, o considerado como, segundo ela, “o democrático”.<sup>172</sup>

Depois do Golpe Civil-militar de 1964, Bronca e todo o Partido Comunista recém-organizado foram postos na ilegalidade. Ao que consta nos depoimentos levantados, ele continuou a trabalhar como operário, porém, meses depois, foi demitido<sup>173</sup>. Pouco depois, ele partiu para o Rio de Janeiro e São Paulo, embora, nesse momento, sua família já estivesse “informada” de suas atividades e o tenha advertido sobre os perigos de uma viagem para o “estrangeiro” naquele momento. Em 1965, Bronca, sob a orientação e a deliberação do Partido, rumou para a China comunista para participar de cursos de estratégia e tática de guerra para atuação em guerrilha prolongada, inspirado na bem sucedida experiência do líder chinês Mao Tse Tung.

Após muitos meses na China, de volta a Porto Alegre, presenteou a família com tecidos e lembranças. Após essa fase começou a exercer a função partidária. Embora a família não tivesse total conhecimento dos fatos e atividades dele, ele voltou a militar no núcleo operário no qual fizera parte anteriormente.

---

<sup>171</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. TOMO VI. VOL 2. Inventário dos Anexos. Nº 263. Arquivo Edgard Leunroth, Unicamp, Campinas, SP. Foto digital do documento do Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, UFSC.

<sup>172</sup> Depoimento de Maria Helena Mazzaferro Bronca à Deusa Maria de Sousa, Porto Alegre, agosto de 2005.

<sup>173</sup> Ibid.

Quanto às viagens à China, um aparte se faz necessário, pois ao que se sabe, não houve participação de mulheres nos cursos preparatórios na China, embora muitas mulheres não apenas participaram da guerrilha como morreram e desapareceram na mesma. Questionado sobre tal questão, Hélio Ramires Garcia, um militante comunista da época, respondeu que:

(...) Mulheres na China... Não, não tinha! O PCdoB praticamente não tinha mulheres no período entre 64-65... Só me lembro da Lila Rippol e da Elza Monerat... Mas nos primórdios, depois da reorganização de 1962... .... Porque esse contingente maior de mulheres veio com o movimento estudantil, a partir de 1968, daí veio uma invasão de mulheres do movimento estudantil, por isso estiveram massivamente presentes no Araguaia...<sup>174</sup>

O que explica, portanto, a ausência de mulheres militantes nos cursos preparatórios na China. Quanto ao contingente ao qual se refere Garcia, ele adveio, sobretudo, da militância estudantil oriundo da AP – Ação Popular, que se agregou ao Partido após a cisão do Comitê Central, em 1962, e que originou o PCdoB.

Quando, em abril de 1966, Bronca contou à família que iria viajar, não disse para onde, mas confessou que “não dava mais para ficar”, a família não entendeu muito, mas suspeitou que sua viagem apressada e aparentemente sem destino estava relacionada às suas atividades políticas. Só a simples suposição, conseqüentemente, foi um grande sofrimento para sua família, sobretudo para a mãe, Ermelinda, que chorou e implorou para que o filho tomasse cuidado, que ele mandasse notícias.

Depois daquele dia, Ermelinda o viu uma última vez, quando foi avisada por pessoas do Partido que ele, Bronca, queria revê-la, antes da partida. Foi, certamente, um encontro doloroso guardado na memória da família Bronca até hoje. Ermelinda e sua família guardaram também o riso do Zé, a esperança que ele tinha pela vida, pelo que fazia e acreditava. Era aquele José Huberto Bronca que dona Ermelinda gostaria que todos conhecessem e não o perigoso comunista noticiado pela imprensa da capital gaúcha, que destacou a foto de Bronca e de outros militantes que embarcaram para a China. Segundo os dizeres do

---

<sup>174</sup> Depoimento de Hélio Ramires Garcia à Deusa Maria de Sousa, em 19 de julho de 2011.

periódico na época, havia “18 brasileiros sendo muito procurados no Brasil, seis são gaúchos. Gente instruída que andou pela China fazendo curso de Guerrilha. Onde estão, ninguém sabe”<sup>175</sup>.

De certa forma, com a colaboração da mídia, estava aberta, em definitivo, o período da ‘caça’ ao ‘perigoso’ militante – José Huberto Bronca – que ousou crer ser possível, naquele momento, transformar o cenário político e social do país.

#### **4.2 Ermelinda Mazzaferro Bronca: as redes de comunicação e denúncia**

Em busca de quaisquer notícias acerca do Zé, Ermelinda M. Bronca soube da libertação de José Genoíno Neto (em 1977, ex-integrante das forças que se preparavam para combater no Araguaia) e das declarações que ele fizera, sobretudo a jornalistas que publicaram seus relatos<sup>176</sup>.

Ensejando qualquer informação mais precisa sobre Zé, sobre a vida que ele levou no Araguaia, seu irmão Carlos Huberto Bronca, em São Paulo, durante uma das reuniões de familiares dos desaparecidos políticos junto ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, procurou por José Genoíno. Dele ouviu relatos acerca de muitos dos desaparecidos. Ouviu dele ainda a descrição de como eles/as viveram, como era a vida dura no distante Araguaia e, imediatamente, após a reunião fez um convite a Genoíno para que ele visitasse sua família, principalmente sua mãe, em Porto Alegre, e que contasse a ela tudo que lhe havia dito. Sua intenção era a de que toda sua família ouvisse aquelas notícias sobre o Araguaia, pois, naquele momento, elas eram inéditas e incríveis. José Genoíno aceitou o convite e foi a Porto Alegre.

Após conhecer Carlos Huberto e receber carta de sua mãe, Ermelinda M. Bronca, José Genoíno, em resposta à missiva da família Bronca, reforçou a imagem que começava a ser construída pela imprensa e pelos familiares acerca dos desaparecidos: enfatizou a bravura, o desvelo e o amor aos ideais daqueles/as que tombaram no Araguaia. Em dois momentos (final de 1979 e início de 1980), em carta

<sup>175</sup> DSSI Procura Guerrilheiros. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, nº 1308, 23 de novembro de 1968.

<sup>176</sup> PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil**. São Paulo: Global editora, 1979, pp. 133-159. Nesta obra Fernando Portela traz uma entrevista com José Genoíno Neto, onde este narra sua militância no PC do B e traz primeiras revelações acerca dos militantes desaparecidos que combateram no Araguaia. Este reconhecimento inicial foi feito através de fotos levados pelos familiares, pois os guerrilheiros usavam outros nomes durante a preparação da Guerrilha.

enviada para Ermelinda, ele deixou transparecer o ideal dos/as desaparecidos/as, aparentemente como forma de transformar a dor em luta e a esperança em concretização dos sonhos deles/as, como se pode perceber a seguir:

SP – 30/10/1979

D. Ermelinda M. Bronca

Foi uma grande emoção saber notícias da senhora falando com o Carlos Bronca. Não nos conhecemos, mas temos ligações fortíssimas. Através do conhecimento e convívio fraternal com o seu filho na Região do Araguaia, somos da família dos que lutam e dos que sofrem porque queremos uma vida melhor para o nosso povo.

Trabalhei e lutei junto com o José Huberto. Apreendi com ele muita coisa, a dedicação, o amor e a capacidade de lutar pelo bem dos explorados e oprimidos.

É duro para a senhora, o seu sofrimento e sua dor pelo que aconteceu com ele. Mas, por outro lado, ele é um herói e um mártir da luta do nosso povo. Dedicou-se, como muitos outros, de corpo e alma àquilo que acreditava e foi a razão de sua vida. Assim, ele vivia feliz, alegre, e comunicativo com todos os outros companheiros. Se viveu distante da família foi por força das circunstâncias, mas sempre falava na família com carinho e saudade. A dor e o sofrimento da senhora e de toda a família é também o de todos que, passavam por essa situação; centenas de outras famílias vivem o mesmo drama. Sabemos que a causa pela qual o Zé Huberto se dedicou é a luta de todos. A bandeira que ajudou levantar será sustentada por tantos outros. Seu sacrifício não foi em vão. Continuamos a sua luta. O seu ideal será um dia realidade em nosso país. Pelo que convivi com ele, pode ter a certeza do quanto ele gostava da família. Esse amor era sacrificado em nome da luta e por ela ele deu o que tinha de melhor, sua compreensão política e sua prática. Jamais me

esquecerei do seu espírito de fraternidade e companheirismo.

José Genoíno Neto

São Paulo 27/02/1980

Prezada D. Ermelinda M. Bronca

Recebi sua carta somente agora por esses dias porque estava viajando pelo Nordeste. Portanto, desculpe não ter respondido há mais tempo. Fiquei contente com a carta da senhora principalmente, pelo seu espírito e conteúdo. Realmente não há maior homenagem ao companheiro Bronca do que essa maneira de ver as dificuldades e os problemas. É muito importante resistir às dores como essas com uma visão de luta e animadora.

Já falei sobre ele – Bronca - para a senhora no Araguaia; da sua convivência com o conjunto e do seu espírito combativo. É muito duro para a família, mas há o outro lado, que a vida e a luta dele por uma causa tão justa. Isso honra a senhora e toda a família. Lembrem-se dele como um filho que dedicou a vida à luta dos explorados e oprimidos. (...). Por aqui vamos lutando. Tem surgido mais familiares e vamos aumentando a pressão para que as coisas sejam esclarecidas. Qualquer coisa escreva-me.

Estamos a sua disposição

Abraços,

José Genuíno Neto

Segundo o relato de Maria Helena Mazzaferro Bronca, uma vez lá na capital gaúcha, Genoíno foi acolhido pela família Bronca com o carinho semelhante ao que era dedicado ao filho ausente, o Zé. A Genoíno foi dispensado todo conforto e atenção. Foram-lhe apresentados os pertences, ainda cuidadosamente arrumados por Ermelinda, do filho desaparecido. Ainda segundo ela, foram dias felizes, pois apesar da saudade, os dias que José Genoíno passou com a família Bronca foram de boas lembranças e satisfação. Ermelinda, apesar de possuir mais de 70 anos de idade na época, tentou agradar Genoíno de todas as formas. Fez-lhe as comidas preferidas do filho Zé, falou de

lembranças da infância, dos álbuns de famílias. Os bons dias ali passados também marcaram a lembrança de José Genoíno, assim, em uma carta datada do final de 1980, momento em que a Caravana dos familiares havia rumado para a longínqua e desconhecida região do Araguaia, ele descreve a satisfação daquela visita assim:

SP – 1/11/80

D. Ermelinda e Filhos

Essa carta já devia ter sido enviada há mais tempo. É a correria da luta por esses bandos e a espera de mais novidades da caravana e do processo para escrever para vocês. A caravana ainda não chegou, mas tudo está correndo bem. A interpelação será enviada ao Tribunal Federal de Recursos logo após a chegada das famílias da caravana e a obtenção de mais dados que estamos conseguindo. Logo que tiver novidades transmitirei para a senhora.

Continuo guardando todas as lembranças daquela feliz viagem e dos momentos que ficamos juntos. Principalmente a sua força e amizade e a lucidez para compreender as coisas.

Espero ter a oportunidade de reviver novamente aqueles momentos. Na dor e no sofrimento, a gente descobre o outro lado das coisas: a luta e a alegria de lutar. As recordações duras e alegres nos acompanham para sempre e delas vamos encontrando a força para continuarmos a caminhada. O Zé é um exemplo de dedicação, alegria e firmeza. Agora, além das fortes lembranças que guardo do Zé tenho as de toda a família. Foi uma felicidade conhecer e conviver com todos da família. Por aqui, vamos continuando a luta e enfrentando as dificuldades.

Muitos abraços a todos de casa. Para a senhora aquele mesmo abraço da chegada e da despedida, com mais saudades e recordações saudáveis.

Genoíno.

José Genoíno representava naquele período, para grande parte das famílias e até mesmo para o PCdoB, um elo “perdido” que restara do episódio da Guerrilha. Embora já afastado do PCdoB, suas memórias elucidavam uma série de prenúncios para as famílias e para o Partido, não apenas com fatos que ele, como testemunha, presenciara no conflito, mas com informações de até antes mesmo do início deste. Consequentemente, como já foi dito, ouvi-lo, recebê-lo, acolhê-lo, como foi feito por diversos depoentes entrevistados para este trabalho, significava ter uma “prova viva” de que o Araguaia realmente existiu. É como se ele, Genoíno, personificasse o próprio Araguaia e, indiretamente, o/a filho/a que nele esteve presente.

Quanto às cartas enviadas para Genoíno assim como as recebidas dele, as mesmas também tiveram um valor significativo no universo das certezas e incertezas que habitavam o mundo privado dos familiares de desaparecidos do Araguaia. Naquele terreno, onde o desespero e a incredulidade estavam cotidianamente presentes, as missivas de Genoíno puderam alentar a dor da saudade através das palavras de alguém que sobrevivera ao conflito. O recebimento e o envio das cartas traziam consigo também o poder do compartilhamento dos sentimentos mais íntimos, sem medo de mostrar-se ao outro. Além disso, vale ressaltar que as cartas, não apenas as trocadas entre Genoíno e esta família, contribuíram para a estruturação e manutenção da rede de familiares de desaparecidos por muitos anos. No caso de Ermelinda, os vínculos com outros familiares através de cartas se manteve até sua morte.

No que concerne a mim, enquanto pesquisadora, em particular, ao manusear tal documentação privada foi, obviamente, impossível me manter imparcial e/ou indiferente ao fato de saber ter em mãos documentos históricos. Documentos que têm o poder de nos transportar no tempo, vivenciar, indiretamente, sentimentos, inclusive o de outras pessoas, de (re)escrever um período, a História. Assim sendo, para Luciana Quillet Heymann, “o acesso a estes documentos tem a força de simular transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações”<sup>177</sup>.

---

<sup>177</sup>HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. In: **Revistas Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 10, nº19, pp. 41-66, 1997.

### 4.3 A denúncia e a luta pela memória dos/as desaparecidos/as

Cada família teve, diante do fato indiscutível de que seu/sua filho/a, marido... fizera parte da Guerrilha do Araguaia e era, então, considerado/a desaparecido/a, uma atitude e/ou particularidade quanto à forma de se portar, de denunciar e/ou de lutar pela memória do/a pessoa desaparecida. Neste contexto, Dona Ermelinda M. Bronca, por exemplo, como já dito antes, evidencia a preocupação de enfatizar a personalidade do filho desaparecido em missiva enviada, naquele momento, para o então presidente da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil – Miguel Seabra Fagundes. Na referida carta, ela expõe sua preocupação em saber notícias que pudessem aliviá-la do sofrimento da completa incerteza acerca do que de fato ocorrera ao filho desaparecido José Huberto Bronca. A mesma ainda serviu para que ela também expusesse, na condição de mãe de um desaparecido, inimigo do então regime ditatorial ainda vigente, a sua luta e a admiração pelos ideais que levaram o filho à morte, conforme pode ser observado abaixo:

Porto Alegre, 21 de maio de 1980.

Ilmo. Sr.

Dr. SEABRA FAGUNDES  
DD. Presidente da O. A. B  
Rio de Janeiro

Tem esta a finalidade de solicitar a V.S na condição de digno presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que interceda junto ao Governo Federal para que o mesmo informe o paradeiro dado ao meu querido filho José Huberto Bronca, o qual consta na lista dos desaparecidos políticos na denominada “Guerrilha do Araguaia”, no ano de 1973.

Creio desnecessário relembrar a V. Excia. o vazio e a permanente sensação de desespero que me invade pela falta de meu filho, ou pelo menos pela falta de notícias de meu filho. Desde o ano de 1970 que não tenho notícias de meu querido filho e durante estes 10 anos aguardo informações e procuro através de todas as pistas indícios que me **possam conduzir a qualquer certeza, para colocar fim nesta angústia. O**



**conceito que faço de meu filho é de um verdadeiro patriota, de rapaz de excelente conduta e de elevada moral e durante todo este período jamais modifiquei este conceito, apesar de várias e várias vezes ler notícias jornalísticas contrárias: é que sempre fui sabedora da propaganda do governo e da censura.**

A douta entidade que V.S. tão brilhantemente dirige é provavelmente a minha última esperança, pois atualmente estou com 75 anos de idade e não sei quanto tempo mais me resta. Só tenho certeza que o tempo que me resta irei dedicá-lo permanentemente para buscar meu filho ou então notícias suas. Por piores que sejam as notícias, elas terão o condão de terminar com esta angústia, este desespero.

Por ser sabedora da posição imparcial desta entidade. Bem como a sua bandeira pelo restabelecimento do Estado de Direito, é que escrevo a V.S. e tenho a absoluta certeza de que V.S. tomará qualquer atitude em meu benefício.

Desde já, agradeço-lhe infinitamente e continuarei sendo sua admiradora, lembrando-lhe sempre das corretas palavras pronunciadas recentemente em Manaus, quando da abertura do Congresso pela Liberdade. Finalmente, quero lhe transmitir também o agradecimento de meus familiares e de todas as famílias que vivem nesta mesma angústia.

Atenciosamente,

E.M.B.<sup>178</sup>

Naquele mesmo ano, já referido anteriormente, Ermelinda Bronca prestou um comovente depoimento à equipe da ONU, em passagem por Porto Alegre, sobre o desaparecimento do filho. Novamente enfatizou sua admiração pelo idealismo do filho. Nestas atitudes de Ermelinda, nota-se também seu empoderamento de mãe, ou estratégia de gênero, usado por elas, para convencer aqueles que a

---

<sup>178</sup> Carta do acervo particular da família Bronca cedida por Maria Helena Mazzaferro Bronca à Deusa Maria de Sousa (grifos meus).

ouviam da justa luta que ela travava por notícias que dessem conta do paradeiro do filho<sup>179</sup>.

Em primeiro lugar, quero agradecer a mais esta oportunidade que o Dr. Jair me proporcionou, convidando-me a participar da reunião como mãe de um desaparecido político. Meu filho, José Huberto Bronca, era um idealista, ele queria um Brasil com justiça social. Por isso ele foi para o sul do Pará, para a região do Araguaia, com outros companheiros que comungavam do mesmo ideal. Em 25 de dezembro de 1973, foi dado como desaparecido após travarem uma luta, onde os poucos que lá se encontravam foram trucidados pela forças das três armas nacionais. O que eu e as demais mães queremos das autoridades é saber onde estão os nossos filhos desaparecidos: se estão vivos os queremos de volta e, se mortos, queremos seus restos mortais para dar-lhes sepultura digna em seus lugares de origem. Acho que o direito de uma mãe é sagrado. **Ninguém pode impedir uma mãe de procurar o seu filho. Isso não pode ser considerado revanchismo. Esses jovens deram a vida por uma causa justa. Não tiveram sucesso, mas alguém tinha de lutar por isso.** (grifos meu)

A todos, muito obrigado!

Outras famílias, em diversas partes do país, também demonstraram sua versão acerca dos desaparecimentos dos parentes e utilizaram a imprensa para denunciar a repressão como responsável pelo sumiço deles/as. Eram diversas as atividades dos familiares de desaparecidos do Araguaia que visavam buscar, incessantemente, por quaisquer que fossem as notícias acerca dos familiares desaparecidos, haja vista, por exemplo, as reuniões periódicas em diversas partes do país para juntar o máximo possível de materiais (fotos, cartas, livros

---

<sup>179</sup> “Luc Capdevila, historiador francês, faz uma análise sobre como o gênero foi utilizado em contextos de resistência frente a governos ditatoriais como os da França sob o domínio de Vicky, da Alemanha nazista, da Argentina e da Bolívia entre os anos 1970 e 1980”. In: SOUSA, Deusa Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. **Estratégias de gênero na denúncia aos desaparecimentos: Argentina e Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 110.

entre outros) que dessem conta da passagem dos/as militantes desaparecidos pela região do Araguaia. Os materiais, acima citados, serviram também como recurso para que fosse produzido, pela primeira, um cartaz no qual foi estampado os rostos da maioria dos desaparecidos no Araguaia, como se pode ver na figura a seguir.

**Figura 21-** Cartaz de mortos e desaparecidos erguido por Alzira Grabois.



**Fonte:** <<http://www.gentedeopiniao.com/hotsite/conteudo.php?news=78534>>.

Acesso em: 21 abril 2011.

#### 4.3.1 Miguel Pereira dos Santos

Eu já tinha ouvido falar de Miguel Pereira dos Santos, conhecido pelo codinome *Cazuza* na região do Araguaia. Como estudiosa do tema, lia passagens sobre ele ou sobre ele enquanto *Cazuza*, mas sabia pouco sobre sua história de vida. Quando fui a São Paulo e ao Rio de Janeiro, em fins de junho de 2009, com o intuito de realizar uma série de entrevistas com familiares de desaparecidos do Araguaia, por intermédio dos depoentes, cheguei até seu irmão Misael Pereira dos Santos – na época, funcionário da prefeitura de Santo André. Surpreendentemente, dois familiares dos desaparecidos do Araguaia trabalhavam no mesmo local e não sabiam. Conheceram-se a partir daquelas entrevistas.

Conhecer Misael foi muito prazeroso para mim, já que sua mãe Helena Pereira dos Santos tinha se tornado uma “velha conhecida”, pois durante a produção da minha dissertação de mestrado pude trabalhar

com diversas cartas remetidas por ela para Ermelinda Bronca. Também ouvi, por vezes, Maria Helena M. Bronca falar da luta de Helena, tempos depois soube da existência de Misael. De origem muito simples, a família de Miguel e Misael saiu de Pernambuco para São Paulo quando eles ainda eram crianças. Desde muito cedo, ambos começaram a trabalhar para ajudar a mãe, que ficou viúva ainda jovem.

Dona Helena trabalhou como costureira em casa durante muito tempo para manter o sustento dos filhos. Antes dos 15 anos, ambos já estavam no mercado de trabalho. Filho mais moço, Miguel era mais apegado à mãe, ou nas palavras do irmão mais velho: “era mais caseiro e tal... Ele ainda estava no segundo para o terceiro colegial, é quando ele começou a ter contato com o pessoal que era do PCdoB”<sup>180</sup>.

Miguel, segundo o irmão, era de perfil mais sério e determinado, logo cedo aderiu à militância orgânica do PCdoB. Seu irmão, Misael, já era um conhecido das rodas políticas mais intelectualizadas da boemia paulistana, como afirmou: “Eu era da esquerda, a chamada festiva, porque eu gostava muito de beber, de falar... A chamada esquerda Idílica”<sup>181</sup>.

Por volta do ano de 1963, Miguel, segundo o irmão, saía de casa sempre cedo pela manhã para fazer panfletagem nas estações de trem e nos locais de grande concentração de operários, na região metropolitana de São Paulo. Depois costumava levar todos até sua casa, rir e tomar o café quentinho preparado por D. Helena. De formação católica, Helena custava a acreditar que aqueles jovens dóceis e queridos pudessem ser comunistas, que tivessem “pacto com o demônio”, como erroneamente, explicaram-lhe que tinha quem era comunista. Mas eram todos jovens comunistas<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> Depoimento de Misael Pereira dos Santos concedido à Deusa Maria de Sousa, em 03/07/2008, Santo André/SP.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> Assim sendo, o fenômeno do anticomunismo e sua associação aos movimentos políticos, entre outros, tem servido de objeto de pesquisa para muitos pesquisadores, entre os quais a historiadora Carla Simone Rodeghero. Segundo ela, “(...) No que se refere ao primeiro conjunto, pode-se salientar a escolha de determinadas imagens que se repetem no tempo e que relacionam o comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, que representam esses como vermes, abutres, polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão. Esse campo tem sido bastante explorado pela historiografia permitindo a explicitação do imaginário anticomunista. No caso brasileiro, pode-se destacar a presença dessas imagens associadas a um evento particular: o movimento de 1935, que ficou conhecido como Intentona Comunista, e a liderança de Luiz Carlos Prestes. Outro exemplo é o que se pode encontrar no seio da Igreja Católica, relacionando o comunismo com perseguições à Igreja no México, na Espanha e na Rússia.” In: RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil dos anos da Guerra fria.** Disponível

Logo depois veio o Golpe de 1964 e o cerco foi se fechando para os militantes comunistas. Em 1965, Miguel teve que sair “às pressas” para uma viagem, não revelando o destino. Disse que não poderia se comunicar com ninguém, mas preocupado com a aflição que a ausência de notícias poderia acarretar à mãe incumbiu o irmão mais velho de uma tarefa: “então me deixou uma série de cartas endereçadas a minha mãe. A minha tarefa era de vez em quando botar uma carta daquela debaixo da porta pra minha mãe saber alguma coisa... E aí eu cumpri essa parte da minha tarefa. E tudo que eu sabia é que ele iria viajar. Pensei que ia para algum canto por aí, pelo Brasil...”. Depois se soube que Miguel, com o codinome de *Vítor*, participou de cursos de treinamento de guerrilha na China, durante todo o segundo semestre de 1965, finalizando com passagem por algumas das principais cidades da China e sítios históricos<sup>183</sup>. Segundo depoimento de Hélio Ramires Garcia, militante comunista que participou de uma das viagens à China,

Fato inusitado na passagem de Miguel Pereira dos Santos pela China foi sua participação, como “amigo estrangeiro convidado”, no banquete comemorativo do 16º aniversário da Proclamação da República Popular da China. A data nacional chinesa ocorre no dia 1º de Outubro. Miguel chegou a Pequim, junto a outros nove brasileiros, no dia 30 de setembro, vindo de Nanquim, cidade onde está localizada a Academia Militar onde os brasileiros concluíam o curso de formação política e militar. Nesse banquete, realizado nos salões da APN (Assembleia Popular Nacional),

---

em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200010)>. Acesso em: 20 set. 2011.

<sup>183</sup> Segundo a ORDEM DE BUSCA Nº 233/67 do Serviço Segurança Pública do Rio Grande do Sul – SCI/RS de 06/09/1967 destaca os nomes de alguns brasileiros ou “Elementos que viajaram para a China Comunista” com os respectivos codinomes, naturalidade, data de nascimento e passaporte: Hélio Ramires Garcia/*Elias* (MG), Miguel Pereira dos Santos/*Vitor* (PE), Gerson Alves Parreira/*Roberto* (GO), José Humberto Bronca/*Dino* (RS)\*, Paulo Assunção Gomes/*Rui* (RS), Luiz Sabino de Santana, Luiz G. Miranda, Ari Olguim da Silva/*Alberto* (RS), Amaro Luiz de Carvalho (RS), Elio Cabral de Souza (GO), Manoel José Nurchis /*Guilherme*\*, Alcir de Souza Barboza (RJ), Manoel Luiz V. de Souza Coelho (RS), Roberto Carlos Figueiredo (PE), João Carlos Haas Sobrinho (RS)\*, Divino Ferreira de Souza (GO), Michéas Gomes de Almeida (SP)\*, Mauro da Silveira Lobo Lopes da Silva, Nelson Lima Piauí Dourado\* (BA), José Vieira da Silva, Edgard de Almeida Martins. In: SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos Cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia**. 2006. 283f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006, p. 109.

\* Militantes que combateram na Guerrilha do Araguaia.

estavam presentes os representantes diplomáticos de cerca de 50 países que, naquele momento então, mantinham relações diplomáticas com a China. Além dos diplomatas, estavam apresentes também diversas delegações de movimentos de luta pela independência da África, da Ásia e da América Latina. Os principais líderes chineses, naturalmente, também estavam presentes, inclusive o mais importante dirigente da China, o lendário Mao Tse-tung. A maior liderança chinesa nesta recepção, ostentando um largo e triunfante sorriso no rosto, dirigiu-se de mesa em mesa a todos os presentes, cumprimentando os convidados com um caloroso aperto de mão.<sup>184</sup>

Depois disso, passou-se um tempo sem notícias de Miguel. De 1965 até 1968, foram apenas àquelas cartas, combinadas com o irmão, que deram “notícias” dele.

Alguns assuntos de gravidade familiar fizeram com que os militantes comunistas, que vivenciaram um primeiro momento de semiclandestinidade, como Bronca, Helenira Resende e, inclusive, Miguel, entre outros, retornassem a um breve convívio familiar para dar alento momentâneo para suas famílias. No caso de Miguel, uma cirurgia de sua mãe fez com que ele aparecesse em casa sem aviso prévio, mas anteriormente combinado com irmão, trazendo alegria e amainando os dias de padecimento de Dona Helena. Foram intensos e breves dias de felicidade que sucederiam anos de espera e incertezas, pois aquela foi a última vez em que a família de Miguel o viu!

Passaram-se anos sem que sua família soubesse seu paradeiro. Havia algumas hipóteses aventadas por seu irmão, que naquelas alturas, como militante do PCdoB, tinha uma noção do envolvimento de Miguel em alguma atividade de preparação para a luta armada em algum lugar. Contudo, ele não fazia qualquer ideia de onde pudesse ser o local, entre outras coisas, porque havia estratégias criadas pelo PCdoB que eram rigidamente cumpridas a fim de preservar a integridade física de seus quadros; para tanto, o princípio que norteou tal conduta foi o sigilo em torno das ações de alto risco.

Os rumos da preparação da luta armada e de como manter a unidade partidária do PCdoB (princípio básico do Partido chamado

---

<sup>184</sup> Depoimento de Hélio Ramires Garcia, via e-mail, à Deusa Maria de Sousa em 04/06/2011.

centralismo democrático)<sup>185</sup> e outras discordâncias deram origem a cisões dentro do Partido. Uma das principais cisões ficou conhecida como Ala Vermelha<sup>186</sup>. Foi na militância daquela cisão que comunistas foram presos, entre eles Misael Pereira dos Santos, o irmão mais velho de Miguel.

A prisão de Misael levou sua mãe, entre outras mães com o filho na mesma situação, a fazer visitas frequentes ao presídio. Foram mais de cinco anos de visitas permanentes, conversas nas filas antes de entrarem e na saída, além da ajuda mútua que possibilitou a aproximação entre diversos familiares de presos e desaparecidos políticos. Segundo relatou Misael, foi naquele momento que sua mãe, Dona Helena Pereira dos Santos, começou a se articular politicamente como mãe de desaparecido político.

... E aí começou aquele negócio do movimento das mães nas filas do presídio e tal. As mães começaram a se juntar e tudo. Depois teve uma atuação do Comitê Brasileiro de Anistia, e daí as mães continuavam a se ver e a minha mãe sabia onde eu estava e queria procurar o filho (Miguel). E aí não conseguia nenhuma notícia, né? Não tinha como achar... Somente em 79 que foi possível identificar...<sup>187</sup>

A partir daquele período, segundo relatou Misael, sua mãe começou uma militância na busca do irmão desaparecido. O processo semelhante, de incredulidade, acerca do destino do filho desaparecido (incredulidade já comentada anteriormente), também foi vivenciado por Dona Helena. A impossibilidade, dada à falta de evidências físicas e/ou

---

<sup>185</sup> Segundo o entendimento do Partido o centralismo se faz necessários para o funcionamento da vida orgânica do PCdoB, assim: "(...) Para funcionar bem e dirigir as massas de acordo com um plano, o Partido deve estar organizado sobre a base do centralismo, com estatutos únicos, com uma disciplina partidária igual para todos, com um só órgão de direção à frente, a saber: o Congresso do Partido e, nos intervalos entre congresso e congresso, o Comitê Central, com a submissão da minoria à maioria, das diferentes organizações inferiores às superiores. Sem ajustar-se a estas condições, o Partido da classe operária não pode ser um verdadeiro partido nem cumprir com seus deveres de direção do proletariado." Disponível em: <[http://www.pcdob.org.br/duvidas\\_print.php?id\\_faq=12](http://www.pcdob.org.br/duvidas_print.php?id_faq=12)>. Acesso em: 09 out. 2011.

<sup>186</sup> "No auge dos combates, houve no PCdoB duas dissidências, em 66 e 67, que tinham como fonte a questão da aceitação ou não da guerrilha urbana: a Ala Vermelha, ou somente Ala, e o Partido Comunista Revolucionário." In: SAUTCHUK, Jaime. **Luta Armada no Brasil**: dos anos 60 e 70. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995, p. 51.

<sup>187</sup> Depoimento de Misael Pereira dos Santos concedido à Deusa Maria de Sousa em 03/07/2008, Santo André/SP.

concretas, de ver um vestígio preciso qualquer que fosse que a levasse a acreditar na suposta morte do filho Miguel fez com que ela acreditasse, durante anos, que ele estivesse em outro país.

O retorno de João Amazonas e outros do exílio, em 1979, e a confirmação dos eventos trágicos envolvendo o conflito no Araguaia foram as pedras sepulcrais sobre as esperanças de dona Helena, pois as evidências que vinham a público não deixavam margem às dúvidas sobre o que ocorrera com o seu filho. Além disso, não foi apenas a volta de João Amazonas que acabaram com as esperanças dela, foi também o que ele afirmou, pois de acordo com Misael, “foi João Amazonas que deu essa notícia de que Miguel era o *Cazuza*”<sup>188</sup>.

Contudo, apenas o retorno dos exilados e/ou a constatação de que houve um conflito na região do Araguaia e que Miguel era o *Cazuza* não podiam dar aquela mãe uma prova cabal de que seu filho estava morto, pois, afinal, que materialidade Dona Helena tinha da morte do filho? Que lugar ela teve para celebrar seu luto, sua trágica perda? Sob que corpo ela chorou, lamentou e derramou suas lágrimas? Aspectos que servem para dar materialidade/realidade à morte de uma pessoa.

Dona Helena, assim como outras dezenas de familiares de desaparecidos, não teve um lugar público para que pudesse chorar por seu morto. Nenhuma lápide sobre a qual pudesse depositar um ramalhete de flores. Mas se, por um lado, a confirmação dolorosa foi pranteada em leitos particulares, no convívio do lar, por outro lado, a luta e a reivindicação por seu corpo foram feitas publicamente, através de cartas à imprensa, autoridades civis e manifestações nas ruas das grandes capitais do país.

Ela e outros familiares, na grande maioria mulheres, logo após o momento de “surpresa” e das lágrimas, armaram-se da mesma coragem dos filhos/as mortos em luta e engajaram uma luta em busca de respostas quanto à localização dos corpos e às razões obscuras que envolviam o desaparecimentos desses mesmos corpos.

A luta empreendida por Dona Helena, e outros familiares, era focada inicialmente na busca pelos corpos dos filhos. E ainda que possam ser notadas modificações nos discursos de dona Helena, observadas a partir do estudo das cartas, como se pode ver abaixo, e de outras fontes (como entrevistas, produção bibliográfica e de sítios virtuais), percebe-se que sua principal intenção era denunciar e exigir esclarecimentos sobre os desaparecimentos políticos, como se pode perceber nos textos a seguir.

---

<sup>188</sup> Ibid.



São Paulo 27-1-84

Sra. Hermelinda,

Estou lhe enviando este panfleto, para que a Senhora participe também, do nosso esforço aqui empregado em função dos nossos entes queridos, aproveitamos o aniversário da cidade de São Paulo, saímos em passeata do L. de São Francisco até a Praça da Sé com, faixas e fotos, exigindo esclarecimentos dos 144 políticos desaparecidos, se não deu noticiário em jornais, pelo menos fomos bastante aplaudidos em todo trajeto e notamos a boa vontade de pessoas a se juntar a nós, interessando-se pelos panfletos, apesar de tudo, acho que é mais uma luta válida, por isso, passo ao seu conhecimento tudo o que faremos em favor da memória de todos eles. Até breve se Deus quiser, tão logo seja marcada a nossa audiência a Senhora será avisada.<sup>189</sup>

São Paulo 11-9-85

Prezada Dona Ermelinda

Faço chegar a suas mãos uma cópia da carta que endereçamos a Dona Marly Sarney. De uma audiência que tivemos com Dona Lucy Montoro, ela sugeriu que a fizéssemos, que nesta próxima quarta-feira, ela estaria em Brasília e entregava com todo prazer, não íamos perder esta tão grande, oportunidade; Tentamos de toda forma até chegar ao nosso objetivo tão sonhado. Soube que a Senhora estará em Brasília, na próxima audiência, isso é um bom sinal, quem sabe com sua presença, bons ventos nos soprem? Os jornalistas, do São Paulo, me falaram que lhe enviaram uns jornais, pois eu já havia falado, se eles tivessem essa possibilidade seria muito bom.

---

<sup>189</sup> Carta de Helena Pereira dos Santos para Ermelinda Mazzaferro Bronca data de 27/11/84. Acervo pessoal da autora.

Qualquer outra coisa pode dispor de nós que aqui  
estamos para lhe servir.

Abraços meus extensivos a sua filha

Helena Santos<sup>190</sup>

São Paulo 30-6-86

Dna. Ermelinda amiga

Mesmo com um certo atraso, não poderia deixar de lhe transmitir do pouco que acontece em relação a nossos trabalhos, para que a nossa luta não fique no esquecimento. Como sempre no mês de Maio, se comemora a semana dos desaparecidos políticos. Por certo a Senhora recebeu uma carta convite, para essas comemorações, que foi enviada pelo *Clamor*<sup>191</sup>, onde todas nós colaboramos em conjunto, organizando toda programação, e o envio de cartas para todos os familiares, mesmo os mais longínquos. Quero passar a suas mãos todo o resultado deste movimento: primeiro para o dia das mães, nos preparamos para o dia da entrevista na televisão que por motivo de mal entendido de horário, perdemos a gravação: é o que segue, tudo o que eu pretendia falar: para que não se perdesse, foi publicado no jornal “O São Paulo”,<sup>192</sup> do dia 18 a 21, houve um debate

---

<sup>190</sup> Carta de Helena Pereira dos Santos para Ermelinda Mazzaferro Bronca. Acervo pessoal da autora.

<sup>191</sup> “Batizado com um nome que tinha o mesmo significado em português, inglês e espanhol (“bradar em voz alta”), o *Clamor* se consagrou por ser extremamente organizado, agindo com mobilidade e rapidez. Os integrantes tinham a audácia e a leveza necessárias para atravessar muros de prisões, levar palavras de apoio, esperança, luz onde havia escuridão. Uma iniciativa de bravura, determinação e solidariedade, baseada na “teologia das brechas” — como definia o pastor Jaime Wright. Para ele, o grupo estava sempre ocupando as brechas e lacunas deixadas pelas ditaduras, misturando ousadia, criatividade e uma percepção aguçada das oportunidades para denunciar as violações de direitos humanos (...).” In: <http://www.editoras.com/objetiva/559-x.htm> acessado dia 24.12.2011.

<sup>192</sup> Jornal *O Estado de São Paulo* com o título **As dores das mães de desaparecidos**. Neste depoimento, D. Helena explicitou: “como mãe, acho que nesse mês se aviva a saudade do filho ausente, a cada dia que passa, se renova a esperança de sua volta e, ao mesmo tempo, o

na Câmara de Vereadores, um belo encontro com os estudantes na PUC, com encerramento de uma missa na Catedral muito bonita; das escadarias os mesmos estudantes, nos fotografaram: Conseguimos passar um filme na PUC, “pela Lei de Segurança Nacional”, que despertou grande admiração aos jovens que não tomaram conhecimento do que foram os anos de repressão no nosso país. Este encontro com eles foi muito válido, pois os mesmos se ofereceram para toda e qualquer manifestação contarmos com eles, foi muito bonito o que eles fizeram por nós, o caso Araguaia despertou neles muita curiosidade e interesse para elucidar os fatos acontecidos, contamos com a presença do Genuíno, do Luiz Eduardo e do deputado Jose Gregori, todos falaram muito bem em especial o Genuíno.

Agora temos a esperança de conseguirmos através da Dna. Lucy Montoro, uma entrevista com o Sarney para o próximo mês de agosto estamos torcendo para que tudo dê certo. Como está não dá, não repare a maneira como lhe estou escrevendo é quase uma falta de minha parte, lhe mandar esta tão rabiscada, mas é para aproveitar uma oportunidade, estou tão cheia de afazeres perdoe-me na próxima vou caprichar mais.

---

desespero de não ter qualquer notícia. Essa espera e busca interminável não é só minha, tenha certeza, é de todas as que, como eu, tiveram seus filhos desaparecidos durante os anos de ditadura e também de todas as mães deste País que sentem como sua a nossa dor, de todos os familiares e companheiros de luta que não descansam enquanto não virem esclarecido o destino de seus entes queridos. Meu filho, Miguel, um dos desaparecidos no Araguaia, era jovem e, como os demais, qualificado e estimado pelo povo da região. Isso está comprovado. Quando viajamos em caravana para o Araguaia em busca da verdade sobre o paradeiro de nossos filhos, fomos recebidos com emoção e muito carinho pelos moradores que com eles conviveram. Estamos com um processo em Brasília, na 1ª Vara da Justiça Federal, o qual se arrasta desde 1979. Em outubro de 1985, estivemos lá para a última audiência de instrução. Falamos com o ministro da Justiça, Dr. Fernando Lira, a quem informamos sobre o andamento do processo, e ele se comprometeu em acompanhar o caso. Naquela ocasião, contamos-lhe que, em agosto de 1984, fomos recebidos em Brasília pelo então candidato a presidente Tancredo Neves e dele obtivemos a promessa de que, se eleito, cuidaria dessa questão com carinho. E nos disse: “Isso representa uma mancha negra para a Nação”. Então quero pedir ao presidente Sarney que tome providências para o esclarecimento do destino dos nossos desaparecidos políticos. O que fizeram de nossos filhos? Os que foram presos onde se encontram? Os mortos, onde os sepultaram e quais as circunstâncias de sua morte? Irmanadas na mesma dor e na luta das mães da Praça de Maio, da Argentina, renovamos nossas esperanças de que o mais breve possível possamos conhecer o destino e o paradeiro de nossos filhos e ver punidos os seus “Algozes”. Helena Santos. Datado – à mão – em 23/06/86.

Um beijo da amiga Helena

Chau! Até a próxima<sup>193</sup>

As cartas enviadas por dona Helena para dona Ermelinda eram ricas de informações e conteúdo sobre as ações dos grupos de familiares nas ruas e na via judicial. Entende-se, portanto, que a preocupação de Dona Helena era deixar a amiga Ermelinda ciente dos acontecimentos ocorridos na cidade de São Paulo movidos pelas ações, conjuntas e em separados, organizadas pelo grupo de familiares. Destaca-se o modo como a emissora da missiva relatou o esforço em sensibilizar ainda mais pessoas através do envio de correspondência para diversas familiares de desaparecidos, além da narração da manifestação pública, na câmara de vereadores de São Paulo, e do evento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com exibição de um filme. Ao que se pode constatar, o intuito de tais ações, consideradas arriscadas e até perigosa para o período, era chamar a atenção sobre os fatos envolvendo o episódio do Araguaia. Dizer/revelar/ enunciar para sociedade, dentro e fora da universidade, o que havia ocorrido no Brasil no período da ditadura. Para tanto, novamente, fez-se o uso, inconsciente ou não, da estratégia de gênero, para, a partir da figura das mães clamando pelos filhos no mês de maio, sensibilizar as autoridades políticas e a sociedade de forma em geral para o caso em questão.

Além do que já foi dito, as cartas entre ambas possibilitaram também a criação de um vínculo de amizade que foi mantido através do envio e recebimento das missivas que se prolongaria até a morte delas. Houve também, como se pode perceber, uma afinidade identitária entre ambas, pois eram viúvas, sexagenárias. Neste contexto, segundo Lidia M. Possas, “o emissor e o receptor tecem um universo complexo de sociabilidade, uma rede de significados e imagens de grande subjetividade e que merece ser analisada pela possibilidade de recompor outros aspectos, menos formais, de uma realidade”<sup>194</sup>.

---

<sup>193</sup> Carta de Helena Pereira dos Santos para Ermelinda Mazzaferro Bronca. Acervo pessoal da autora.

<sup>194</sup> POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38). In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: FGV, 2004, p. 257.

#### 4.3.2 Lino e Cilon Brum

Conheci Lino Brum por intermédio de Jair Krischke. Depois do contato inicial feito através do telefone, combinei encontrá-lo durante a inauguração da praça pública, ainda no ano de 2003, em São Sepé, que levou o nome de Cilon Brum, seu irmão desaparecido no conflito do Araguaia. Fui até São Sepé de carona com a, então deputada estadual pelo PCdoB do Rio Grande do Sul, Jussara Cony. Pude perceber que, apesar da militância da deputada no Partido ser tida como “antiga”, ela nada tinha a acrescentar ao meu trabalho de pesquisa sobre os desaparecidos e seus familiares. Aproveitei para conversarmos sobre a sequência de homenagens que, por iniciativa sua, começava a colocar na história e na memória do Estado do Rio Grande do Sul “os heróis do Araguaia”, como ela assim se referia aos desaparecidos. Nesta ocasião, pude saber mais sobre como era Lino Brum Filho.

Na chegada, fomos abraçadas por uma grande quantidade de pessoas (familiares, amigos e partidários do PCdoB), que nos aguardavam no local designado para a solenidade de inauguração. Tentei me manter distante, para observar melhor tudo e anotar o que eu conseguisse. O vento, o velho minuano, também nos abraçou e soprou de maneira forte e gélida! Era inverno. Caminhamos algumas quadras, convidando a comunidade e a vizinhança. Vi alguns amigos e partidários da deputada distribuindo material referente ao mandato e a inauguração. Chegamos no horário ao local da inauguração, onde a população do bairro Londero aguardava a solenidade. Acompanhei, em meio à briga contra o vento, uma série de depoimentos de familiares e amigos que foram falar sobre o menino, o amigo, o familiar Cilon. Notei, contudo, que havia uma mágoa na fala de muitos, como se as palavras que estavam sendo proferidas ali quisessem dar vazão a um passado onde falar, desabafar tivesse custado o silêncio de muitos anos, e que naquele momento, com a permissão da palavra, expressavam-se de maneira aberta, mas também com certo rancor em suas falas, resultantes do período em que não puderam falar. Eles, todos homens, falaram da infância, adolescência e do período de clandestinidade de Cilon e como sua cidade, conservadora, reagiu, à época, com muito preconceito.

Notei que Cilon tinha muitos irmãos e irmãs (dos quais seis estavam presentes) e que apenas um deles (Lino Brum Filho) ou *Lininho*, como eles ali o chamavam, fez o uso da palavra em nome da família Brum. Percebi nas feições fisionômicas dele semelhanças com as de Cilon. Aproximei-me mais dele e quis ouvir de perto o seu

depoimento-homenagem em nome do irmão. Sua fala, apesar de embargada emocionalmente, foi comovente. Percebi que muitos em volta choravam, enquanto aquele senhor de meia idade falava aos presentes da luta de sua família pelo reconhecimento do valor do filho sepeense, seu irmão Cilon. Sua voz em meio a lágrimas e ao silêncio compassado (aquele assobiado pelo barulho do vento) me intrigaram bastante. Começava ali meu contato mais direto com Lino Brum Filho.

**Figura 22** - Foto do túmulo que aguarda o corpo de Cilon, em São Sepé/RS.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora cedida por Liniane Haag Brum.

Que vozes embargadas pelo silêncio e medo eram aquelas que começavam a se expressar até mesmo em praça pública? Quais os lugares onde o silêncio e o medo estiveram presentes, por onde sopraram os ventos que as calaram?

Michel Pollak<sup>195</sup> enfatizou a importância do estudo das chamadas memórias subterrâneas que, mesmo “caladas”, ainda podem falar. Assim, ao analisarmos o caso das violências e brutalidades dos regimes totalitaristas na Europa, no último século, pode-se compará-los com o regime ditatorial no Brasil para pensarmos o drama vivido pelas vítimas e os familiares de desaparecidos do Araguaia. Deste modo, o fato acima narrado sobre as falas embargadas e rancorosas de Lino Brum Filho e família, remete-nos ao estudo de Pollak, pois, segundo ele, “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite

<sup>195</sup> POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 2.

cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.”<sup>196</sup>

De maneira muito semelhante ao analisado por Pollak (1989), acerca do que chamou de memórias subterrâneas, podem ser percebidas as memórias “refratárias”, termo que aqui utilizo para designar aquelas memórias que permanecem durante um longo tempo e se dispersaram ou ficaram relegadas ao “esquecimento”.

Hoje, as memórias acerca de Cilon Brum são conservadas pelos dois filhos de Lino Brum Filho que muito se interessam pela história de vida e pelo desaparecimento do tio, sobretudo a filha, Liniane, sobre quem Cilon falou em suas últimas cartas enviadas à família.

Sobre a convivência de Lino Brum Filho com Cilon, os dois e mais um primo viveram alguns anos juntos. A proximidade entre eles fez com que ficassem mais unidos entre si do que com os demais irmãos. Lino, como irmão mais velho e responsável pelo irmão moço, sempre teve preocupação em alertá-lo sobre os “perigos” dos tempos que começavam a chegar! Porém, tais alertas, aparentemente, não foram ouvidos, pois depois que Cilon se mudou para São Paulo, em 1967, Lino notou que ele estava bastante mudado. O comportamento habitual de Cilon, outrora de muito zelo para consigo mesmo, não era mais o mesmo. Ele estava desleixado, não se preocupava em cuidar da própria aparência. Devido a essa mudança, Lino pressentiu, então, que havia algo de estranho com o irmão.

Na última visita de Cilon ao Rio Grande do Sul, no início de 1971, para apadrinhar a primogênita do irmão, foi perceptível para os familiares que ele estava envolvido em algo tido como “subversivo” à época, pois Cilon, que outrora apreciava passeios e visitas aos amigos, naquela ocasião, manteve-se quieto e caseiro e quando precisou sair, usou o serviço de táxi, o que causou muito estranheza para os familiares. Foi exatamente naquela ocasião que Lino, segundo me relatou, com auxílio da esposa, tiveram uma conversa firme com Cilon e para saber o que de fato estava acontecendo.

Pode-se observar, a partir na tônica da narrativa de Lino Brum Filho, é que a “subversão comunista”, já referida anteriormente, era encarada pelo regime militar como uma doença maligna e, por isso, perigosa. E era ostensivamente propagado para a sociedade, principalmente pelos censores do regime através da grande mídia, como

---

<sup>196</sup> Ibid., p. 3.

algo contagioso, sintomático. A ‘propaganda’ negativa do comunismo e dos seus seguidores era tão bem articulada que uma parte da sociedade, por consequência, temia os comunistas. Tal contexto é semelhante ao que se faz hoje sobre os usuários e dependentes de drogas.

Em relação a esta entrevista concedida por Lino Brum Filho, vale ressaltar que lembrar, falar daquela ocasião, em forma de depoimento, fez o depoente se emocionar muito fortemente. O que é muito compreensível, visto que não eram relatos superficiais o que ele narrava naquele momento. Eram suas memórias. Memórias traumáticas, aparentemente ainda não cicatrizadas a contento. Era o passado doloroso que batia à porta, fazendo-o (re)viver a mesma dor, quando teve certeza de que seu irmão corria grande risco de sofrer as duras penalidades impostas aos opositores do regime.

É relevante frisar que a emoção sentida pelo entrevistado não foi algo unilateral, pois a mesma também atingiu a entrevistadora/pesquisadora. Por isso, vale ratificar que toda essa forte carga emocional advinda dos fatos envolvendo os guerrilheiros, assim como da emoção sentida ao longo das entrevistas, fez com que o exercício anterior à construção dos depoimentos de familiares me obrigasse a ter consciência do verdadeiro papel do historiador diante de tais temas, profundamente marcados pelo sofrimento, observados na condição de pesquisadora, mas também sentidos enquanto participante do ato de rememoração daqueles fatos a mim narrados, reconstruídos, recontados.

Obviamente que houve a preparação intelectual para que fosse possível entrar em cena o entrevistador-pesquisador, contudo houve, acima de tudo, o aprendizado sobre o dever moral e ético para compreender e atribuir importância às narrativas dos entrevistados e, concomitantemente, respeitá-los na sua individualidade quando, ao falarem de suas dores familiares, expuseram-se ao outro (a mim e à academia) e, neste caso, no compartilhamento de assuntos ainda tidos como tabus entre algumas famílias. E ao longo dessa exposição, para trazer à tona esses assuntos, em alguns momentos, foi preciso rememorar-las, revivê-las. E coube a mim, historiadora, de posse do aprendizado sobre dever moral e ético e respeito ao depoente, filtrar, selecionar as informações buscando perceber, no conjunto, a tênue relação entre a história, a memória e o ofício do historiador, pois como ressaltou Seligmann-Silva: “o trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se ‘trabalhar’ o passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse



confronto com o passado é difícil”<sup>197</sup>. Muito difícil sim para os familiares dos/as desaparecidos/as, mas também bastante doloroso para o pesquisador que, por alguns momentos, revive com o depoente a sua tragédia particular.

Por tudo isso, falar dos tempos e dos contatos finais de Cilon com a família Brum se revelou ainda mais difícil. O roteiro da entrevista primou pela linearidade dos fatos ocorridos com Cilon, e isso requereu dos depoentes falarem com certa sequência dos fatos. Suas falas, então, foram espaçadas e permeadas por um perceptível embaraço, gagueira e frequentes silêncios. Lino Brum, naquela ocasião, ao falar das “cartas” saiu da sala na qual nos encontrávamos bruscamente e, ao retornar, trouxe consigo um punhado de cartas enviadas a ele por Cilon, pouco antes do desaparecimento. Confesso que aquele material, riquíssimo para análise, aguçou minha curiosidade, ao mesmo tempo, percebi o depoente preso às cartas com o sofrível dilema entre mantê-las ocultas ou torná-las públicas ao me entregá-las.

Ele as manteve no bolso esquerdo da camisa. Pegava uma, consultava a data da postagem em outra, dobrava e as colocava novamente no bolso. Dei a ele o tempo necessário para que ele depositasse em mim a confiança esperada, a ponto de me permitir tocá-las, lê-las, enfim copiá-las.

Consultar as cartas, durante a gravação da entrevista, levou-me a concluir que Lino Brum quis a todo o momento tornar o mais verídico possível sua fala, embasando sua narrativa aos fatos registrados e datados nas missivas de Cilon. A “verdade” presente na preocupação de Lino não se traduz apenas em sua “memória verdade”, mas está intrinsecamente ligada às verdades, no sentido plural da palavra, daqueles que a cercam, pois suas verdades não são apenas suas, como não são apenas suas as memórias dos fatos narrados e ocorridos, se somam a estas as memórias dos outros, da família que nelas se apoiam, e que (re)vivem o dilema cotidiano de rememorar ou esquecer tais fatos<sup>198</sup>.

#### 4.3.3 Liniane Haag Brum

---

<sup>197</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, Memória, Literatura**: Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento SP: Editora Unicamp, 2003, p. 74.

<sup>198</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**: a título de prólogo. RJ: FGV, 200, p.13-14.

<sup>198</sup> Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão e a cunhada – Lino Brum Filho e Jane Claudete Haag Brum.

A história de Liniane com o tio desaparecido começa um pouco antes de ela nascer, pois tão logo soube da gravidez da cunhada, esposa de Lino Brum, comprometeu-se em vir ao Rio Grande do Sul para batizar a criança, atendendo ao convite do irmão para apadrinhar o filho (ainda não se sabia o sexo). Seu nascimento, portanto, trouxe Cilon a Porto Alegre. Ele naquele momento vivia em situação de semiclandestinidade na capital paulista.

Cilon, vivendo na “distante” São Paulo, havia diminuído substancialmente o contato com os familiares no Rio Grande do Sul. “Soube-se”, naquele período, através de duas narrativas (de pessoas que o teriam visto pelo centro de São Paulo), sobre a sua situação que corroboraram para a versão de clandestinidade. Ambas as situações, narradas por Lino, ocorreram em 1971. Nelas ficou evidente que Cilon não queria ser “notado”, nem reconhecido, tampouco que seu nome fosse pronunciado em voz alta.

Sem vínculo empregatício desde 1970, Cilon ainda vivia em São Paulo provavelmente mantido por recursos financeiros advindos do PCdoB. Naquele período, mesmo sob risco permanente, postou cartas, enviadas pelo malote da empresa de um tio, afirmando o compromisso de ir a Porto Alegre tão logo o bebê (Liniane) nascesse, como se pode constatar a seguir:

São Paulo, 03 de maio de 1971.

(...). Quando o bebê nascer me avisa que em seguida eu vou. Só espero o “parto daí” que “parto daqui”. Um abraço,

Cilon.

P.S: Sobre o outro assunto a gente fala aí.<sup>199</sup>

Cilon foi a Porto Alegre alguns dias antes do dia previsto para a sua chegada, causando, por isso, surpresa e estranheza ao irmão Lino.

Quanto ao “outro assunto”, o mesmo estava relacionado ao seu envolvimento político e sua decisão de ingressar na luta armada, conforme ficou esclarecido depois da sua chegada. Cilon, a exemplo dos outros desaparecidos no conflito do Araguaia, reafirmou sua convicção na vitória e confessou, para o espanto do irmão e da cunhada, que

---

disporia da vida, se preciso fosse, para que isso ocorresse. Após seu retorno a São Paulo, enviou outra carta onde, novamente, deixou indícios que se ausentaria da capital paulista. Naquela carta ele fez entender que enviaria alguma informação para os pais. É sabido que o pai, já falecido, recebeu a tal carta, mas nenhum outro membro da família soube de seu conteúdo, pois o pai, Lino Brum, nunca comentou sobre a mesma com ninguém, segundo consta.

(...). No mais tudo bem. Devo ficar algum tempo fora de São Paulo. Escrevo pra vocês. Um abraço com saudades pra afilhada.

Cilon

P.S: vai uma carta p/ Leni – a irmã – e junto uma *carta para os velhos*<sup>200</sup> – os pais.<sup>201</sup>

Muito tempo se passou sem que a família Brum tivesse qualquer informação precisa sobre Cilon. Durante muito tempo, a última lembrança dele foi a do dia do batizado de Liniane, quando ele visitou a sua família em São Sepé. Por um longo tempo, ouviram-se apenas rumores e boatos sobre ele. Boatos e rumores que os fizeram sofrer, enquanto aguardam por notícias concretas sobre ele. Notícias que nunca vieram...

Quanto aos boatos e rumores, os mesmos diziam que ele (Cilon) encontrava-se foragido em outro país, estava enfermo e debilitado na Europa onde vivia com outra identidade. Estes rumores, embora fizessem sofrer, por outro lado, serviam como alento à esperança da família, sobretudo do irmão Lino e de sua mãe Eloah, na gélida São Sepé.

Ao longo dos anos, as crianças da família, inclusive Liniane, cresceram à sombra de uma imagem por elas construídas acerca do tio “ausente”. Neste aspecto, cabe destacar os mundos, ainda que distintos, das primas Liniane e Rejane. Liniane, filha de Cilon, e Rejane, de outro irmão, viveram bem próximas do sofrimento daqueles que tanto choraram o brusco desaparecimento de Cilon: os pais de Cilon e o irmão Lino B. Filho. O mundo e o imaginário de ambas são bem distintos, visto que uma vive na capital gaúcha e a outra em São Sepé, dois universos geográficos e sociais bastante diferentes, contudo suas

---

<sup>200</sup> Grifos meu.

<sup>201</sup> Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão – Lino Brum Filho. São Paulo 27/07 de 1971.

narrativas possibilitam-nos compreender o mundo lúdico em que “os monstros”, “heróis e mocinhos”, mitologias infantis e os dramas verídicos familiares se confundem e se mantêm ao longo da vida de ambas.

#### 4.3.4 As novas memórias: Rejane Leques Brum

A entrevista com Rejane Leques Brum foi uma das mais difíceis e inusitadas que consegui efetivar para este trabalho, principalmente porque a depoente não dispunha de tempo, inicialmente, para a realização da entrevista. A depoente dispunha de pouco tempo para ser entrevistada, e como eu estava hospedada na casa de sua prima (Liniane Haag Brum, filha de outro irmão de Cilon) havia da parte da prima Liniane uma expectativa em relação ao seu depoimento de Rejane.

Rejane, à época, era empresária do ramo de entretenimento, telefonia e *lan house*, dentro do terminal rodoviário do Tietê e, por isso, o nosso ponto de encontro foi em seu comércio. Marcamos e remarcamos a entrevista por mais de três vezes, até conseguir concretizá-la. A entrevista com Rejane, assim como as demais entrevistas, também foi marcada pelo telefone, onde percebi, pelo tom de voz, sua resistência em falar do assunto, argumentando que não tivera uma convivência maior com o tio, que só o via nas férias, quando ele retornava de São Paulo para visitar a mãe – avó materna da entrevistada, com quem ela convivera e de quem presenciara a aflição e sofrimento quando do desaparecimento de Cilon, tio de Rejane.

Foi a partir das lembranças advindas da convivência e de quando presenciou o padecimento da avó, que são também geracionais, que me interessou o depoimento de Rejane que seria, obviamente, dado/feito a partir do olhar dela, Rejane, criança.

Para proceder tal entrevista, então, cheguei ao local com meia hora de antecedência. Conheci seu local de trabalho, uma espécie de *lan house*, com telefonia fixa, que pessoas de todos os lugares do Brasil, e do mundo, faziam filas para ligar e/ou falar com seus parentes em suas cidades de origem.

Esperei por mais de meia hora até vê-la surgir com um sorriso radiante e um sotaque gaudério, de forma que logo percebi que se tratava de minha entrevistada. Percebemos que dificilmente conseguiríamos proceder a entrevista naquele ambiente tumultuado. Por sugestão dela, subimos até o primeiro piso e ficamos lá “escondidas” para iniciar a entrevista. Tão logo eu liguei o aparelho de gravador e fiz a primeira pergunta sobre sua infância, em São Sepé, cidade natal de

Cilon, Rejane foi tomada por uma forte emoção que culminou em lágrimas. Esta emoção perdurou até o final da entrevista que, apesar de curta, foi bastante rica em lembranças, impressões sobre sua infância, revelando as saudades da avó materna.

Apesar de viverem em São Paulo, Rejane e Liniane pouco se encontram e evitam falar sobre o assunto “Cilon”. Quando se encontram, geralmente é em Porto Alegre ou em São Sepé, nos eventos da família.

#### 4.3.5 A infância de Rejane

Sendo Rejane dez anos mais velha que Liniane, ela pôde vivenciar, de fato, a infância com Cilon ou, pelo menos, teve a oportunidade de vivenciá-la um pouco. Como viveu toda a infância e boa parte da vida em São Sepé, Rejane recorda de Cilon com grande alegria. Para ela, menina do interior, o “tio Cilon” era alguém maravilhoso, que trazia belas novidades da capital e que sempre brincava com elas e com os outros primos. Segundo ela,

Foi uma infância feliz. As lembranças que eu tenho do tio Cilon são de quando ele ia chegar e a gente o esperava... Porque ele morava em São Paulo, e no interior você não tem acesso às coisas. Eu tinha acho que uns 6, 7 anos. E eu me lembro que a gente aguardava a chegada dele porque ele chegava com coisas novas, ele adorava sair para o campo, a gente sempre saía junto, para gente era uma coisa..... Além de ser tio, ele trazia novidades, a minha avó ficava super feliz, a gente se reunia todo mundo. Então isso era uma coisa que me deixava assim... Que eu guardo... Nós saíamos juntos, ia com o tio, voltava, e a minha avó já estava com o café. Sabe essas coisas de família grande? Então é uma lembrança muito legal.<sup>202</sup>

As memórias guardadas por Rejane sobre a visita do tio não diferem muito da infância de qualquer outra pessoa que teve um familiar que morasse em outra cidade. A diferenciação se dá no decorrer da narrativa, onde sua voz eloquente e seus brilhantes olhos começaram a

---

<sup>202</sup> Depoimento de Rejane Leques Brum concedida à Deusa Maria Sousa, em São Paulo, em 28/06/2008.

exibir um olhar fugitivo, um perceptível desconforto para falar sobre algo que ainda a incomodava. O medo do “desconhecido”, do que não tinha nome, mas que tinha fardamento verde-oliva, entrava sem permissão, vasculhava todos os cômodos, saía grosseiramente e que fazia verter lágrimas incessantes na avó Eloah, a fizeram, diante, de mim re(viver) o horror daqueles dias:

Não, na verdade eu sabia que tinha alguma coisa estranha, mas eu não sabia o que era. Eu sabia que era com ele (Cilon), mas eu não conseguia saber o que estava acontecendo. Eu fiquei sabendo de uma forma bem difícil, foi quando chegou um pessoal, na casa da minha avó, lá em São Sepé. Sim. Eu me lembro que eles entraram daquela maneira super... ...Terrível .... E eu me lembro que fiquei assustada... Estavam fardados. E minha avó tinha uma casa no fundo, uma dependência separada, eu me lembro que corri por que me deu medo, e fiquei escondida. Eles ficaram entrando em todas as peças da casa. E eu me lembro que corri e me escondi, quando voltei, que eles saíram, a minha vó estava chorando muito. O que mais me marcou foi ver o sofrimento dela (choro).<sup>203</sup>

Perceber a dramaticidade narrada pelas memórias de infância de Rejane Brum me fez constatar que a compreensão do significado das ditaduras militares e seus históricos de violações aos direitos civis foram construídos, para o universo lúdico na qual ela vivia, a partir das alterações na esfera do mundo privado, ou seja, dentro da família. Tal percepção infantil foi a realidade experimentada por milhares de famílias na América Latina, e que serviram de objeto para a interessante produção cinematográfica latino-americana, e mais recentemente para a cinematografia brasileira<sup>204</sup>. Como é possível para uma criança

<sup>203</sup> Depoimento de Rejane Leques Brum concedida à Deusa Maria Sousa, em São Paulo, em 28/06/2008.

<sup>204</sup> Machuca “Chile, 1973. Gonzalo Infante (Matías Quer) e Pedro Machuca (Ariel Mateluna) são dois garotos de 11 anos que vivem em Santiago. O primeiro, numa bela casa situada num bairro de classe média. O segundo, num humilde povoado ilegal instalado a poucos metros de distância da escola. Dois mundos separados por uma muralha invisível que alguns sonham em derrubar na intenção de construir uma sociedade mais justa, como o padre McEnroe (Ernesto Malbran), diretor de um colégio particular de elite onde Gonzalo estuda. Em meio à política comunista instalada por Salvador Allende no país, o diretor decide fazer uma integração entre estes dois universos, abrindo as portas do colégio para os filhos das famílias do povoado. É

compreender o que ninguém “quis” explicar? De que forma lúdica foi possível entender quem era o “monstro” e o “herói” na história em que ninguém ousou contar o final? O modo de saber, para alguns dos familiares mais jovens dos desaparecidos que vivenciaram o período, sobre o ocorrido foi conviver com o tabu ou “não saber”, pois como confessou Rejane Brum: “eu via que eles estavam falando do assunto, mas quando eu chegava perto eles paravam...”<sup>205</sup>.

No universo lúdico das novas gerações, seus parentes eram tidos como heróis antes mesmo do desaparecimento. Como eram mais velhos, jovens estudiosos vivendo nas grandes capitais nos idos dos anos de 1960, com um futuro promissor, alimentavam assim expectativas de sucesso e eram modelos para as gerações mais jovens.

A fala de Sonia Haas, irmã mais jovem do desaparecido João Carlos Carlos Hass Sobrinho, acerca do irmão desaparecido foi semelhante ao que narrou Rejane sobre o tio desaparecido, pois, para Sônia, o irmão João era tido como uma espécie de herói ou, talvez, ludicamente falando, um “príncipe encantado” como se pode perceber a seguir:

(...) Ele tinha um papel meio paternalista comigo, porque os meus pais são (eram) muito mais velhos. Então ele... Tinha nele uma coisa assim, uma relação de ídolo, ele era uma pessoa na qual eu me espelhava, eu queria ser que nem ele, estudar em Porto Alegre, ter uma pasta pra ir para a faculdade; aquela coisa que a gente tem, apesar de que todos

---

assim que Pedro Machuca (Ariel Mateluna) vai parar na mesma sala de Gonzalo, ponto de partida para uma amizade cheia de descobertas e surpresas, que acontece paralelamente ao clima de enfrentamento que vive a sociedade chilena na violenta transição de Allende para Pinoche. Disponível em: <[http://www.interfilmes.com/filme\\_15192\\_machuca.html](http://www.interfilmes.com/filme_15192_machuca.html) acessado dia 21.10.2011>.

**O ano em que meus pais saíram de férias** (Brasil). 1970. Mauro (Michel Joelsas) é um garoto mineiro de 12 anos, que adora futebol e jogo de botão. Um dia sua vida muda completamente, já que seus pais saem de férias de forma inesperada e sem motivo aparente para ele. Na verdade os pais de Mauro foram obrigados a fugir por serem de esquerda e serem perseguidos pela ditadura, tendo que o deixar com o avô paterno (Paulo Autran). Porém o avô enfrenta problemas, o que faz com que Mauro tenha que ficar com Shlomo (Germano Haiut), um velho judeu solitário que é seu vizinho. Enquanto aguarda um telefonema dos pais, Mauro precisa lidar com sua nova realidade, que tem momentos de tristeza pela situação em que vive e também de alegria, ao acompanhar o desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/ano-em-que-meus-pais/>. Acesso em: 10 de nov. 2011.

<sup>205</sup> Depoimento de Rejane Leques Brum concedida a Deusa Maria Sousa em São Paulo em 28/06/2008.

os meus irmãos estudaram, mas ele era diferente (...).<sup>206</sup>

Do outro lado da ludicidade da narrativa de Rejane, também apareceram os “monstros” ou aqueles que causam medo, pânico, que fazem chorar e que bagunçavam a ordem da alegria do lar da avó, o lugar perfeito onde antes residiam a segurança e alegria de viver e de visitar. O modo de “compreensão” era a constatação de que algo de muito grave estava ocorrendo na família. Algo ruim que requeria segredo, falar baixo, parar de falar quando as crianças se aproximavam, ou que fazia verter lágrimas incontidas, disfarçadas, negadas e muitas vezes omitidas. “(...)”. Aí eu comecei a cuidar da minha avó, via o jeito que ela estava, se ela estava triste... Eu me lembro que ela foi fazer um bife, eu adorava os bifes dela, e ela estava chorando na beira do fogão. Eu falei: “Vó, por que você está chorando?” E ela disse: “A vó não está chorando é a cebola”. Mas aquilo me pegou...<sup>207</sup>. Ou seja, aquela cena fez Rejane perceber o sofrimento da avó e relembrar tal fato a fez também se emocionar enormemente enquanto o narrava. Neste contexto, o relembrar para poder narrar, por sua vez, fez das suas lembranças/narrativas memórias (re)construídas.

\*\*\*

Foram discutidas aqui as diversas ações de familiares desaparecidos do Araguaia em busca de justiça e de respostas. Também foram abordadas as modificações no âmbito familiar, social dessas famílias ao longo das décadas. Constatou-se que acontecimentos de ordem da política nacional e internacional tiveram influências significativas nas ações e manifestações, sobretudo nas de cunho público, organizados por estes familiares.

Houve também uma discussão sobre os processos de reconstrução das memórias de familiares mais jovens sobre os fatos envoltos no brusco rompimento familiar do parente desaparecido e as

---

<sup>206</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã mais nova de João Carlos, à Melissa da Rosa Wonghon em 28/05/2001, para a produção da monografia de conclusão do curso em História. In: WONGHON, Melissa da Rosa. **João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória**. 2001. 125 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2001.

<sup>207</sup> Depoimento de Rejane Leques Brum concedido à Deusa Maria Sousa, em São Paulo, em 28/06/2008.



reconfigurações e ressignificações por eles atribuídas sobre o parente desaparecido.

## 5 O (MEU) MUNDO MUDOU!

**Figura 23:** Familiares de desaparecidos dizem que sentença da OEA é “vitória”<sup>208</sup>



**Fonte:** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/familiares-de-desaparecidos-dizem-que-sentenca-da-oea-e-vitoria-20101215.html>>. Acesso em: 25 out. 2011.

<sup>208</sup> Na foto, vê-se à esquerda Criméia Schmidt (companheira do desaparecido André Graboys), mãe de João Carlos Shimidt de Almeida Graboys (filho de Criméia e André Graboys) que se encontra atrás, à sua esquerda. Ao centro vê-se Helenalda Rezende de Souza Nazareth (irmã da desaparecida Helenira Rezende de Souza Nazareth), à direita Victória Lavínia Graboys Olímpio (esposa de Gilberto Olímpio, filha de Maurício Graboys e irmã de André Graboys) e no canto esquerdo (talhe) está Igor Graboys Olímpio, filho de Victória Graboys Olímpio com Gilberto Olímpio.

Este capítulo visa analisar as diversas mudanças ocorridas na vida dos familiares. O intuito é mostrar os vários caminhos – em nível social, político, pessoal, profissional –, que os familiares seguiram tendo como fio condutor a memória do/a desaparecido/a. A partir desse intuito, também busco analisar os fatores que influenciaram a dispersão de alguns grupos formados quando deram início as buscas pelos desaparecidos. Cabe destacar que este último tópico é também conclusivo, no que tange ao objetivo deste trabalho, visto que as possibilidades de discussões acerca do tema aqui trabalhado assim como as fontes históricas utilizadas não se esgotam com esta pesquisa. Enfim, cabe a este último capítulo, portanto, analisar as transformações no mundo destes familiares de desaparecidos do Araguaia, pois no estudo junto aos diversos grupos de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia, constatou-se que os desaparecimentos de seus familiares contribuíram decisivamente para as diversas posturas que passaram a assumir desde então.

## **5.1 Novos rumos e mudanças no mundo dos familiares**

Depois da constatação de que o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, não deu nenhuma informação mais precisa ou segura acerca dos acontecimentos finais do conflito do Araguaia para os familiares, houve um grupo que rechaçou o Partido por não entender como e por que a segurança que livrou alguns dos principais dirigentes comunistas (João Amazonas e Ângelo Arroyo, por exemplo) do cerco e aniquilamento no Araguaia não foi disponibilizada para salvar a vida daquelas dezenas de militantes, a maioria deles muito jovens.

Outro grupo, mais ligado à militância e outrora partidária do PCdoB, viu no surgimento de entidades civis de direitos humanos um meio de manter acesa a chama pela efetivação da aplicação da Lei de Anistia, nº 6.683 de 1979. Foi uma maneira que este grupo encontrou de militar também pela elucidação dos fatos envolvendo os desaparecimentos dos seus familiares. Houve, ainda, um grupo que tendo uma militância tímida, na época do ingresso do familiar desaparecido, passou à militância orgânica em outros partidos políticos. Dentro desse grupo de militância tímida, alguns permaneceram com militância no PCdoB, outros saíram do Partido e entraram para outros partidos. Também houve um grupo que se dispersou, a partir da época da reparação. E há também um novo ‘grupo’: as novas gerações. Este novo ‘grupo’ não conheceu o(a)s familiar(es) desaparecido(a)s ou conviveu, mas cresceu à sombra das memórias do(a)s desaparecido(a)s e

também dos tabus familiares que foram se criando em torno do tema do desaparecimento do/a filho/a. Devido a estas peculiaridades envolvendo-os, este grupo procura maneiras muito particulares de (re)contar sua(s) história(s) e de se livrar do tabu familiar gerado pela experiência do Araguaia.

#### 5.1.1 Saulo Garlipe e Djalma: a luta orgânica partidária como continuidade da ideologia do/a desaparecido/a?!

**Figura 24 - Elmo.**



**Fonte:** Acervo pessoal de Aldo Creder Correa.

Aldo Creder faz parte daquele grupo de familiares sem militância alguma, nem em partidos políticos tampouco em entidades civis. Porém, segundo ele, todas as novidades sobre os desaparecidos chegaram ao seu conhecimento através do “Djalma”, ou do grupo “Tortura Nunca Mais...”<sup>209</sup>. Aldo vivia, na época desta entrevista, em uma casa confortável, com seus filhos, netos e a esposa, em um afastado bairro da capital fluminense. Seguindo o exemplo dos irmãos, desaparecidos no Araguaia (Elmo e Maria Célia Correa), ele entrou na militância do

---

<sup>209</sup>. Depoimento de Aldo Creder Correa concedido à Deusa Maria Sousa, no Rio de Janeiro, em 08/07/2008. Djalma Conceição de Oliveira é também familiar de desaparecido político do Araguaia (irmão de Dinalva Oliveira Teixeira, a *Dina*), Djalma atualmente é dirigente comunista do PCdoB do Rio de Janeiro.

Partido no movimento estudantil universitário em 1970. De militância semelhante aos irmãos e a cunhada, Telma (esposa de Elmo e também desaparecida no Araguaia), presenciou e participou da “pré-seleção” dos comunistas que seguiram para o Araguaia. Colocou-se à disposição da luta armada, porém não foi “escolhido”.

Ao ser indagado sobre o quanto e como o desaparecimento dos irmãos e da cunhada, no Araguaia, provocou mudanças na vida de sua família, sua resposta é franca e taxativa: “Ah! Mudou, mudou muito!”<sup>210</sup>.

Constata-se, então, que as maiores modificações tenham sido provocadas pela transformação em seus pais, pois a vida da família, obviamente, modificou-se com o episódio dos filhos desaparecidos. Uma das modificações refere-se à própria busca por eles, porque à determinada altura já não havia mais limitação para buscar por notícias dos desaparecidos. Tanto empenho trouxe consequências. Desta forma, a vida de outrora, na qual desempenhavam o papel de um casal comum de comerciantes, sofreu uma mudança radical: eles então tinham se transformado no “casal símbolo” entre os familiares de desaparecidos do Araguaia e em tudo o que isso implica. Por isso, conseqüentemente, mudaram o comportamento, ou seja, passaram a sair de casa em buscas dos filhos desaparecidos e a ocupar o espaço público para protestar. A partir das inúmeras iniciativas tomadas após o desaparecimento dos filhos (mencionadas na parte três deste trabalho). Aldo, por seu turno, expressa que a maior transformação ocorrida na família com os desaparecimentos foi do comprometimento da saúde de seus pais;

Houve sim... Até na saúde. Minha mãe morreu praticamente num movimento desses na Praça Tiradentes. Ela tinha problema no fígado, e começou a passar mal lá. Tem até uma foto dela sentada na escada... 86. Aí passou mal, no dia seguinte ela foi internada e morreu. Meu pai deu o primeiro infarto na Caravana lá no Araguaia, em 80. Deu infarto leve, ele se sentiu mal, mas a partir daí complicou a vida dele (...).<sup>211</sup>

O uso do advérbio até, com a conotação de *inclusive*, expressa o quanto as transformações ocorridas na vida da sua família foram amplas.

---

<sup>210</sup> Depoimento de Aldo Creder Correa concedido à Deusa Maria Sousa, no Rio de Janeiro, em 08/07/2008.

<sup>211</sup> Ibid.

Tão ampla e generalizada que inclusive a “saúde” da família ficou debilitada. Nota-se também que ele percebe que o comprometimento da saúde física dos pais esteve intrinsecamente ligado aos fatores emocionais aos quais o casal foi submetido. Aliás, seu relato denota uma conexão entre a doença do pai e da mãe e o local onde elas se manifestaram (durante a primeira Caravana e no protesto na Praça Tiradentes, respectivamente).

Dois momentos ocorridos em lugares onde a emoção e a dor da perda estiveram marcadamente presentes. Na Praça, onde o exercício da distribuição dos panfletos tentava sensibilizar os transeuntes para as tragédias pessoais na qual estavam envoltos e, ao mesmo tempo, denunciar o que poucos sabiam, à época. Às vezes, certamente, era mais que sensibilizar e denunciar, aquela manifestação era o momento no qual “se podia” externar, publicamente, o luto, a perda permanente. Luto e perda vividos/sentidos durante toda a semana no aconchego dos lares que, uma vez tornados públicos, incorriam, talvez, em toda sorte de palavras por parte da sociedade – tanto de apoio como de rechaços/críticas/zombaria pela opção dos/as filhos/as militantes e até mesmo da própria luta daquelas mães. Já no local onde ocorreu o desaparecimento, no Araguaia, a dor da perda foi vivenciada e defrontada com a imensidão e inospitalidade do lugar. Foi um luto vivido na imensa solidão das matas de um lugar chamado Araguaia - local onde se passou o conflito. Lá, onde o silêncio mantinha/mantém em segredo a história dos seus. E nem a dor, nem os corações em luto e nem a saudade, nada poderia modificar esta história. Diante disso e, seguramente, de outros sentimentos impossíveis de serem descritos por outrem, para aquele pai, segundo o próprio filho, a dor/emoção foi demasiadamente forte - afirmou Aldo. E o coração do seu pai bateu no mesmo ritmo dessa dor – forte demais.

### 5.1.2 Saulo Garlippe: o militante político

**Figura 25** - Família Saulo Garlippe. Saulo ao centro e Luiza Augusta Garlippe com criança menor no colo.



**Fonte:** acervo pessoal da família de Saulo Garlippe.

Saulo, assim como muitos outros militantes, entrou para a militância política no PCdoB através da irmã desaparecida no Araguaia, Luiza Augusta Garlippe, a *Tuca*, em 1970. Sendo oito anos mais jovem do que Luiza e órfão de mãe aos dois anos de idade, teve na irmã o papel da mãe que lhe faltou. Com o falecimento do pai, aos 19 anos de idade, resolveu mudar de Santo André para São Paulo para ir “viver” com a irmã. Na realidade, ao chegar à capital paulista, compreendeu o interesse da irmã em “educá-lo”, dando-lhe livros de Jorge Amado entre outros conhecidos autores comunistas. Contudo, não residiu com a irmã e acabou morando em várias repúblicas de estudantes. Mesmo morando em outro lugar, ele acompanhava de perto a frequente mudança de endereço de Luiza. Como Luiza já havia lhe revelado sobre sua militância política, logo percebeu que irmã estava se escondendo e que se preparava para algo.

Luiza Garlippe, por sua vez, formou-se em enfermagem pela USP, em 1964, tinha, como já foi dito, uma profissão considerada pelo Partido como estratégica para servir no Araguaia e namorava outro desaparecido, Pedro Alexandrino, que foi preso e barbaramente torturado pelo DOPS.

No ano de 1970, Pedro Alexandrino e Luiza viveram juntos na periferia de São Paulo para se esconderem dos órgãos repressores do regime. Foi naquela ocasião que a irmã, junto com o namorado, confessou a Saulo que faria uma viagem, dizendo: “então você diz para a família que fui fazer outro trabalho lá no norte, e que eu vou ficar muito tempo lá e que não existe correio, então eu vou ficar sem comunicação”<sup>212</sup>.

Apenas uma carta enviada por Luiza, em 1972, deu a entender como ela vivia. Depois daquela missiva a Saulo, passou-se um longo período sem que houvesse uma notícia precisa acerca do destino de Luiza e de Pedro Alexandrino. E mesmo militando organicamente no PCdoB, Saulo não obteve qualquer privilégio de informação sobre os acontecimentos do Araguaia. Era a política do sigilo absoluto mantida pelo Partido, pois, segundo ele, “o Partido escondia tudo, não dizia nada... A gente ouvia muito a Rádio Tirana, da Albânia, que falava sobre a Guerrilha, comentava sobre isso. Então a gente recebia essas notícias internacionais, mais através do rádio do que pelo Partido”<sup>213</sup>.

A realidade de completo obscurantismo sobre o destino de Luiza perdurou por três anos na família Garlippe. Em 1973, Saulo foi procurado por um militante do PCdoB que revelou que Luiza havia morrido durante o conflito. Embora preparado teórica e conscientemente sobre as consequências envolvendo os conflitos armados, Saulo desabafou: “A gente... à primeira vista você reage com coragem. Depois que passa a adrenalina...Nossa!”<sup>214</sup>. São situações que refletem o viver “na fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável...”<sup>215</sup>.

Embora ciente do que ocorrera com a irmã, não teve coragem, nem forças para revelar o destino de Luiza à família e, por isso, guardou para si a “verdade” até 1977, ou seja, ao longo do período (quatro anos) em que viveu na clandestinidade. Findo o período da clandestinidade, chegava, enfim, o momento de rever a família, reencontrar-se com o passado, revelar o que ocorrera com a irmã. Confessar para a família o final trágico da jovem Luiza não se revelou tão difícil quanto foi convencer, sobretudo os irmãos, de que *Tuca* havia morrido no

---

<sup>212</sup> Depoimento de Saulo Garlippe concedido à Deusa Maria de Sousa, em 01/07/2008, em Santo André.

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Depoimento de Saulo Garlippe concedido à Deusa Maria de Sousa, em 01/07/2008, em Santo André.

<sup>215</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 06.



Araguaia. Segundo relata Saulo, “o que mais sentiu depois foi o Armando e o Adilson. O Armando, depois, ele virou um porta-voz, ele dava entrevista em jornal, ele falava e ele ia atrás... Aí, um dia ele me liga: ‘Paulo, compra a *Playboy* de dezembro de 2006 e tem uma entrevista aí do Curió’. Aí, ele queria ir lá e matar esse cara”<sup>216</sup>, pois Curió admitiu, na referida reportagem, ter combatido e matado guerrilheiros.

Em relação à sua militância política, após seu retorno da clandestinidade, Saulo continuou sendo militante do PCdoB até 1980, ano em que saiu do Partido e ingressou em um novo partido, o PT, Partido dos Trabalhadores, onde militava quando concedeu esta entrevista.

Quanto à sua vida profissional, indagado sobre a mesma, respondeu rapidamente: assessor político. Percebe-se, então, que a influência política exercida por Luiza perdura em Saulo.

E ainda no que diz respeito ao Araguaia, agora mais maduro, desmistificando o limo da ignorância acerca do conflito do Araguaia, Saulo esboça um sorriso franco ao falar que as novas gerações da família Garlippe demonstraram carinho e orgulho pelo exemplo de Luiza.

Para Saulo a maior transformação ocorrida em sua família, e assumida pelas novas gerações, foi o advento do espírito de criticidade, pois, segundo ele, “olha, desses meus irmãos, sim. Porque eles viraram muito críticos da situação política. E aí a gente vai acompanhando por estar junto nessa situação política”<sup>217</sup>. Ressalta ainda, orgulhosamente, que há o reconhecimento do valor da irmã desaparecida e que seus sobrinhos, por consequência, tornaram-se bons oradores e defensores da luta de Luiza Garlippe. Segundo ele,

Em Araraquara houve muita manifestação de pessoas da cidade, principalmente do prefeito. Por exemplo, inauguraram uma rua com o nome dela. Por quê? Aí vem a história... Inaugurou um memorial junto comigo. Eu vou para lá e meus irmãos juntos, eu levo a família junto. Inaugurou a sala da juventude com nome dela. Sim, na última vez, foi inaugurada essa casa da juventude e colocaram o nome dela. E eu não tinha como

---

<sup>216</sup> Depoimento de Saulo Garlippe concedido à Deusa Maria de Sousa, em 01/07/2008, em Santo André.

<sup>217</sup> Idem.

sair daqui. Era uma sexta feira de tarde. Aí eu telefonei para o meu sobrinho, o Vítor. Ele tem 20 e poucos anos. Ele é filho do Adilson. Falei: “Vitor, seu tio não pode ir, mas eu quero que vá um jovem representar aí, porque é uma casa de jovem, dá para você falar em meu nome, em nome da família”. Ele falou: “Pode deixar, tio”<sup>218</sup>.

Para Saulo, o reconhecimento e espírito crítico adquiridos a partir do conhecimento da morte de Luiza foi a maior transformação e legado na e para a vida dos familiares dele. Reconhecidamente confessa que, graças aos ensinamentos da *Tuca* (Luiza), fez o que mais sabe fazer profissionalmente: política – há 37 anos.

## 5.2 Os simpatizantes

Como é sabido, dentro de uma sociedade, grupo, família... não existe um consenso e/ou gosto, ideologia único/a. Da mesma forma, dentro dos grupos formados para a busca dos familiares, havia sujeitos politicamente engajados, politicamente atuantes, militantes... Assim como, obviamente, sujeitos sem engajamento político. Neste último caso, em particular, sabe-se que havia muitos familiares que não eram militantes de entidades civis de direitos humanos, tampouco de qualquer partido político, mas que mantiveram, por décadas, uma boa relação com o PCdoB. São os chamados simpatizantes. Simpatizam com a(s) ideologias do Partido e, por isso, alguns até contribuem financeiramente para a manutenção do Partido quando são solicitados. Além disso, votam frequentemente nos candidatos do Partido. Como exemplos de cidadãos inseridos nessa categoria, pode-se citar: Helena Bronca, Dalmo Ribeiro Ribas, Lino Brum, entre outros.

Ora, analisando toda essa questão de sujeitos políticos ou não e as transformações ocorridas na vida dos familiares dos desaparecidos, chega-se a conclusão de que a proximidade ou simpatia pelo Partido assim como a, aparente, criticidade política nas novas gerações – parentes em maior ou menor grau – dos desaparecidos também foi uma transformação ocorrida na vida do familiar e/ou “legado” deixado pelos militantes desaparecidos. Aspecto que me leva a considerar, portanto, que, de fato, essa ‘aproximação’ com o/a político/a é uma das muitas

---

<sup>218</sup> Ibid.

outras transformações processadas com o desaparecimento no e na vida desses familiares.

### 5.2.1 Djalma Conceição de Oliveira: o dirigente comunista

**Figura 26** - Dinalva Oliveira Teixeira.



**Fonte:** Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Jornal/gtnm\\_67/pg05.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Jornal/gtnm_67/pg05.html)>. Acesso em 22 out. 2011.

Se, por um lado, como comentado acima, houve aqueles sujeitos não engajados e/ou pouco engajados politicamente envolvidos na questão dos militantes desaparecidos, também houve, entre os familiares, por outro lado, aqueles que intensificaram sua militância político-partidária após o desaparecimento do familiar. Djalma Oliveira Teixeira é um caso símbolo.

Nascido no interior da Bahia, ele migrou para o Rio de Janeiro, ainda muito jovem, para trabalhar. Estudou pouco, só até o antigo primário. No seio familiar, teve um contato muito próximo com a irmã desaparecida, Dinalva Oliveira Teixeira, a *Dina* do Araguaia, mas eles só se viam poucos meses por ano, pois a convivência só se dava quando a irmã, Dinalva, vinha de Salvador, onde estudava o antigo Científico, para passar férias na pequena fazenda, no interior da Bahia, na qual vivia a família.

Mesmo vivendo no Rio de Janeiro, Djalma não tinha qualquer militância política. Mantinha, contudo, simpatia por João Goulart e antipatia por Calos Lacerda. Devido à ausência dessa militância, quando

houve a deflagração do Golpe Militar de 1964, mesmo vivendo no Rio de Janeiro há um ano, não participou, nem se envolveu com qualquer atividade política. Segundo ele, na época do Golpe, ele não entendia bem o que estava ocorrendo, mas confessou ter presenciado alguns atos no centro do Rio. Ainda segundo ele, “quando deu o Golpe foi uma surpresa, eu até visitei a cidade de bicicleta. Eu passei de bicicleta na Avenida Presidente Vargas onde estavam as barricadas, onde quebraram, onde teve o quebra-quebra aqui no centro...”<sup>219</sup>.

Em 1969, momento em que Dinalva já estava formada em Geologia pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e casada com Antônio Carlos Monteiro Teixeira (geólogo baiano e também desaparecido político do Araguaia), as conversas entre eles demonstravam um conhecimento crítico e político além do que era comum e permitido à época. Foi naquela ocasião que Djalma desconfiou que a irmã e o cunhado tivessem uma militância em alguma organização política de esquerda. Naquele mesmo ano, depois que os três (Djalma, Antônio e Dinalva) retornaram para viver no Rio de Janeiro, deu-se a sua proximidade e filiação ao Partido. E, ainda durante aquele ano, Dinalva e Antônio passaram a ser procurados pelo DOPS no local de trabalho de ambos, no Ministério das Minas e Energia.

A partir de então, eles (Dinalva e Antônio) tiveram uma saída apressada, sem muitas explicações para a família, que acreditou na versão dada pelo casal, exceto Djalma que, conhecedor das atividades políticas desenvolvidas pela irmã e cunhado, compreendeu que a “viagem de trabalho” se tratava de uma fuga. Depois da saída de Antônio e Dina, Djalma recebeu duas cartas dando notícias, e que foram entregues a ele pelo Partido, mais especificamente por Lincoln Bicalho Roque<sup>220</sup>.

<sup>219</sup> Depoimento de Djalma Conceição de Oliveira à Deusa Maria de Sousa, na cidade do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2008.

<sup>220</sup> “Lincoln Bicalho Roque foi aprovado em todas as faculdades de medicina do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade Nacional de Medicina. Após esse ano, trancou a matrícula, passando a cursar Sociologia também na Faculdade Nacional. Formou-se sociólogo em 1967, quando foi contratado como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Em abril de 1968, por suas atividades políticas, foi compulsoriamente aposentado. (...). Antes de passar à clandestinidade, foi preso várias vezes. Participou do Programa Nacional de Alfabetização e integrou o Comitê Estadual e o Comitê Central do PCdoBrasil. Lincoln desapareceu em 13 de março de 1973. De imediato, a família percorreu os órgãos policiais à procura de informações. Após uma incansável busca, pediram ajuda à CNBB. Em 21 de março divulgou-se a notícia de que Lincoln fora morto ao resistir à prisão em um choque armado no Campo de São Cristóvão. Após sucessivas idas e vindas ao Ministério do Exército, informaram que o corpo poderia ser encontrado no IML. In: Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=157>>. Acesso em: 06 nov. 2011.

Não havia nada de muito específico nas cartas, nela Dina dizia aos pais que estava trabalhando muito e que estava gorda (sinônimo de saudável para o entendimento das pessoas daquela região, à época), o que deixou a mãe feliz, e Dina ainda afirmava: “em breve nós vamos juntar as nossas gorduras...” (risos). Era uma carta feliz, uma carta normal...”<sup>221</sup>. Depois da última carta, momento que se deu o início da Guerrilha (abril de 1972), Djalma foi avisado que não mais receberia correspondências. Naquele período também houve a prisão dele e de outra irmã, menor de idade na época, em locais e momentos diferentes, pois os agentes dos repressores, “eles queriam saber da Dina, qual a convivência dela aqui, quem eram as pessoas... Logo de cara eles me disseram que ela era assassina, que tinha matado gente não sei onde, que ela era terrorista...”<sup>222</sup>.

Djalma, segundo ele, não sofreu violência física, nos dois dias que ficou preso na Base da Aeronáutica, porém, “a tortura foi psicológica, ameaça... Eu não tinha “militância”, eles não tinham do que me acusar...”.

Com as quedas das direções e dirigentes comunistas, nos grandes centros do país naquele período, a “militância” de Djalma arrefeceu-se e ele entendeu que aquelas ações dos aparelhos repressivos do regime objetivavam “cercar o partido nas capitais, cortar esse contato da Guerrilha com o Partido aqui... (RJ)”<sup>223</sup>. Naquele período, noticiavam-se os processos contra os opositores do Regime. Djalma sabia que a irmã era inimiga da ditadura brasileira e confessou: “eu acompanhei muitas notícias nos jornais, na época, o *Jornal do Brasil* publicava muitas notícias de perseguições e prisões de jovens... A Dina estava sendo processada à revelia...”<sup>224</sup>.

Em 1979, com o advento da Anistia, Djalma, informado pela família de Aldo Creder, teve conhecimento do que houve no Araguaia e da carnificina em que culminou o conflito. Sem militância no Partido, nem contato com ninguém, ele pouco soube sobre a incursão do Araguaia, pois, segundo ele, “de 72 a 79 eu fiquei sem contato com o Partido... Às moscas...”<sup>225</sup>. Naquele ínterim Djalma participou das primeiras iniciativas em torno das descobertas do Araguaia e “minha

---

<sup>221</sup> Depoimento de Djalma Conceição de Oliveira à Deusa Maria de Sousa, na cidade do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2008.

<sup>222</sup> Idem

<sup>223</sup> Ibid.

<sup>224</sup> Ibid.

<sup>225</sup> Ibid.

mãe foi várias vezes em reuniões de CBA comigo, foi ao Congresso da Bahia, em Salvador, comigo. No segundo Congresso...”<sup>226</sup>.

Indagado sobre a opção da irmã pela luta armada e a posição de sua família sobre o tema, Djalma deixa transparecer uma postura de militante comunista, pois seu relato foi tomado de assalto pela posição adotada pelo Partido, posterior ao intento, ou seja, cedeu lugar ao que se chamou de institucionalidade do discurso, do lugar de onde se fala, como destacou Pierre Nora<sup>227</sup>. Evidencia-se, ainda, na fala de Djalma, indícios da posição assumida pelo Partido para aplainar as divergências de opinião suscitadas entre os familiares de desaparecidos políticos acerca do conflito do Araguaia. Essas divergências, entre outros aspectos, giravam em torno dos que culpavam e dos que absolviam o Partido pelo fim trágico dos combatentes. Segundo Djalma, portanto,

A maioria das pessoas teve orgulho da postura heroica, valente de seus filhos. Agora, alguns deles, algumas famílias contestavam, tentaram botar a responsabilidade disso aí em cima do PCdoB. Isso foi falta de informação, falta de conhecimento político querer culpar o PCdoB por isso. Isso foram os milicos que disseram: “Foi o PCdoB o responsável”. Até hoje dizem isso, entendeu? Isso algumas famílias... Minha mãe mesmo tinha pulga atrás da orelha, tinha essa critica o seu Edgar, pai do Aldo também tinha, mas, às vezes, tinha, outras não. O pessoal não tinha a quem culpar, não tinha como agredir alguém que era culpado, então procurava um culpado mais fácil que era o PCdoB. Alguns tiveram essa atitude...”<sup>228</sup>

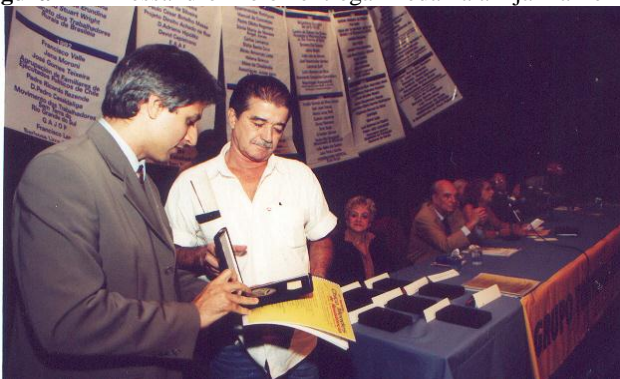
---

<sup>226</sup> Ibid.

<sup>227</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, pp. 07-28.

<sup>228</sup> Depoimento de Djalma Conceição de Oliveira à Deusa Maria de Sousa, na cidade do Rio de Janeiro.

**Figura 27** - Alessandro Molon entrega medalha a Djalma Teixeira.<sup>229</sup>



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=186>>. Acesso em 07 nov. 2009.

### 5.2.2 A Guerrilha no Partido

O assunto ‘Guerrilha do Araguaia’ nunca foi de fácil discussão pelos dirigentes do PCdoB desde o planejamento. Venceu o grupo que acreditava que o Brasil possuía condições ideais para a deflagração da experiência baseada na Revolução Chinesa, uma guerrilha que sairia do campo para a tomada da cidade, dirigida pelo Partido em condições semelhantes à China da época, ou seja, dificuldade de acesso e de mobilidades no Brasil da década de 1960. Assim, segundo acreditavam, “a reação não pode concentrar-se em toda a parte e o terreno conhecido pelos camponeses, em geral é desconhecido para ela”<sup>230</sup> e que “segundo tudo indica, no campo surgirão os primeiros focos de resistência aos inimigos do povo”. Pauta polêmica, que exigiu muita atenção e recursos financeiros angariados pelo Partido mundo afora, e que não teve sua avaliação crítica interna feita pelos dirigentes do CC – Comitê Central, alguns deles, inclusive, participantes da Guerrilha do Araguaia: João Amazona, Maurício Grabois, Elza Monerat, Ângelo Arroyo.

Em 1973, foi morto o dirigente comunista Maurício Grabois nas matas do Araguaia e, no ano seguinte, 1974, a Guerrilha foi marcada por intenso ataque das forças oficiais, culminando com o final do conflito.

<sup>229</sup> “Na foto, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado do Partido dos Trabalhadores, Alessandro Molon, entrega a Medalha ao irmão de Dinalva Teixeira, Djalma Teixeira”, em julho de 2008.

<sup>231</sup> “O Golpe Militar e seus Ensinamentos, de agosto de 1964”. In: POMAR, Wladimir. **Araguaia: O Partido e a guerrilha**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980, p. 79.

Mesmo sob fervorosa crítica aos erros e acertos, os dirigentes comunistas, inclusive Pedro Pomar, que se sabia ser contrário à experiência do Araguaia, preparavam-se para fazer a avaliação interna do intento do Araguaia. Tal processo foi interrompido à bala de fuzil pelos órgãos repressores do regime ditatorial, no episódio que entrou para a história como Chacina da Lapa, no qual praticamente toda a direção do Partido saiu presa, ou morta<sup>231</sup>. O ato fatídico sufocou e adiou a discussão mais calorosa acerca do Araguaia. Mas, por outro lado, houve muitas discussões, posteriormente ao acontecimento da Lapa, sobretudo durante o 6º Congresso do Partido, onde ficaram claras as demarcações de terrenos que culminaram em cisões, desligamentos e fissuras no PCdoB<sup>232</sup>. Contudo, superadas às divergências e cisões, o partido optou “por assimilar a experiência internamente, depurando-a dos pontos problemáticos e valorizando a ação do Partido. A ênfase, portanto, passou a ser dada à bravura daqueles que optaram por enfrentar o desafio de tornarem-se guerrilheiros em condições difíceis e à ousadia do enfrentamento com a ditadura militar. (...)”<sup>233</sup>. Postura ainda utilizada e reproduzida pelo PCdoB através de seus órgãos midiáticos, periódicos e publicações sobre o tema e sobre os guerrilheiros. Postura também esta observada na narrativa de Djalma Oliveira. Não quero com isso, contudo, afirmar que o discurso de Djalma é uma reprodução do discurso do Partido.

Ainda em relação a estas publicações, nota-se que as falas e dramas vividos pelos familiares pouco aparecem. Seja porque a racionalidade política respaldada por ideologias de um determinado grupo vê apenas um lado da questão; seja porque expor de forma mais ampla os dois lados da questão em uma mesma página requer um estudo, uma análise complexa e, sem sombra de dúvida, controversa.

<sup>231</sup> “Quatro dirigentes mortos: Carlos Nicolau Danielli (14/09/1929-31/12/1972); Lincoln Bicalho Roque (25/05/1945 -13/03/1973); Lincoln Cordeiro Oest (17/06/1907- 04/1/1973) e Luiz Guilhaudini (1/06/1920-4/1/1973). Quatro membros do Comitê Central do PCdoB foram mortos pela repressão entre dezembro de 1972 e março de 1973, após a prisão de um dirigente regional do Espírito Santo: Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhaudini e Lincoln Bicalho Roque. As versões oficiais, divulgadas pela imprensa, foram praticamente as mesmas: tiroteio, após tentativa de fuga. E ainda: “Pouco antes das 7h, dezenas de soldados, oficiais do Exército e policiais invadiram o aparelho da Rua Pio XI e assassinaram a tiros os dois dirigentes (...). Pedro Pomar, ex-deputado federal, 63 anos, nascido em Óbidos, no Pará; e Ângelo Arroyo, paulistano, operário metalúrgico, 48 anos.(...)”. In: MIRANDA, Nilmário TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo** – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999, p. 198.

<sup>232</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 182.

<sup>233</sup> Ibid.



### 5.2.3 Bete, Laura, Lorena, Victória, Dalmo: fora do Partido, dentro da luta!

A militância orgânica no PCdoB (como já foi dito anteriormente) foi observada entre vários familiares, sobretudo no período ditatorial, antes do conflito do Araguaia ter se iniciado. Constata-se que, na maioria dos casos aqui analisados, os desaparecidos tinham maior militância orgânica no Partido do que os próprios familiares – ressalva-se faz a poucos casos, nos quais os familiares que não ingressaram no Araguaia tinham maior militância e comprometimento com a organização comunista do que o parente desaparecido. Podemos citar, para exemplificar (no caso de familiares com maior militância política que o parente desaparecido) dois casos: José Dalmo Ribeiros Ribas, irmão do desaparecido Antônio Guilherme Ribeiro Ribas<sup>234</sup> e Elizabeth Silveira e Silva, irmã do desaparecido Luiz René Silveira e Silva<sup>235</sup>.

Os dois casos acima citados são emblemáticos para ratificar os fatores que contribuíram para a ida de alguns militantes (ainda muito jovens ou inexperientes para região do Araguaia): a perseguição do DOPS, relação parental (irmão/irmã, namorado/a ou companheiro/a de um militante mais experiente que estava em risco) e a habilitação profissional em área de saúde e educação, que favoreceram a proximidade dos militantes com a carente população do local onde ocorreu o conflito.

O caso do irmão desaparecido de José Dalmo Ribas, o Guilherme Ribas, enquadra-se no caso de perseguição dos órgãos repressores do regime. Dalmo, naquela época, desenvolvia papel importante e estratégico no Partido, auxiliava no processo de recrutamento e “escolha” dos militantes aptos para o intento armado, pois, segundo ele, “depois de 68 as coisas ficaram mais difíceis. Mas em 68 eu já

---

<sup>234</sup> Nasceu em 20 de setembro de 1946, em São Paulo, filho de Walter Pinto Ribas e Benedita de Araújo Ribas. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, desde 1973. Estudante do 3º ano colegial do Colégio Estadual Basílio Machado e presidente da UPES. Foi condenado pela 2ª Auditoria de Justiça Militar de São Paulo a um ano e seis meses de prisão. Cumpriu pena até 1970 e, posteriormente, mudou-se para a região do Gamelaire, no Araguaia. Foi visto pela última vez no natal de 1973. Texto adaptado. Disponível em: <<http://www.torturanunca.maisrj.org.br/md.asp?Refresh=2011012103161169377574&tipo=0>>. Acesso em 05 set. 2011.

<sup>235</sup> Nascido a 15 de julho de 1951, na cidade do Rio de Janeiro, filho de René de Oliveira e Silva e Lulita Silveira e Silva. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia aos 23 anos. Coursou o primário e o secundário no Instituto La Fayette. Em 1970, ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, abandonando o curso no ano seguinte. Contava apenas 19 anos quando tomou a decisão de ir para o Araguaia. Disponível em: <<http://www.torturanunca.maisrj.org.br/md.asp?Refresh=2011012103161169377574&tipo=0>>. Acesso em: 05 set. 2011.

trabalhava como... Já era um formador de partido”<sup>236</sup>. Sua tarefa consistia na busca daqueles militantes que se enquadravam nos requisitos do Partido. Havia muitos critérios, porém, segundo ele, “olha, havia dois critérios primordiais. Primeiro a disponibilidade da pessoa. A pessoa manifestar o desejo! Agora não bastava manifestar o desejo... Para a pessoa participar na quarta tarefa você é cooptado”<sup>237</sup>.

Sem formação na área da saúde, porém imensamente visado pela polícia repressiva do regime ditatorial da época, o irmão de Dalmo, Guilherme, encaixa-se no critério de risco de permanecer nos grandes centros, como justificou Dalmo: “sobre o significado que tinha aquilo, lembrei que ele tinha passado por uma ação prolongada de prisão e se ele sabia e vetava essa decisão, o risco e a gente comentou como seria mais garantido estar na guerrilha do que estar em São Paulo circulando”<sup>238</sup>.

Após a saída do irmão para a Guerrilha, e o início da Guerrilha em 1972, Dalmo caiu na clandestinidade e foi orientado pelo Partido a se dispersar, pois a segurança de todos estava em risco iminente. Até 1974, ainda permaneceu ligado ao Partido, momento em que se desvincilhou e se ligou a outra sigla comunista, o PRC: Partido Revolucionário Comunista. Depois disso, não teve uma militância partidária, porém participou, na condição de um membro familiar, das primeiras iniciativas em torno da interpelação judicial acerca dos desaparecidos no Araguaia.

Finda toda a repressão política daquele período e da militância, as transformações ocorridas ao longo da vida pessoal de Dalmo foram: a necessidade de buscar por respostas; a diminuição do peso da culpa que carregou/a por se considerar responsável pelo recrutamento de pessoas “para a morte”. Nas palavras dele, o recrutamento dessas pessoas “pesou durante muito tempo, e eu tinha uma espécie de vergonha, uma dor moral muito forte que, por vezes, me fazia pensar assim: ‘poxa, poderia ter sido eu um dos mortos e talvez isso doesse menos’”<sup>239</sup>.

A dor moral à qual se refere Dalmo era dele para com ele mesmo, pois, segundo ele, no seio familiar, nunca houve uma responsabilização imputada a ele pelos rumos que levaram Guilherme à morte.

Laura Petit, outra ex-militante do Partido e irmã de Maria Lúcia, Jaime e Lúcio Petit, também sentiu o peso da “culpa” de não ter impedido os três irmãos de irem para o Araguaia. Pela fala de Laura,

<sup>236</sup> Depoimento de José Dalmo concedida à Deusa Maria, em 30/06/2008, em São Paulo.

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> Ibid.

<sup>239</sup> Depoimento de José Dalmo concedida à Deusa Maria, em 30/06/2008, em São Paulo.

percebe-se que pesou sobre si, a vida inteira, assistir ao sofrimento da mãe e manter acesa nela a esperança de que os filhos iriam retomar, enquanto convivia com a verdade – o “segredo” de já saber da morte dos irmãos. Além disso, o peso da culpa, ainda no caso de Laura Petit, às vezes era suscitado por situações externas, pois, certa vez, por exemplo, Laura ouviu da mãe:

‘Olha, se você sabia, por que deixou a sua irmã mais nova ir?’. Eu falei: ‘Mãe, eu não ia segurá-la...’. E eu fiquei com aquilo, sabe? Como se eu fosse culpada... A Criméia disse uma vez muito claramente que a gente não deve ter sentimento de culpa, por que a culpada foi a ditadura, foram os militares, foi o regime arbitrário, a violência deles... Eles eram jovens, se dispuseram a melhorar o país, eram corajosos....<sup>240</sup>

A culpa, sentimento muitas vezes utilizado como arma pelos órgãos sensoriais dos regimes repressores na América Latina para responsabilização dos familiares pelos “descaminhos” dos parentes, foi sentida e ressentida, (res)significada em muitas famílias.

Lorena Moroni Girão Barroso, irmã da desaparecida Jana Moroni Girão Barroso, relata também a última vez que esteve com a irmã desaparecida quando, aos nove anos de idade e a irmã com dezoito, foi colocado sobre seus ombros o pedido para que dissuadisse a irmã de sair de casa para a clandestinidade: “Aí ela (Jana) chamou meus pais no quarto, aí eu lembro que minha mãe ficou lá dentro com ela chorando, meu pai saiu e veio falar comigo, que a Jana ia embora, era para eu ir lá tentar falar com ela e convencê-la a ficar. Eu não entendi nada. Embora como?”<sup>241</sup>

Lorena, assim como os outros familiares de desaparecidos políticos, nada pode fazer para impedir a empreitada assumida pelos desaparecidos. Talvez, por isso, a data da despedida tenha ficado tão marcada de diversas formas na memória dos familiares, visto que aquela foi a última oportunidade/chance que tiveram para mudar as histórias de suas vidas e, conseqüentemente, a dos/as filhos/as, irmão/ã e nada puderam fazer.

<sup>240</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedido à Deusa Maria de Sousa, em São Paulo, no dia 26/06/2008.

<sup>241</sup> Depoimento de Lorena Moroni Girão Barroso concedido à Deusa Maria de Sousa, no Rio de Janeiro em 04/07/2008.

No caso de Lorena, em particular, pois foge um pouco da questão da culpa, percebe-se o sofrimento dela ao (re)lembrar a sequência de fatos envolvendo o ocorrido. Embora seja relativamente jovem, a memória dela, porém, prega-lhe algumas peças e, por isso, reconheceu: “Eu tenho muita dificuldade de guardar as datas e as histórias. Acho que é uma defesa que eu acabei construindo, até os lugares por onde ela passou...”<sup>242</sup>. Esse fato, contudo, não prejudicou o desenrolar da entrevista. Tanto é verdade que, quando questionada acerca das muitas mudanças e/ou alterações provocadas pelo desaparecimento da irmã, ela desabafou: “Não vou dizer que ela (a mãe delas) abandonou os outros filhos, a gente entendia o comportamento dela, mas na verdade aquele vínculo que deveria haver entre mãe e filhos, ele foi meio que diminuído... A tristeza também foi como se fosse proibido de ser feliz, alegre”<sup>243</sup>.

Neste contexto de culpa e sofrimento por ter feito e/ou deixado de fazer algo, está presente, portanto, outro rastro das transformações na e para a vida do familiar dos/as desaparecidos/as. Transformação está pesada – o peso da culpa – e que, por isso, embora não tenha ficado explícito nas falas dos entrevistados, deve ter tido suas outras consequências...

Contudo, no que se refere à culpa por não ter, de alguma forma, impedido a ida do/a desaparecido/a militante para o Araguaia, como seria possível para o familiar dissuadir o outro de não fugir de casa quando, na maioria dos casos, permanecer em casa ou na cidade significaria prisão com possibilidade de morte? Como convencer o outro a não ir?

Mas se porventura fosse possível convencê-los, como a situação deles estava complicada, qual era a escolha que lhes sobrava? O exílio?

Para os militantes comunistas tal possibilidade era distante, tida por alguns como covardia, pois a opção daqueles militantes mais orgânicos e combativos era pela resistência ao regime, ou seja, pela adesão à luta armada, como foi relatado por alguns dos familiares entrevistados, pois, por exemplo, “a *Nira* disse que ela não ia se exilar, que ela não era criminoso pra fugir. Que quem tinha que sair do país eram os militares e não ela. Que ela não tinha nada pra fugir. A gente respeitou”<sup>244</sup>.

---

<sup>242</sup> Ibid.

<sup>243</sup> Ibid.

<sup>244</sup> Depoimento de Helenalda de Souza Nazareth concedido à Deusa Maria de Sousa em, 26/06/2008, em São Paulo.

Ainda em relação à militância orgânica no PCdoB envolvendo os familiares, uma situação tripé (militância-família-partido) pode designar bem a história de Elizabeth Silveira e Silva, irmã do desaparecido Luiz René Silveira e Silva, e dos familiares de Victória Lavínia Grabois (esposa, irmã e filha de desaparecidos políticos do Araguaia). Assemelha-se muito também ao caso de Laura Petit da Silva, entre outros, pois as três depoentes foram militantes do PCdoB e se desligaram da militância partidária, entre outros motivos, devido ao ressentimento para com o Partido por causa da Guerrilha.

Elizabeth e Victória, a exemplo de uma parcela significativa dos entrevistados, tomaram conhecimento da ideologia comunista a partir da militância dos pais no antigo Partido Comunista do Brasil (cuja sigla era PCB), antes da cisão que deu origem a nova nomenclatura, em 1962, da qual é signatária o PCdoB. Ambas militavam e possuíam seus cônjuges entre os qualificados nomes do Partido à época.

No caso de Beth, o ressentimento em relação ao Partido reside na equivocada “escolha” por levar o irmão para o Araguaia, pois, segundo ela, ele (René) era muito jovem, com pouco tempo de militância e ainda no início do curso de medicina (tão importante para a preparação do intento). Portanto, relata ter dito ao irmão, para dissuadi-lo da incursão: “Por que ele não esperava para formar? Que ele estaria muito mais qualificado, mais preparado, para aí sim ir trabalhar no campo...”<sup>245</sup>.

Beth, assim como todos/as depoentes entrevistados/as enfatizaram o sofrimento dos pais, sobretudo das mães, que, naquele período, década de 1970, na maioria dos casos relatados, tinham sua rotina restrita aos cuidados da família e do lar. Constata-se, porém, que o choque entre os sentimentos familiares *versus* consciência político-partidária contribuiu significativamente para que esta parcela de familiares-militantes se afastasse do Partido. Percebe-se tal motivação nas falas muito recorrentes nas narrativas destes depoentes, afirmaram: “Eles (PCdoB) ficaram com uma perseguição muito grande da ditadura que havia. Depois teve a chacina da Lapa, sabe? Mas eu acho que faltou isso do Partido ter chegado às famílias...”<sup>246</sup>. Para esta parcela de familiares “enquanto os arquivos não forem abertos, enquanto o PCdoB não vier a público para discutir essa questão, para a gente entender direitinho o que

---

<sup>245</sup> Depoimento de Elizabeth Silveira e Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em 04/07/2008 no Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em São Paulo em 26/06/2008.

eles nunca fizeram. Nunca fizeram uma autocrítica...<sup>247</sup>, ou seja, “eu acho que é uma dívida que o Partido tem com as famílias...”<sup>248</sup>.

As posições críticas de Beth ao Partido culminaram, segundo ela, com a expulsão dela (e de outros familiares do Araguaia) por ter cobrado do Partido a responsabilidade acerca da tragédia dos mortos na Guerrilha. Assim, resume Beth: “na realidade, eu nem sei, eu fui expulsa, porque eu questionava tanto... E em toda reunião da célula eu dizia: ‘Quando é que o Partido vai fazer autocrítica?’ Então me disseram: Olha, companheira, não tem mais lugar para você”<sup>249</sup>.

Houve, porém, dentro do Partido, a postura da combatente do Araguaia e dirigente do PCdoB, Elza de Lima Monnerat<sup>250</sup>, que participou ativamente das reuniões de familiares que ocorreram em fins de 1970 e fez reconhecimento fotográfico dos desaparecidos. Contudo, segundo os familiares, apesar de sua presença, a postura assumida por Monnerat “começava a levantar a bandeira da guerrilha vitoriosa. Vitoriosa, como? Se ninguém sobrou vivo...”<sup>251</sup>. Talvez a identidade assumida por Elza naquele momento fosse fruto de sua orientação partidária.

**Figura 28** - Elza Monerat saindo da prisão



**Fonte:** Disponível em: <[http://www.grabois.org.br/portal/cdm/galeria.php?ides=sao=36&id\\_galeria=27](http://www.grabois.org.br/portal/cdm/galeria.php?ides=sao=36&id_galeria=27)>. Acesso em 22 out. 2011

<sup>247</sup> Depoimento de Elizabeth Silveira e Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em 04/07/2008 no Rio de Janeiro.

<sup>248</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em São Paulo em 26/06/2008.

<sup>249</sup> Depoimento de Elizabeth Silveira e Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em 04/07/2008 no Rio de Janeiro.

<sup>250</sup> Sobre Elza *vide* BERCHT, Verônica. **Coração vermelho**: a vida de Elza Monnerat. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

<sup>251</sup> Depoimento de Elizabeth Silveira e Silva concedido à Deusa Maria de Sousa em 04/07/2008 no Rio de Janeiro.

Independente dos motivos que levaram os familiares de desaparecidos – Elizabeth Silveira e Silva, Victória Lavínia Grabois e Laura Petit da Silva – a romper os laços com o Partido, o fato é que tal atitude também foi uma modalidade de transformação política e social processada pela drástica perda dos familiares. Muito embora tenham passado por essa transformação, o hábito de militar, lutar, brigar permaneceu vivo, porém agora com novas motivações, novos contornos, algumas vezes sem orientação partidária. Assim, muitas/os encontraram na militância dos Grupos de Direitos Humanos (GTNM de São Paulo e Rio de Janeiro) uma forma de canalizar suas dores, buscar ou continuar a luta de seus familiares, sobretudo os pais dos/as desaparecidos/as, que na maioria são falecidos. Por isso, consequentemente, foi perceptível, durante o processo da construção da entrevista, notar o quanto as vidas destas cinco depoentes (Laura, Lorena, Helenalda, Elizabeth e Victória) ainda se encontram imersas no universo da continuidade da luta pela elucidação dos fatos envolvidos nos desaparecimentos do Araguaia. Todas elas mantêm-se atentas a todos os “novos” fatos noticiados pela imprensa sobre as ações do governo e participam, sempre que possível, das comissões de familiares, junto ao governo, nas Caravanas ao Araguaia.

**Figura 29** - Victória Lavínia Grabois Olímpio



**Fonte:** Disponível em: <<http://josefranciscoartigos.blogspot.com/2011/10/decepcionada-com-o-pcdobolso-vitoria.htm>>. Acesso em 25 out. 2011.

Todas elas mantiveram (até o momento das entrevistas) suas profissões e dividiram seu tempo entre casa, trabalho e o GTNM. De certa maneira, estenderam a luta particular (iniciada pelos pais, em muitos casos) para a rua através do GTNM. Dispensam, em todos os

casos observados, mais tempo com o GTNM do que com os assuntos relacionados à vida particular. Algumas delas, como Beth e Victória, passaram a ser conhecidas e assumiram uma nova identidade política (não mais partidária) a partir de sua dedicação e combatividade junto aos trabalhos do Grupo que ajudaram a criar. Dão, assim, novas diretrizes às denúncias contra os crimes cometidos durante a ditadura e às violações de direitos humanos no presente. Neste contexto, pode-se dizer, então, que houve uma (res)significação da luta desse grupo militante para a implantação da “verdade” dos fatos sobre a violência e o julgamento dos envolvidos. Luta esta que ganhou o respeito, a admiração e notoriedade na sociedade brasileira e nos organismos internacionais nos quais são filiadas e signatárias.

### **5.3 A reconstrução da memória: rompendo tabus, extirpando silêncios!**

Os caminhos trilhados pelas novas gerações, sobretudo os que não conheceram o/a desaparecido/a, tem sido diversificado. As perguntas sem respostas, presentes no capítulo inicial deste trabalho, ainda persistem na vida dos familiares, sobretudo na vida dos mais jovens, que não tiveram um convívio com o familiar. Para estes/as a presença do familiar desaparecido foi vivida, sentida, “falada” a partir do pai, mãe, irmã e/ou através da reconstrução das memórias que a mídia, as esferas institucionais dos governos e o Partido fizeram acerca dele/as.

Durante o processo da construção das entrevistas, foi-me permitido ter acesso a ambientes privados e ver fotos dispostas em porta-retratos nas salas, quartos, novas reconfigurações familiares originadas diretamente, em alguns casos, por causa do desaparecimento do familiar, como é o caso de Victória Lavínia Grabois (que perdeu o marido Gilberto Olímpio Maria, no conflito Araguaia).

Em outros casos, os depoentes relataram que o sofrimento causado pela dor da perda provocou também prejuízo emocional na esfera privada. Laura Petit, por exemplo, admitiu que o sofrimento pela perda dos três irmãos no conflito do Araguaia contribui para o final do seu primeiro casamento. Segundo ela, o “ex-marido não aguentou a situação. Logo depois da morte da Maria Lucia (Petit), a gente ficou assim muito abalado. Abalou o relacionamento! Ele era militante do PCdoB... Eu fiquei muito fragilizada, estava na minha segunda gravidez, tive de fazer terapia. Em meados de 1976, ele não aguentou e saiu de



casa”<sup>252</sup>. Helenalda Resende Nazareth também narrou, de maneira semelhante, os acontecimentos que contribuíram para final do primeiro casamento de uma de suas irmãs<sup>253</sup>.

#### 5.4 Novos caminhos de busca com as novas gerações

Na metodologia de trabalho elaborada para esta pesquisa para a construção das entrevistas, dei ênfase, ao final do questionário, à maneira com que as novas gerações (filhos/as, sobrinhos/as, e netos/as dos/as desaparecidos/as políticos do Araguaia) têm trabalhado ou reconstruído as memórias, como eles (re)conhecem estas memórias, como dão (res)significações para elas, quais os sentimentos e/ou quais opiniões emitem acerca da opção do seu familiar desaparecido.

Alguns destes familiares da nova geração, na busca por “dizer” ou responder ao que ainda não foi respondido (nem pelo Partido, tampouco pelo Governo), buscaram em suas atividades profissionais dar vazão às indagações permanentes de suas vidas. Reconhecendo, admirando, enfatizando o exemplo do familiar (da geração anterior) do/a desaparecido/a, alguns destes familiares da nova geração emitem suas opiniões, prestam depoimentos quando “novidades” ou eventos que homenageiam seus familiares acontecem. Em um destes eventos, entre tantos outros que têm ocorrido nas últimas décadas, como, por exemplo, premiações de trabalhos realizados acerca das trajetórias dos desaparecidos do Araguaia, Alessandra Brum (que não foi entrevistada nesta pesquisa devido à sua agenda lotada), por exemplo, prestou homenagem ao tio desaparecido, Cilon Cunha Brum, enviando mensagem por e-mail, por alusão ao prêmio Resgate histórico de Jornalismo, realizado pelo MJDH/RS<sup>254</sup> (Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul), em dezembro de 2003, em Porto Alegre, conforme pode-se ler a seguir:

---

<sup>252</sup> Depoimento de Laura Petit da Silva concedido à Deusa Maria de Sousa, em São Paulo, em 26/06/2008.

<sup>253</sup> Depoimento de Helenalda de Souza Nazareth concedido à Deusa Maria de Sousa, em 26/06/2008, em São Paulo.

<sup>254</sup> A 20ª edição do Prêmio Anual de Resgate Histórico, promovido pelo MJDH/RS, teve como vencedoras a jornalista do programa *Via Legal*, da TV Justiça, Vera Carpes, primeira colocada em TV, na qual faz uma reportagem da trajetória de três gaúchos na região do Araguaia: Paulo Mendes Rodrigues, Cilon Cunha Brum e João Carlos Haas Sobrinho, e Anelice Bolzan, primeiro lugar em rádio. Disponível em: <[www.vermelho.org.br/diario/2003/1218/1218gveerilha\\_premios.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2003/1218/1218gveerilha_premios.asp)> Acesso em: 18 jan. 2003.

Querida mãe,

Fiquei muito contente e emocionada ao saber que os familiares dos gaúchos mortos na Guerrilha do Araguaia foram escolhidos como destaque do ano de 2003 pelo Movimento de Justiça de Direitos Humanos. Isso muito me sensibilizou, pois me encontro desempenhando atividade como enfermeira em saúde pública no município de Santa Terezinha do Tocantins, distante sete quilômetros de Nazaré, cidade onde supostamente foi morto meu tio Cilon no natal de 1973. Coincidentemente, em um concurso federal, entre centenas de cidades, quis o destino que eu viesse parar nesta região, ainda em condições adversas, se comparada com a realidade aí do sul: com precárias condições sociais e de extrema pobreza. A população desta região onde me encontro hoje não tem a mínima noção das dimensões dos fatos ocorridos naquela época. Os jovens desconhecem totalmente o acontecido, os mais velhos ainda relutam, com receio de debater sobre os acontecimentos, apenas relatam que as condições eram de precariedade total. Não podemos negar que estes fatos pertencem à história recente do Brasil e precisam e devem ser esclarecidos. Espero que, em breve, possamos resgatar os restos mortais de meu tio Cilon e dos demais brasileiros mortos aqui nesta região, para que no mínimo tenham uma sepultura digna. Mande lembranças para todos, Um beijo!

Alessandra Brum Vargas<sup>255</sup>

As palavras de Alessandra levantam indícios de que o reconhecimento da luta dos familiares do Araguaia ganhou novos contornos; abriram espaços para que novos agentes políticos (da nova geração) sejam também detentores das “buscas”, tenham novos olhares e perspectivas de mudanças sobre a realidade e às desigualdades sociais, tão enfatizadas pelos/as desaparecidos/as como principal motivação para ingressarem na luta armada.

---

<sup>255</sup> Mensagem eletrônica de Alessandra Brum Vargas à sua mãe Tânia Brum, irmã caçula de Cilon, em dezembro de 2003.

Percebe-se que as “novas armas” são assumidas pela opção profissional. Lorena Moroni Girão Barroso relatou o respeito e admiração pela opção da irmã desaparecida pela Guerrilha, e enfatizou a necessidade da luta imposta à sociedade na atualidade assim: “... Cada época tem suas armas”<sup>256</sup>.

Sônia Maria Haas enfatizou o quanto a memória voltada para o irmão permeou suas escolhas, pois, segundo ela, “sempre procurei ler coisas que falassem do povo brasileiro, já que meu irmão, afinal, deu a vida por ele, então eu sempre quis entender melhor isso. Acabei caindo num lugar que tem essa característica e me sinto bem (...). É inegável que tem a influência do meu irmão nisso”<sup>257</sup>. Além destes depoimentos, a narrativa de Liniane Haag Brum também se mostra importante para se pensar em que medida as memórias dos/as desaparecidos/as e a convivência familiar com fatos não esclarecidos problematizam, danificam e corroem a ordem dita normal de uma pessoa, ou melhor, de diversas famílias, por várias gerações, que tentam dar significados, respostas às velhas indagações pendentes e, por isso, ainda presentes. E por estarem ainda presentes é que se percebe a necessidade, nessa nova geração, de suplantar tabus, reescrever sua própria história e construir a própria identidade. Muitas vezes, extravasando sentimentos através de ações como a publicação de livro através do qual se pode enfatizar as memórias do(s) familiar(es) dos/as desaparecidos/as.

Liniane Haag Brum, a partir de suas perspectivas, ou seja, do familiar, do lugar de onde sentiu e (res)sentiu-se da sua perda, afirma:<sup>258</sup>

Cresci ouvindo que meu tio e padrinho, *Cilon Cunha Brum*, havia sido visto pela última vez em meu batizado, no ano de 1971, em Porto Alegre. Depois disso, desapareceu sem deixar vestígios. Parece que sumira numa tal de Guerrilha do Araguaia, diziam. Eu era uma criança quando comecei a absorver essa história, sussurrada e captada em meio a um clima de medo e

<sup>256</sup> Depoimento de Lorena Moroni Girão Barroso concedido à Deusa Maria de Sousa no Rio de Janeiro em 26/08/2003.

<sup>257</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã de João Carlos Haas Sobrinho, ao *IHU On-Line*. Ano 4, n. 85, 5 abr. 2004. Na época da entrevista, Sônia Haas residia em Cacha Pregos, um vilarejo da Ilha de Itaparica, na Bahia.

<sup>258</sup> Registra-se o livro de Victória Lavínia Grabois (**Maurício Grabois**: uma vida pelo Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010.) sobre biografia do pai Maurício Grabois. Embora existam publicações e entidades levem o nome de Maurício, Victória, ao tempo da entrevista, relatou que mantinha um projeto de escrever a biografia, a partir da sua perspectiva, sobre seu pai.

insegurança. Anos depois, quando já morava em São Paulo, resolvi ir atrás da história de meu padrinho – dado como desaparecido político, por órgãos oficiais brasileiros, em 1979.<sup>259</sup>

Liniane H. Brum manteve por anos um projeto de fazer um documentário sobre a trajetória do tio desaparecido. Foram anos, pesquisando, juntando material, entrevistando parentes e personalidades acerca do episódio, por dificuldades para obtenção de recursos que pudessem viabilizá-lo, o projeto original do filme deu lugar a um livro que será lançado brevemente<sup>260</sup>.

*Antes do Passado* (título da obra) é fruto desta busca. Uma narrativa que se delinea na medida em que vasculha a memória, recolhe depoimentos e percorre espaços geográficos – ruas de São Paulo, o rio Araguaia, lugares no Pará e Tocantins, casas de parentes no Rio Grande do Sul, - para descobrir quem foi Cilon; como e por que ele desapareceu. Nesta procura, perpassado, há o vislumbre de um trecho da história do Brasil contemporâneo. *Antes do Passado* entrelaça uma série de crônicas onde estão presentes a passagem do tempo, a convivência com a incerteza e a imprecisão da memória, formando uma obra literária de gênero narrativo, tecida com o fio da tragédia.<sup>261</sup>

Quais outros sentimentos demonstraram outros familiares das gerações mais recentes? De que maneiras entenderam ou expressaram sua compreensão do familiar desaparecido no Araguaia? Como os familiares (que conviveram com os/as desaparecido/as) procederam a essa explicação?

Para alguns dos depoentes, constatou-se que era ainda inviável falar do assunto: “eu não consigo falar sobre isso com meu filho. Ele sabe da história, mostro livros, falo para ele ler, quando ele era pequeno, ele ia às reuniões da CBA comigo, ele ficava no sofá, às vezes dormia,

<sup>259</sup> Depoimento, via e-mail, de Liniane Haag Brum à Deusa Maria de Sousa 26/08/2008.

<sup>260</sup> O projeto que originará a obra *Antes do Passado* foi premiado com a Bolsa Funarte de Criação Literária 2010.

<sup>261</sup> Depoimento, via e-mail, de Liniane Haag Brum à Deusa Maria de Sousa em 26/08/2011.

mas ouvia. Mas eu não consigo falar sobre o assunto”<sup>262</sup>. Lorena relata que ainda não conseguiu conceber e expressar a morte da irmã Jana para seu único filho, pois confessa que “tentava racionalizar que o desaparecido morreu, não só a Jana, mas os outros, mas o coração não consegue acompanhar, não adianta eu falar um milhão de vezes: ‘a Jana morreu, a Jana morreu...’”, porque o racional não consegue convencer o coração...”<sup>263</sup>. De maneiras diferentes, outros depoentes relataram como buscaram tratar o desaparecimento do familiar com seus/suas filhos/as, sobrinhos/as e/ou netos/as. Assim, Djalma Oliveira narrou que “teve um dia em que dissemos: ‘vamos contar agora!’ Todas as crianças na época em 80... Eles foram crescendo já acompanhando essa discussão lá em casa com a gente. Os que estavam mais adolescentes já sabiam daquela história...”<sup>264</sup>. Alguns dos/as entrevistados/as, porém, temeram que a luta empreendida por eles/as agora, através da militância nas entidades em defesa dos direitos humanos, causem os mesmos prejuízos que alguns/algumas sentiram em relação à militância de seus pais, sobretudo a das mães (como narrou Lorena acerca de sua mãe), devido à frequentemente ausência no cotidiano familiar. Sobre a relação entre o assunto e os filhos, segundo Helenalda Resende Nazareth,

Eles ouvem a história, mas eu tenho a impressão de que eles estão cansados de ouvir, acho que cansados de me ver correr atrás... De me ver correndo atrás das coisas, indo na reunião aqui, outra ali, corre pra Brasília e volta e não sei o quê. Às vezes eu acho que eles pensam: ‘ai, ainda bem que agora a minha mãe parou um pouco com isso!’”<sup>265</sup>

De maneira quase unânime, os entrevistados relataram o quanto seus parentes mais jovens se orgulham do exemplo do familiar desaparecido. Neste sentido, Helonalda relata: “nunca perguntei assim diretamente, mas a minha família tem um sobrinho que é assim apaixonado pela *Nira*, ele fez uma tatuagem do rosto dela (Helenira Resende) no corpo...”<sup>266</sup>. E ainda: “eles têm orgulho. A tia é heroína,

---

<sup>262</sup> Depoimento de Lorena Moroni Girão Barroso à Deusa Maria de Sousa em 04/07/2008, no Rio de Janeiro.

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> Depoimento de Djalma à Deusa Maria de Sousa em 07/07/2008, no Rio de Janeiro.

<sup>265</sup> Depoimento de Helenalda de Souza Nazareth concedido à Deusa Maria de Sousa, em 26/06/2008, em São Paulo.

<sup>266</sup> Ibid..

essas coisas... Os meus... Acho que os outros também”<sup>267</sup>. São, pois, novas memórias representadas nas vidas familiares mais jovens, tecendo histórias, marcando corpos, demarcando vidas.

\*\*\*

Conclui-se, portanto, neste capítulo, que houve muitas mudanças ou transformações que se processaram nas vidas dos familiares de desaparecidos políticos a partir do episódio do desaparecimento. Muitas destas podem ser observadas a partir do encaminhamento/destino que muitos dos familiares deram para suas vidas – seja no âmbito profissional, seja no aspecto dos engajamentos políticos (partidários ou não), após a Anistia. Pode-se concluir também que muitas das escolhas tiveram a memória (construída politicamente e no seio familiar) do/a desaparecido/a como um modelo a ser seguido, pois a memória concreta de uma pessoa que *sacrificou* a própria vida por uma ideologia se sobrepõe à nebulosa imagem física de um/a jovem desaparecido/a. Esta memória, creio, teve e tem um peso significativo e, em muitos casos, determinante para as novas formas de (re)construção das memórias das novas gerações e, conseqüentemente, do direcionamento de suas histórias, da relação com a família e do tema envolvendo à Guerrilha, ainda tido, em muitas famílias, como um tabu - tabu notado a partir dos relatos da maioria dos entrevistados.

---

<sup>267</sup> Ibid.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

Na vida das famílias que conheci e da qual pude, por alguns momentos participar, o tema do desaparecimento ainda é uma questão latente, não resolvida, não aceita, não concluída... Por um lado, porque quando não há um corpo, não há, então, uma morte, uma celebração ou ritualização da concretude da morte e, por outro lado, porque a incômoda consciência do quão desumana, covarde e injusta foi a morte desses guerrilheiros clama que a justiça – ainda que tardia – seja feita.

Assim sendo, percebi a Helenira Resende ainda “viva” para suas irmãs. Talvez por isso, ou devido apenas à consequência do tempo que abrandava as dores, foram muitas as risadas ao longo da entrevista, que se poderia dizer que não estávamos falando sobre assunto tão delicado. Foi nesta ocasião que fui presenteada, pela irmã Helenalda Resende, com um organizado material sobre a trajetória de Helenira, com fotos, cartas, documentos e outras fontes privadas. Com essa atitude, Helenalda demonstrou a importância em (re)colocar a irmã na história, possibilitando que dela seja contada uma nova história.

**Figura 30** –Família de Helenira Resende Nazareth reunida entre amigos. Ela é a primeira de pé, à direita.



**Fonte:** Acervo pessoal da família de Helenira.

História que, entre tantas outras histórias retratadas/discutidas aqui, uma vez analisadas/estudadas, possibilitou a seguinte constatação ao final deste trabalho: a tese inicial do projeto estava correta, pois ocorreu, realmente, uma transformação na e para a vida dos familiares

de desaparecidos políticos. Transformação esta que ainda continua em um processo ativo de se (re)fazer e, conseqüentemente, de (res)significados.

No que se refere às transformações já ocorridas, a análise traçada aqui revela que tais transformações, advindas explicitamente a partir do desfecho ocorrido no Araguaia, perpassam os seguintes momentos: a constatação de que houve uma Guerrilha e que o/a filho/a, marido/esposa, irmão/a *morrera* nela; a constatação de que o/a filho/a, marido/esposa, irmã/ã era um/a *desaparecido/a*; a absorção (in)voluntária e/ou obrigatória, pelas gerações seguintes, do *legado do Araguaia*.

Neste contexto, seguindo a linearidade dos acontecimentos, analisando cartas, depoimentos e outras fontes, conclui-se que a constatação de que seu parente estava *morto* vai desencadear transformações, talvez, não esperadas, dada à forte repressão mantida pela ditadura, pois contrariando um período marcado, entre outras coisas, pela imposição do silêncio, os familiares vão levantar a voz e perguntar sobre o corpo, já que havia um morto, movidos/as pela esperança de que seu/sua filho/a estivesse viva/o.

Ainda em relação a este momento, chega-se a conclusão que, se por um lado, os familiares dos desaparecidos agiram no sentido de proteger a possível vida (caso o/a filho/a, marido... estivesse vivo) ao indagarem sobre o corpo do 'morto', o Partido, por sua vez não deu respostas, omitindo-se por razões que não coube a essa pesquisa aprofundar, visto que enveredar por essa questão não foi o intuito desta.

O segundo momento a operar uma transformação na vida dos familiares dos desaparecidos é quando eles constatarem a inevitável verdade: o/a filho/o, irmão/ã aparentemente, não apenas *morrera*, mas tinham *desaparecido* com o corpo dele/a. Essa constatação mudou, em alguns casos radicalmente, o modo como alguns dos familiares de desaparecidos do Araguaia começaram a viver, passando a reordenar suas vidas, a partir, então, de novas motivações e formas de reivindicações por justiça e por respostas, através de partidos políticos e entidades de direitos humanos. Outros familiares, por sua vez, trilharam o caminho do isolamento nos seus lares e/ou trabalhos, ou da militância esporádica, já que, dificilmente, poderiam viver a mesma vida de antes do ocorrido no Araguaia.

Houve, portanto, uma mudança brusca na vida dos familiares após o evento que culminou com o desaparecimento do parente do intento do Araguaia. Suas vidas, profissões e o cotidiano foram, desde o primeiro momento, alterados pela situação do desaparecimento. Em conseqüência



disso, tem-se um terceiro momento no qual *o legado* do Araguaia vai interferir, em muitos casos de forma “natural” e em outros como algo meio que imposto. Neste terceiro momento, as transformações e/ou condução ocorrerá na vida das *novas gerações* que cresceram à sombra da memória e dos tabus que ainda circundam o assunto. Uma vez afetados pelo legado do Araguaia, essa nova geração buscou maneiras próprias de reconstruir novas memórias sobre o familiar desaparecido. Através de novas configurações da memória, recontam a história sobre o parente desaparecido através de trabalhos e publicações que servem como instrumento através do qual eles dão vazão às recordações e respostas aos seus sentimentos.

Assim sendo, de acordo com o que foi possível concluir, os familiares entrevistados puderam, portanto, expressar seus sentimentos em relação a essa nova etapa de suas vidas. Etapas que deixam entrever o quanto e como o desaparecimento do familiar conduziu e conduz algumas dessas etapas. E em algum momento dessas etapas, houve a consciência de que: “acho que hoje não se precisa de luta armada, mas acho que isso ensina a diferença do que eles precisaram fazer, e hoje não precisa se lutar com armas, mas precisam saber que houve pessoas que tiveram e que lutaram... Eu me sinto feliz de ter podido passar as coisas para os meus filhos de uma forma diferente (*muito emocionada*)”<sup>268</sup>. Emoção que cabe no contexto do tema, da própria Guerrilha do Araguaia, da vida desses familiares, visto que, como se pôde perceber, tanto a Guerrilha como a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia foram/têm sido feitas à base de lágrimas e lutas; lutas e muitas lágrimas.

\*\*\*

---

<sup>268</sup> Depoimento de Rejane Leque Brum concedido à Deusa Maria de Sousa, em 28/06/2001, em São Paulo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. FGV: Rio de Janeiro, 2005.

ALVES, Myriam Luiz. A guerrilha e as mulheres do Brasil. **Rebellion**, 26 Março de 2006. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/Hemroteca/brasil/040326alves.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

AMAZONAS, João. **30 anos de confronto Ideológicos**: Marxismo x Revionismo. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. **Paixões políticas em tempos revolucionários**: no caminho da militância. 2002. 208f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2002.

ARIÈS, P. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. TOMO VI. VOL 2. Inventário dos Anexos. nº 263. Arquivo Edgard Leunroth, Unicamp, Campinas, SP.

BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1985. Resenha de: Nazareth, Eliana Riberti. O mito do amor materno. **Pai Legal**, novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/chicus.asp?rvTextoId=-1519405269>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

BERCHET, Verônica. **Coração Vermelho**: a vida de Elza Monnerat. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembrança de velhos. São Paulo. T.A. Queiroz/: Edusp, 1987.

CABRAL, Pedro Correa. **Xambioá**: guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). **Desaparecidos Políticos**. Prisões, seqüestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**. A esquerda em armas. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CARBONI, Maria Cecília. **Maria Quitéria**: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em

História Social). Curso de Pós-Graduação em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Luis Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória** – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CILON Cunha Brum: Disponível em: <[http://www.torturanuncamais.rj.org.br/ MD](http://www.torturanuncamais.rj.org.br/MD)>. Detalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=199>. Acesso em: 24 nov. 2009.

CIRO Flávio de Salazar de Oliveira: Disponível em: [http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp? CodMortosDesaparecidos=226](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=226). Acesso em: 28 set. 2010.

COMITÊ Central do Partido Comunista do Brasil-Comite Central do PCdoB – In: 50 Anos de Luta, São Paulo, 1972.

COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 19 mai. 2009.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: Seligmann-Silva, Márcio (org). **História, Memória, Literatura**. O testemunho na Era das Catástrofes. SP: Editora Unicamp, 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

DÓRIA, Palmério et all. **História Imediata**: A Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memória em Disputa e Jogos de gênero**: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009. 226f. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica** do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNDAÇÃO Maurício Grabois. Disponível em: <<http://grabois.org.br/portal/cdm/galeria.php?idsessao=36&idgaleria=44>>. Acesso em: 08 set. 2010

GASPARI, Élio. **A Ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Cia das letras, 2002.

GILBERTO Olímpio: Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDeta\\_lhes.asp?CodMortosDesaparecidos=250](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDeta_lhes.asp?CodMortosDesaparecidos=250)>. Acesso em: 24 nov. 2009.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**: A título de prólogo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRABOIS, Lavínia Victória. **Maurício Grabois**: uma vida pelo Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GUILHERME Lund: Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDeta\\_lhes.asp?CodMortosDesaparecidos=251](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDeta_lhes.asp?CodMortosDesaparecidos=251)>. Acesso em: 24 nov. 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. **Revistas Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 10, nº19, 1997.

JOAO Amazonas. Disponível em: <<http://coletivizando.blogspot.com/2012/01/centenario-de-joao-amazonas.html>>. Acesso em: 13 set. 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LA REVOLUCIÓN no se suspende por mal tiempo. Disponível em: <<http://www.madres.org/asp/contenido.asp?clave=787>>. Acesso em: 06 jul. 2009.

LÊNIN, V. **Que Fazer?** Obras Escolhidas. V. 1. Ed. Alfa-Omega. Disponível em: <[http://www.pcdob.org.br/texto.php?id\\_texto\\_fixo=23&id\\_secao=145](http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=23&id_secao=145)>. Acesso em: 12 jul. 2011.

LIBERTAD ahora. Disponível em: <[http://www.libertad.dm.cl/inter\\_nacional\\_120106.htm](http://www.libertad.dm.cl/inter_nacional_120106.htm)>. Acesso em: 16 out. 2010.

LIMA, Ruth Ribeiro. Mulher: brasileira e guerrilheira. **Diálogos**, N. 1, vol. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?>

[journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=278](#) >. Acesso em: 02 nov. 2009.

MADRES de Plaza de Mayo. Disponível em: <<http://www.madresfundadoras.org.ar/pagina/lospadresdeplazademayoricardobraverman/22>>. Acesso em: 06 jul. 2009.

MIRANDA, Nilmário TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo** – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 1999.

MONTEIRO, Adalberto et all. **Guerrilha do Araguaia**. Anita Garibaldi: São Paulo, 2005.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NETO, Regina Beatriz Guimarães; ARAÚJO & Maria do Socorro de Souza. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. RJ: ed. FGV, 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol 8, n. 2, 2000.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: Nora (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

OBERTI, Alejandra. La memoria y sus sombras. In: JELIN, Elizabeth y KAUFMAN, Susana. (comp.) **Subjetividad y figuras de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006.

PASCUAL, Alejandra L. **Terrorismo de Estado**. A Argentina de 1976 a 1983. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Chacina da Lapa completa 25 anos**. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/cidadania/arqui vo01 /chacina.html>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

POMAR, Wladimir. **Araguaia**: O Partido e a guerrilha. São Paulo: Ed. Brasil Debates. 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga no Araguaia**. 3. ed. São Paulo: Global Debates. 1980.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Vai di Chiana** (Toscana, 29 de junho de 1944). Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/portelli1.pdf>>. Acesso em: 12 ag. 2011.

POSSAS, Lúcia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38). In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: FGV, 2004.

PRADO, Larissa Brisola Brito. **Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar**. 2004. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense: UFF, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil dos anos da Guerra fria**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200010)>. Acesso em: 20 set. 2011.

SÁBATO, Ernesto. **Nunca Mais**. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SARTÍ, Aída y SANCHEZ, Cristina. **Presentes! Ahora y siempre! Colihue: Madre de La Plaza de Mayo**. Línea Fundadora, Buenos Aires, 2007.

SAUTCHUK, Jaime. **Luta Armada no Brasil: dos anos 60 e 70**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Vidas Clandestinas: Ditadura militar e as memórias da clandestinidade**. In: X Encontro Nacional de História Oral: Testemunho, História e Política. 2010, Recife 2010. Disponível em <[www.encontro2010.historiaoral.org.br/.../1270410148\\_ARQUIVO\\_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.doc](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/.../1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.doc)>. Acesso em: 06 out. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, Memória, Literatura.** O testemunho na Era das Catástrofes. SP: Editora Unicamp, 2003.

SILVA, Eumano e MORAIS, Taís. **Operação Araguaia:** os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

SILVA, Hélio. Desaparecidos, criação da ditadura militar de 64. In: CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). **Desaparecidos Políticos. Prisões, seqüestros, assassinatos.** Rio de Janeiro: Opção, 1979.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas:** Desafio à ciência desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos Cruzados:** trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006

SOUSA, Deusa Maria de. **José Huberto Bronca:** da luta sindical ao Araguaia. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUSA, Deusa Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. **Estratégias de gênero na denúncia aos desaparecimentos:** Argentina e Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

STUDART, Hugo. **A lei da selva.** São Paulo: Geração editorial, 2006.

TELES, Janaína (Org.). **Mortos e Desaparecidos políticos** – reparação ou impunidade. São Paulo: Ed. USP, 2001.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória:** a luta dos familiares de desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. 2005. 283f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, 2005.

TORTURA Nunca Mais. Disponível em: <<http://www.torturanunca-mais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=226>>. Acesso em: 28 set. 2010

TRONCA, Ítalo. Revolução de 30 – **A dominação Oculta.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

VALADARES, Loreta. **Que Fazer?** In:<[http://www.pcdob.org.br/texto.php?idtexto=23&id\\_secao=145](http://www.pcdob.org.br/texto.php?idtexto=23&id_secao=145)>. Acessado em 12 julho 2011.

WONGHON, Melissa da Rosa. **João Carlos Haas Sobrinho**: História e Memória. 2001. 125 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2001.



## APÊNDICE - BIOGRAFIA DOS DESAPARECIDOS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA<sup>269</sup>

### 1. André Grabois



Nasceu em 03 de julho de 1946, no Rio de Janeiro, filho de Maurício Grabois, também desaparecido no Araguaia, e Alzira da Costa Reys. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia aos 27 anos, no dia 14 de outubro de 1973, juntamente com João Gualberto, Divino Ferreira de Souza e Antônio Alfredo Campos, na roça deste último, às margens do Rio Fortaleza, numa emboscada. Depoimentos de moradores da região dizem que seus corpos foram enterrados no mesmo local onde morreram e que nesta roça havia sido encontrada, anos depois, uma arcada dentária.

Fez o curso primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Desde muito cedo, graças ao convívio com destacados militantes do movimento comunista no Brasil, interessou-se pelas questões políticas.

Em 1964, devido às perseguições movidas contra seu pai, Maurício Grabois, foi obrigado a abandonar os estudos e, com apenas 17 anos, foi viver na clandestinidade. Em 1967, foi para o exterior, visitando a China e a Albânia, onde fez vários cursos.

Foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia, indo para a localidade de Faveira no início do ano de 1968. Antes morara em várias cidades da região: Rondonópolis, Tocantins e outras.

Era casado com Criméia Almeida, com quem teve um filho – João Carlos Grabois – que nasceu na prisão e a quem não chegou a conhecer.

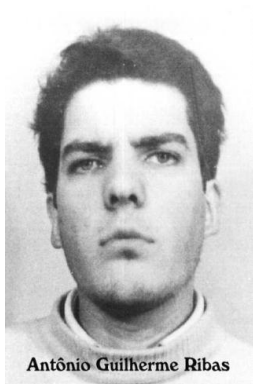
Foi o comandante do Destacamento A – Helenira Resende – até sua morte em 14 de outubro de 1973.

O relatório do Ministério da Marinha diz que foi “morto em 13 de outubro de 1973”. Documentos militares sobre a ação dos Fuzileiros Navais na região fazem referência a José Vieira da Silva Jr., nome falso

<sup>269</sup>Texto adaptado do site: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/md.asp?Refresh=2011012103161169377574&tipo=0>. Fotos retiradas dos sites: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/md.asp?Refresh=2011012103161169377574&tipo=0> e [http://www.flickr.com/photos/me\\_moriasreveladas/page2/](http://www.flickr.com/photos/me_moriasreveladas/page2/). Acesso em: 21 jan. 2011.

de André Grabois, como um dos ‘procurados’. Usava também o nome falso de José Carlos Ferreira da Silva.

## 2. Antônio Guilherme Ribeiro Ribas



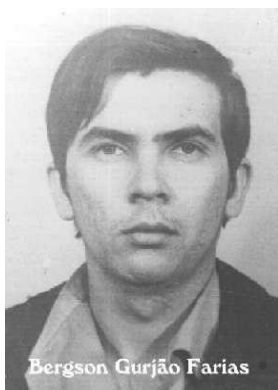
Antônio Guilherme Ribas

Nasceu em 20 de setembro de 1946, em São Paulo, filho de Walter Pinto Ribas e Benedita de Araújo Ribas. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, desde 1973.

Estudante do 3º ano colegial do Colégio Estadual Brasília Machado e presidente da UPES. Foi condenado pela 2ª Auditoria de Justiça Militar de São Paulo a um ano e seis meses de prisão. Cumpriu pena até 1970 e, posteriormente, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia. Foi visto pela última vez no natal de 1973.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “Antônio Ribas, durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia, conseguiu evadir-se abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva”, e mais adiante diz que “teria morrido em confronto com as forças de segurança”. Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que ele teria sido “morto em 20 de fevereiro de 1973”, o que não é verdade, pois foi visto pelos seus companheiros no natal de 1973.

## 3. Bergsom Gurjão Farias



Bergsom Gurjão Farias

Nasceu em 17 de maio de 1947, em Fortaleza, Estado do Ceará, filho de Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia. Era estudante de Química na Universidade Federal do Ceará, e vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, em 1967. Foi preso no Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968 e foi expulso da Faculdade com base no Decreto-lei 477. Indiciado no inquérito por participação no XXX Congresso da UNE, foi condenado em 1º de julho de 1969 pelo

CPI do Exército a dois anos de reclusão.

Em 1968, no Ceará, foi gravemente ferido à bala na cabeça quando participava de manifestações estudantis. Refeito dos ferimentos e sob feroz perseguição, foi para o interior, indo residir na região de Caianos, onde continuou suas atividades políticas.

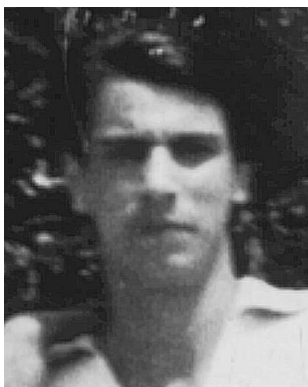
Ferido em combate, em 8 de maio de 1972. Seu corpo foi levado para Xambioá, todo deformado, tendo sido dependurado em uma árvore, com a cabeça para baixo, a qual era chutada constantemente pelos paraquedistas mobilizados na caça aos guerrilheiros.

Segundo depoimento de Dower Cavalcanti, ex-guerrilheiro já falecido, o General Bandeira de Melo lhe dissera que Bergson estaria enterrado no Cemitério de Xambioá.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que em “junho de 1972, foi morto...”

Seu desaparecimento foi denunciado em juízo, em 1972 e 1973 pelos presos políticos José Genoino Neto e Dower Moraes Cavalcante. Genoino afirma que o corpo de Bergson lhe foi mostrado durante um de seus interrogatórios e que sabia que ele estava com malária, tendo sido morto a baioneta. Dower diz que foi preso e torturado junto com Bergson e que ele foi morto a baioneta.

#### **4. Cilon Cunha Brum**



Nasceu em 3 de fevereiro de 1946, em São Sepé, Rio Grande do Sul, filho de Lino Brun e Eloá Cunha Brun. Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia aos 28 anos.

Iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul, mudando-se posteriormente para São Paulo, onde ingressou no curso de Economia da PUC. Participava ativamente do movimento estudantil, sendo eleito Presidente do Diretório Acadêmico e para o DCE/PUCSP.

Perseguido pela repressão política, foi viver na região do Araguaia, onde participou do movimento guerrilheiro. Visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973, antes do ataque das Forças Armadas ao acampamento onde estavam.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “participou de um combate próximo a ‘Couro Dantas’ com elementos do Exército

Brasileiro, resultando em um morto e um ferido... Morto em 27 de fevereiro de 1974”.

#### 4. **Ciro Flávio Salazar de Oliveira**



Nasceu em Araguaia - Minas Gerais - no dia 26 de setembro de 1943, filho de Arédio Oliveira e M. de Lourdes Oliveira.

Foi para o Araguaia, em 1970, indo viver na Região do Rio Gameleira, mais tarde fazendo parte do Destacamento B das Forças Guerrilheiras. Morou em Palestina, município de São João do Araguaia, sul do Pará onde, junto com Paulo Roberto Marques, instalou uma farmácia para a distribuição de medicamentos, buscando atender à

população local.

Ciro morreu metralhado no dia 30 de setembro de 1972, aos 30 anos, juntamente com João Carlos Haas Sobrinho e outros companheiros.

Foi apresentado à Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, um slide onde aparecia o cadáver de Ciro, em abril de 1973, pelo Major Oto, no PIC, em Brasília, junto com um álbum de guerrilheiros do Araguaia, quando esta se encontrava presa.

Ciro acreditava na luta revolucionária e dizia: “...se tivesse que começar tudo de novo, sem hesitar, começaria com gosto, alegria e vontade inabaláveis. Aqui não se morre em vida: vive-se a vida plenamente e em todos os minutos” , escreveu em uma carta, de 31 de janeiro de 1972, do Araguaia para sua família no Rio de Janeiro.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “atuou como guerrilheiro no Araguaia, utilizando o codinome de Gilberto, onde teria sido morto em outubro de 1972”. Fica então a dúvida de que, ferido em combate no dia 30 de setembro, tenha sido preso vivo, vindo a falecer posteriormente.

## 5. Elmo Correa



**Elmo Corrêa**

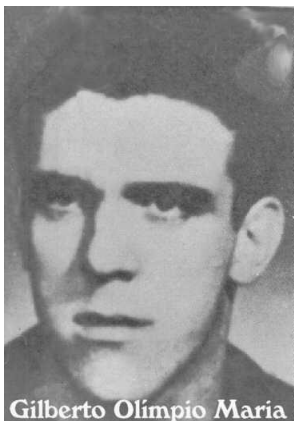
Nasceu em 16 de abril de 1946, no Rio de Janeiro, filho de Edgar Corrêa e Irene Guedes Corrêa. Desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia aos 28 anos. Participou do movimento estudantil.

Casado com Telma Regina Cordeiro Correa, também desaparecida, e, juntos, foram para a região do Araguaia em fins de 1971. Sua irmã Maria Célia Corrêa também é desaparecida na guerrilha do Araguaia.

Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o depoimento de um camponês da região, foi morto pelas forças da repressão na localidade de Carrapicho.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Elmo “foi morto em 14 de maio de 1974”, sem esclarecer outros detalhes de sua morte.

## 6. Gilberto Olímpio Maria



**Gilberto Olímpio Maria**

Nasceu em 11 de março de 1942, em Mirassol, no Estado de São Paulo, filho de Antônio Olímpio Maria e Rosa Cabello Maria. Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia quando contava 31 anos.

Mudou-se para São Paulo onde estudou no Colégio Sarmiento. Pertenceu ao PCB e depois ao PCdoB. Em 1961, viajou para a Checoslováquia a fim de fazer o curso de Engenharia. Dois anos depois retornou ao Brasil, juntamente com Osvaldo Orlando da Costa (desaparecido), de quem se tornou amigo. Trabalhou no jornal *A Classe Operária*, até o golpe militar em abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30 de dezembro de 1964, casou-se com Victória Grabois em Araraquara. Em seguida, mudaram-se para Guaratinga (MT). Lá, juntamente com Paulo Rodrigues (desaparecido) e Osvaldão, tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura. Em 1965 foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança. Em

1966, nasce seu filho Igor. Neste mesmo ano, ele foi para a China. Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior, inclusive em Porto Franco, junto com João Carlos Haas (desaparecido) com quem mudou-se, mais tarde, para Caianos, localidade próxima ao Rio Araguaia. Na guerrilha atuava junto ao Comando e, posteriormente, foi comandante do Destacamento C junto com Dinalva - a Dina (desaparecida). Com Paulo Rodrigues e outros companheiros fundaram o povoado de São João dos Perdidos, Distrito de Conceição do Araguaia.

Em 1980, os familiares dos mortos e desaparecidos estiveram neste local procurando informações, sendo recebidos com honrarias e carinho indescritíveis e profundamente comoventes, prova da estima que gozavam os guerrilheiros na região.

Em 25 de dezembro de 1973, foi desfechado violento ataque das Forças Armadas contra o acampamento guerrilheiro na Serra das Andorinhas, tendo Gilberto desaparecido desde então. Uma fonte militar que se recusou a se identificar, afirmou que Gilberto teria sido metralhado. O Relatório do Ministério da Marinha diz que Gilberto foi morto em 25 de dezembro de 1973, sem dar outros esclarecimentos.

## 7. Guilherme Gomes Lund



Guilherme Gomes Lund

Nasceu em 11 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Carlos Lund e Julia Gomes Lund. Desaparecido, desde 1973, na Guerrilha do Araguaia com 26 anos.

Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Colégio Santo Antônio Maria Zacaria, no Curso Vetor e na Faculdade de Arquitetura da UFRJ, cursando até o segundo ano.

Foi militante do movimento estudantil. Preso em 1968, acabou sendo condenado à revelia a seis meses de prisão. Em 1969 foi residir em Porto Alegre e, em fevereiro de 1970, mudou-se para a localidade de Faveira na região do Araguaia.

Para Guilherme, a adaptação à vida no campo foi dura. Acostumado ao conforto, tudo era estranho e difícil. Devido à sua prática anterior em hipismo, dedicou-se com afinco ao ofício de ‘trepieiro’, sendo um dos melhores. Era também um excelente nadador.

Ao iniciar-se a luta guerrilheira, Guilherme já era um excelente mateiro e caçador. Era um companheiro dedicado, sempre preocupado em ensinar aos menos experientes.

Era membro do Destacamento A das Forças Guerrilheiras e, posteriormente, foi deslocado para o destacamento C.

Em 25 de dezembro de 1973, encontrava-se no acampamento guerrilheiro, doente com malária, quando foi desfechado um violento ataque das Forças Armadas, e ele teria sido fuzilado. O Relatório do Ministério da Marinha confirma a data de sua morte, sem outros esclarecimentos.

## 8. Helenira Rezende de Souza Nazareth



Nasceu em Cerqueira Cesar, SP, no dia 19 de janeiro de 1944, filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthália Resende de Souza Nazareth. Desaparecida, desde 1972, na Guerrilha do Araguaia, quando contava 28 anos. Integrante do Destacamento A das Forças Guerrilheiras. Este Destacamento passou a chamar-se Helenira Resende, após sua morte.

Morta a golpes de baioneta, em 29 de setembro de 1972, depois de metralhada nas pernas e torturada. Enterrada na localidade de

Oito Barracas.

No Relatório do Ministério da Marinha encontra-se a cínica “informação” de que se encontra foragida. No arquivo do DOPS/PR, o nome de Helenira consta em uma gaveta com a identificação: “falecidos”.

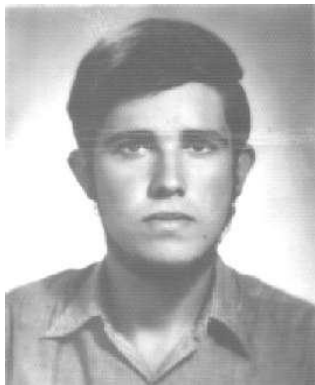
Declarações da ex-presa política Elza de Lima Monnerat, em Auditoria Militar, à época, afirmou que “... Helenira, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu outro. Metralharam-na nas pernas e torturaram-na barbaramente até a morte...”

De 1969 a 1972 (mesmo após sua morte na Guerrilha do Araguaia) sua família foi chamada a prestar declarações ao DOPS/SP e ao II Exército.

Em 06 de junho de 1979, um jornal publicou sobre Helenira que: “...o lugar onde estava virou uma poça de sangue, conforme falaram soldados do PIC (Pelotão de Investigações Criminais)... e confirmaram que a coragem da moça irritou a tropa. Helenira foi morta a

baionetadas!” No jornal *A Voz da Terra*, de 08 de fevereiro de 1979, há uma extensa matéria que, sob o título “A Comovente História de Helenira”, conta a história dessa combatente pela liberdade no Brasil. Até hoje, sua família, oficialmente, de nada foi informada.

## 9. Hélio Luiz Navarro Magalhães



Nasceu em 23 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro, filho de Gerson Menezes Magalhães e Carmem Navarro de Magalhães. Desaparecido, desde 1974, na Guerrilha do Araguaia quando contava 25 anos.

Estudante da Escola de Química e de Música, ambos os cursos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Devido a dificuldades de continuar estudando após a decretação do AI-5, optou por abandonar a escola e foi viver no interior, próximo à Transamazônica.

Inicialmente, teve grandes dificuldades de adaptação, principalmente em cozinhar e calcular distâncias na mata. A primeira superou com a prática e a segunda contando passos e tempo. Isto lhe valeu o apelido de ‘passômetro’ e a capacidade de calcular com grande precisão as distâncias. Edinho, como era conhecido no Araguaia, gostava muito de música, e na cidade tocava piano. Ao mudar-se para a mata, procurou adaptar seus conhecimentos musicais, tornando-se flautista.

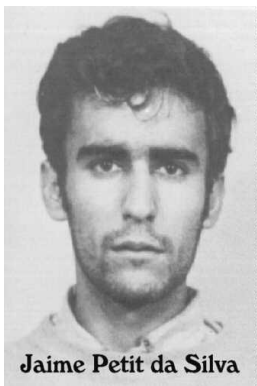
Deslocou-se para a região do Araguaia em 3 de outubro de 1970. No dia 14 de janeiro de 1974, após combate entre seu grupo e as Forças Armadas, não foi mais visto. Provavelmente tenha sido preso.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega Com Jeito... Possibilidades de sobrevivência desconhecidas... Morto em 14/03/74”.

Atualmente, a família entrou com interpelação Judicial contra a União Federal e Ação de Reparação de Perdas e Danos.



## 10. Jaime Petit da Silva



**Jaime Petit da Silva**

Nasceu em 18 de junho de 1945, em Iacanga, Estado de São Paulo, filho de José Bernardino da Silva Jr. e Julieta Petit da Silva e era casado. Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia aos 29 anos.

Estudou em Amparo e Duartina. Muito cedo perdeu o pai, sendo obrigado a trabalhar. Morou e estudou, também, no Rio de Janeiro. Em 1962, foi para Itajubá morar com seu irmão Lúcio. Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá, e trabalhava como professor de Matemática e Física nos colégios de Itajubá e Brasópolis (MG). Participava ativamente do movimento estudantil sendo, em 1968, eleito presidente do Diretório Acadêmico. Participou também, do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, onde foi preso.

Condenado à revelia em 1969, foi obrigado a abandonar o curso de Engenharia e ir viver no interior como eletricitista. Posteriormente mudou-se para a localidade de Caianos, no Araguaia, onde já residiam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia (também desaparecidos), integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras.

Está desaparecido desde o dia 29 de novembro de 1973, quando seu grupo travou um tiroteio com as Forças Armadas. Provavelmente tenha sido preso.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973”, sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento e, segundo o Relatório do Ministério da Marinha, foi “morto em 22 de dezembro de 1973”.

## 11. Jana Moroni Barroso



Nasceu em 10 de junho de 1948, em Fortaleza, Estado do Ceará, filha de Benigno Girão Barroso e Cyrene Moroni Barroso. Desaparecida desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 26 anos.

Cursou a Faculdade de Biologia da UFRJ e aí ingressou na vida política. Trabalhou com outros companheiros como responsável pela imprensa clandestina do PCdoB, no Rio de Janeiro.

Em abril de 1971, tendo em vista a continuidade de seu trabalho político, mudou-se para a localidade de Metade, no sul do Pará. Nessa região, além do trabalho da roça e da caça, foi professora primária. Casou-se com Nelson Lima Piauihy Dourado (desaparecido). Era combatente do destacamento A - Helenira Resende. Desaparecida desde 2 de janeiro de 1974, após ataque das Forças Armadas, quando estava em companhia de Maria Célia Corrêa e Nelson Piauihy Dourado.

Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, localidade às margens da Transamazônica onde foi construído um centro de torturas das Forças Armadas. Segundo os moradores da região, aí também se encontra um cemitério clandestino. Estava quase nua e com muitas arranhaduras pelo corpo. Foi amarrada, colocada em um saco e içada por um helicóptero. Isto teria se dado nas proximidades de São Domingos do Araguaia. O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi morta em 8/02/74.

## 12. João Carlos Haas Sobrinho



Nasceu em 24 de junho de 1941 em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, filho de Ildefonso Haas e Ilma Haas. Desaparecido desde 1972, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 31 anos.

Sempre se destacou como aluno brilhante e atuante. Coursou o primário e o ginásio no Ginásio São Luiz, em São Leopoldo. O curso científico foi iniciado no Colégio São Jacó, em Novo Hamburgo, e completado no Colégio

Anchieta, em Porto Alegre.

Em 1959 ingressou na Faculdade de Medicina da UFRGS, formando-se em dezembro de 1964. Participou de vários grêmios estudantis. Presidente da UEE/RS e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS.

Com o golpe militar de 1964 passou a viver na clandestinidade. Esteve na China e, ao regressar, mudou-se para Porto Franco, interior de Goiás, onde montou um pequeno Hospital. Procurado pela repressão, mudou-se para São Geraldo, povoado às margens do Rio Araguaia.

Foi morto em combate em 30 de setembro de 1972, juntamente com Ciro Flávio de Salazar Oliveira e Manoel José Nurchis, numa localidade chamada Piçarra, próxima a Xambioá. Seu corpo, crivado de balas, foi exposto à população de Porto Franco e também foi visto na Delegacia de Xambioá, com a perna direita quebrada e a barriga cortada e costurada com cipó. Foto semelhante ao descrito por moradores de Xambioá foi mostrada à ex-presa política Criméia Almeida, no PIC em Brasília pelo general Bandeira de Melo que não só confirmou a morte de João Carlos, como disse que seu corpo foi exposto à população de Porto Franco com o objetivo de atemorizá-la. No entanto, a população passou o dia velando o corpo, apesar de proibida. Segundo informações dos moradores de Xambioá, foi enterrado no Cemitério da cidade.

Em 1991, uma Comissão constituída de familiares, representantes de entidades de direitos humanos, advogados e leigos estiveram neste cemitério, encontrando ossadas que foram levadas para a UNICAMP, São Paulo, e que até agora não foram identificadas.

Quanto aos Relatórios dos Ministérios militares, apenas o da Marinha faz referência a sua morte como sendo “out/72”.

### 13. José Humberto Bronca



Nasceu em 8 de setembro de 1934, em Porto Alegre/RS, filho de Huberto Atteo Bronca e Ermelinda Mazaferro Bronca. Fez o primário na Escola do Rosário e o Curso de Mecânica de Máquinas na Escola Técnica Parobé.

Formou-se em Mecânica de Manutenção de Aeronaves e trabalhou na Varig durante vários anos e, mais tarde, na Indústria Micheleto. Foi desportista, dedicando-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo neste último esporte conquistado várias medalhas. Teve várias outras atividades profissionais, chegando, inclusive, a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo.

Sua militância política é anterior ao golpe militar de 64. Logo após o golpe, foi para o exterior, ficando durante algum tempo na China. Em 1966, foi viver na clandestinidade no Rio de Janeiro.

Foi dos primeiros a chegar na região do Araguaia. Foi vice-comandante do Destacamento B das Forças Guerrilheiras até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da Guarda.

Visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973, quando houve um ataque das Forças Armadas ao local onde estavam acampados. O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi “morto em 13 de março de 1974”.

### 14. Lúcio Petit da Silva



Desaparecido da Guerrilha do Araguaia aos 31 anos. Nasceu em Piratininga/SP, em 1 de dezembro de 1943, filho de José Bernardino da Silva Junior e Julieta Petit da Silva. Coursou o primário em Amparo e o ginásio em Duartina, no Estado de São Paulo. Devido às dificuldades financeiras, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso colegial e o curso superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia.

Fez parte do Diretório Acadêmico de sua escola, iniciando aí sua militância política. Participou das atividades do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Escrevia para o jornal *O Dínamo*, do D.A., poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros.

Em 1965, como engenheiro, trabalhou na Light, Engevix e mais tarde na Companhia Nativa em Campinas. Trabalhou na construção da Usina Boa Esperança.

Viajou para o Araguaia em 1970, juntamente com seus irmãos Maria Lúcia e Jaime Petit da Silva, também desaparecidos.

Fez vários poemas e literatura de cordel, que eram recitados pelos camponeses da região nas sessões de Terecô (religião local). Pertencia ao Destacamento A – Helenira Resende – sendo promovido à vice-comandante com a morte do comandante André Grabois, em 14 de outubro de 1973. Visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 14 de janeiro de 1974, desaparecendo, juntamente com Antonio Alfaiate e Antonio de Pádua Costa, após intenso tiroteio com as forças da repressão.

O Relatório do Ministério do Exército diz que ele “é considerado desaparecido desde o dia 29/11/73, quando teria travado tiroteio com uma Patrulha do Exército”. Já o Relatório do Ministério da Marinha, afirma que foi “morto em Março/74”.

## 15. Luiz Rene Silveira e Silva



Nascido a 15 de julho de 1951, na cidade do Rio de Janeiro, filho de René de Oliveira e Silva e Lulita Silveira e Silva. Desaparecido da Guerrilha do Araguaia aos 23 anos.

Cursou o primário e o secundário no Instituto La Fayette. Em 1970, ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, abandonando o curso no ano seguinte. Contava apenas 19 anos quando tomou a decisão de ir para o Araguaia. Com seu jeito calado, estava sempre atento aos relatos dos companheiros mais experientes. Reclamava sempre mais a sua participação nos trabalhos mais difíceis. Apesar de ter cursado apenas o 1º ano de medicina, dedicava-se bastante ao estudo, pois, como dizia, “se não me formei na cidade, serei médico formado na Universidade do Araguaia”. Compreendia que os conhecimentos de saúde ser-lhe-iam importantes.

Mas sua dedicação ao estudo não se restringia apenas à medicina; gostava de estudar política e economia e não era raro vê-lo lendo jornais velhos que serviam de papel de embrulho ou que os companheiros traziam quando vinham da cidade.

Em 1980 sua mãe foi à Escola de Medicina e Cirurgia para conseguir sua fotografia e encontrou sua ficha escolar com a foto arrancada sendo informada que a mesma havia sido retirada por agentes de segurança.

Segundo informações colhidas por Cirene Barroso, mãe de Jane Barroso (desaparecida) junto aos moradores da região do Araguaia, Luiz foi preso em casa de camponeses, com a perna quebrada por projétil de arma de fogo e levado para a base militar de Bacaba (PA), no início do ano de 1974.

Aos 19 anos, em maio de 1971, Luiz René deixou o estágio e os livros do segundo ano do curso de medicina, destruiu seus retratos recentes e partiu. Só 20 meses depois, René e Lulita, seus pais, souberam que ele estava na região do Araguaia e que o seu grupo estava cercado pelo exército.

Luiz René participou do movimento estudantil e integrou-se aos quadros do Partido Comunista do Brasil, optando pela estratégia da luta no campo. Em 1970, com a finalidade de melhor se instruir para a realização de seu trabalho de conscientização e assistência da população do interior do país, fez um curso de obstetrícia na Santa Casa e estagiou no Hospital Carlos Chagas, onde comprovou as precárias condições do atendimento médico prestado à população brasileira.

Entre 1971 e 1973, época em que esteve no Araguaia, mandou três cartas para casa, nas quais informava estar bem, trabalhando muito e satisfeito com sua escolha, em todas as cartas pedia à família que as rasgassem. A partir de 1973 as informações sobre seus passos são incertas e desconexas.

Em 1975, a família inicia a busca desesperada por informações sobre o seu paradeiro. Após a confirmação pelo PCdoB de que Luiz tinha ido para o Araguaia, foram contactados familiares de outros desaparecidos. Como ninguém sabia o que havia ocorrido, os familiares começaram a se organizar nos Comitês Brasileiros pela Anistia.

O reconhecimento oficial do desaparecimento de Luiz só veio em 1995, com a Lei 9.140/95, quando foi considerado morto, embora, até hoje, não tenham sido esclarecidas as circunstâncias da sua morte, nem o corpo devolvido à família.

De Luiz René não ficaram retratos, salvo o que sobrou na carteira escolar.

### 17. Luíza Augusta Galirpe



Desaparecida desde 1974 na Guerrilha do Araguaia quando tinha 33 anos. Nasceu em Araraquara, Estado de São Paulo, em 16 de outubro de 1941, filha de Armando Garlippe e Durvalina Santomo Garlippe.

Fez o primário, o ginásial e o científico em Araraquara e mudou-se para a cidade de São Paulo onde fez o curso de Enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando a

Enfermeira-Chefe do Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou, fazendo inclusive algumas viagens pelo país como ao Amapá e Acre.

Foi viver na região do Rio Gameleira, no Araguaia, onde desenvolveu intenso trabalho de saúde, destacando-se como parteira. Pertenceu ao Destacamento B da guerrilha.

Foi vista viva pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973, num acampamento, próximo à Serra das Andorinhas, antes de haver intenso tiroteio contra os mesmos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que é “considerada desaparecida desde 5/74” e o do Ministério da Marinha que teria sido “morta em junho/74.”

### 16. Maria Célia Correa



Desaparecida, na Guerrilha do Araguaia, aos 29 anos. Nasceu em 30/4/45 na cidade do Rio de Janeiro, filha de Edgar Corrêa e Irene Corrêa.

Era bancária e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, hoje UFRJ, no Rio de Janeiro.

Em 1971 foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão Elmo e sua cunhada Telma, ambos também desaparecidos. Pertenceu ao Destacamento A - Helenira Resende, da guerrilha.

Foi vista pela última vez por seus companheiros no dia 2 de janeiro de 1974 e estava com Nelson Lima

Piauhý Dourado, Jana Moroni e Carretel (todos guerrilheiros desaparecidos), quando houve um tiroteio contra os mesmos.

Os moradores de São Domingos viram quando Maria Célia era levada presa, com outros guerrilheiros. Segundo o depoimento de Maria Raimundo Rocha Veloso, moradora na região, Maria Célia foi presa por “Manezinho das Duas” que a amarrou e levou com a ajuda de outro homem para o acampamento do Exército em Bacaba (Transamazônica). Este depoimento foi confirmado por Geraldo Martins de Souza, delegado de São Domingos na época dos acontecimentos, e que recebeu uma medalha do Comando do Exército na região por serviços prestados. Geraldo disse que “Rosinha”, nome com que era conhecida na região, foi presa no local chamado Açaizal.

Santinho, vereador pelo PSDB, em 1991, da Câmara de São Domingos e genro de Geraldo Martins de Souza, diz que eram duas as mulheres guerrilheiras levadas para Bacaba por seu sogro, uma delas era Maria Célia. Em todos estes depoimentos as pessoas são unânimes em afirmar que estava viva e sem ferimentos de arma de fogo, em meados de 1974.

## 17. Maria Lúcia Petit da Silva



Desaparecida no Araguaia desde 1972. Nasceu em Agudos, Estado de São Paulo, a 20 de Março de 1950, filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva.

Cursou o primário, o ginásial e os dois primeiros anos do curso normal, em Duartina, vindo a concluí-lo em São Paulo, no Instituto de Educação Fernão Dias, bairro de Pinheiros, em 1968, quando participou do movimento estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o Magistério. Foi professora primária municipal, lecionando na EMPG Tte. Aviador Frederico Gustavo dos Santos, Vila Nova Cachoeirinha; entusiasmava-se com sua experiência com crianças da Zona Norte de São Paulo.

Em inícios de 1970, fez sua opção política: desenvolver seu trabalho no interior do Brasil. Militante do PCdoB, foi para o interior de Goiás e logo após para o Sul do Pará. Maria Lúcia dedicou-se ao



magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza. A partir da sua vivência no Araguaia, ela adquiriu maior conhecimento da terrível situação de abandono e miséria na qual vegetam os trabalhadores rurais e a população camponesa.

Em 1972, o Exército Brasileiro cercou a região do Araguaia, onde se encontrava Maria Lucia, e aí reprimiu a guerrilha que se desenvolveu em consequência da forte repressão militar.

Segundo depoimentos de alguns sobreviventes, no dia 16 de Junho de 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, Maria Lucia foi fuzilada por tropas do Exército, sob o comando do Gal. Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Maria Lúcia “foi morta durante enfrentamento na tarde do dia 16/6/72, próximo a Pau Preto.

Maria Lucia Petit foi o primeiro dos dois corpos de desaparecidos políticos do Araguaia que foram identificados.

## 18. Maurício Grabois



Nasceu em Salvador, no dia 2 de outubro de 1912, filho do comerciante Agostim Grabois e de Dora Grabois, ambos judeus de nacionalidade russa. Maurício teve um casal de filhos: André Grabois, também militante do PCdoB e morto no Araguaia, provavelmente em outubro de 1973, e Vitória Lavínia Grabois Olímpio. Desaparecido aos 61 anos em 1973, no Araguaia.

Fez o curso primário em vários colégios devido às inúmeras viagens e mudanças de seu pai. Em 1920, quando sua família regressou a Salvador, concluiu a escola primária. Em 1925 ingressou no Ginásio da Bahia, passando a sentir interesse pela política por influência de seu diretor, Bernardino José de Sousa. Também nessa época conheceu e tornou-se amigo de Carlos Marighella (morto em 1969), que frequentava o mesmo colégio. Formou-se em 1929. No início do ano seguinte foi para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde passou a frequentar o curso preparatório para a Escola Militar de Realengo, nela ingressando em 1931, mas não concluiu o curso por ter sido expulso em 1933. Foi então para a Escola de Agronomia, onde

cursou até o 2º ano, abandonando definitivamente os estudos para dedicar-se à vida política.

No início da década de 30, Grabois foi um dos primeiros organizadores do PCB nas Forças Armadas, quando aluno da Escola Militar. Logo após sua entrada para o PCB, passou também a atuar na Juventude Comunista e, em 1934, foi encarregado do setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Em 1935, Maurício Grabois integrou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foi condenado à revelia, em 1940, num processo em Minas Gerais. No início de 1941, Grabois foi preso no Rio de Janeiro. Libertado no início de 1942, formou no Rio, ao lado de Amarílio Vasconcelos, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP).

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para a Assembleia Nacional Constituinte, o PCB elegeu um senador e 14 deputados, entre os quais Grabois, pelo antigo Distrito Federal. Assumindo seu mandato em fevereiro de 1946, foi designado líder da bancada comunista. O período da legalidade do PCB chegou ao fim, em 7 de maio de 1947, quando o TSE cancelou o seu registro e Grabois teve o seu mandato cassado.

Devido à repressão policial aos comunistas, a partir de 1948, Grabois passou a atuar na clandestinidade.

Em agosto de 1957 rejeitou a política soviética de coexistência pacífica, explicitando suas divergências com a orientação do PCB. Em fevereiro de 1962, juntamente com Pomar, Danielli e outros, organizou o Partido Comunista do Brasil, relançando o antigo nome e preservando o projeto político-partidário anterior ao XX Congresso do PCUS. Em março de 1962 foi relançado o jornal *A Classe Operária*, órgão central do PCdoB, dirigido por Grabois e Pomar.

Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, voltou a viver na clandestinidade. Por força do AI-2 (27/10/1965), teve seus direitos políticos cassados. Foi condenado pela 2ª Auditoria do Exército - 1ª CJM nos Processos nº 7512, a dois anos de reclusão, e no de nº 7478, a dez anos de reclusão. Também foi condenado pela 1ª Auditoria a cinco anos de reclusão e pela 2ª Auditoria a dois anos de reclusão.

Em 1967, iniciou os preparativos de um movimento de guerrilha na região do Araguaia, no sul do Pará, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira. Em 1972, o Exército descobriu o núcleo guerrilheiro no Araguaia. As tropas enviadas à

região, estimadas em 20 mil homens, eliminaram 59 guerrilheiros do PCdoB, entre os quais Maurício Grabois.

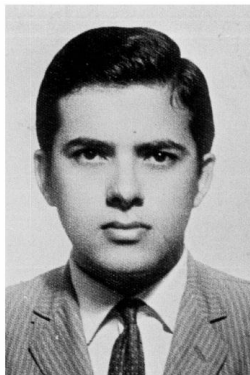
O jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 10/10/82, diz que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça que lhe arrancou o cérebro e outro na perna que provocou fratura exposta. A revista *Isto É*, de 4/9/85, em entrevista com um paraquedista que não quis identificar-se diz que a foto publicada em 10/10/82, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, não é de Maurício Grabois porque não mostra sinais de destruição da caixa craniana, os mortos estão descalços e o grupo que foi morto em combate, no dia 25/12/73, estava calçado. Diz também que os quatro mortos da foto estão com as pernas amarradas, sinal de que foram presos e torturados e que Maurício e mais outros quatro, foram mortos em combate, não tendo sido presos. Reconhece, no entanto, que se trata de fotos de guerrilheiros.

Em comentário do colunista Castello Branco do *Jornal do Brasil*, de 17/10/82, o General Hugo de Abreu lhe dissera que na Serra das Andorinhas estava enterrado Maurício Grabois. Segundo o *Jornal do Brasil*, de 23 e 24/03/92, no dia 25/12/73, foram mortos Paulo Mendes Rodrigues, Guilherme Lund e Gilberto Olímpio junto com Grabois, e que a operação militar contra o grupo foi comandada pelo Major Curió.

O último contato com sua mulher, Alzira da Costa Reis, foi em janeiro de 1972 e, de acordo com informações de sobreviventes da Guerrilha, sua morte ocorreu em dezembro de 1973. Até hoje, entretanto, Grabois não foi dado oficialmente como morto, sendo considerado desaparecido.

O Relatório do Ministério do Exército faz referências à reportagem de *O Estado de São Paulo*, de 10/10/82, concluindo que não há “dados que confirmem essa versão”, mostrando clara a intenção de manter oculta a morte de Maurício à família e à sociedade, visto que para “uso interno” dos serviços de informação sua morte já era conhecida pelo ‘inf. 965/82 do II Exército’, encontrado nos arquivos do DOPS/SP. No Relatório do Ministério da Marinha consta que Maurício foi morto em 25 de dezembro de 1973, em Xambioá.

## 19. Miguel Pereira dos Santos



Nascido a 12 de julho de 1943, em Recife/PE, filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia aos 29 anos.

Muito cedo, quando contava apenas 13 anos, começou a trabalhar. Em 1964, mudou-se com a família para São Paulo e, neste mesmo ano, concluiu o curso científico no Colégio de Aplicação da USP. Trabalhava no Banco Intercontinental do Brasil. No ano seguinte entrou na clandestinidade por

perseguição política.

Em 1968, o DOPS, ao procurar Miguel, interrogou sua mãe, ocasião em que o Delegado Wanderico mostrou-lhe fotocópias de documentos de Miguel que teriam sido enviadas pela CIA, e dizendo que Miguel estivera na China. Várias vezes a casa de sua mãe foi invadida pela polícia política. Indo para o campo, residiu inicialmente na Praia Chata, ao norte de Goiás às margens do Rio Tocantins e, posteriormente no sul do Pará, na localidade de Pau Preto, integrando o Destacamento C da guerrilha.

Segundo Regilena, ex-guerrilheira do Araguaia, Miguel foi morto no dia 20 de setembro de 1972, conforme informação do General Bandeira de Melo, responsável pelos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília, onde a mesma se encontrava presa.

O Relatório do Ministério do Exército afirma que Miguel “participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972”.

No movimento guerrilheiro Miguel era conhecido como Cazuza.

## 20. Osvaldo Orlando Costa



Nasceu em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro, Minas Gerais. Desaparecido desde abril de 1974. Filho de José Orlando da Costa e Rita Orlando dos Santos.

Entre 1952 e 1954 morou na cidade de São Paulo, estudando na Escola Técnica, onde fez o Curso Industrial Básico de Cerâmica, o que lhe assegurou a condição de artífice em cerâmica.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Técnica Federal, onde se diplomou em Técnico de Construção de Máquinas e Motores, em 1958. Como atleta, vinculou-se ao Botafogo Futebol e Regatas, por ele competindo como lutador de box.

Tornou-se oficial da reserva do Exército, após servir no CPOR/RJ. Viajou para a Checoslováquia, tendo, em Praga, estudado Engenharia de Minas.

Negro, forte, com quase dois metros de altura, era uma figura inconfundível. No entanto, seu físico contrastava com sua meiguice e afetividade. Por sua militância política foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois do golpe militar de 1964.

Foi dos primeiros a chegar à região do Araguaia-Tocantins, por volta de 66-67. Entrou na mata como garimpeiro e mariscador. Era o maior conhecedor da área, tanto da guerrilha como das circunvizinhanças. No ano de 1969, fixou sua residência numa posse que adquiriu às margens do Rio Gameleira, onde mais tarde a ele se juntaram outros companheiros. Era muito querido e respeitado tanto pela população como pelos companheiros.

Conta-se a seu respeito inúmeras histórias como a de que, estando de passagem em casa de uma família camponesa, encontrou a mulher desesperada porque não tinha dinheiro para comprar comida para seus filhos. Era uma casa pobre. Não tinham nada. Osvaldo perguntou-lhe se queria vender o cachorro. A mulher, sem outra alternativa, disse que sim. Tanto ela como Osvaldo sabiam o que significava a perda do cão: mais fome, pois na região, sem cachorro e arma é difícil conseguir caça. Osvaldo pagou-lhe o preço do cão e, a seguir, disse-lhe: guarde-o para mim que eu não poderei levá-lo para casa agora.

Sobre Osvaldão surgiram inúmeras lendas: sobre sua bondade, sua força, sua coragem e também sobre sua pontaria. Foi comandante do Destacamento B, onde participou com êxito em vários combates. Foi, ao lado de Dina, o mais conhecido combatente entre a população do Araguaia.

Estava entre os combatentes que foram atacados por grande contingente das Forças Armadas em 25 de dezembro de 1973, conseguindo escapar. Segundo depoimentos de moradores da região, ele foi morto em abril de 1974, perto da localidade de São Domingos, próximo à Semana Santa. Foi ferido com um tiro de espingarda 22 na barriga disparado por Piauí, um bate-pau que fez isto por dinheiro. Em seguida foi fuzilado pelos militares. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Quando seu corpo foi içado pelo helicóptero, caiu e quebrou o pé esquerdo. Posteriormente sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi mutilado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares e, finalmente, queimado e jogado no buraco, também chamado de “Vietnam” – vala situada ao final da pista de aterrissage da Base Militar de Xambioá onde eram jogados os mortos e os moribundos. Com o término das operações militares nesta área, foi feita uma grande terraplanagem, que descaracterizou o local.

Os depoimentos colhidos pelos familiares nas diversas vezes que estiveram na região e as informações de jornais são coincidentes e se complementam. O Relatório do Ministério do Exército diz que “foi morto em 7/fev/74”.

## 21. Telma Regina Cordeiro Corrêa



Nasceu a 23 de julho de 1947 na cidade do Rio de Janeiro, filha de Luiz Durval Cordeiro e Celeste Durval Cordeiro. Desaparecida desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, aos 27 anos.

Universitária, estudante de Geografia da Universidade Federal Fluminense, de onde foi excluída em 1968 pelo Decreto-lei 477.

Deslocou-se para a região do Araguaia em 1971, juntamente com seu marido Elmo Corrêa indo morar às margens do Rio

Gameleira e ingressando no Destacamento B da Guerrilha.

No início do ano de 1974 foi presa na casa do Sr. Macário em São Geraldo e entregue a José Olímpio, engenheiro do DNER que trabalhava para o Exército. Passou a noite amarrada no barco de José Olímpio antes de ser entregue às autoridades em Xambioá. (Depoimentos colhidos na região pelo advogado Paulo Fontelles, representante da OAB junto à Caravana de Familiares que estiveram no Araguaia à procura de informações em 1981.) Segundo o Relatório do Ministério da Marinha, “foi morta em janeiro de 1974”.

## ANEXO - PRINCIPAIS ENTREVISTADOS

**Maria Helena Mazzaferro Bronca:** irmã de José Huberto Bronca, 68 anos, médica. Participou, desde o princípio, com a mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, nas reuniões do grupo Tortura Nunca Mais/RJ, na busca por notícias que as levassem ao paradeiro do irmão. Viu o irmão pela última vez em 1966. Mora em Porto Alegre.

**Lino Brum Filho:** irmão de Cilon Cunha Brum, jornalista aposentado e pecuarista. Conviveu com Cilon em Porto Alegre até o mesmo seguir para São Paulo. Atuou como representante da família nos grupos de defesa dos Direitos Humanos, desde o desaparecimento de Cilon. Viu o irmão pela última vez em 1971. Mora entre Porto Alegre e São Sepé.

**Liniane Haag Brum:** filha primogênita de Lino Brum, produtora. Formada em Publicidade pela PUCRS, iniciou sua carreira no Rio Grande do Sul. Mora em São Paulo, desde 1995, ano em que teve contato com outros familiares de desaparecidos políticos no Araguaia.

**Sônia Haas:** irmã caçula de João Carlos Haas Sobrinho, professora universitária. É representante da família desde 1980. Mora na Bahia.

**Hélio Ramires Garcia:** comerciante e prestador de serviços, 61 anos, militante do PCdoB desde 1960. Viajou para China em 1965 para fazer estudo teórico e treinamento militar. Nesta ocasião, conheceu José Huberto Bronca. Viu-o pela última vez em 1966, durante a realização da VI Conferência do PCdoB em São Paulo. Mora em Colatina/ES.

**José Dalmo Ribeiro Ribas:** irmão do desaparecido político Antonio Guilherme Ribeiro Ribas. É psicólogo e atua na área. Foi militante orgânico do PCdoB até pouco tempo. Atualmente ainda mantém vínculos com o Partido, mas tem uma militância mais livre. Acompanhou todo o processo que culminou com a ida e desaparecimento do irmão na região do Araguaia.

**Misael Pereira dos Santos:** irmão do desaparecido político Miguel Pereira dos Santos. É economista, tem 64 anos. Militou junto com o irmão, Miguel, no movimento estudantil em São Paulo. Desde o desaparecimento do mesmo, buscou, junto com sua mãe, já falecida,



notícias sobre o seu paradeiro. Militou em movimentos de direitos humanos.

**Saulo Roberto Garlippe:** irmão da desaparecida política Luiza Augusta Garlippe. Iniciou sua militância política por influência da irmã desaparecida. Após seu desaparecimento viveu muitos anos na clandestinidade. Depois de assumir sua verdadeira identidade, passou a militar organicamente no movimento social.

**Helenalda Resende de Souza Nazareth:** irmã da desaparecida política Helenira Resende de Souza Nazareth. Professora aposentada da rede pública do estado de São Paulo. Tem 67 anos de idade. É irmã da desaparecida política Helenira Resende de Souza Nazareth. Teve uma incipiente militância, assim como as outras cinco irmãs, no PCdoB em fins dos anos 60 quando universitária. Com a reabertura política em fins dos anos 70 começou sua militância em grupos de defesa de Direitos Humanos e também no PT. Nasceu em Cerqueira César/SP e reside atualmente na capital paulista.

**Helenice Resende de Souza Nazareth:** irmã da desaparecida política Helenira Resende de Souza Nazareth. Secretária aposentada da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Tem 71 anos de idade. Teve uma incipiente militância, assim como as outras cinco irmãs, no PCdoB em fins dos anos 60 no período universitária. Nasceu em Cerqueira César/SP e reside atualmente na capital paulista.

**Helenilda Resende de Souza Nazareth:** irmã da desaparecida política Helenira Resende de Souza Nazareth. É professora aposentada. Tem 69 anos de idade. Já era casada e com filhos naquela época, e nunca se envolveu muito com os assuntos políticos, mas cedia sua casa para as reuniões que a irmã desaparecida organizava com outros companheiros. Nasceu em Cerqueira César/SP e reside atualmente em Arujá-SP.

**Helenoira Resende de Souza Nazareth:** irmã da desaparecida política Helenira Resende de Souza Nazareth. Professora aposentada da rede pública do estado de São Paulo. Tem 65 anos de idade. Teve uma incipiente militância, assim como as outras cinco irmãs, no PCdoB em fins dos anos 60 quando cursava a universidade. Nasceu em Cerqueira César/SP e reside atualmente em Arujá/SP.

**Laura Petit da Silva:** irmã dos desaparecidos políticos Jaime, Lúcia e Maria Lúcia Petit. Professora aposentada do ensino público do estado de São Paulo. Tem 62 anos de idade. Foi militante do PCdoB até fins dos anos 60 e início dos anos 70. Não mantém militância partidária, porém milita desde a reabertura política (em fins de 70) em movimentos de defesa dos Direitos Humanos e de familiares de desaparecidos políticos. Nasceu no interior de Minas Gerais e reside na capital paulista.

**Édila Pires:** prima do desaparecido político Cilon da Cunha Brum. Jornalista, com doutorado na Romênia, tem 76 anos de idade. Foi ativa militante do movimento estudantil nas décadas de 60 e da imprensa alternativa na década de 70. Após o desaparecimento do primo, que a abalou profundamente, tornou-se ativa militante dos movimentos de Direitos Humanos, chegando a presidir a segunda gestão do GTNM/SP (Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo). Nasceu em Taunay-MT e reside em São Paulo/SP.

**Luiz Eduardo Greenhalgh:** advogado dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Advogado, sua atuação profissional, em grande medida, foi dedicada à defesa de presos, perseguidos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar no Brasil. Dedicou mais de vinte e seis anos de sua vida à causa dos familiares dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia que lutam para saber o que realmente aconteceu com as pessoas que desapareceram durante esse episódio.

**Elizabeth Silveira e Silva:** irmã do desaparecido político René Silveira e Silva. Professora do estado do Rio de Janeiro. Foi militante do PCdoB (antes mesmo de seu irmão desaparecido) durante a década de 60 e 70, se afastou da militância partidária no final dos anos 70, período da reabertura política e da organização de grupos de direitos humanos. É ativa militante e dirigente do GTNM/RJ. Nasceu e reside na cidade do Rio de Janeiro.

**Victória Lavínia Grabois Olímpio:** irmã, filha e esposa dos desaparecidos políticos, respectivamente: Mauricio Grabois, André Grabois e Gilberto Olímpio Maria. Tem 65 anos, é professora aposentada e pesquisadora da UFRJ. Filha de comunistas teve toda a sua vida relacionada ao Partido Comunista. Casou-se muito jovem e teve uma incipiente participação em umas das primeiras tentativas de seleção ou escolha de locais onde deveria ser implantada a Guerrilha. Não foi

para o conflito do Araguaia porque estava grávida. Viu o pai, o irmão e marido partirem e nunca mais voltarem. Viveu anos assumindo uma identidade falsa. Depois disso, passou a militar em grupos de defesa dos direitos humanos. É uma das fundadoras do Grupo GTNM/RJ.

**Lorena Moroni Girão Barroso:** irmã da desaparecida política Jana Moroni Girão Barroso. Psicóloga de formação, servidora pública federal, trabalha no Tribunal Regional do Trabalho da cidade do Rio de Janeiro. Não mais teve notícias de sua irmã mais velha desde que ela se envolveu com o movimento de resistência contra a ditadura militar no Brasil, a guerrilha do Araguaia. Desde então vem tentando desvendar o que realmente aconteceu com Jana Barroso, mas as dificuldades de acesso aos documentos desse período a tem impedido de avançar nas suas buscas.

**Aldo Creder Correa:** irmão dos desaparecidos políticos Elmo e Maria Célia Correa. Economista tem 58 anos de idade. Foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) até a o início da década de 1970. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro e atualmente reside em Jacarepaguá-RJ.

**Rejane Brum Leques:** prima de Cilon Cunha Brum. Guarda ricas e boas lembranças do tio desaparecido. Suas principais memórias são do sofrimento de sua avó Eloah, mãe de Cilon, viveu durante toda a vida à espera do filho desaparecido. Também é testemunha da invasão das forças oficiais à sua casa, à procura do tio.

**Maria Cristina Orlando da Costa:** sobrinha do desaparecido político Osvaldo Orlando da Costa. Teve pouco convívio com o tio desaparecido, mas guarda boas lembranças das férias com ele e a família. Guarda memórias dos momentos de angústia vividos por sua família com a ida do tio Osvaldo para a Guerrilha.

**Djalma Conceição Oliveira:** irmão da desaparecida política Dinalva Oliveira Teixeira. Mecânico, tem 61 anos de idade. Teve contato com o PCdoB através da irmã desaparecida e do cunhado (marido da irmã) também desaparecido. É vice-presidente do comitê estadual do PCdoB do Rio de Janeiro.